Papel indelegável dos democratas do mundo e da América Latina hoje: proteger Cuba e defender seu modelo de saúde, que gerou atenção primária universal e invejável controle da mortalidade infantil.

El Niño mais forte neste ano ameaça com tempestades e enchentes no Sul e secas severas na Amazônia, Nordeste e países andinos. A cooperação e solidariedade entre países da ALC precisa ser mobilizada.

Diante da rápida disseminação da epidemia por Ebola Bundibugyo, *CDC África* e *OMS* lançaram *Plano Conjunto Continental de Preparação e Resposta* para o período de junho a novembro de 2026.

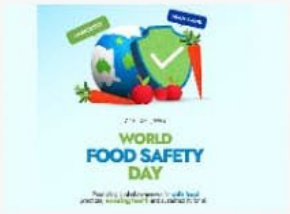
#9
28 DE MAIO A 9 DE JUNHO DE 2026

Cadernos

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE













SUMÁRIO

4 – Sumário Executivo - *Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tob*ar

Sistema Nações Unidas

24 – Repetir é preciso – *Santiago Alcázar*

29 – Os custos globais do abandono do multilateralismo – *Federico Tobar e Sebastián Tobar*

34 – "Todos os direitos custam dinheiro" – *Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho*

41 – Entre emergências e reformas: os desafios da governança global da saúde em tempos de incerteza – *Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

50 – Do Novo Remédio ao Remédio Necessário – *Alejandro Svarch e Federico Tobar*

54 – Reuniões da UNFCCC em Bonn e dia mundial do Ambiente trazem a saúde em primeiro plano em junho de 2026 – *Luiz Augusto Galvão e Danielly Magalhães*

62 – *"O futuro do trabalho não será determinado apenas pela tecnologia"*: ecos preliminares da 114a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho da OIT – *Frederico Peres*

73 – Panorama das migrações e refúgio: Nova comissão da Lancet sobre deslocamento e conflito, migrações na Assembleia Mundial da Saúde e surto do Ébola – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

79 – Entre a violência e a negação de direitos: gravidez infantil, interrupção da gestação prevista em lei e proteção de meninas e mulheres – *Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

88 – Dia Mundial da Segurança dos Alimentos 2026: dando números ao problema de saúde pública – *Eduardo Nilson, Erin William e Denise Oliveira e Silva*

101 – Os Impactos do Conflito no Oriente Médio nos Setores da Economia, da Energia e do Comércio Segundo a Declaração Conjunta do Banco Mundial, do FMI, da Agência Internacional de Energia e da OMC – *Isis Pillar Cazumbá*

105 – Cooperação entre os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) – *Laura Tavares Soares*

118 – Governança Econômica Internacional em Perspectiva: Comércio, Energia, Transferência de Tecnologia e Propriedade Intelectual – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

131 – Da crise humanitária à emergência sanitária: a saúde global diante de crises persistentes – *Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Marciglei Brito Morais, Ana Carol Aldapi Vaquera e Luis Eugênio de Souza*

150 – O mundo para e resiste: greves na Bolívia, virada do Banco Mundial e enfermeiras que derrotaram a privatização – *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

<u>Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países</u>

163 – Sul Global – R*egina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro*

178 – G20, G7 e OCDE – *Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephanio*

191 – Tarifa adicional americana para deter o Pix e o avanço do BRICS Pay, afastar o Brasil da China e do BRICS, como condições para sua prosperidade – *Claudia Hoirisch*

197 – Resultados das eleições na América do Sul podem (re)definir o mapa político da região – *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

211 – África entre Emergências sanitárias, integração regional e desafios geopolíticos – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg*

223 – Europa entre Fronteiras e Poder: Migração, Expansão e Estratégia em Tempos de Incerteza – *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

228 – Desenvolvendo amizades – *André Costa Lobato, Anabela Santiago, Alexandra Rodrigues Sanches, Giovana Guiciard, Rafael Aguilar-Zamudio e Thiago Monteiro*

240 – O Valor para a Saúde, Equidade, Paz e Saúde Planetária do "Desligar-se" – *Juan Garay*

246 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

248 – Editores e autores dos cadernos

253 – Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da saúde

254– Ficha catalográfica

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 09/2026

28 de maio a 9 de junho 2026

Sumário Executivo

Nesta quinzena, entre 1º. e 12 de junho, realiza-se em Genebra a *114ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT*, sob os auspícios da *Organização Internacional do Trabalho* (OIT). Ela é a agência especializada das Nações Unidas dedicada a promover a justiça social e os direitos trabalhistas no mundo https://www.ilo.org/about-ilo. Fundada em 1919, se destaca por seu modelo tripartite, que reúne representantes de 187 Estados-membro, empregadores e trabalhadores para elaborar normas e políticas laborais globais. Uma ampla agenda está em discussão (Agenda of the 114th Session of the International Labour Conference | International Labour Organization). Como todas as agências da ONU, a OIT também entrou em processo de reforma https://www.ilo.org/about-ilo/ilo-reform Para conhecer melhor o funcionamento da Conferência, acesse https://www.ilo.org/resource/other/international-labour-conference-glance, cujo processo, temas em debate e principais resultados são apresentados neste e no próximo fascículo pelo nosso analista, prof. ***Frederico Peres***, do CESTEH/ENSP/Fiocruz.

A **79ª. Assembleia Mundial da Saúde (AMS),** que se realizou de 18 a 23 de maio, em Genebra, continua repercutindo, particularmente pela evolução da *epidemia pelo vírus Ebola Bundibugyo em países da África.* Os Centros Africanos de Controle e Prevenção de Doenças (CDC África) e a OMS lançaram no dia 5 de junho um plano continental conjunto de preparação e resposta ao surto de Ebola, que visa, entre outras coisas, arrecadar US$ 518 milhões para apoiar os países africanos e seus parceiros na preparação, detecção rápida e resposta ao surto nos próximos 6 meses (junho-novembro de 2026). O plano complementa os planos de resposta nacionais lançados pelos governos da República Democrática do Congo e de Uganda. As últimas informações sobre o surto (10/06) mostram os números abaixo:

World Health Organization

Affected countries	Suspected cases	Confirmed cases	Confirmed deaths	Probable deaths	CFR (%) confirmed	Recovered
Data as of 09 June 2026						
Democratic Republic of the Congo#	119	635	127	-	20%	30
Data as of 10 June 2026*						
Uganda	-	19	2	1	11%	5
Total	**119**	**654**	**129**	**1**	**20%**	**35**

Fonte: https://www.who.int/emergencies/alert-and-response

De acordo com estimativas divulgadas no último dia 04 de junho, *alimentos impróprios para consumo* causam 866 milhões de doenças e 1,5 milhão de mortes anualmente, sendo as crianças pequenas as mais vulneráveis; é um risco quase três vezes maior de contrair doenças devido a alimentos impróprios para consumo do que crianças mais velhas e adultos. muitas das quais poderiam ser evitadas com medidas como melhorias no abastecimento de água, saneamento e higiene, práticas de segurança alimentar como a pasteurização e acesso a cuidados de saúde para populações vulneráveis. Nossos analistas ***Eduardo Nilson, William e Oliveira e Silva*** abordam o tema no seu informe deste fascículo.

No espaço da *resposta humanitária em saúde*, a Assembleia debruçou-se sobre: (a) Condições de saúde no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental (Health

conditions in the occupied Palestinian territory, including east Jerusalem); (b) Implicações para a saúde pública dos ataques não provocados da República Islâmica do Irã contra civis e infraestrutura civil essencial nos países do Conselho de Cooperação do Golfo e na Jordânia (apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA79/A79_R6-en.pdf); (c) Condições de saúde no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e nas Colinas de Golã sírias ocupadas (Health conditions in the occupied Palestinian territory, including east Jerusalem, and in the occupied Syrian Golan); Emergência de saúde no Líbano (Health emergency in Lebanon); Emergência sanitária na Ucrânia e nos países que acolhem refugiados, decorrente da agressão da Federação Russa (Health emergency in Ukraine and refugee-receiving and -hosting countries, stemming from the Russian Federation's aggression). Notória foi a ausência de ponto de pauta sobre os conflitos no continente africano, incluindo o Sudão e o SHEL.

O acesso aos documentos que informaram os debates, bem como as resoluções e decisões aprovadas pela Assembleia, encontram-se em https://apps.who.int/gb/e/e_wha79.html. Cada ponto de pauta listado tem um documento de referência que pode ser acessado pelos interessados nos seis idiomas oficiais das Nações Unidas.

Nossos analistas de OMS, ***Bermudez, Reges e Galvão***, completam a análise dos resultados da 79ª. AMS neste fascículo dos Cadernos.

Reforma da OMS no contexto da reforma das Nações Unidas

A reforma da OMS foi tema de debates por ocasião da 79ª. Assembleia Mundial da Saúde. Pela importância que os Ministros dão ao tema, o mesmo recebe destaque permanente no site da OMS https://www.who.int/about/governance/global-health-architecture. Atendendo às conversações com ministros e outros agentes relacionados com a OMS, o DG Tedros Adhanom apresentou ao EB de novembro de 2025 o documento *Reform of the global health architecture and the UN80 Initiative - Report by the Director-General* https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB158/B158_44-en.pdf, que desencadeou formalmente o processo de reforma.

No mencionado site, fica declarado que o processo visa abordar o *Sistema Global de Saúde (SGS)* (GHA, na sigla em inglês), pois este não teria acompanhado a evolução da soberania nacional em saúde e das capacidades regionais, a mudança na carga de doenças, a rápida evolução da ciência, da IA e das tecnologias digitais, e um cenário de financiamento em transformação, sendo, ademais, limitado por desequilíbrios de poder, fragmentação e duplicação que restringem a apropriação, o impacto e a equidade pelos países.

O **propósito** da reforma seria, então, o desenvolvimento de opções e recomendações para transformar a *arquitetura global de saúde* em um ecossistema verdadeiramente liderado pelos países, coerente e inclusivo, que responda de forma mais eficaz e eficiente às necessidades específicas e coletivas de países e comunidades, a fim de maximizar o impacto e a equidade.

Como consequência do processo em desenvolvimento, o SGS (GHA) reformado deve refletir os seguintes **princípios**:

- Equidade e solidariedade – aborda os desequilíbrios de poder e prioriza as necessidades das populações em contextos vulneráveis;
- Liderança e apropriação nacional – fortalece a liderança dos países em relação às prioridades e às trajetórias de financiamento;
- Subsidiariedade – garante que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível do nível nacional/regional e do impacto desejado; e

- Coerência e responsabilidade – aprimoram a integração, respeitam mandatos e funções, alinham-se às tendências futuras da saúde.

De outro lado, a reforma da OMS está intrinsecamente ligada à reforma das Nações Unidas, impulsionada pela AGNU e pelo Secretário-Geral, António Guterres. A transformação da ONU busca melhorar a prestação de serviços, a eficiência operacional e o financiamento do organismo, além de promover um acesso mais equitativo a produtos de saúde em todo o sistema. As principais frentes de mudança incluem:

- Acordo sobre Pandemias: Marco histórico de multilateralismo aprovado para prevenir e coordenar a resposta a futuras emergências globais, focando em equidade no acesso a vacinas e no compartilhamento de dados.
- Reconfiguração financeira e governança: Descentralização da produção de saúde para garantir soberania regional e diminuição da dependência de doadores voluntários.
- Gestão e resiliência**:** Adaptação estrutural e administrativa da agência em resposta aos cortes de financiamento de grandes nações, como os Estados Unidos

A 79. AMS decidiu que a *Reforma da arquitetura global de saúde e a Iniciativa ONU80* teria seguimento com (https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA79/A79_(20)-en.pdf), o que inclui:

(1) estabelecer o processo conjunto proposto para apoiar as reformas da arquitetura global de saúde com as seguintes orientações: (a) que os dois copresidentes dos Estados-Membros da força-tarefa serão compostos por um representante de um país em desenvolvimento e um representante de um país desenvolvido; (b) que as sessões mensais de consulta e informação globais, conforme apropriado, com os Estados-Membros serão realizadas em Genebra; (c) que os dois relatórios elaborados pela força-tarefa são: (i) um relatório provisório que será considerado pelos conselhos das iniciativas globais de saúde e pelas entidades das Nações Unidas na força-tarefa, e pelos órgãos diretivos da OMS, entre novembro de 2026 e fevereiro de 2027, para sua consideração e feedback à força-tarefa; e (ii) um relatório final, do qual uma cópia prévia será compartilhada com os conselhos das iniciativas globais de saúde antes de sua apresentação à 80ª. Assembleia Mundial da Saúde (maio de 2027).

(2) solicitar ao Diretor-Geral que convoque as partes interessadas relevantes, inicie a implementação do processo conjunto e apresente um relatório final para consideração da 80ª. Assembleia Mundial da Saúde em 2027, por meio do Conselho Executivo em sua 160ª sessão.

Nos próximos fascículos dos Cadernos vamos tratar do tema *Reforma da OMS no contexto da reforma das Nações Unidas* com prioridade, que já trouxemos ao debate no seminário sobre a agenda global da saúde 2026, realizado pelo Observatório de SG e DS no dia 03 de junho último https://www.youtube.com/watch?v=yoNk4jlxWzA&list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN&index=4

Assembleia Geral da ONU elege presidente para período 2026-2027

O diplomata e atual ministro das Relações Exteriores de Bangladesh, *Khalilur Rahman*, foi eleito em 2 de junho de 2026 para presidir a *81ª sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).* Ele liderará os trabalhos do órgão a partir de setembro de 2026, substituindo a alemã Annalena Baerbock. O processo eleitoral ocorreu na sede da ONU, em Nova York, onde Rahman disputou o posto com o diplomata cipriota Andreas Kakouris. A sessão que ele presidirá estende-se até setembro de 2027, e terá como principais desafios a aceleração

das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o enfrentamento de crises climáticas e humanitárias globais. No seu mandato será realizada também a eleição e posse do(a) novo(a) secretário(a)-geral da ONU.

Candidatos à Secretário Geral

Em setembro, realiza-se a eleição do novo(a) secretário(a)-geral da ONU para o período 2027-2031 (5 anos), com posse em 1º. de janeiro de 2027. Havia 4 candidatos confirmados:

- *Michelle Bachelet (Chile)***:** Ex-presidente do Chile, ex-diretora da ONU Mulheres e ex-Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos. É apoiada por Brasil e México, mas não por seu país de origem, o Chile, hoje dirigido pelo direitista Kast.
- *Rebeca Grynspan (Costa Rica):* Economista e ex-vice-presidente da Costa Rica, atualmente atuando na chefia da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).
- *Rafael Mariano Grossi (Argentina):* Diplomata e atual Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).
- *Macky Sall (Senegal):* Ex-presidente do Senegal, indicado oficialmente pela República do Burundi.

A este grupo de candidatos somou-se, recentemente, a equatoriana *María Fernanda Espinosa*, indicada oficialmente por Antígua e Barbuda. Diplomata, poetisa e ex-ministra do Equador, atuou como Presidente da Assembleia Geral da ONU entre 2018 e 2019. Foi ministra em três áreas no governo da Rafael Correa, no Equador, portanto, vem sem o apoio do atual presidente Daniel Noboa.

As guerras

No que se refere a um dos mais trágicos, sinistros e impactantes *determinantes da saúde* humana e planetária hoje, as *guerras em curso*, as notícias continuam indignando a todos os comprometidos com a paz, o bem-estar, o desenvolvimento, a solidariedade e a saúde humana e do planeta.

Gaza e Cisjordânia

Dados atualizados pelo **OCHA** (*Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários)* OCHA Reported impact snapshot - Gaza Strip (6 May 2026) - Question of Palestine confirmam que entre 7 de outubro de 2023 e 6 de maio de 2026, 72.619 palestinos foram mortos na **Faixa de Gaza** e outros 172.484 ficaram feridos. A **UNRWA** *(United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East)* registrou 391 colegas mortos em Gaza desde o início da guerra (310 funcionários da UNRWA e 81 pessoas que prestavam apoio à UNRWA, até 12 de maio). A UNRWA continua monitorando a movimentação de pessoas deslocadas e os locais de deslocamento. Estima-se que 65.000 pessoas deslocadas estejam vivendo em 82 abrigos coletivos de emergência administrados pela Agência. Atualmente, 126 instalações da UNRWA estão localizadas dentro da zona militarizada israelense, atrás da chamada "Linha Amarela", bem como em áreas dentro da "Linha Laranja", onde o acesso está sujeito à aprovação ou coordenação israelense.

Ainda segundo o OCHA, entre 7 de outubro de 2023 e 3 de maio de 2026, 1.091 palestinos – pelo menos 239 deles crianças – foram mortos na **Cisjordânia ocupada, incluindo Jerusalém Oriental.** Quarenta e cinco deles foram mortos desde o início de 2026. Em 11 de maio, forças israelenses realizaram operação dentro e nos arredores do campo de Kalandia,

interrompendo os serviços da UNRWA no local. A violência e o assédio por parte dos colonos continuaram na Cisjordânia, com palestinos feridos em ataques de colonos israelenses contra comunidades como Beita, Deir Jarir, Adh Dhahiriya e Khallet al Louza. Também foram relatados extensos danos materiais, incluindo a plantações agrícolas e bens.

Estados Unidos - Israel - Irã

A guerra Estados Unidos - Israel - Irã completou no último domingo (7/06), nada menos do que 100 dias, sem que um acordo definitivo tenha sido firmado entre as partes. Em meio a diversas violações do cessar-fogo, as negociações seguiam em impasse, quando no dia 8/06 o Irã derrubou um helicóptero Apache dos EUA. O clima então mudou totalmente, Trump mandou bombardear novamente o Irã e ameaça de novo ir com força total contra o país, perdendo a moral de criticar e enquadrar Netanyahu, seja com relação ao Irã, seja quanto ao sul do Líbano. Os bilhões de dólares já gastos nesta guerra vão crescer ainda mais. Guerra da insanidade, que poderia estar sendo investido em bem-estar e desenvolvimento na região e mundo afora, além de milhares de vidas terem sido poupadas e milhares de ferimentos e sequelas terem sido evitados. A destruição de infraestrutura civil piorará a vida de milhares de pessoas por décadas e a da infraestrutura energética vai impactar os preços da energia também por décadas no mundo todo. Tudo resultando em nada. Israel não ampliou sua estabilidade, os Estados Unidos perderam credibilidade interna, no Oriente Médio e no mundo todo e o Irã arranjou novos inimigos irreconciliáveis entre os países do Golfo.

No **Líbano**, o governo brasileiro deplorou, nos mais fortes termos, os ataques à *Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)*, realizados na quarta-feira, 03 de junho, que resultaram na morte de um capacete azul de nacionalidade sérvia e que feriram outros dois. Oito militares brasileiros integram a UNIFIL. O governo brasileiro expressou condolências aos familiares da vítima e ao governo da Sérvia, e rápida e plena recuperação aos feridos.

É motivo de preocupação o crescente número de ataques próximos a posições da UNIFIL, que já vitimaram outros seis capacetes azuis desde o início das correntes hostilidades entre Israel e o Hezbollah, em 02 de março. Segundo nota do Itamaraty, ataques deliberados contra integrantes de missões de manutenção da paz e instalações da ONU são inaceitáveis e constituem grave violação do Direito Internacional, do Direito Internacional Humanitário e das resoluções do Conselho de Segurança da ONU, podendo configurar crimes de guerra.

O Brasil reafirmou seu inequívoco compromisso com a soberania e a integridade territorial do Líbano e condenou as continuadas violações do cessar-fogo pelas partes e a persistente ocupação de parte do território libanês por Israel. Nesse contexto, o Brasil conclamou Israel a cumprir com suas obrigações e retirar imediatamente suas tropas do sul do Líbano e exortou as partes ao cumprimento integral dos termos da Resolução 1701 (2006) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que estabeleceu os termos do cessar-fogo que encerrou a guerra de 2006, e à imediata cessação das hostilidades, com a retirada completa das forças israelenses do território libanês.

A guerra entre **Rússia e Ucrânia***,* recrudesceu nas últimas semanas, com ataques da Ucrânia a São Petersburgo e da Rússia contra zonas residências e industriais de cidades ucranianas. Esta guerra sem perspectivas de paz, a maior na Europa depois da II Guerra, segundo especialistas, já deixou mais de 1 milhão de mortes, feridos e sequelados e dizimou instalações civis e industriais críticas para a economia já combalida da Europa.

A situação política no **SAHEL (*Burkina Faso, Mali, Níger*)** foi analisada em excelente artigo-síntese produzido pela Agência Brasil, publicada em 25 de maio https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-05/entenda-transformacao-do-sahel-africano-mali-burkina-faso-e-niger explicando seu desligamento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao), a criação da Aliança dos Estados do Sahel (AES) e o afastamento da França, ex-colonizadora da região. Há sinais de importante catástrofe humanitária, derivada da combinação explosiva de conflitos armados e terrorismo, mudanças climáticas extremas, fome severa e instabilidade política. Agências humanitárias presentes no território alertam que mulheres e crianças, além de idosos, são os que mais tem sofrido as consequências, com mortos, feridos e sequelados física e mentalmente. Uma geração inteira pode ter seu curso de vida mudado para sempre como consequência da violência generalizada.

Novamente chamamos a atenção dos interessados para os resultados da *Comissão CHH-Lancet sobre saúde, conflito e deslocamento forçado,* publicado em 19 de maio de 2026 Health, conflict, and forced displacement. A Comissão foi estabelecida para abordar as crescentes falhas do sistema humanitário e seus impactos na saúde das pessoas afetadas por conflitos armados e deslocamentos forçados. Em todo o documento, saúde é definida de forma ampla para abranger cuidado clínico, saúde pública e os determinantes sociais da saúde. A Comissão examina as barreiras sistêmicas e as condições facilitadoras que influenciam a ação humanitária na área da saúde, ao mesmo tempo em que centra as prioridades, o protagonismo e a dignidade das comunidades afetadas como principal ponto de referência para a reforma. Com base em análises de cinco direcionadores estratégicos — direito internacional, princípios humanitários, governança, financiamento e sistemas de saúde — a Comissão propõe um programa integrado para a transformação estrutural do sistema humanitário, fundamentado em uma redistribuição deliberada de poder, recursos e incentivos. Reproduzimos neste fascículo o sensível editorial do Lancet que acompanha a publicação do Relatório da Comissão.

Proteger Cuba

A brutal e desumana perseguição do governo Trump contra Cuba cresce e nesta semana o presidente americano afirmou que vai 'tratar da questão cubana' assim que sair enrascada na qual se meteu no Irã. Fazemos aqui um chamado a todos os democratas do mundo e, particularmente, da América Latina, que preparemos um movimento de solidariedade com a imensa crise humanitária imposta aos cubanos por Trump e Rubio, e em defesa da soberania da ilha caribenha, que já deu exemplos contundentes ao mundo do que pode o Estado e a sociedade fazer pela educação e saúde da sua população, mesmo na vigência das mais cruéis adversidades impostas por um gigante militar e político, caso dos Estados Unidos da América. Esta talvez seja a última oportunidade que os movimentos sociais terão para fazê-lo, já que forças militares consideráveis e mais medidas econômicas coercitivas estão sendo mobilizadas no espaço marítimo próximo à Cuba.

Eleições e contestações na América Latina

As disputas presidenciais na ALC em 2026 têm sido marcadas pela forte polarização e pela crescente influência de lideranças internacionais. O mapa político da região vem sendo redesenhado a medida que as eleições vão se sucedendo. A influência e as diretrizes do governo dos Estados Unidos, sob a gestão de Donald Trump, têm sido objeto de debates na região, especialmente por condicionar apoios políticos e econômicos a candidatos alinhados ao espectro conservador.

No **Peru**, as eleições presidenciais de 2º. Turno, realizada no dia 7 de junho último ainda estão em processo de apuração, com *Roberto Sánchez* e *Keiko Fujimori* se alternando na liderança, com diferenças em torno de apenas 1.000 votos.

A **Colômbia** realizará o 2º. turno das eleições presidenciais no próximo dia 21 de junho, colocando frente a frente *Iván Cepeda*, apoiado pelo Pacto Histórico (esquerda) e *Abelardo de la Espriella*, advogado de extrema direita que faz sua estreia na cena política. Cerca de 41 milhões de eleitores deverão escolher o sucessor do presidente Gustavo Petro neste dia.

Na **Bolívia,** a onda de contestação ao governo *Rodrigo Paz* continua, liderada pela *Central Obreira Boliviana*. As manifestações, que incluem mais de 20 bloqueios de estradas, são motivadas pelo descontentamento com o aumento do custo de vida e medidas de ajuste econômico adotadas pelo governo do presidente de centro-direita.

Eleição do Brasil para o ECOSOC

O Brasil foi eleito, em 4 de junho, com 181 votos, para integrar o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) no mandato 2027-2029. O Conselho, composto por 54 membros, é um dos principais órgãos da ONU: é responsável por coordenar agências especializadas das Nações Unidas e formular recomendações sobre desenvolvimento, comércio internacional, industrialização, recursos naturais, direitos humanos, condição da mulher, população, ciência e tecnologia, prevenção do crime e bem-estar social. A eleição do Brasil reflete a importância atribuída ao papel estratégico que o país tem a desempenhar no ECOSOC, especialmente para a redução das desigualdades e a promoção da paz sustentável.

Terceiro aniversário do Consenso de Brasília sobre integração sul-americana

Celebrou-se, em 30 de maio, o terceiro aniversário do *Consenso de Brasília*, mecanismo regional que procurava oferecer novo impulso ao processo de integração sul-americana. Aprovado durante a reunião de Presidentes da América do Sul realizada em 2023, o Consenso de Brasília promove cooperação em 15 áreas com impacto direto na vida cotidiana da população. Destaca-se, em particular, o lançamento, no último dia 18 de março, do Observatório Sul-Americano de Infraestrutura, plataforma digital que reúne, pela primeira vez, dados georeferenciados sobre transporte, logística e infraestrutura em todos os países da América do Sul. A iniciativa contribui para o planejamento integrado e sustentável da região e estimula o aumento da sua competitividade. O Consenso de Brasília também vem atuando nas áreas de Saúde, Educação, Infraestrutura, Conectividade Digital, Energia, Integração Produtiva, Gestão Integral de Risco de Desastres e Combate ao Crime Organizado Transnacional. Mais informações sobre o Consenso de Brasília, incluindo os documentos adotados e os projetos em andamento, estão disponíveis no portal da iniciativa: https://consensodebrasilia.org/pt/

Brasil participa em reuniões ministeriais da OCDE e da OMC

O Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, participou, respectivamente em 3/06 e 4/06, em Paris, da *Reunião do Conselho Ministerial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)* e de reunião em nível ministerial (miniministerial) da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na *ministerial da OCDE*, o tema central foi política industrial e suas relações com comércio internacional e desenvolvimento sustentável. O Brasil, embora não seja membro da OCDE, participa formalmente de 35 comitês ou instâncias da organização, em áreas como

tributação, investimentos, finanças, combate à corrupção, ciência e tecnologia, trabalho e emprego, educação, saúde e combate à lavagem de dinheiro.

Por sua vez, na *miniministerial da OMC*, organizada pela Austrália, foi debatido o fortalecimento do sistema multilateral de comércio baseado em regras e reafirmado, pelo Brasil, da importância de uma reforma substantiva e equilibrada da Organização, capaz de preservar sua centralidade, reforçar sua função negociadora e assegurar a plena restauração do sistema de solução de controvérsias. O Brasil defendeu uma OMC mais eficaz, previsível e responsiva aos desafios contemporâneos do comércio internacional, em benefício do desenvolvimento e da segurança econômica de seus membros.

G7 reúne em Evian, França, de 15 a 17 de junho

Com a presença até agora confirmada do presidente Trump, o G7 reúne em Evian para discutir uma agenda que, pelos propósitos declarados, pretende contribuir nas reduções das desigualdades globais. O presidente Lula, convidado do G7 vai também comparecer ao evento. Especula-se se haverá algum encontro reservado de Lula e Trump. A saúde não tem recebido grande atenção no processo desenvolvido até aqui; contudo a crise do surto de Ebola poderá trazer menções ao caso na Declaração final dos líderes. Nossos analistas do G7 estão acompanhando o processo e trarão uma cobertura ampla do evento das economias mais ricas do planeta no próximo fascículo.

Comitê Executivo da OPAS reúne para definir agenda do Conselho Diretor de outubro

A reunião se realiza em Washington, D.C., de 15 a 18 de junho, para definir a agenda do CD da OPS (a assembleia da saúde das Américas). O Comitê Executivo é integrado por nove Estados membros da Organização, eleitos pela Conferência ou pelo Conselho por períodos superpostos de três anos. O Comitê, que se reúne duas vezes por ano, atua como grupo de trabalho da Conferência ou do Conselho. A agenda da reunião encontra-se em: https://www.paho.org/sites/default/files/2026/06/ce178-wp-program-meetings-por-web.pdf O elenco de temas reflete, em parte, a agenda da Assembleia Mundial da Saúde na região, a exemplo da "Estratégia para fortalecer a gestão do risco e de emergências de saúde em prol da segurança sanitária 2026–2031" ou do "Plano de ação sobre a resistência aos antimicrobianos 2027–2031". O Brasil será representado pela chefe da AISA/MS, ministra Marise Ribeiro Nogueira.

Copa do Mundo estranha

Em todas as 17 Copas do Mundo que "vivi" até hoje, as primeiras tendo notícias por revistas e jornais, depois, a partir de 1970, em pequenas TVs preto-e-branco, e, finalmente, por telões ou tevezões, o clima era de alegria, emoção, expectativas, enfim, dias lindos de viver com amigos e parentes, e com a multidão. Também a Copa dos "antigos" EUA, em 1994. A *copaTrump* é algo quase triste, pesada, com delegações sendo tratadas como marginais, quase inimigas. A polícia de imigração dos EUA está produzindo terror. Uma pena, que um esporte que galvaniza bilhões de pessoas em todo o mundo, esteja sendo fonte de sustos e preocupações, com Infantino, o presidente da Fifa, representando um dirigente de joelhos diante de um poder violento e discricionário. Lamentável! (*Nota do editor PB*).

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das **Nações Unidas**, ***Alcázar*** nos traz mais um alerta ao insistir em repetir o que todos sabem: *as 3 ideias-pilares da Carta da ONU*. Explora o significado daquelas ideias e comenta que para torná-las operacionais é preciso solidariedade e deixar de lado todos os fatores que impedem a sua realização. Recorda que a história da ONU foi marcada por dois períodos: a *Guerra Fria*, que incentivou a corrida armamentista e deixou de lado as 3 ideias-pilares; *a expansão descontrolada do capitalismo ao final da Guerra Fria*, que também deixou de lado aquelas 3 ideias-pilares. Hoje, o momento é de ruptura. É importante que nesse mundo novo que está para nascer possamos preservar as 3 ideias-pilares, sem as quais ficaremos ameaçados.

O informe de ***Gaspar e De Negri Filho*** examina os *relatórios de Attiya Waris ao Conselho de Direitos Humanos (2026)* em diálogo com seus textos sobre *economia política dos direitos humanos.* Argumenta-se que dívida soberana, tributação internacional e fluxos financeiros ilícitos estruturam as possibilidades concretas de realização dos direitos humanos. A autora demonstra que a escassez fiscal é socialmente produzida por uma arquitetura econômica global desigual, que limita a capacidade dos Estados de assegurar acesso equitativo a serviços e bens públicos. Conclui-se que a efetivação dos direitos humanos depende da transformação das bases fiscais e financeiras globais, sendo, portanto, uma questão essencialmente política

O artigo de ***Reges, Bermudez e Galvão*** aborda que a *79ª Assembleia Mundial da Saúde* ocorreu em um contexto marcado por restrições financeiras, fragmentação da cooperação internacional e crescente contestação das estruturas tradicionais da governança global da saúde. Este artigo analisa três debates centrais que emergiram durante a Assembleia: a resposta ao *surto de Ebola Bundibugyo* na República Democrática do Congo; a aprovação do novo *Plano Global de Resistência Antimicrobiana (2026–2036)*; e o lançamento do processo de *Reforma da Arquitetura Global da Saúde*. Em conjunto, esses temas evidenciam desafios estruturais relacionados à preparação para emergências, ao financiamento sustentável, à transferência de tecnologia, à soberania sanitária e à distribuição de poder no sistema internacional. Enquanto o Ebola expõe vulnerabilidades persistentes em contextos de conflito e fragilidade institucional, a resistência antimicrobiana revela tensões entre inovação, acesso e equidade. Já o debate sobre a reforma da arquitetura global sugere que os principais desafios da saúde global contemporânea transcendem questões organizacionais e envolvem disputas mais profundas sobre poder, conhecimento, financiamento e capacidade de decisão.

Svarch e Tobar argumentam que a discussão sobre medicamentos está mudando, passando de uma ênfase na inovação ("o novo medicamento") para uma preocupação mais ampla com a disponibilidade, a acessibilidade e a soberania em saúde ("o medicamento necessário"). O principal desafio não é mais apenas o desenvolvimento de novas terapias, mas

garantir que os sistemas de saúde possam financiá-las, produzi-las e distribuí-las de forma sustentável e equitativa.

Magalhães e Galvão abordam temas na área de **saúde e ambiente**. O artigo analisa o relatório Multilateral Pathways to Just and Healthy Transitions (GCHA/HCWH), a confirmação oficial de um novo evento El Niño (80% de probabilidade de intensificação entre junho e agosto de 2026), com consequências documentadas sobre doenças vetoriais, cólera e mortalidade por calor e as reuniões de Bonn. A conclusão geral é que saúde humana e saúde planetária são inseparáveis, e que qualquer transição energética que ignore os determinantes de saúde é, por definição, injusta. Conclui-se que a construção de coalizões entre a agenda da saúde e a diplomacia climática representa uma estratégia política mais duradoura e legítima do que abordagens puramente técnicas ou geopolíticas.

O artigo de ***Peres*** informa que, pautada pelos grandes desafios que marcam o mundo do trabalho na atualidade, a *114ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT)* teve início no último dia 1º de junho, na sede da Organização, em Genebra. Entre os temas principais, encontram-se: a proposta de uma Convenção sobre o trabalho decente na economia de plataformas, que busca trazer marcos normativos e protetivos ao imenso contingente de trabalhadores que realizam suas atividades de trabalho mediadas por plataformas digitais, operadas por algoritmos, produzindo contextos de extrema vulnerabilização e precarização das condições de trabalho; e a discussão sobre estratégias para a promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho, como caminho para superar as históricas barreiras estruturais que continuam a dificultar o acesso equitativo de homens e mulheres a oportunidades de emprego, cargos e progressão de carreira. Ecos da crise geopolítica contemporânea e da histórica disputa entre capital e trabalho são ouvidos desde as primeiras sessões, dando a tônica das discussões em plenários e nas comissões. E devem influenciar os produtos previstos para serem entregues, ao final da Conferência, como contribuição para enfrentar os desafios colocados para o mundo do trabalho contemporâneo. Que prevaleçam, nesses produtos finais, a manifestação inequívoca da importância do diálogo social e do multilateralismo para a solução de conflitos e disputas, e o respeito imprescindível aos direitos fundamentais de trabalhadoras e trabalhadores.

O informe elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** apresenta três temas de grande relevância na temática das migrações nas últimas semanas. Primeiro, comentamos sobre o importante lançamento da *Comissão Lancet sobre Saúde, Conflito e Deslocamento,* coordenada pelo Centro Johns Hopkins para a Saúde Humanitária, que foi estabelecida para endereçar as falhas do sistema humanitário e seus impactos sobre a saúde das pessoas afetadas por conflitos armados e deslocamentos forçados. Em seu sumário executivo, a Comissão examina as barreiras sistêmicas e as condições facilitadoras que influenciam as ações humanitárias e propõe um programa integrado para transformação estrutural, baseado na redistribuição de poder, recursos e incentivos, representando um marco muito importante na agenda de pesquisa em migrações e saúde. Ademais, discutimos *como as migrações e o refúgio foram abordados na Assembleia Mundial da Saúde,* que ocorreu em maio deste ano. Em meio à Assembleia, foi realizado um evento paralelo de alto nível, promovido pelo governo da Espanha e copatrocinado pelos governos do Brasil, Colômbia, Egito e Nepal, em que os países e parceiros se reafirmou necessidade de fortalecer a saúde de migrantes e refugiados, com foco na transformação de compromissos políticos globais em abordagens práticas para melhorar o acesso a serviços de saúde em sistemas nacionais mais inclusivos. Por fim, debatemos o novo *surto de Ebola na República Democrática do Congo e em Uganda,* que

tem como contexto uma grave crise humanitária, fluxos irregulares de migração e deslocamentos forçados, que ampliam os riscos de transmissão de doenças infecciosas, em especial entre pessoas em situação de vulnerabilidade, e seu impacto sobre políticas migratórias no mundo.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, ***Vilella, Massari e Gomes*** afirmam que a *gravidez infantil* decorrente de violência sexual constitui uma grave violação dos direitos humanos e um importante desafio para as políticas de proteção à infância e à adolescência. Este artigo discute os *impactos da violência sexual sobre meninas no Brasil*, analisando os obstáculos para o acesso ao aborto previsto em lei e os desafios para a efetivação dos direitos reprodutivos. A partir de dados nacionais e internacionais, evidencia-se que restrições institucionais, desigualdades territoriais e disputas políticas dificultam o exercício de direitos legalmente assegurados. O texto examina ainda as recentes mudanças normativas relacionadas ao atendimento de crianças vítimas de violência sexual, situando-as em um contexto global de contestação aos direitos sexuais e reprodutivos.

No campo da **segurança alimentar e nutricional global**, ***Nilson, William e Oliveira e Silva*** discutem as recomendações globais no *Dia Mundial da Segurança dos Alimentos de 2026* e as novas evidências sobre a carga global das doenças transmitidas por alimentos. Os autores sugerem a ampliação da abordagem da questão para além da forma mais convencional, focada somente nos aspectos dos contaminantes biológicos, químicos e físicos dos alimentos, para trazer um novo conceito de dupla carga da insegurança dos alimentos, com impactos advindos da contaminação bem como dos padrões alimentares não saudáveis, como o consumo de produtos ultraprocessados.

Cazumbá analisa as **instituições financeiras internacionais**, o *Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e a Agência Internacional de Energia*, informando que se reuniram no mês de maio para analisar o cenário preocupante para os setores da economia e de energia global, atingidos pela indefinição do conflito no Oriente Médio. As instituições se comprometeram em apoiar e traçar diretrizes para conter os impactos negativos advindos deste conflito nos países, especialmente os mais vulneráveis.

Tavares trata da cooperação entre os **Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs**) e a **Organização Mundial da Saúde (OMS**), sobretudo através da *Plataforma de Investimentos de Impacto na Saúde* (“*Health Impact Investment Platform” — HIIP*). Esta Plataforma possui como membros fundadores a *OMS, o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), o Banco Europeu de Investimento (EIB) e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB).* Nesta parceria, a OMS fornece orientação técnica e padrões globais; e os bancos oferecem o financiamento e a execução de projetos em nível nacional e regional. Seu objetivo é o de fortalecer a *atenção primária de saúde* (APS), tornando os serviços resilientes a crises (como pandemias) e às mudanças climáticas *em países de baixa e média renda*. Aqui são detalhadas as principais iniciativas dos três BRDs fundadores, em conjunto com a OMS, na Plataforma HIIP.

Chamas e Cesário analisam desenvolvimentos recentes da *governança multilateral* envolvendo a **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** e a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. O informe analisa desenvolvimentos recentes da governança econômica internacional a partir das interações entre comércio, meio ambiente, energia, transferência de tecnologia e propriedade intelectual. Examina os debates realizados durante a *Semana de Comércio e Meio Ambiente da OMC* de 2026, destacando iniciativas voltadas ao fortalecimento

da cooperação em temas como mudanças climáticas, biodiversidade, bens ambientais e comércio sustentável. O texto também aborda as ações coordenadas da *Agência Internacional de Energia*, do *Fundo Monetário Internacional*, do *Banco Mundial* e da *Organização Mundial do Comércio* diante dos impactos econômicos e energéticos decorrentes do conflito no Oriente Médio. Particular atenção é dedicada à avaliação da *UNCTAD* sobre os efeitos das interrupções no Estreito de Ormuz para economias vulneráveis, especialmente países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Por fim, analisa o relatório da *Organização Mundial da Propriedade Intelectual* sobre métodos de valoração de patentes essenciais a padrões e licenciamento FRAND, enfatizando os fundamentos econômicos de práticas de licenciamento justas, razoáveis e não discriminatórias.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa,*** monitoraram *62 organizações da sociedade civil*, das quais *44* apresentaram manifestações relevantes para este informe. Entre as **organizações de interesse público**, os temas mais recorrentes foram: doenças transmissíveis, crises humanitárias, equidade em saúde, mudanças climáticas, direitos humanos e governança global da saúde. O agravamento do surto de Ebola na RDC recebeu ampla atenção, com alertas sobre a ausência de vacinas e tratamentos aprovados para a variante Bundibugyo. Houve ainda manifestações sobre HIV/aids, dengue, doenças negligenciadas e prevenção da pneumonia infantil. As crises humanitárias no Líbano, na Palestina e no Sudão do Sul ocuparam posição de destaque, com denúncias de ataques a serviços de saúde, de deslocamentos forçados e de insegurança alimentar. As desigualdades de gênero, os direitos territoriais indígenas e a justiça climática foram outros temas mencionados. As discussões sobre governança global da saúde foram estimuladas pela realização da 79ª Assembleia Mundial da Saúde, que também mobilizou a sociedade civil a se manifestar sobre atenção primária, cobertura universal e paz. Entre as **organizações de interesse privado,** predominaram temas relacionados à preparação para pandemias, vigilância epidemiológica, financiamento internacional, desenvolvimento de vacinas e fortalecimento dos sistemas de saúde, com destaque para iniciativas voltadas ao enfrentamento do Ebola, à proteção de profissionais de saúde em conflitos armados e à resposta a emergências sanitárias e climáticas.

De Negri e De Negri Filho na seção de Panorama Político-Econômico, analisam a greve *geral em curso na Bolívia* contra o neoliberalismo extrativista, onde a resistência popular — camponeses, mineiros, setores indígenas — confronta a repressão estatal e o apoio estrangeiro ao presidente Paz. Nas Spring Meetings do FMI, o MENAFem expõe o silêncio violento da normalidade: as armadilhas dívida-austeridade funcionam como uma crise feminista, transferindo trabalho de cuidado não remunerado para as mulheres. Diante do *Super El Niño,* examinam como a proibição das drogas impulsiona a destruição ambiental, empurrando a produção para fronteiras biodiversas e financiando a mineração ilegal. O *Lancet Countdown 2026* revela o aumento da mortalidade por calor e a expansão da transmissão da dengue na Europa. Concluem com uma proposta econômica feminista — cancelamento da dívida, justiça fiscal, sistemas públicos de cuidado, governança democrática — como central para desmantelar uma arquitetura global falida que prioriza credores em vez de vidas. Na seção de Saúde, denunciam a captura corporativa do NHS britânico pela Palantir, a misoginia dos Estados-Membros da OMS exposta na WHA79, e o estudo da Lancet que projeta até 22,6 milhões de mortes excessivas até 2030 devido a cortes na ajuda oficial ao desenvolvimento.

Ungerer, Kastrup e Monteiro informam que o principal destaque do **UNOSSC** foi a promoção de seu *Marco Estratégico 2026-2029* e da proposta de criação da *Global Alliance on South-South and Triangular Cooperation*. A iniciativa busca conectar países em desenvolvimento

a financiamento, conhecimento, tecnologias e parceiros de implementação, fortalecendo o papel do Sul Global e refletindo uma tendência crescente de utilização de alianças multissetoriais para acelerar a implementação dos ODS.

O **G77 e China** concentrou suas intervenções na *Iniciativa ONU80* e na reforma do sistema de desenvolvimento da ONU. O Grupo defendeu a centralidade do desenvolvimento e da erradicação da pobreza, a preservação dos mandatos de desenvolvimento, o fortalecimento do financiamento ao sistema ONU e a ampliação do apoio aos países em desenvolvimento. Também reiterou que as reformas devem ser conduzidas pelos Estados-membros, de forma transparente e inclusiva, sob supervisão da Assembleia Geral e do ECOSOC.

Sobre a **cooperação Sul-Sul do Brasil**, a ABC destacou iniciativas de cooperação Sul-Sul e multilateral voltadas à proteção da infância, segurança alimentar, integração regional e desenvolvimento sustentável. Entre os destaques estão a divulgação de um balanço de 11 anos da *parceria Brasil-UNICEF*, a apresentação da experiência brasileira de *alimentação escolar em evento da FAO*, o fortalecimento da *cooperação técnica com o Suriname* em áreas estratégicas para a Amazônia e a repercussão do *Relatório Anual 2025 da ONU no Brasil*. Em conjunto, as iniciativas reforçam a projeção internacional de políticas públicas brasileiras e o papel da cooperação como instrumento de desenvolvimento, integração regional e implementação da Agenda 2030.

O **Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)** concentrou sua atuação na defesa da solidariedade entre países do Sul, na cooperação em saúde e nos impactos das sanções unilaterais. Destacaram-se a intervenção do Vietnã em apoio a Cuba na ONU, a ampliação da cooperação Cuba-Vietnã em saúde e envelhecimento e os desafios enfrentados por Uganda, atual presidente do Movimento, diante do surto de Ebola. As iniciativas reforçam temas centrais da agenda do MNA, como soberania, acesso equitativo à saúde e fortalecimento da cooperação Sul-Sul.

O **Centro Sul** destacou debates sobre adaptação climática na SB64 e sobre as desigualdades no comércio global de serviços, defendendo maior espaço para os países em desenvolvimento na governança digital e econômica. Também publicou estudo alertando que regras de comércio digital podem limitar a capacidade regulatória dos países sobre dados e inteligência artificial.

Hoirisch informa que o governo dos Estados Unidos propôs uma tarifa adicional de 25% sobre importações brasileiras. A medida está ligada a uma investigação do Representante Comercial dos EUA (USTR), que mira o sucesso do Pix, a regulação de *big techs* e o avanço de meios de pagamento alternativos ao dólar, como o BRICS Pay. O documento inclui tantas exceções que deixa claro que seu objetivo é atacar o Pix, citado vinte vezes. Para entender a taxação adicional é preciso analisar a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA publicada em novembro de 2025. No documento, os EUA declaram que desejam aumentar sua economia dos atuais US$ 30 trilhões em 2025 para US$ 40 trilhões na década de 2030 para colocar o país em uma posição invejável e manter seu status como a principal economia do mundo. Décadas negligenciando outras potências, especialmente a China, permitiram um avanço sobre espaços estratégicos na América Latina. Para reverter esse cenário, os EUA afirmam na Estratégia que devem aproveitar o atual contexto político regional para ampliar sua influência acelerando esforços, inclusive utilizando sua influência nas áreas de finanças e tecnologia para induzir os países a rejeitarem a assistência de “certos atores estrangeiros” [China]. É nesse contexto que ficam claras as intenções de Washington: apesar de o ataque ao Pix atender aos interesses das

empresas financeiras estadunidenses, o objetivo central é afastar o Brasil da China e, de forma mais ampla, dos BRICS para que os EUA ampliem sua influência.

O informe de ***Burger, Estephanio e coautores*** analisa as *novas diretrizes globais para a renegociação de dívidas soberanas*, detalhando o funcionamento prático do modelo lançado pelo **G20** e pelo *Clube de Paris* para orientar esses acordos. O texto aborda as diferentes modalidades de alívio financeiro, as exigências de igualdade de condições entre credores públicos e privados e as salvaguardas contratuais previstas. Por fim, apresenta-se uma avaliação crítica sobre os impactos negativos da rigidez desse roteiro burocrático e as oportunidades perdidas para a modernização do sistema financeiro internacional. A Cúpula do **G7** de Évian (15–17 de junho de 2026) ocorre num contexto de volatilidade geopolítica, marcado pela crise do Estreito de Ormuz e pela guerra na Ucrânia. A França aposta no deslumbre diplomático para manter Trump engajado, enquanto tensões logísticas com a Suíça e recomendações dos grupos de engajamento compõem os bastidores do evento. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a organização e a promoção do encontro ministerial da própria OCDE, um panorama sobre perspectivas e projeções da economia mundial e três estudos variados sobre temas de economia agrícola e saúde.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** informam que as *eleições na América do Sul* têm movimentado a política nacional e internacional. Peru, Colômbia e Brasil já sentem o efeito da corrida eleitoral que deverá definir novos caminhos ideológicos para a região. Na Argentina, no Chile e na Bolívia, as políticas de austeridade e as tensões políticas têm se desdobrado nas ruas. No México, a intervenção externa na política nacional tem vindo, segundo o governo, de setores sociais estadunidenses. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o *Organismo Andino de Saúde* Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre recursos humanos em saúde e câncer infantil ; a *Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA)* participou em eventos sobre Mecanismo Regional para Avaliação Conjunta de Medicamentos e Vacinas e colaboração com a Espanha e a *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)* promoveu eventos para discutir povos indígenas e o El Niño.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, analisa acontecimentos recentes relacionados à saúde pública, integração regional e desenvolvimento econômico no continente africano. O principal destaque é o avanço do *surto de Ebola* causado pela variante Bundibugyo na República Democrática do Congo e em Uganda. Diante da rápida disseminação da doença, o *CDC África e a Organização Mundial da Saúde* lançaram *um Plano Conjunto Continental de Preparação e Resposta* para o período de junho a novembro de 2026. O plano busca mobilizar centenas de milhões de dólares para fortalecer ações de vigilância epidemiológica, diagnóstico laboratorial, controle de infecções, cuidados clínicos, logística e participação comunitária. As autoridades alertam que a ausência de vacinas e tratamentos específicos para essa variante aumenta os riscos de expansão regional. O documento destaca ainda a mobilização política e financeira de governos africanos, organismos multilaterais e parceiros internacionais para evitar uma crise sanitária de maiores proporções. O Fundo Pandêmico anunciou apoio financeiro superior a duzentos milhões de dólares para ampliar a capacidade de resposta e reforçar sistemas de saúde em países prioritários da África Central e Oriental. Outro tema relevante é a celebração dos cinquenta e um anos da CEDEAO. A organização reafirma seu compromisso com a integração regional, a livre circulação de pessoas, o fortalecimento democrático, a segurança coletiva e o desenvolvimento econômico. A mensagem institucional enfatiza os desafios atuais relacionados ao terrorismo, mudanças

climáticas, pobreza e insegurança alimentar, defendendo maior cooperação entre os Estados membros. O informe também apresenta iniciativas voltadas para a autossuficiência regional na produção de arroz até 2035. Em encontro promovido pela CEDEAO e parceiros financeiros internacionais, governos e investidores discutiram estratégias para ampliar infraestrutura agrícola, irrigação, mecanização e financiamento rural. O objetivo é reduzir a dependência das importações e fortalecer a segurança alimentar da África Ocidental. Por fim, o texto aborda a política migratória dos Estados Unidos para o continente africano, destacando a possível redução de embaixadas e consulados autorizados a emitir vistos, medida associada ao endurecimento das restrições migratórias norte americanas

No seu informe sobre a **Europa**, ***Freire*** sinaliza que a *questão migratória* foi o tema de destaque da quinzena europeia, com a finalização das discussões e obrigatoriedade de implementação do *Novo Pacto de Migração e Asilo*. O acordo entre Conselho e Parlamento Europeu cria novas regras para deportação de migrantes irregulares, incluindo centros de retorno fora da UE, maior poder de detenção e deportação, buscas em residências e restrições de benefícios sociais para quem não cumprir ordens de saída. Organizações de direitos humanos criticam as medidas por ampliarem a criminalização da imigração. Em contraste com esse endurecimento, a *Espanha* avança na regularização e Portugal registrou aumento da natalidade impulsionado por mães imigrantes, destacando o papel da imigração diante do envelhecimento populacional europeu. Outro destaque foi a *cúpula em Montenegro* sobre ampliação da União Europeia, onde líderes defenderam acelerar a integração dos Bálcãs Ocidentais e manter abertas as perspectivas de adesão para Ucrânia e Moldávia, argumentando que a expansão é estratégica para a segurança europeia. A guerra na Ucrânia continua dominando a agenda de segurança. A UE discute um novo pacote de sanções à Rússia, incluindo o adiamento da revisão do teto do preço do petróleo russo após a alta provocada pelo fechamento do Estreito de Ormuz. Por fim, a Comissão Europeia lançou o *OceanEye,* um plano de 92 milhões de euros para criar uma rede global de observação oceânica com satélites, sensores submarinos, drones e inteligência artificial. A iniciativa combina objetivos científicos, climáticos e de segurança marítima, posicionando a EU como principal potência em monitoramento, coleta de dados e inteligência sobre os oceanos até 2035.

Em seu artigo sobre a **China**, ***Lobato e parceiros*** informam que chanceleres se reuniram no *5º Diálogo Estratégico Global entre Brasil e China,* Vieira diz que relação é baseada na defesa da independência, da solidariedade e da cooperação internacional; Wang, que a China valoriza a longa adesão histórica do Brasil ao princípio de Uma Só China e apoia os esforços brasileiros na defesa de sua soberania nacional. Em maio, o chinês presidiu a reunião do *Grupo de Amigos da Governança Global,* na sede das Nações Unidas, em Nova York, sob o tema "*Reformar e Aprimorar a Governança Global, Trabalhando Juntos para Enfrentar os Desafios Globais".* Na África, a cooperação no combate ao Ébola mostra a relevância da solidariedade sanitária internacional. Já no espaço sideral, uma mulher nascida em Hong Kong integrou a missão Shenzhou 23. Um homem da Região Administrativa de Macau e outro da República Islâmica do Paquistão estão em treinamento do programa espacial. O Brasil lançou uma campanha para atrair turistas chineses.

O texto de ***Garay*** propõe que a hiperconectividade moderna gera estresse crônico e desregulação do cortisol. Sugere que “desligar-se” pode melhorar a saúde física, mental e social. Estilos de vida simples e comunitários estão associados a maior bem-estar e resiliência. Critica sistemas econômicos extrativos, desigualdade e militarização global. A vida regenerativa é apresentada como alternativa baseada em ecologia, comunidade e sustentabilidade.

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

Seminário Avançado da Fiocruz debate saúde e trabalho no mundo no dia 17 de junho, com a Conferência Internacional do Trabalho da OIT de 2026 como pano de fundo

O próximo *seminário avançado da Fiocruz em saúde global e diplomacia da saúde* vai se debruçar sobre **Saúde e Trabalho no mundo,** tendo como pano de fundo a *114ª. Conferência Internacional do Trabalho da OIT*, que se realizou em Genebra, de 1º. a 12 de junho de 2026.



1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável começa em 30 de junho, em Brasília



Com o tema "*A Agenda 2030 no Brasil: Fortalecer a Democracia e Defender os Direitos Humanos para a construção coletiva de um novo modelo de desenvolvimento socialmente justo*

e inclusivo, ambientalmente responsável e economicamente viável", o governo brasileiro realiza a inédita conferência sobre ODS no Brasil, com os objetivos de:

- Ajustar a narrativa da Agenda 2030 no Brasil, enfatizando seu papel na promoção dos direitos humanos, no fortalecimento da democracia e suas instituições, e como instrumento de planejamento e desenvolvimento territorial, permitindo o avanço eficaz de políticas públicas de combate às desigualdades e a ampliação de captação de recursos para investimentos em cidades e territórios resilientes, inteligentes e mais igualitários.
- Mobilizar e sensibilizar diversos segmentos sociais e institucionais brasileiros para engajamento na Agenda 2030, ampliando o entendimento e o compromisso público com os ODS.
- Avaliar a implementação dos ODS em diferentes territórios do Brasil, identificando avanços, desafios e oportunidades concretas para acelerar resultados.
- Identificar e coletar propostas oriundas de experiências locais, regionais e nacionais já em curso, valorizando as boas práticas e articulando iniciativas eficazes.
- Coordenar processos de articulação institucional, envolvendo múltiplos atores sociais, governamentais e do setor privado, visando implementar medidas, políticas públicas e marcos normativos que fortaleçam a territorialização dos ODS.
- Estimular, incentivar e contribuir para a institucionalização da Agenda 2030 em todos os níveis, esferas governamentais e sociedade civil, garantindo sua incorporação estratégica nas políticas públicas brasileiras.
- Difundir e dar escalabilidade para boas práticas relacionadas aos ODS, promovendo o intercâmbio de experiências exitosas e inovadoras entre diferentes regiões e setores da sociedade.

Os principais documentos e normativas relacionadas com a Conferência estão em https://www.conferenciaods.org/documentos e em https://www.conferenciaods.org/duvidas você poderá entender como pode participar e tirar todas as demais dúvidas sobre a importante conferência.

Brasil discute desenvolvimento sustentável na reunião do Conselhão

A 7ª Reunião Plenária do *Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS)*, o Conselhão, foi realizada na quarta-feira, 10 de junho, no Palácio Itamaraty. A reunião teve como mote "*Da soberania nacional ao protagonismo global*".

O Brasil é um dos países que mais tem valorizado a Agenda 2030 e o desenvolvimento sustentável, desde a recriação do CDESS (que havia sido eliminado no governo Bolsonaro), por decreto assinado pelo presidente Lula em 4 de maio de 2023. O colegiado é responsável pelo assessoramento do presidente da República na formulação de políticas públicas e diretrizes de governo.

A Reunião do Conselho reuniu autoridades governamentais, sociedade civil e o empresariado para focar em metas de desenvolvimento nacional até 2035 e políticas sustentáveis. O presidente afirmou que os avanços econômicos devem ser acompanhados por ações que reduzam as desigualdades e promovam mais inclusão social. O que é importante é que aos poucos a gente vai colocando a parte mais vulnerabilizada e mais pobre da população dentro do orçamento do país, levando a sério a educação, saúde, legalização de terras indígenas,

demarcação de zonas tanto no oceano, quanto na floresta, a questão dos quilombolas", disse Lula.

Para o chanceler Mauro Vieira, "nesses últimos anos, o Brasil esteve à frente de importantes processos multilaterais, como as presidências do G20 e do BRICS, tendo sediado ano passado a COP30 em Belém. Em todas essas ocasiões, reafirmamos a vocação universalista da diplomacia brasileira em nosso compromisso com o multilateralismo, o diálogo e a cooperação internacional", complementou o ministro.

Leia mais em: "Aos poucos, vamos colocando a parte mais sensível e pobre da população dentro do orçamento", diz Lula na 7ª Reunião do Conselhão — Planalto

Pesquisadora da Fiocruz vence o Prêmio Christophe Mérieux 2026 por pesquisas em doenças infecciosas



A pesquisadora da Fiocruz, *Beatriz Grinsztejn*, foi anunciada como a vencedora do Prêmio Christophe Mérieux 2026. Concedido anualmente pelo Institut de France e pela Fundação Christophe e Rodolphe Mérieux, a honraria reconhece trajetórias de excelência na pesquisa de doenças infecciosas em países em desenvolvimento. Beatriz chefia o Laboratório de Pesquisa Clínica em IST e Aids (LapClin Aids) do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz) e é a atual presidente da International Aids Society (IAS). O prêmio será entregue em uma cerimônia prevista para o mês de junho, em Paris. Beatriz é a segunda pesquisadora do INI/Fiocruz a receber esta distinção; a primeira foi a pesquisadora Patrícia Brasil, em 2018, por seus estudos sobre o vírus Zika. Coordenado por Beatriz, o projeto vencedor é intitulado *Da Evidência à Ação: Pesquisa Pioneira em HIV, ISTs e Infecções Emergentes para Fortalecer a Saúde Pública na América Latina* (no original, *From Evidence to Action: Pioneering Research on HIV, STIs, and Emerging Infections to Strengthen Public Health in Latin America*). A iniciativa busca gerar dados científicos que orientem políticas nacionais e debates globais, focando na redução de desigualdades na prevenção e no cuidado em saúde. O programa integra modelos baseados na comunidade e tecnologias de prevenção de longa duração, consolidando a liderança do Brasil em ciência de implementação. Beatriz Grinsztejn é reconhecida internacionalmente por construir um dos programas de pesquisa mais influentes do Sul Global. Com uma carreira marcada pelo rigor intelectual e pela inovação, a pesquisadora tem atuado de forma pioneira, antecipado cenários no tratamento antirretroviral e em estratégias de prevenção, além de liderar respostas rápidas a novos patógenos e doenças reemergentes, como a mpox. A justificativa do prêmio destaca que a pesquisadora possui uma capacidade rara de transformar avanços biomédicos em soluções de saúde escaláveis para populações historicamente desassistidas. Sob sua liderança, o INI/Fiocruz consolidou-se como um dos centros mais produtivos da América Latina, capaz de gerar evidências de alta qualidade mesmo durante emergências de saúde pública. O prêmio não apenas celebra suas conquistas individuais, mas também o ambiente colaborativo que ela cultivou, formando novos investigadores e fortalecendo a infraestrutura científica da região para uma resposta de saúde pública mais resiliente e justa.



Congresso do Consortium of Universities for Global Health (CUGH) e ALASAG em Lima (fevereiro de 2027)

O *Consórcio de Universidades para Saúde Global (CUGH)* vai realizar em Lima, de 25 a 28 de fevereiro de 2027, associado com a *Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG*), sua 18ª. conferência anual com o tema "*Transformando a Saúde Global: Parecerias, poder, liderança e tecnologia num mundo em rápida transformação*". Maiores informações sobre o congresso podem ser obtidas e as inscrições realizadas em: https://cughlima2027.org/

Curso Residencial sobre Ética y Métricas de la Equidad Sostenible en Salud

Local: Ecoaldea Valyter, España; Edición en español: 13–17 julio 2026. Edición en inglés: 10–14 agosto 2026.
Curso residencial internacional e interdisciplinario centrado en salud pública, justicia climática, sostenibilidad, ética y equidad en salud. El programa combina seminarios académicos, aprendizaje colaborativo, vida comunitaria y experiencias ecológicas prácticas en Ecoaldea Valyter. Organizado por Sustainable Health Equity Movement (SHEM) y Ecoaldea Valyter, con participación académica de ELAM (Cuba), el Centro de Estudios de Doctorado en Desarrollo Regional de la Universidad de Chiapas y el Observatorio de Salud Global y Diplomacia de la Salud de la Fundación Oswaldo Cruz.
Información e inscripción: https://www.valyter.es/curso-residencial-de-equidad-sostenible

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 140 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

====*====

Duas mensagens nos estimulam a persistir, nos *Cadernos*, com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Como diz **Milton Nascimento**, Doutor *Honoris Causa* da Fiocruz, mantemos essa "*estranha mania de ter fé na vida*"; e, como nos impele **Antonio Gramsci**, filósofo marxista italiano, diante dos absurdos que verificamos globalmente, continuamos a nos guiar-pelo "*pessimismo da razão e o otimismo da vontade*".

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* e do *Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 12 de junho de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar

Editor e editores-associados

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Repetir é preciso

Hay que repetirlo

It is necessary to repeat

Santiago Alcázar

Resumo: O presente artigo insiste em repetir o que todos sabem: as 3 ideias-pilares da Carta da ONU. Explora o significado daquelas ideias e comenta que para torná-las operacionais é preciso solidariedade e deixar de lado todos os fatores que impedem a sua realização. Recorda que a história da ONU foi marcada por dois períodos: a Guerra Fria, que incentivou a corrida armamentista e deixou de lado as 3 ideias-pilares; a expansão descontrolada do capitalismo ao final da Guerra Fria, que também deixou de lado aquelas 3 ideias-pilares. Hoje, o momento é de ruptura. É importante que nesse mundo novo que está para nascer possamos preservar as 3 ideias-pilares, sem as quais ficaremos ameaçados.

Palavras-chave: ONU; Carta da ONU; paz e segurança; direitos humanos; desenvolvimento.

Resumen. *El presente artículo insiste en lo que todos ya saben: las 3 ideas-pilares de la Carta de la ONU. Explora el significado de aquellas ideas y comenta que para hacerlas realidad es necesaria la solidaridad y dejar a un lado todo aquello que perturbe su realización. Recuerda que la historia de la ONU estuvo marcada por dos periodos: la Guerra Fría, que incentivó la carrera armamentista y dejó a un lado las 3 ideas-pilares; la expansión descontrolada del capitalismo al final de la Guerra Fría, que también dejó a un lado aquellas 3 ideas-pilares. Hoy, el momento es de ruptura. Es ese mundo nuevo que está por nacer es importante que podamos conservar las 3 idea-pilares, sin las cuales quedaremos siempre amenazados.*

Palabras clave*: ONU; Carta de las Naciones Unidas; paz y seguridad; derechos humanos; desarrollo.*

Abstract. *This article insists in what is common knowledge: the 3 pillars of the UN. It explores briefly on the meaning of those 3 pillars and suggests that to make them operational it is necessary to bring solidarity to the front and leave everything that impedes their full realization. The history of the UN is marked by two distinct periods: The Cold War, that brought forward the Arms Race and left aside the 3 pillars; the uncontrolled expansion of capitalism at the end of the Cold War, that also left aside the 3 pillars. Today we live in a world of rupture. In the new world that will become it is important to keep the 3 pillars, the only guarantee we have to preserve civilization.*

Keywords*: UN; UN Charter; peace and security; human rights; development.*

Às vezes é preciso repetir. Dizer uma ou duas vezes a mesma coisa pode ser necessário. Não se trata de reproduzir palavra por palavra um ditado, uma máxima, uma expressão. Isso pode ser cansativo e poderia revelar algum grau de limitação. Tampouco se trata de dizer e

repetir por esquecimento. *Já te contei da vez que entrei na padaria pensando que era farmácia? Sim! Um milhão de vezes!* Não é isso.

É preciso repetir porque às vezes a ficha não cai e por mais que se repita ela, teimosa, não cai. A ideia fica no ar, como uma nuvem que ensaia formas e figuras sopradas até desaparecer. Outra vez ela surge de passagem numa conversa, por acaso, e não a retemos porque estamos ocupados, porque o sinal abriu, porque alguém nos diz com enorme indelicadeza: *sabe quem morreu?*

Ideias fundamentais às vezes vêm com roupagens simples e, talvez, por isso muitas vezes são confundidas por simplórias e passadas para trás onde são logo esquecidas, como tralhas desligadas de tudo o que nos interessa. Às vezes, no entanto, acontece um milagre e, simples como são, arranjam um modo de ficarem, indeléveis. Foi o que aconteceu com as 3 ideias-pilares da Carta de São Francisco: "paz e segurança", "direitos humanos" e "desenvolvimento".

Cada uma delas expressa anseios universais que "Nós, os povos" aprovamos e defendemos como valores sagrados da humanidade. Do jeito que se apresentam na Carta parecem singelas como uma casa no campo. Não parece que escondam profundidades; mas escondem, muitas e complexas. As 3 ideias-pilares são como etiquetas ou nomes de minas profundas prontas a revelarem o que há debaixo delas.

Cada uma é riquíssima ou, melhor, infinitamente rica, pois a cada camada que se descobre surgem veias inimaginadas que convidam à exploração da exploração da exploração, e assim por diante de maneira exaustiva. Em última instância elas reclamam sair das inúmeras prisões que prendem as vidas em circunstâncias específicas.

Paz exige sair das prisões que conduzem ao conflito. Reconhecimento e respeito aos direitos humanos, que é uma única ideia, reclama sair das prisões que obstaculizam o reconhecimento e respeito do outro, não necessariamente o semelhante. Desenvolvimento reclama sair das prisões que impedem a realização das potencialidades humanas.

Cada uma remete às outras duas e estas, por sua vez, remetem àquela primeira. Paz conduz ao reconhecimento e respeito do outro e ao desenvolvimento. Direitos humanos precisa de desenvolvimento e de paz. Desenvolvimento é o ponto de chegada de paz e direitos humanos, e assim por diante.

A Constituição da OMS também reflete as 3 ideias-pilares e o faz com mais claridade que a Carta, como se pode observar da seleção a seguir de parágrafos do preâmbulo:

> (direitos humanos) *O gozo do mais alto padrão de saúde possível é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, crença política, condição econômica ou social*.
>
> (paz e segurança) *A saúde de todos os povos é fundamental para a conquista da paz e da segurança e depende da plena cooperação dos indivíduos e dos Estados*.
>
> (desenvolvimento) *O desenvolvimento desigual entre os diferentes países na promoção da saúde e no controle de doenças, especialmente as transmissíveis, é um perigo comum*.

Ao assinarem e ratificarem a Carta da ONU e a Constituição da OMS os Estados comprometeram-se a deixar guiar pelas 3 ideias-pilares, que são universais e reconhecidas como tais. Não é por outra razão que o Professor do Centro de Direito da Universidade de Georgetown, Lawrence Gostin, manifestou opinião no Seminário Avançado Fiocruz em Saúde Global e Diplomacia da Saúde "Agenda Global de Saúde 2026: a 79ª Assembleia Mundial da Saúde", segundo a qual os Estados-membros da ONU e da OMS não podem deixá-las. A primeira, disse ele, porque a paz é um valor universal; a segunda, porque a saúde também é um valor universal. Sair de qualquer uma delas significaria negar valores universais, deixando aberta a porta para a barbárie que conduziu a 2ª Guerra, que é o Nunca Mais ao qual não se quis e, supostamente, não se quer voltar. Sair das inúmeras prisões requer uma decisão de solidariedade, que nada mais é do que o impulso de sair de si mesmo para ir de encontro do outro. Sem a solidariedade as 3 ideias-pilares não se tornam operacionais. Mas talvez isso seja pedir demais.

Ao longo dos 81 anos da ONU e dos 79 anos da OMS os Estados-membros deixaram de lado, uma e outra vez, compromissos acordados. As resoluções aprovadas são testemunhos desse lapso. Como máquinas defeituosas que repetem o mesmo ciclo, recordam incontáveis vezes compromissos anteriores, que não seria necessário fazer se tivessem sido efetivados. A leitura desses documentos torna-se assim tortuosa pela repetição, mas é algo que não se pode evitar. Repetir é necessário porque a ficha não caiu, não cai e ninguém sabe se um dia cairá. É preciso repetir.

Poder-se-ia perguntar por que os compromissos não são realizados e a resposta seria porque entre o assentimento e a efetivação há um caminho desconhecido a ser percorrido, com dificuldades de todo tipo que se interpõem e aumentam o desafio a cada passo. Ainda que os Estados-membros tivessem como Norte as 3 ideias-pilares, as dificuldades estariam aí. Seria ingenuidade imaginar que bastaria seguir as linhas do mapa do caminho para chegar a destino. O caminho se faz ao andar, como dizia Antonio Machado. O que está à frente é sempre incerto.

É provável que as dificuldades tenham sido de outra natureza, pois assumimos que os Estados-membros orientavam as suas políticas pelas 3 ideias-pilares. A história das Nações Unidas foi marcada, em grandes linhas, por dois períodos distintos: a Guerra Fria, por mais de 40 anos; a expansão do neoliberalismo desde os anos 1980. Durante o primeiro período, o foco recaiu sobre a ameaça militar à paz e à segurança. Por isso a corrida armamentista e a cegueira para os direitos humanos e o desenvolvimento. No segundo ciclo, as teses neoliberais foram adotadas por quase todos, liberando o caminho para a expansão do capitalismo. Uma das consequências foi o absurdo crescimento do complexo militar-industrial. Outra foi a improvável adoção do capitalismo pela China, que hoje disputa a primazia com os EUA. Enquanto a primeira consequência é um resultado esperado, a segundo causou surpresa e depois incômodo.

A ascensão da China incomoda porque desloca atores menores e ameaça a posição do país hegemônico desde o fim da Guerra Fria. Por um lado, o capitalismo dirigido da China é inegavelmente exitoso, por outro, o capitalismo a serviço de uma elite financeira apresenta rachaduras que podem comprometer o seu futuro. O incômodo põe em marcha a velha lógica da confrontação e o complexo militar-industrial flexiona os seus músculos na academia da moda.

Durante a Guerra Fria o que houve foi uma desonesta disputa pelo poder, que ignorou as 3 ideias-pilares. Na expansão do capitalismo desde o fim da Guerra Fria, a desonestidade intelectual, elemento essencial para aquela expansão, seguiu incólume. As 3 ideias-pilares foram

recordadas pelos quatro candidatos a Secretário(a)-Geral da ONU na sabatina a que foram submetido(a)s em maio. Será suficiente recordar? Como fazer para que elas de fato se tornem guias para as políticas dos Estados-membros?

Um caminho pode ser o uso pelo(a) Secretário(a)-Geral do Artigo 99 da Carta – *O Secretário-Geral pode trazer à atenção do Conselho de Segurança qualquer assunto que em sua opinião pode ameaçar a manutenção da paz internacional e a segurança*.

Na história da ONU, ameaça à paz e à segurança sempre tiveram um cariz militar e sempre foram tratadas pelo Conselho de Segurança (CS). Em julho de 2000, o Conselho de Segurança adotou por unanimidade a resolução S/Res/1308 (2000)[1]. Em dois parágrafos preambulares o Conselho de Segurança acordou reconhecer que a propagação do HIV/AIDS pode ter um impacto devastador em todos os níveis da sociedade; sublinhar que se a pandemia do HIV/AIDS não for controlada poderá haver risco para a estabilidade e a segurança. Foi a primeira vez que o Conselho de Segurança tratou de um assunto não-militar.

Há outras ameaças à paz que não militares ou de saúde. O não-cumprimento do Acordo de Paris é um exemplo. Muitos creem que a mudança climática é a maior ameaça para a humanidade e, certamente, pode representar uma ameaça para a paz, a estabilidade e a segurança. Em 20 de maio, a Assembleia Geral da ONU adotou por 141 votos a favor, 8 contra (Arábia Saudita, Belarus, EUA, Iêmen, Iran, Israel, Libéria, Rússia) resolução intitulada "Opinião Consultiva da Corte Internacional de Justiça sobre a obrigação dos Estados com respeito à mudança de clima"[2]. Em julho de 2025, a Corte havia esclarecido que *proteger o clima não é opção diplomática, mas uma obrigação jurídica baseada em tratados, direito consuetudinário e direitos humanos e os Estados que descumprirem as suas obrigações estarão sujeitos a penas de reparo*. O(A) Secretário(a)-Geral deveria usar o Artigo 99 para apontar essa ameaça à paz.

E por que ficar somente no Acordo de Paris? A Agenda 2030, ao contrário do Acordo de Paris, não é um texto jurídico, mas deixar os ODS como estão (apenas 17% das 169 metas estão no rumo certo; 45% têm avanços insuficientes e existe retrocessos em 18%) pode constituir uma ameaça à paz, à estabilidade e à segurança. O gap financeiro, que é a diferença entre os recursos necessários e os recursos disponíveis, é da ordem de US$ 4 trilhões anuais, aumentando. Enquanto isso os gastos com defesa já superaram a marca de US$ 2,7 trilhões, anuais, também aumentando. De igual modo, o(a) Secretário(a)-Geral poderia fazer uso do Artigo 99 para indicar que existe no incumprimento da Agenda 2030 uma ameaça à paz.

Fala-se muito em reforma da ONU e da OMS. As propostas giram em torno à ideia de "downsizing", que é uma forma de dizer "fazer mais com menos". Soa como um adeus indiferente ao direito para o desenvolvimento não obstante o Compromisso de Sevilha[3]. Soa como adeus ao direito universal à saúde e um convite para cada um por si, como se viu na pandemia da Covid-19. A 79ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde já deixou claro que o Acordo para prevenção, preparação e resposta a futuras pandemias é um instrumento sem dentes. O mecanismo PABS, que permitiria o acesso a patógenos e o compartilhamento democrático de benefícios de modo a garantir a distribuição justa de vacinas e de tratamentos é uma farsa alimentada pelo espírito do segundo período da ONU – a expansão sem controle do capitalismo.

[1] https://unscr.com/en/resolutions/doc/1308/
[2] https://docs.un.org/en/A/80/L.65
[3] https://news.un.org/pt/story/2025/07/1850331

A Carta de São Francisco foi atropelada durante a Guerra Fria. Na expansão sem mesura do capitalismo não serviu para orientar as políticas voltadas para o risco fiscal, aparentemente maior e mais ameaçante que a fome, a pobreza e as inequidades.

Hoje, como nos disse a Professora Ilona Kickbusch, do Centro de Saúde Global do Instituto de Estudos Internacionais e de Desenvolvimento, no Seminário Avançado Fiocruz acima mencionado, o momento é de ruptura. O termo visa substituir "crise". Com efeito, não se trata mais de uma crise, mas de uma ruptura; ruptura da ordem internacional; ruptura do direito internacional; ruptura das normas de convivência; ruptura do bom senso, da racionalidade, das expectativas otimistas. Nada mais é seguro. Tudo é imprevisível a partir de um movimento inexplicável de destruição. A própria civilização está ameaçada de morte.

Dizem que é preciso reformar. Reformem então, mas conservem as 3 ideias-pilares, pois sem elas não seremos nada. Antes disso, é preciso entender que a ameaça à paz pode vir, e virá, pela não implementação plena do Acordo de Paris e da Agenda 2030, os caminhos conhecidos e melhor avaliados para frear a desumanização que nos ameaça.

Imagem – Uma criança ferida no ataque à escola da ONU, na faixa de Gaza, em 30 de julho de 2014, chora enquanto é atendida em um hospital.



Foto: Marco Longari (AFP)

Os custos globais do abandono do multilateralismo

Num mundo interdependente, abandonar a saúde global não reduz custos nem riscos: simplesmente os adia, amplifica e distribui de forma mais desigual

Los costes globales del abandono del multilateralismo

En un mundo interdependiente, abandonar la salud mundial no reduce los costes ni los riesgos: simplemente los pospone, los amplifica y los distribuye de forma más desigual

The Global Costs of Abandoning Multilateralism

In an interdependent world, abandoning global health does not reduce costs or risks: it merely postpones them, amplifies them, and distributes them more unevenly

Federico Tobar e Sebastián Tobar

Resumo: O artigo argumenta que a saúde global se tornou ainda mais crucial precisamente quando o multilateralismo enfrenta uma crise. Analisa, ainda, o enfraquecimento progressivo do multilateralismo à luz da nova abordagem da geopolítica da saúde, que impulsiona a ascensão de perspectivas mais nacionalistas nas relações internacionais, a fragmentação política e a redução do financiamento para agências e programas globais. A conclusão é que a crescente interdependência global — exacerbada pelas mudanças climáticas, pela migração e por doenças emergentes — torna essencial o fortalecimento da cooperação internacional. Abandonar a saúde global não reduzirá as ameaças à saúde, mas sim as tornará mais graves, dispendiosas e desiguais.

Palavras-chave: Multilateralismo; cooperação internacional; bens públicos globais; geopolítica da saúde.

Resumen: *Este artículo sostiene que la salud global se ha vuelto aún más crucial precisamente cuando el multilateralismo enfrenta una crisis. Analiza, asimismo, el progresivo debilitamiento del multilateralismo a la luz del nuevo enfoque de la geopolítica de la salud, que impulsa el auge de perspectivas más nacionalistas en las relaciones internacionales, la fragmentación política y la reducción de la financiación para agencias y programas globales. La conclusión es que la creciente interdependencia global —exacerbada por el cambio climático, la migración y las enfermedades emergentes— hace que el fortalecimiento de la cooperación internacional sea esencial. Abandonar la salud global no reducirá las amenazas para la salud, sino que las agravará, las hará más costosas y desiguales.*

Palabras clave: *Multilateralismo; cooperación internacional; bienes públicos globales; geopolítica de la salud.*

Abstract: *This article argues that global health has become even more crucial precisely when multilateralism is facing a crisis. It also analyzes the progressive weakening of multilateralism in light of the new approach to the geopolitics of health, which drives the rise of more nationalist perspectives in international relations, political fragmentation, and reduced funding for global agencies and programs. The conclusion is that increasing global interdependence—exacerbated*

by climate change, migration, and emerging diseases—makes strengthening international cooperation essential. Abandoning global health will not reduce health threats, but rather make them more severe, costly, and unequal.

Keywords: *Multilateralism; international cooperation; global public goods; geopolitics of health.*

Em 1816, enquanto se preparava para atravessar os Andes a partir de Mendoza para iniciar a campanha de libertação do Chile e do Peru, o governador de Cuyo enviou uma carta a José de San Martín[1] dizendo: "General, o que o senhor pede é impossível". Ao que o Libertador respondeu: "…pode ser, mas é essencial".

O mesmo raciocínio de San Martín deve ser aplicado à saúde global hoje. É precisamente porque a iniciativa multilateral parece impossível que ela se torna cada vez mais essencial. Neste artigo, argumentamos que *abandonar a abordagem da saúde global acarretará custos crescentes para a promoção da saúde em um mundo onde a maioria dos países em desenvolvimento luta para financiar suas respostas na área da saúde.*

O bater de asas de uma borboleta no Brasil gera tornados no Texas

Este foi o título de uma palestra proferida em 1972 por Edward Lorenz[2], um pioneiro da teoria do caos. O fenômeno, desde então conhecido como "*efeito borboleta*", marcou um ponto de virada na explicação de sistemas complexos.

A construção da *aldeia global* exigiu explicações baseadas na interdependência e na complexidade. Múltiplos fenômenos, especialmente aqueles de natureza social, econômica e política, estão interligados em suas causas e consequências. O desenvolvimento de uma abordagem global de saúde segue esse princípio. Ela pode ser definida como o conjunto de conhecimentos voltados para a otimização e a coordenação de esforços para garantir que nossa "*casa comum*[3]*"* seja saudável. Propõe um triângulo a partir do qual suas contribuições podem ser desenvolvidas. No vértice superior está a noção de *bens públicos de saúde*, aqueles cuja produção beneficia a todos. Em outro vértice está a ideia de que o *multilateralismo* constitui o melhor arranjo organizacional para gerar e promover esses bens públicos. Finalmente, o terceiro vértice representa o modus operandi, centrado na *cooperação* como a maneira ideal de produzir bens públicos de saúde globais.

O conceito de *Bens Públicos Globais (BPGs)* surgiu da economia e das relações internacionais para descrever bens cujos benefícios se estendem a toda a humanidade e que

[1] José de San Martín foi um oficial militar sul-americano e líder independentista, considerado uma das figuras principais nas guerras de independência da América do Sul durante o século XIX. Seu projeto mais ambicioso foi preparar um exército em Mendoza para atravessar a Cordilheira dos Andes e derrotar as forças realistas espanholas no Chile. Em seguida, organizou uma expedição marítima ao Peru, considerado o principal bastião espanhol na América do Sul, onde, em 1821, entrou em Lima e proclamou a independência do Peru, sendo nomeado "Protetor do Peru".

[2]Professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), era conhecido como o "pai da teoria do caos". O *efeito borboleta*, formulado por Edward Lorenz, descreve como pequenas variações nas condições iniciais de um sistema podem levar a resultados drásticos e frequentemente imprevisíveis, sendo um conceito central na teoria do caos.

[3] *Laudato Si'* é a encíclica do Papa Francisco que nos convida a cuidar da nossa "casa comum", entendida como a Terra e todos os seus habitantes, promovendo uma conversão ecológica integral. https://www.vaticannews.va/es/papa/news/2025-05/decimo-aniversario-laudato-si-papa-francisco-leon-casa-comun.html

nenhum país, isoladamente, pode fornecer de forma eficaz. No campo da saúde, esse conceito ganhou importância significativa a partir da década de 1990, particularmente com a expansão da globalização, as pandemias e os debates em torno do acesso a medicamentos. Na saúde global, o conceito passou a ser amplamente utilizado por organizações como a Organização Mundial da Saúde, o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, destacando que os riscos à saúde transcendem fronteiras, a proteção de um país beneficia outros e a cooperação internacional é indispensável. A ideia básica por trás dos bens públicos globais na saúde é que alguns problemas de saúde não podem ser resolvidos exclusivamente dentro das fronteiras nacionais e exigem cooperação internacional, pois seus benefícios — ou riscos — afetam toda a humanidade.

As melhores práticas relacionadas à saúde (BPDPs) têm características transnacionais: hoje, em um contexto de riscos à saúde internacionalizados, as doenças e seus determinantes ultrapassam as fronteiras nacionais, e existem riscos compartilhados que exigem uma ação coletiva mais ampla, revisando a responsabilidade e as ações dos países em nível nacional. Nenhum país pode garantir o controle de pandemias sozinho, como vivenciamos com a COVID-19, sendo necessário implantar mais vigilância sanitária global, bem como mecanismos mais equitativos de acesso a medicamentos ou vacinas, como vimos com a epidemia global de HIV/AIDS e o acesso a antirretrovirais, entre outros. Dessa forma, o multilateralismo se mostra um mecanismo eficiente e legítimo para garantir o direito à saúde, coordenar respostas aos desafios ao estado de saúde da população e dos sistemas de saúde, compartilhar informações e construir padrões comuns baseados em evidências científicas e consenso entre os países.

A cooperação em saúde é o conjunto de ações por meio das quais Estados, organizações internacionais, universidades, instituições científicas e organizações sociais trabalham em conjunto para melhorar as condições de saúde das populações, trocar conhecimentos e enfrentar problemas de saúde que excedem as capacidades de um único país.

Paralelamente a uma mudança em direção ao realismo nas relações internacionais, a abordagem multilateral tem sido cada vez mais questionada desde a última década do século XX. Isso começou com a expansão dos acordos comerciais bilaterais, que corroem os princípios de um sistema de comércio global. Um segundo golpe para o multilateralismo veio com a invasão da Crimeia pela Rússia em fevereiro de 2014, quando a condenação da ONU se mostrou insuficiente para reverter a violação do direito internacional.

Mas talvez o golpe mais devastador para a abordagem de bens públicos globais tenha atingido diretamente a área da saúde em meio à pior pandemia da história da humanidade. A pandemia de COVID-19 resultou em 15 milhões de mortes em excesso entre 2020 e 2021, causando danos econômicos estimados entre US$ 12,5 e US$ 14 trilhões à economia global até 2024[4]. Nesse contexto, todos os esforços do triângulo da saúde global, que chegaram ao ponto de criar uma organização específica (COVAX) para promover o acesso global às vacinas, não conseguiram impedir o que foi caracterizado nos debates da ONU como apartheid vacinal. Os países de alta renda administraram 69 vezes mais doses per capita do que os países de baixa

[4] The World Bank (2022). The World Bank Group's Early Support to Addressing the Coronavirus (COVID-19): Economic Response (April 2020-June 2021). An Early-Stage Evaluation. Chapter 1. Disponible en: https://ieg.worldbankgroup.org/evaluations/world-bank-groups-early-support-addressing-coronavirus-covid-19-economic-response

renda[5]. Como analisamos em outros artigos[6], o COVAX não se mostrou um mecanismo adequado para garantir o acesso à vacina contra a pandemia aos Estados-membros. Sua lentidão e ineficácia chegaram a minar a credibilidade e o prestígio de um dos parceiros nesse acordo de governança, a Organização Mundial da Saúde.

Cubra o sol com a mão

A fragilidade da arquitetura global de saúde foi mais uma vez exposta recentemente com o surto de Ebola na África Central. Uma análise da Bloomberg publicada pelo jornal argentino Perfil alerta que o menor comprometimento dos EUA com a cooperação internacional em saúde está deixando lacunas críticas na vigilância epidemiológica, no financiamento e na capacidade de resposta rápida a surtos de doenças infecciosas[7]. O artigo demonstra como o enfraquecimento de agências e programas historicamente apoiados pelos Estados Unidos não afeta apenas os países diretamente envolvidos, mas também aumenta o risco sistêmico global, reforçando precisamente a lógica da interdependência que fundamenta a abordagem da saúde global. Em outras palavras, a erosão das políticas multilaterais de saúde não elimina a interdependência: simplesmente torna a gestão de ameaças compartilhadas mais desorganizada, desigual e arriscada.

A preocupação não é apenas epidemiológica, mas também fiscal. O Instituto de Métricas e Avaliação da Saúde estimou que cortes na ajuda internacional para vigilância epidemiológica, preparação para pandemias e resposta a doenças infecciosas poderiam reverter o progresso alcançado em mais de duas décadas na África Subsaariana[8]. Reduzir o financiamento para programas de detecção precoce, laboratórios e treinamento de recursos humanos não elimina o risco à saúde; simplesmente transfere seus custos para estágios posteriores, quando os surtos já se espalharam regional ou globalmente e exigem respostas muito mais dispendiosas. Em saúde global, a prevenção representa um investimento coletivo de custo relativamente baixo em comparação com o enorme custo econômico da inação.

O paradoxo contemporâneo reside no fato de que os Estados parecem estar abandonando as próprias ferramentas de cooperação justamente no momento histórico em que a interdependência na área da saúde atinge seu ápice. As mudanças climáticas, a migração, a rápida urbanização e a disseminação de doenças zoonóticas aumentam a probabilidade de novas emergências transnacionais. Contudo, em vez de fortalecer instituições multilaterais capazes de gerenciar riscos compartilhados, muitas grandes potências estão reduzindo o financiamento, fragmentando os mecanismos de coordenação e priorizando respostas nacionais

[5] Usher, A. D. (2021). *A beautiful idea: How COVAX has fallen short*. The Lancet, 397(10292), 2322–2325. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)01367-2

[6] TOBAR, Sebastián. "*Gobernanza regional, diplomacia y cooperación en Salud en América Latina frente a la Pandemia de la COVID-19*". Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, vinculada à Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Saúde Pública. Área de concentração: Políticas, Planejamento, Gestão e Cuidados de Saúde. Disponível: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/51971

[7] Bloomberg News (2026). "Brote mortal de ébola expone el vacío dejado por EE.UU. en la salud global". Perfil. Disponible en: https://www.perfil.com/noticias/bloomberg/bc-brote-mortal-de-ebola-expone-el-vacio-dejado-por-eeuu-en-la-salud-global.phtml

[8] Apeagyei, A. E., Dieleman, J. L., Schneider, M. T., et al. (2025). *Tracking development assistance for health, 1990–2030: Historical trends, recent cuts, and outlook*. The Lancet. Advance online publication. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(25)XXXXX-X

de curto prazo. O resultado provável não é um mundo menos interdependente, mas sim um mundo mais vulnerável.

A saúde global é um dos exemplos mais óbvios de bens públicos cuja provisão depende da cooperação entre os Estados. No entanto, o sistema internacional parece estar caminhando precisamente na direção oposta: fragmentação política, enfraquecimento institucional e declínio do financiamento coletivo. O paradoxo reside no fato de que, quanto mais interdependente o mundo se torna, mais inadequadas se tornam as respostas puramente nacionais.

Como San Martín intuiu ao se deparar com uma tarefa aparentemente impossível como atravessar a Cordilheira dos Andes e libertar o Chile e o Peru, existem objetivos históricos cuja dificuldade não diminui sua necessidade, mas os torna ainda mais urgentes. Em um cenário marcado por pandemias, zoonoses emergentes, mudanças climáticas e mobilidade global, abandonar a saúde global não reduzirá os riscos nem os custos. Simplesmente fará com que eles cheguem mais tarde, com maior intensidade e de forma mais desigual.

“Todos os direitos custam dinheiro”

«Todos los derechos cuestan dinero»

“All rights cost money”

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo. Este informe examina os relatórios de Attiya Waris ao Conselho de Direitos Humanos (2026) em diálogo com seus textos sobre economia política dos direitos humanos. Argumenta-se que dívida soberana, tributação internacional e fluxos financeiros ilícitos estruturam as possibilidades concretas de realização dos direitos humanos. A autora demonstra que a escassez fiscal é socialmente produzida por uma arquitetura econômica global desigual, que limita a capacidade dos Estados de assegurar acesso equitativo a serviços e bens públicos. Conclui-se que a efetivação dos direitos humanos depende da transformação das bases fiscais e financeiras globais, sendo, portanto, uma questão essencialmente política.

Palavras-chave: Direitos humanos; dívida externa; tributação global; economia política; financiamento público.

Resumen. *Este informe examina los informes de Attiya Waris al Consejo de Derechos Humanos (2026) en diálogo con sus textos sobre economía política de los derechos humanos. Se argumenta que la deuda soberana, la tributación internacional y los flujos financieros ilícitos estructuran las posibilidades concretas de realización de los derechos humanos. La autora demuestra que la escasez fiscal es socialmente producida por una arquitectura económica global desigual, que limita la capacidad de los Estados para garantizar el acceso equitativo a servicios y bienes públicos. Se concluye que la efectivización de los derechos humanos depende de la transformación de las bases fiscales y financieras globales, siendo, por lo tanto, una cuestión esencialmente política.*

Palabras clave*: Derechos humanos; deuda externa; tributación global; economía política; financiamiento público.*

Abstract. *This report examines Attiya Waris’s 2026 reports to the Human Rights Council in dialogue with her writings on the political economy of human rights. It argues that sovereign debt, international taxation, and illicit financial flows shape the concrete possibilities for the realization of human rights. Waris demonstrates that fiscal scarcity is socially produced by an unequal global economic architecture, which limits States’ capacity to ensure equitable access to public goods and services. The report concludes that the fulfillment of human rights depends on transforming global fiscal and financial structures and is therefore fundamentally a political issue.*

Keywords*: Human rights; external debt; global taxation; political economy; public financing.*

1. Introdução

A relação entre economia política e direitos humanos tem adquirido centralidade no debate contemporâneo, sobretudo diante das limitações estruturais enfrentadas pelos Estados para financiar políticas públicas e garantir condições dignas de vida às suas populações. Nos relatórios apresentados ao Conselho de Direitos Humanos em 2026, Attiya Waris, na qualidade de Relatora Independente sobre os efeitos da dívida externa e das obrigações financeiras internacionais, propõe uma reinterpretação do campo dos direitos humanos a partir de sua dimensão fiscal, demonstrando que a realização desses direitos depende de decisões concretas sobre arrecadação, gasto público e governança econômica global.

A autora sustenta que todos os direitos — civis, políticos, econômicos, sociais e culturais — implicam custos e requerem financiamento, o que os vincula diretamente às estruturas fiscais e financeiras que organizam a economia global. Nesse sentido, o princípio do uso do "máximo de recursos disponíveis" deve ser compreendido de forma ampliada, incorporando tanto os recursos domésticos quanto aqueles afetados por dinâmicas internacionais, como regimes tributários desiguais, endividamento assimétrico e fluxos financeiros ilícitos.

Os textos de Waris sobre economia política dos direitos humanos aprofundam essa análise ao evidenciar que a escassez fiscal frequentemente invocada pelos Estados não constitui uma condição natural, mas é produzida por mecanismos estruturais que favorecem a concentração de riqueza e a evasão de recursos. Assim, a autora desloca o debate dos direitos humanos de uma abordagem predominantemente normativa para uma análise material, centrada nas condições econômicas que possibilitam — ou inviabilizam — sua efetivação.

Nesse contexto, o presente informe tem como objetivo articular os relatórios apresentados ao Conselho de Direitos Humanos com os textos analíticos de Waris, evidenciando como dívida, tributação e fluxos financeiros ilícitos configuram os limites e as possibilidades de garantia dos direitos humanos. Ao fazê-lo, busca-se demonstrar que o acesso universal e equitativo a bens e serviços públicos — fundamento da vida digna — depende, em última instância, da transformação das estruturas econômicas globais que moldam a capacidade de ação dos Estados.

2. Síntese dos relatórios e artigos de Attyia Waris relacionados à economia política dos direitos humanos

2.1 Relatório sobre cooperação internacional, dívida, tributação e fluxos ilícitos e da visita ao Kuwait

O relatório temático apresentado durante a 61ª sessão do Conselho de Direitos Humanos e resumido e publicado na edição 4/2026 dos Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, intitulado "Relatório da Especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e de outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados no pleno gozo de todos os direitos humanos, em particular os direitos econômicos, sociais e culturais, Attyia Waris" (Doc A/HRC/61/44) aborda o princípio da cooperação e assistência internacionais, a fim de refletir sobre o que isso significa como compromisso global e como poderia ser aplicado nas áreas da dívida, da tributação e dos fluxos financeiros ilícitos, para auxiliar todos os Estados-Membros na mobilização de recursos internos por meio de uma abordagem fiscalmente legítima e equitativa no contexto dos "recursos máximos disponíveis".

Numa era em que os "calotes" da dívida externa são uma alternativa para a renegociação e a contrapartida é gastar menos com as populações nacionais, o conceito interligado de cooperação e assistência internacional não poderia ser mais relevante como ponto de reflexão.

Waris sustenta que a cooperação e assistência internacionais devem ser cumpridas como deveres dos Estados e não como caridade aos países assistidos e, também demonstra que a atual arquitetura global — envolvendo regimes de tributação, dívida e combate a fluxos ilícitos — opera de forma assimétrica, transferindo recursos do Sul global para o Norte, o que reduz a capacidade dos Estados de financiar direitos sociais.

Destacam-se três eixos: (i) **Tributação internacional**: o sistema global favorece multinacionais e países ricos, limitando a arrecadação em países em desenvolvimento; (ii) **Dívida soberana**: mecanismos de renegociação são dominados por credores e não garantem sustentabilidade social e; **Fluxos financeiros ilícitos**: estruturas financeiras globais permitem evasão e ocultação de ativos, corroendo bases fiscais nacionais.

O relatório conclui que essas dinâmicas impedem a realização de níveis mínimos de direitos, incluindo saúde, ao restringir o espaço fiscal necessário.

No relatório adendo ao principal, Waris analisa o caso do Kuwait como exemplo de Estado com alta capacidade fiscal, mas com desafios na construção de legitimidade fiscal.

Entre os pontos centrais estão a dependência de receitas do petróleo reduz a relação entre tributação e *accountability* social, a baixa tributação limita mecanismos de participação e controle social sobre o gasto público e que apesar do país manter um alto nível de gasto social, incluindo saúde, enfrenta desafios de eficiência e sustentabilidade.

O diagnóstico revela que mesmo países com recursos abundantes enfrentam dilemas políticos na organização do financiamento e na construção de sistemas equitativos.

3. Síntese dos textos sobre economia política dos direitos humanos

Nos textos publicados por Waris sobre economia política e o pleno gozo dos direitos humanos, a autora desenvolve uma crítica estruturada à economia política global, evidenciando que a realização dos direitos humanos está intrinsecamente vinculada à forma como o sistema internacional organiza a produção, circulação e tributação da riqueza.

No texto publicado pela *Aeon*, Waris argumenta que a atual governança tributária internacional é profundamente desigual e incapaz de sustentar o financiamento necessário aos direitos humanos. A autora destaca que a concentração de riqueza em grandes corporações multinacionais e indivíduos de alta renda, aliada a regimes fiscais permissivos e fragmentados, compromete a capacidade arrecadatória dos Estados, especialmente nos países do Sul global.

Nesse contexto, a proposta de uma convenção tributária global sob a égide das Nações Unidas surge como mecanismo essencial para reequilibrar o sistema, promovendo tributação equitativa e redistributiva em escala global. A autora afirma que a tributação não é apenas uma questão técnica, mas uma ferramenta política fundamental para a redistribuição de poder e recursos, sendo indispensável para a concretização dos direitos humanos.

Já no texto publicado pela *United Nations University*, Waris aprofunda a análise ao explorar o descompasso entre "dívidas visíveis" e "ativos invisíveis". Segundo a autora, o sistema financeiro global é estruturado de modo a tornar transparentes as obrigações financeiras dos

Estados — especialmente das economias periféricas —, ao passo que permite a opacidade de ativos privados, frequentemente protegidos em jurisdições de baixa transparência.

Essa assimetria resulta em uma dupla penalização: países em desenvolvimento arcam com elevados encargos da dívida, enquanto perdem receitas potenciais devido à evasão fiscal e fluxos ilícitos. A autora enfatiza que essa dinâmica não apenas limita o espaço fiscal, mas também perpetua desigualdades globais, inviabilizando a realização progressiva dos direitos humanos.

Ambos os textos convergem na defesa de que os direitos humanos devem ser compreendidos como dependentes de estruturas econômicas concretas. Waris desafia a visão normativa abstrata dos direitos ao demonstrar que sua efetivação requer mecanismos materiais de financiamento, os quais estão atualmente comprometidos por uma arquitetura global desigual.

Assim, a economia política dos direitos humanos, em sua abordagem, desloca o foco do cumprimento jurídico formal para a análise das condições estruturais que possibilitam — ou impedem — a sua realização.

4. O financiamento dos direitos humanos

A leitura complementar dos textos analíticos de Attiya Waris conectada ao seu relatório apresentado ao Conselho de Direitos Humanos permite identificar uma concepção robusta de direitos humanos como fenômeno inseparável das estruturas fiscais e financeiras globais.

A autora parte do princípio de que todos os direitos — civis, políticos, econômicos, sociais e culturais — dependem de recursos financeiros, sendo inseparáveis de decisões orçamentárias e políticas fiscais. Nesse sentido, a noção de "máximo de recursos disponíveis" é reinterpretada como um conceito que abrange não apenas recursos domésticos, mas também aqueles que são sistematicamente retirados dos países por meio de dinâmicas globais de tributação desigual, endividamento e fluxos ilícitos.

Os textos analisados reforçam essa leitura ao demonstrar que a escassez fiscal frequentemente invocada pelos Estados é, em grande medida, produzida por estruturas internacionais que favorecem a concentração de riqueza e a evasão de recursos. Dessa forma, a efetivação dos direitos humanos não pode ser compreendida apenas como responsabilidade interna dos Estados, mas como resultado de uma ordem econômica global que condiciona suas capacidades de ação.

A abordagem de Waris também evidencia que a economia global contemporânea gera tensões estruturais entre obrigações de direitos humanos e compromissos financeiros internacionais. Essas tensões se manifestam, por exemplo, quando Estados são compelidos a priorizar o pagamento da dívida ou a manutenção de condições favoráveis ao capital internacional em detrimento de políticas sociais.

Dessa forma, os direitos humanos emergem, na análise da autora, como um campo de disputa política, no qual decisões fiscais e financeiras definem concretamente quem tem acesso a bens, serviços e condições de vida digna.

4.1 Mobilização de recursos e o princípio do máximo disponível

O princípio do uso do "máximo de recursos disponíveis", consagrado no direito internacional dos direitos humanos, é reinterpretado por Waris como um conceito

intrinsecamente relacional e transnacional. A autora argumenta que a avaliação da capacidade de um Estado de cumprir suas obrigações não pode se limitar à análise de suas receitas internas, devendo considerar também os recursos potencialmente disponíveis que são perdidos por meio de estruturas globais de evasão fiscal, planejamento tributário agressivo e fluxos ilícitos.

Nesse sentido, a autora critica interpretações restritivas que naturalizam a escassez fiscal, demonstrando que grande parte dessa escassez é construída por mecanismos institucionais que permitem a transferência de riqueza para jurisdições de baixa tributação. Ao deslocar o foco da insuficiência doméstica para as dinâmicas globais, Waris amplia o alcance das obrigações de direitos humanos, incluindo deveres de cooperação internacional e de reforma das estruturas econômicas internacionais.

Assim, a mobilização de recursos deixa de ser um problema técnico de arrecadação e passa a ser uma questão de justiça global, envolvendo disputas sobre soberania fiscal, governança econômica e distribuição de riqueza.

4.2 Dívida soberana e constrangimentos ao cumprimento das obrigações de direitos humanos

A análise da dívida ocupa posição central no pensamento de Waris, que a compreende como um dos principais mecanismos de limitação do espaço fiscal dos Estados. A autora demonstra que as atuais estruturas de governança da dívida são profundamente assimétricas, privilegiando interesses de credores e instituições financeiras internacionais em detrimento das necessidades sociais dos países devedores.

Além disso, o serviço da dívida frequentemente impõe restrições severas aos orçamentos públicos, obrigando os Estados a realizar cortes em setores essenciais ou a adotar políticas regressivas. Essa dinâmica entra em conflito direto com as obrigações internacionais de direitos humanos, que exigem a proteção de níveis mínimos essenciais de direitos, independentemente de circunstâncias econômicas.

Waris enfatiza que a sustentabilidade da dívida não pode ser avaliada apenas em termos financeiros, devendo incorporar critérios sociais e de direitos humanos. Nesse contexto, a autora propõe uma redefinição do conceito de sustentabilidade, de modo a incluir a capacidade dos Estados de garantir condições dignas de vida à população.

4.3 Justiça tributária internacional e redistribuição de poder

A tributação internacional é apresentada por Waris como um dos principais campos de disputa na economia política dos direitos humanos. A autora argumenta que o atual sistema tributário global é estruturado de forma a beneficiar países ricos e grandes corporações, limitando a capacidade dos países em desenvolvimento de mobilizar recursos.

A proposta de uma convenção tributária internacional sob a égide das Nações Unidas emerge, nesse contexto, como tentativa de democratizar a governança fiscal global e promover maior equidade na distribuição de receitas tributárias. Essa proposta reflete a compreensão de que a tributação é instrumento fundamental de redistribuição e, portanto, condição necessária para a realização dos direitos humanos.

Ao enfatizar a dimensão política da tributação, Waris desloca o debate de questões técnicas para a análise das relações de poder que estruturam o sistema fiscal global, evidenciando sua centralidade na produção de desigualdades.

4.4 Fluxos financeiros ilícitos e erosão das capacidades estatais

Os fluxos financeiros ilícitos são analisados por Waris como um dos principais fatores de erosão das bases fiscais dos Estados. A autora demonstra que esses fluxos são viabilizados por lacunas regulatórias, obscuridade financeira e falta de cooperação internacional efetiva, resultando na perda significativa de recursos públicos.

Essa perda compromete a capacidade dos Estados de financiar políticas públicas e garantir direitos, ao mesmo tempo em que reforça desigualdades globais. A autora destaca que o combate aos fluxos ilícitos exige não apenas medidas nacionais, mas reformas estruturais na governança financeira internacional, incluindo maior transparência, troca de informações e responsabilização de agentes envolvidos.

Assim, os fluxos ilícitos aparecem não como desvios pontuais, mas como elementos estruturais de um sistema que favorece a concentração de riqueza e dificulta a realização dos direitos humanos.

4.5 Direitos humanos como questão de economia política

E por fim, em síntese geral, a abordagem de Waris reside na afirmação de que os direitos humanos são, fundamentalmente, uma questão de economia política. A autora argumenta que a realização dos direitos depende de escolhas sobre alocação de recursos, organização da economia e distribuição de riqueza, o que implica reconhecer seu caráter profundamente político.

Essa perspectiva desafia abordagens normativas que tratam os direitos humanos de forma abstrata e desvinculada das condições materiais de sua realização. Ao enfatizar que "todos os direitos custam dinheiro", Waris evidencia que a concretização dos direitos depende de sistemas fiscais e financeiros capazes de sustentar políticas públicas.

Consequentemente, a autora propõe uma reconfiguração da agenda de direitos humanos, incorporando de forma central o debate sobre finanças públicas e governança econômica global, como condição indispensável para a efetivação desses direitos.

5. Considerações finais

A análise do relatório e dos textos de Attiya Waris permite avançar para uma compreensão ampliada dos direitos humanos como dependentes de estruturas materiais que garantem o acesso equitativo a bens e serviços essenciais à vida digna.

A autora demonstra que a efetivação dos direitos — em sua integralidade — pressupõe a existência de capacidades estatais sustentadas por bases fiscais robustas e justas. Essas capacidades são, por sua vez, condicionadas por dinâmicas globais que podem tanto viabilizar quanto restringir a ação dos Estados. Nesse contexto, o acesso universal e equitativo a serviços públicos, proteção social e bens essenciais emerge como expressão concreta do cumprimento das obrigações de direitos humanos.

Ao evidenciar os limites impostos pela dívida, pela tributação desigual e pelos fluxos financeiros ilícitos, Waris revela que a negação de direitos não decorre apenas de falhas institucionais internas, mas também de uma ordem econômica internacional que distribui de forma desigual recursos e poder.

Dessa perspectiva, a construção de sociedades justas e inclusivas depende da transformação das estruturas que sustentam a economia global, incluindo reformas na governança fiscal e financeira. A universalização do acesso a bens e serviços públicos — como educação, saúde, assistência social, moradia e infraestrutura — deve ser entendida como elemento constitutivo da dignidade humana, e não como resultado contingente de políticas públicas.

Conclui-se, portanto, que a promoção dos direitos humanos requer não apenas o fortalecimento de normas e instituições, mas, sobretudo, a reconfiguração das condições materiais que possibilitam sua realização, tendo como horizonte a equidade, a justiça social e a universalidade do acesso às condições básicas de vida.

Referências

WARIS, Attiya. *International assistance and cooperation*. Relatório ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. Genebra: ONU, 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc6144-international-assistance-and-cooperation-report-independent Acesso em: 05 jun. 2026.

WARIS, Attiya. *Report on visit to Kuwait*. Conselho de Direitos Humanos da ONU. Genebra: ONU, 2026. Disponível em: https://docs.un.org/es/A/HRC/61/44/Add.1 Acesso em: 06 jun. 2026.

WARIS, Attiya. To fund human rights, we need a global fair tax convention. *Aeon*, 2024. Disponível em: https://aeon.co/essays/to-fund-human-rights-we-need-a-global-fair-tax-convention

WARIS, Attiya. Hidden debts, missing assets: what Spring Meetings forgot. *United Nations University*, 2024. Disponível em: https://unu.edu/cpr/blog-post/hidden-debts-missing-assets-what-spring-meetings-forgot

Entre emergências e reformas: os desafios da governança global da saúde em tempos de incerteza

Entre emergencias y reformas: los retos de la gobernanza sanitaria mundial en tiempos de incertidumbre

Between emergencies and reforms: the challenges of global health governance in times of uncertainty

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

Resumo. A 79ª Assembleia Mundial da Saúde ocorreu em um contexto marcado por restrições financeiras, fragmentação da cooperação internacional e crescente contestação das estruturas tradicionais da governança global da saúde. Este artigo analisa três debates centrais que emergiram durante a Assembleia: a resposta ao surto de Ebola Bundibugyo na República Democrática do Congo, a aprovação do novo Plano Global de Resistência Antimicrobiana (2026–2036) e o lançamento do processo de Reforma da Arquitetura Global da Saúde. Em conjunto, esses temas evidenciam desafios estruturais relacionados à preparação para emergências, ao financiamento sustentável, à transferência de tecnologia, à soberania sanitária e à distribuição de poder no sistema internacional. Enquanto o Ebola expõe vulnerabilidades persistentes em contextos de conflito e fragilidade institucional, a resistência antimicrobiana revela tensões entre inovação, acesso e equidade. Já o debate sobre a reforma da arquitetura global sugere que os principais desafios da saúde global contemporânea transcendem questões organizacionais e envolvem disputas mais profundas sobre poder, conhecimento, financiamento e capacidade de decisão.

Palavras-chave: 79ª Assembleia Mundial da Saúde; surto de Ebola Bundibugyo; Plano Global de Resistência Antimicrobiana; Reforma da Arquitetura Global da Saúde.

Resumen: *La 79.ª Asamblea Mundial de la Salud se celebró en un contexto marcado por las limitaciones financieras, la fragmentación de la cooperación internacional y los crecientes desafíos a las estructuras tradicionales de la gobernanza sanitaria mundial. Este artículo analiza tres debates centrales surgidos durante la Asamblea: la respuesta al brote de ébola de Bundibugyo en la República Democrática del Congo, la aprobación del nuevo Plan Mundial contra la Resistencia a los Antimicrobianos (2026-2036) y el inicio del proceso de reforma de la arquitectura sanitaria mundial. En conjunto, estos temas ponen de relieve los desafíos estructurales relacionados con la preparación ante emergencias, la financiación sostenible, la transferencia de tecnología, la soberanía sanitaria y la distribución del poder en el sistema internacional. Si bien el ébola expone las persistentes vulnerabilidades en contextos de conflicto y fragilidad institucional, la resistencia a los antimicrobianos revela tensiones entre innovación, acceso y equidad. El debate sobre la reforma de la arquitectura sanitaria mundial sugiere que los principales desafíos de la salud mundial contemporánea trascienden las cuestiones organizativas e implican disputas más profundas sobre el poder, el conocimiento, la financiación y la capacidad de toma de decisiones.*

Palabras clave: *79.ª Asamblea Mundial de la Salud; brote de ébola de Bundibugyo; Plan Mundial sobre la Resistencia a los Antimicrobianos; reforma de la arquitectura sanitaria mundial.*

Abstract. *The 79th World Health Assembly took place in a context marked by financial constraints, fragmentation of international cooperation, and increasing challenges to the traditional structures of global health governance. This article analyzes three central debates that emerged during the Assembly: the response to the Bundibugyo Ebola outbreak in the Democratic Republic of Congo, the approval of the new Global Antimicrobial Resistance Plan (2026–2036), and the launch of the Global Health Architecture Reform process. Together, these themes highlight structural challenges related to emergency preparedness, sustainable financing, technology transfer, health sovereignty, and the distribution of power in the international system. While Ebola exposes persistent vulnerabilities in contexts of conflict and institutional fragility, antimicrobial resistance reveals tensions between innovation, access, and equity. The debate on global architecture reform suggests that the main challenges of contemporary global health transcend organizational issues and involve deeper disputes over power, knowledge, financing, and decision-making capacity.*

Keywords: *79th World Health Assembly; Bundibugyo Ebola outbreak; Global Antimicrobial Resistance Plan; Reform of the Global Health Architecture.*

Ebola: uma emergência que expõe os limites da preparação global

A declaração da doença pelo vírus Ebola (cepa Bundibugyo) como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 17 de maio de 2026 (1), representa mais do que o reconhecimento formal da gravidade epidemiológica do surto em curso na República Democrática do Congo (RDC) e em Uganda A decisão evidencia as dificuldades persistentes da comunidade internacional em responder de forma rápida e coordenada a emergências sanitárias que se desenvolvem em contextos marcados por fragilidade institucional, conflitos armados prolongados e profundas desigualdades no acesso a serviços de saúde.

Embora as semanas subsequentes à declaração tenham sido acompanhadas por uma redução significativa no número de casos suspeitos, o que é resultado principalmente da ampliação da capacidade laboratorial e da eliminação de um grande passivo de notificações pendentes; os dados não indicam necessariamente uma reversão definitiva da epidemia. Inicialmente estimado em mais de mil casos suspeitos, o surto teve suas projeções revisadas após a testagem sistemática de amostras acumuladas na província de Ituri, epicentro da transmissão. Ainda assim, centenas de casos confirmados e dezenas de óbitos permanecem distribuídos entre Ituri, Kivu do Norte e Kivu do Sul, além de registros de disseminação internacional para Uganda e outros países, confirmando o potencial transfronteiriço do evento.

A evolução recente do surto revela um desafio recorrente na governança global da saúde: a dificuldade de distinguir entre melhora epidemiológica real e melhoria da vigilância. A redução dos números decorreu, em grande medida, do refinamento diagnóstico e da ampliação da capacidade de testagem, e não necessariamente da interrupção das cadeias de transmissão. Esse aspecto reforça a importância dos sistemas de vigilância epidemiológica como componente central da preparação e resposta a emergências sanitárias, especialmente em regiões onde doenças endêmicas, como malária, compartilham sinais e sintomas com enfermidades de alta letalidade.

O lançamento de um plano continental conjunto entre a OMS e os Centros Africanos de Controle e Prevenção de Doenças (Africa CDC) (2) constitui um marco relevante na coordenação regional da resposta. Estruturado em onze pilares estratégicos e com orçamento estimado em US$ 518 milhões, o plano adota o princípio de "uma resposta" ("One Response"), buscando alinhar ações de vigilância, diagnóstico, assistência clínica, prevenção e controle de infecções, engajamento comunitário e coordenação operacional sob liderança dos países afetados. A iniciativa também reflete o fortalecimento gradual das capacidades africanas de governança sanitária e a crescente centralidade do Africa CDC como ator político e técnico na arquitetura global da saúde.

No entanto, o surto também evidencia os limites da preparação global quando confrontada com sistemas de saúde estruturalmente fragilizados. Avaliações realizadas nos mais de 800 estabelecimentos de saúde da área afetada identificaram níveis extremamente baixos de capacidade para prevenção e controle de infecções, variando entre 3% e 7%, muito distantes do patamar considerado necessário para conter a transmissão do Ebola. A infecção de dezenas de profissionais de saúde durante as primeiras semanas da resposta demonstra como a ausência de infraestrutura básica, equipamentos de proteção individual e treinamento adequado continua sendo um dos principais fatores de amplificação de surtos em contextos vulneráveis.

Outro elemento que merece destaque é a interação entre emergência sanitária e conflito armado. A província de Ituri e regiões vizinhas enfrentam anos de violência, deslocamentos populacionais e instabilidade política, fatores que dificultam o rastreamento de contatos, comprometem o acesso aos serviços de saúde e reduzem a confiança das comunidades nas autoridades sanitárias. A persistência de narrativas de desinformação e negação da doença, identificadas pelas equipes de resposta no terreno, demonstra que a contenção do Ebola depende não apenas de intervenções biomédicas, mas também da construção de legitimidade institucional e confiança social.

O caso atual também expõe desafios relacionados à inovação e ao acesso a tecnologias médicas. Diferentemente do Ebola Zaire, para o qual já existem vacinas e tratamentos aprovados, a variante Bundibugyo permanece relativamente negligenciada pela pesquisa e desenvolvimento globais. Descoberta há menos de duas décadas e responsável por poucos surtos documentados, essa cepa ainda não dispõe de contramedidas médicas especificamente aprovadas. Embora candidatos terapêuticos e vacinais estejam sendo mobilizados em caráter emergencial, a situação evidencia uma lacuna recorrente nos modelos atuais de inovação em saúde: doenças consideradas de interesse limitado para mercados globais frequentemente permanecem subinvestidas até o momento em que se transformam em ameaças internacionais.

Por fim, a questão do financiamento continua sendo um dos pontos mais sensíveis da resposta. Apesar dos anúncios de centenas de milhões de dólares em compromissos financeiros por parte de governos e parceiros internacionais, autoridades da OMS e do Africa CDC alertaram para a discrepância entre recursos prometidos e recursos efetivamente desembolsados. A dificuldade em transformar promessas em financiamento operacional imediato compromete a velocidade da resposta justamente durante a fase mais crítica do surto. Esse cenário reforça debates cada vez mais presentes na agenda da saúde global sobre mecanismos sustentáveis de financiamento para emergências, previsibilidade de recursos e responsabilização dos doadores.

Em síntese, o surto de Ebola Bundibugyo na RDC ilustra de forma emblemática os desafios contemporâneos da preparação e resposta a emergências sanitárias. A declaração de ESPII mobilizou atenção política internacional e fortaleceu mecanismos de coordenação

regional, mas também revelou vulnerabilidades persistentes relacionadas a sistemas de saúde frágeis, conflitos armados, desinformação, lacunas em pesquisa e desenvolvimento e insuficiência de financiamento. Mais do que uma crise epidemiológica localizada, trata-se de um teste para a capacidade da arquitetura global da saúde de traduzir os compromissos assumidos após a pandemia de COVID-19 em respostas efetivas, equitativas e sustentáveis diante de novas ameaças.

Reforma da Arquitetura Global da Saúde: estamos discutindo instituições ou relações de poder?

Entre as decisões mais comentadas da 79ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), a aprovação do processo de Reforma da Arquitetura Global da Saúde (Global Health Architecture Reform) foi apresentada por diversos atores como uma oportunidade histórica para repensar a governança da saúde em um contexto marcado pela retração do financiamento internacional, pela fragmentação institucional e pelo enfraquecimento do multilateralismo (3). No entanto, uma análise mais cuidadosa sugere que a questão central talvez não seja apenas como reformar a arquitetura existente, mas se o próprio conceito de "arquitetura" é suficiente para explicar os desafios que a governança global da saúde enfrenta atualmente.Entre as decisões mais comentadas da 79ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), a aprovação do processo de Reforma da Arquitetura Global da Saúde (Global Health Architecture Reform) foi apresentada por diversos atores como uma oportunidade histórica para repensar a governança da saúde em um contexto marcado pela retração do financiamento internacional, pela fragmentação institucional e pelo enfraquecimento do multilateralismo (3). No entanto, uma análise mais cuidadosa sugere que a questão central talvez não seja apenas como reformar a arquitetura existente, mas se o próprio conceito de "arquitetura" é suficiente para explicar os desafios que a governança global da saúde enfrenta atualmente.

A narrativa predominante em torno da reforma enfatiza conceitos como coordenação, eficiência, alinhamento institucional e racionalização de recursos. A proposta aprovada pela Assembleia busca fortalecer a cooperação entre organismos internacionais, melhorar a articulação entre mandatos e promover maior alinhamento entre financiamento global e prioridades nacionais. Em um cenário de crescente escassez de recursos, tais objetivos parecem razoáveis e até inevitáveis.

Entretanto, o mandato efetivamente aprovado revela limites importantes. O processo não poderá recomendar fusões entre organizações, revisões de mandatos institucionais ou mudanças estruturais profundas nas funções atualmente desempenhadas por diferentes organismos multilaterais. Em outras palavras, a reforma parte da premissa de que os problemas da governança global da saúde decorrem principalmente de déficits de coordenação e não de questões mais profundas relacionadas à distribuição de poder, recursos e capacidade de influência.

Essa distinção é fundamental. Ao longo das últimas décadas, a chamada "arquitetura global da saúde" tornou-se um mosaico de instituições, fundos, alianças e iniciativas criadas em momentos históricos distintos para responder a prioridades específicas. Organizações como Gavi, Fundo Global, CEPI, Unitaid, UNAIDS e, mais recentemente, o Fundo Pandêmico, surgiram para preencher lacunas percebidas ou atender a interesses políticos específicos de determinados grupos de países e financiadores. O resultado não foi exatamente uma arquitetura planejada, mas um ecossistema complexo e frequentemente competitivo, no qual diferentes instituições disputam recursos, legitimidade e influência.

Sob essa perspectiva, talvez seja mais adequado falar em uma estrutura de poder do que propriamente em uma arquitetura. A questão central deixa de ser como coordenar melhor as organizações existentes e passa a ser quem define prioridades, quem controla recursos, quem produz conhecimento e quem estabelece as regras que orientam a ação coletiva em saúde global.

Essa reflexão ganhou relevância particular durante os debates da Assembleia. Países do Sul Global demonstraram preocupação com a possibilidade de que a reforma se traduza apenas em maior eficiência administrativa para os financiadores tradicionais, sem alterar as assimetrias históricas que caracterizam a governança global da saúde. Delegações africanas, asiáticas e latino-americanas insistiram na necessidade de fortalecer a autonomia dos países, garantir financiamento sustentável e ampliar a capacidade de definição nacional de prioridades.

Essas preocupações não são meramente procedimentais. Elas refletem transformações mais amplas na geopolítica da saúde. A crescente contestação das estruturas tradicionais de governança internacional, o fortalecimento de instituições regionais, a expansão das capacidades produtivas no Sul Global e a própria negociação do Acordo Pandêmico demonstram que a disputa contemporânea não se limita à gestão de programas ou recursos, mas envolve a redistribuição de influência dentro do sistema internacional.

Nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde ocupa uma posição singular. Diferentemente de muitas das instituições que compõem o ecossistema da saúde global, a OMS possui autoridade normativa e capacidade formal para negociar instrumentos jurídicos internacionais vinculantes. O Regulamento Sanitário Internacional e a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco são exemplos dessa prerrogativa. Mais recentemente, as negociações do Acordo Pandêmico evidenciaram tanto o potencial quanto os limites dessa função normativa.

Por isso, emerge uma questão relevante para o futuro da reforma: fortalecer a arquitetura global da saúde significa fortalecer a OMS ou diluir ainda mais sua centralidade em um sistema cada vez mais fragmentado? A resposta permanece em aberto. Embora a reforma enfatize a coordenação entre instituições, pouco se discute sobre as razões que levaram à proliferação de mecanismos paralelos ao longo das últimas décadas. Muitas dessas iniciativas foram criadas justamente porque determinados atores consideravam a OMS excessivamente política, lenta ou independente para seus interesses.

Outro aspecto pouco abordado diz respeito à produção de conhecimento. O poder na saúde global não se manifesta apenas por meio do financiamento ou da capacidade produtiva, mas também pela definição do que constitui evidência legítima, quais problemas merecem atenção prioritária e quais soluções são consideradas viáveis. A concentração da pesquisa, dos sistemas de vigilância e da produção de dados em instituições sediadas em países de alta renda continua influenciando significativamente as agendas globais. Nesse sentido, debates sobre soberania de dados, capacidades científicas regionais e produção de conhecimento no Sul Global tornam-se cada vez mais centrais para qualquer proposta de reforma substantiva.

As críticas da sociedade civil também reforçam essa dimensão política. A exclusão de organizações sociais do núcleo decisório da força-tarefa encarregada da reforma foi interpretada por diversos grupos como um sinal de que o processo pode privilegiar negociações intergovernamentais e institucionais em detrimento da participação dos atores diretamente afetados pelas decisões. A questão não é apenas quem participa das consultas, mas quem efetivamente influencia os rumos da reforma.

Dessa forma, a principal contribuição do debate iniciado na 79ª AMS talvez não seja a reforma em si, mas a oportunidade de explicitar uma questão frequentemente obscurecida pela linguagem técnica da governança global: a saúde global é, em última instância, um campo de disputa política. Conceitos como coordenação, eficiência e alinhamento institucional são importantes, mas insuficientes para compreender os desafios atuais. O debate sobre a chamada arquitetura global da saúde é, fundamentalmente, um debate sobre poder (4), quem o exerce, quem o perde e quem busca redefinir as regras de sua distribuição em um cenário internacional em rápida transformação.

Se a reforma pretende produzir mudanças significativas, precisará ir além da reorganização de processos e estruturas. Será necessário enfrentar questões relacionadas ao financiamento, à soberania tecnológica, à produção de conhecimento, à capacidade regulatória e à autonomia dos países na definição de suas prioridades sanitárias. Caso contrário, corre-se o risco de que a reforma da arquitetura global da saúde produza maior coordenação administrativa, mas deixe intocadas as estruturas que continuam reproduzindo as desigualdades que a própria governança global afirma combater.Se a reforma pretende produzir mudanças significativas, precisará ir além da reorganização de processos e estruturas. Será necessário enfrentar questões relacionadas ao financiamento, à soberania tecnológica, à produção de conhecimento, à capacidade regulatória e à autonomia dos países na definição de suas prioridades sanitárias. Caso contrário, corre-se o risco de que a reforma da arquitetura global da saúde produza maior coordenação administrativa, mas deixe intocadas as estruturas que continuam reproduzindo as desigualdades que a própria governança global afirma combater.

Resistência Antimicrobiana na 79ª Assembleia Mundial da Saúde: entre a prevenção, a soberania tecnológica e as desigualdades globais

Entre os resultados mais relevantes da 79ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), realizada em maio de 2026, destaca-se a aprovação do novo Plano de Ação Global sobre Resistência Antimicrobiana (RAM) para o período 2026–2036 (5). A adoção do documento encerrou meses de intensas negociações políticas e revelou, mais uma vez, que a resistência antimicrobiana deixou de ser apenas um desafio técnico da saúde pública para se consolidar como uma questão estratégica de desenvolvimento, segurança sanitária, soberania tecnológica e governança global.

A aprovação do plano ocorre em um contexto particularmente preocupante. Atualmente, a resistência antimicrobiana está associada a cerca de cinco milhões de mortes anuais em todo o mundo, das quais mais de um milhão são diretamente atribuídas a infecções bacterianas resistentes. As projeções indicam que, sem intervenções efetivas, a RAM poderá causar dezenas de milhões de mortes adicionais até meados do século e gerar impactos econômicos equivalentes a centenas de bilhões de dólares em perdas de produtividade. Diferentemente da percepção predominante há uma década, quando o tema era frequentemente tratado como uma ameaça futura, a discussão na Assembleia evidenciou um consenso crescente de que a crise já está em curso e afeta de maneira desproporcional os países de baixa e média renda.

O novo plano representa também uma mudança paradigmática na abordagem internacional do problema. Enquanto a estratégia anterior, adotada em 2015, depositava grande expectativa no desenvolvimento de novos antimicrobianos, a versão aprovada em 2026 desloca o foco para a prevenção. O documento reconhece que a inovação farmacêutica, embora necessária, não será suficiente para conter a expansão da resistência se não forem enfrentados

os determinantes estruturais que favorecem o surgimento e a disseminação de microrganismos resistentes.

Nesse sentido, o conceito de One Health emerge como eixo organizador da nova estratégia. O fortalecimento da prevenção e controle de infecções, a ampliação da cobertura vacinal, a melhoria dos sistemas de água, saneamento e higiene, a redução da poluição ambiental associada à produção farmacêutica e o uso racional de antimicrobianos nos setores humano, animal e agrícola passam a ocupar posição central. Trata-se de uma mudança relevante porque reconhece que a resistência antimicrobiana não é apenas consequência do uso inadequado de medicamentos, mas resultado de processos econômicos, ambientais e produtivos que ultrapassam os limites tradicionais dos sistemas de saúde.

Contudo, embora o novo plano represente um avanço conceitual importante, sua implementação enfrenta desafios estruturais significativos. Um dos mais evidentes é a persistente lacuna de financiamento. Apesar da crescente visibilidade política da resistência antimicrobiana, apenas uma pequena parcela dos países dispõe de recursos domésticos específicos para executar seus planos nacionais. A distância entre compromissos políticos globais e capacidades reais de implementação permanece um dos principais obstáculos para transformar metas internacionais em resultados concretos.

Além disso, as negociações revelaram que a disputa sobre acesso a tecnologias em saúde continua sendo um dos temas mais sensíveis da governança global. O principal impasse para a aprovação do plano envolveu a redação relativa à transferência de tecnologias relacionadas à RAM, incluindo conhecimentos produtivos, dados e propriedade intelectual necessários para o desenvolvimento e fabricação de novos antimicrobianos e ferramentas diagnósticas.

Brasil, Colômbia e Indonésia lideraram a oposição a uma formulação que limitava a transferência tecnológica a mecanismos exclusivamente "voluntários e mutuamente acordados". Para esses países, tal redação poderia enfraquecer instrumentos previstos no regime internacional de propriedade intelectual, como as licenças compulsórias, e consolidar interpretações restritivas incompatíveis com as necessidades de saúde pública dos países em desenvolvimento. O texto final aprovado adotou uma formulação mais flexível, preservando referências às normas nacionais e internacionais aplicáveis e mantendo espaço para diferentes mecanismos de acesso em situações de interesse público.

A controvérsia extrapola o campo da resistência antimicrobiana e reflete uma tensão mais ampla que atravessa atualmente a arquitetura da saúde global. O mesmo debate está presente nas negociações do anexo de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS) do Acordo Pandêmico da OMS e reproduz divergências estruturais entre países que concentram capacidades tecnológicas e produtivas e aqueles que buscam ampliar sua autonomia sanitária. Nesse contexto, a posição brasileira reafirma uma agenda histórica em defesa da transferência efetiva de tecnologia, da produção local e da redução das assimetrias globais no acesso a bens essenciais para a saúde.

Outro aspecto que merece atenção é a limitada incorporação da dimensão dos conflitos armados na nova estratégia. Embora reconheça genericamente a vulnerabilidade de contextos humanitários, o plano não estabelece orientações específicas para territórios afetados por guerras e crises prolongadas. A ausência é particularmente relevante diante do aumento de conflitos em diferentes regiões do mundo e das evidências de que sistemas de saúde colapsados, deslocamentos populacionais em massa, interrupções de cadeias de suprimentos e deterioração

das condições de saneamento constituem ambientes propícios para a expansão da resistência antimicrobiana. As intervenções de países como Sudão e Ucrânia durante a Assembleia evidenciaram essa lacuna e apontaram para a necessidade de abordagens mais específicas em futuras revisões.

A discussão sobre resistência antimicrobiana também convergiu com outro tema estratégico da Assembleia: a circulação de medicamentos falsificados e de qualidade subpadrão. A relação entre os dois fenômenos é direta. Produtos contendo doses insuficientes de princípios ativos favorecem a sobrevivência e seleção de microrganismos resistentes, acelerando processos que os esforços globais de contenção buscam justamente evitar. A elevada incidência desses produtos em países de baixa e média renda demonstra que a resistência antimicrobiana não pode ser enfrentada apenas por meio de políticas clínicas ou laboratoriais, exigindo igualmente o fortalecimento das capacidades regulatórias, da vigilância sanitária e da integridade das cadeias globais de suprimento farmacêutico.

Em última análise, a aprovação do novo Plano Global de Resistência Antimicrobiana simboliza tanto os avanços quanto as limitações da atual governança da saúde global. O consenso alcançado em torno da prevenção e da abordagem One Health demonstra maturidade crescente na compreensão do problema. Entretanto, as disputas sobre financiamento, transferência de tecnologia, propriedade intelectual e equidade revelam que os obstáculos centrais permanecem menos relacionados ao conhecimento científico disponível e mais vinculados às estruturas políticas e econômicas que moldam o acesso a tecnologias e capacidades produtivas. A trajetória da resistência antimicrobiana nos próximos anos dependerá, portanto, não apenas da implementação de medidas técnicas, mas da capacidade da comunidade internacional de enfrentar as profundas assimetrias que continuam caracterizando o sistema global de saúde.

Clima e saúde na 79ª Assembleia Mundial da Saúde

Na 79ª Assembleia Mundial da Saúde foi realizada em Genebra, a relação entre saúde e mudanças climáticas ocupou espaço estratégico na agenda. Um dos destaques foi a participação do Brasil: o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, apresentou o Plano de Ação de Saúde de Belém, lançado durante a COP30 em 2025. O plano é um instrumento voltado para a adaptação e a resiliência do setor de saúde frente aos desafios impostos pelas mudanças climáticas, sendo endossado por 33 países e apoiado por 50 organizações. O Plano também busca garantir a continuidade das ações de clima e saúde na transição para a COP31, que será realizada na Turquia e que terá saúde como de suas prioridades.

Além disso, a assembleia serviu como espaço de articulação para a COP31, reforçando a necessidade de uma abordagem integrada entre políticas ambientais e de saúde. O Brasil liderou eventos sobre a transição climática e o combate a arboviroses.

De forma mais ampla, entre os temas de destaque estiveram a correlação entre mudança climática e surtos de doenças, saúde materna e neonatal, doenças crônicas não transmissíveis e avanços em Cobertura Universal de Saúde.

Referências

World Health Organization. Epidemic of Ebola Disease caused by Bundibugyo virus in the Democratic Republic of the Congo and Uganda determined a public health emergency of international concern [Internet]. Disponível em: https://www.who.int/news/item/17-05-2026-epidemic-of-ebola-disease-in-

the-democratic-republic-of-the-congo-and-uganda-determined-a-public-health-emergency-of-international-concern. Acesso em 06 jun. 2026

World Health Organization. Africa CDC and WHO launch joint continental Ebola response plan [Internet]. Who.int. World Health Organization; 2026. Disponível em: https://www.who.int/news/item/05-06-2026-africa-cdc-and-who-launch-joint-continental-ebola-response-plan. Acesso em 07 jun. 2026.

Health Policy Watch. WHA Advances Global Health Architecture Reform Amidst Questions About Where Process Will Really Lead - Health Policy Watch [Internet]. Health Policy Watch. Disponível em https://healthpolicy-watch.news/wha-global-health-architecture-reform/. Acesso em 07 jun. 2026.

World Health Summit. Disponível em: https://www.worldhealthsummit.org/whs-perspectives/ilona-kickbusch-it-s-about-power-not-architecture. Acesso em 07 jun. 2026

Health Policy Watch. WHA Member States Approve Antimicrobial Resistance Strategy After Resolving Tech Transfer Debate - Health Policy Watch. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/wha-member-states-approve-who-antimicrobial-resistance-strategy-after-resolving-tech-transfer-debate/. Acesso em 07 jun. 2026.

Do Novo Remédio ao Remédio Necessário

Del Nuevo Medicamento al Medicamento Necesario

From the New Medicine to the Necessary Medicine

Alejandro Svarch e Federico Tobar

Resumo: Este artigo argumenta que a discussão sobre medicamentos está mudando, passando de uma ênfase na inovação ("o novo medicamento") para uma preocupação mais ampla com a disponibilidade, a acessibilidade e a soberania em saúde ("o medicamento necessário"). O principal desafio não é mais apenas o desenvolvimento de novas terapias, mas garantir que os sistemas de saúde possam financiá-las, produzi-las e distribuí-las de forma sustentável e equitativa.

Palavras-chave: Medicamentos essenciais; medicamentos inovadores; geopolítica em saúde.

Resumen: *Este artículo argumenta que a discusión sobre medicamentos está mudando, pasando de uma ênfase na inovação ("o novo medicamento") para uma preocupação mais ampla com a disponibilidade, a acessibilidade e a soberania em saúde ("o medicamento necessário"). El principal desafío no es más que el desarrollo de nuevas terapias, pero garantiza que los sistemas de salud podrán financiar, producir y distribuir las de forma sustentable y equitativa.*

Palavras clave: *Medicamentos essenciais; medicamentos innovadores; geopolítica en saude.*

Summary: *This article argues that the discussion on medications is moving from a focus on innovation ("new medication") to a broader concern with availability, accessibility and sovereignty in health ("necessary medication"). The main challenge is not just the development of new therapies, but ensuring that health systems finance, produce and distribute them in a sustainable and equitable manner.*

Keywords: *Essential medications; innovative medicines; geopolitics in saude.*

Pacientes, medicamentos essenciais e o novo mapa do poder farmacêutico

O acesso a medicamentos não é um objetivo fixo, mas sim um alvo em constante movimento. Zenão de Eleia[1] relatou o paradoxo de Aquiles e a tartaruga, no qual o guerreiro mais veloz da Grécia tinha que alcançar um animal mais lento que havia recebido uma vantagem inicial. Cada vez que Aquiles alcançava a tartaruga, esta já se tinha movido um pouco mais. E assim por diante, indefinidamente. Embora, na realidade, Aquiles a tenha alcançado, o paradoxo ilustra algo profundo: existem objetivos que parecem próximos, mas estão em constante mudança.

[1] Zenão de Eleia (c. 495 a.C. – c. 430 a.C.) foi um filósofo grego pré-socrático, discípulo de Parmênides, famoso por seus paradoxos sobre movimento e pluralidade. Sua vida foi centrada na defesa das ideias de seu mestre, especialmente a noção de que somente o Ser existe, é único e imóvel, rejeitando a validade dos sentidos no conhecimento da realidade.

Alcançar o acesso universal a medicamentos assemelha-se cada vez mais a uma corrida. Os sistemas de saúde financiam, compram, distribuem e dispensam medicamentos em escala sem precedentes. Mas, à medida que progridem, surgem novas moléculas, novas indicações e novos tratamentos, redefinindo o que significa "garantir o acesso". O progresso existe. Milhões de pessoas vivem vidas mais longas e melhores, graças a ele. Mas a linha de chegada está em constante mudança.

O professor Bermudez[2] define o acesso a medicamentos como o equilíbrio entre a oferta disponível de respostas farmacológicas e as necessidades de saúde de uma população. É uma definição dinâmica porque pressupõe que ambas as variáveis mudam ao longo do tempo. É também por isso que a Lista Modelo de Medicamentos Essenciais da Organização Mundial da Saúde[3], nunca foi estática. A sua função histórica era identificar quais medicamentos deveriam ser considerados indispensáveis para abordar os principais problemas de saúde de cada época.

Durante décadas, este quadro manteve uma notável coerência. Os medicamentos essenciais eram, em geral, medicamentos genéricos.

A seleção racional de prioridades em saúde estava alinhada à sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde. Em outras palavras, o essencial e o acessível ainda eram sinônimos. Esse equilíbrio começou a se romper no final do século XX.

A Ruptura Silenciosa

Quando a OMS publicou a primeira Lista Modelo de Medicamentos Essenciais em 1977, muitos países sequer reconheciam patentes farmacêuticas. Grande parte do Sul Global podia produzir livremente medicamentos genéricos. Mas, em 1994, ocorreram mudanças históricas fora do setor da saúde e no comércio internacional. O Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) da Organização Mundial do Comércio impôs, pela primeira vez, um regime global obrigatório de patentes farmacêuticas com duração de 20 anos.

A inclusão de antirretrovirais para o HIV[4] marcou o primeiro grande ponto de virada. Medicamentos essenciais que poderiam salvar vidas podiam ser, simultaneamente, essenciais e inacessíveis.

O que parecia uma exceção acabou se tornando uma transformação estrutural. Nas décadas seguintes, medicamentos inovadores contra o câncer, produtos biológicos e antivirais protegidos por monopólios tecnológicos foram adicionados à lista de medicamentos essenciais. Isso rompeu a unidade histórica entre medicamentos essenciais e genéricos.

---

[2] Bermúdez, Jorge (2014) “Acesso a Medicamentos: Direito ou Utopia?”. Publicado pela Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2014.

[3] A Lista Modelo de Medicamentos Essenciais da Organização Mundial da Saúde é um instrumento técnico criado em 1977 para orientar os países sobre quais medicamentos devem ser priorizados e disponibilizados em todos os sistemas de saúde. A OMS define medicamentos essenciais como: *“aqueles que atendem às necessidades prioritárias de saúde da população*”. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/B09474

[4] A epidemia de HIV/AIDS desempenhou um papel decisivo na formação da noção atual de ***“Saúde Global***”. Ela transformou não apenas as políticas internacionais de saúde, mas também a maneira como entendemos a solidariedade internacional, a cooperação, os direitos humanos, a governança e o financiamento da saúde.

Durante muito tempo, priorizar medicamentos essenciais também foi sinônimo de racionalizar os gastos com saúde. Mas quando medicamentos monopolistas começaram a ser integrados em larga escala ao âmbito dos medicamentos "essenciais", essas duas prioridades deixaram de coincidir.

“Ninguém pode servir a dois senhores”, diz o Evangelho de Mateus. Algo semelhante aconteceu na economia política dos medicamentos. Essencial e barato deixaram de ser sinônimos.

A nova fronteira: a semaglutida e a expansão infinita do mercado farmacêutico

A recente inclusão da semaglutida[5] na Lista Modelo de Medicamentos Essenciais da OMS pode representar um ponto de virada. Ao contrário das terapias direcionadas a doenças raras, a semaglutida aborda uma condição epidemiológica de grande escala: a obesidade e o sobrepeso. A discussão, então, deixa de ser puramente clínica e passa a ser também financeira e política.

Se um medicamento essencial precisa ser garantido pelos sistemas públicos, o que acontece quando o número potencial de usuários se aproxima de um terço da população adulta? Essa expansão indefinida da cobertura pode ser financeiramente sustentável? Os sistemas de saúde podem sobreviver se cada nova fronteira terapêutica redefinir simultaneamente o limiar dos medicamentos indispensáveis? A questão não pertence mais apenas à farmacologia. Pertence à governabilidade.

De volta à Geopolítica

Paradoxalmente, enquanto o debate sobre saúde se concentrava, durante anos, em como financiar medicamentos inovadores e de alto custo, outra transformação, muito mais silenciosa, avançava nos bastidores: a concentração global da produção farmacêutica. Os sistemas de saúde ocidentais terceirizaram progressivamente a fabricação de princípios ativos farmacêuticos e medicamentos genéricos para a Ásia. O resultado foi uma redução extraordinária de custos, mas também uma dependência industrial sem precedentes.

Hoje, grande parte dos antibióticos, anti-hipertensivos, antidiabéticos e medicamentos cardiovasculares que sustentam o dia a dia de milhões de pessoas depende de cadeias de suprimentos globais altamente concentradas. Um antibiótico aparentemente simples pode exigir ingredientes ativos fabricados na China, excipientes europeus, formulação na Índia e distribuição regional na América Latina[6]. O paradoxo contemporâneo é perturbador: enquanto o debate público gira em torno de medicamentos novos e sofisticados, a estabilidade diária dos

[5] Em setembro de 2025, a OMS atualizou sua lista de medicamentos essenciais, incluindo tratamentos para câncer e diabetes. Considerando que a diabetes e a obesidade estão entre os desafios mais urgentes para a saúde mundial, a organização incorporou um grupo de medicamentos denominados agonistas do receptor do peptídeo semelhante ao glucagon tipo 1 (GLP-1), como semaglutida, dulaglutida e liraglutida, que podem ajudar pessoas com diabetes tipo 2 a melhorar o controle da glicose no sangue, reduzir o risco de complicações cardiovasculares e renais, favorecer a perda de peso e até mesmo diminuir o risco de morte prematura, especialmente em casos de insuficiência renal ou cardíaca (tradução livre da revisora do artigo). https://www.who.int/es/news/item/05-09-2025-who-updates-list-of-essential-medicines-to-include-key-cancer--diabetes-treatments

[6] Tobar, Sebastian e Ricchione, Daniel analisam a vulnerabilidade da região latino-americana em relação à dependência da produção de ingredientes ativos de antibióticos na China e na Índia. Veja Tobar, S. e Ricchione, D. (2026) "Soberania Sanitária na Produção de Antibióticos: Capacidade da América Latina de Competir no Cenário Geopolítico Global". Publicado em Cuadernos.

sistemas de saúde depende de medicamentos antigos, baratos e aparentemente invisíveis. E justamente por serem baratos, deixaram de ser estratégicos para muitos países.

Medicamentos como infraestrutura crítica

O século XIX descobriu tarde demais que o carvão era uma infraestrutura estratégica. O século XX compreendeu o mesmo em relação ao petróleo. O século XXI provavelmente chegará à mesma conclusão em relação a semicondutores, dados e medicamentos. Porque quando falta um medicamento essencial, o que é interrompido não é apenas uma terapia. A continuidade da vida diária é afetada. Doenças crônicas se agravam, os hospitais ficam sobrecarregados, a mortalidade evitável aumenta e a legitimidade dos governos é corroída.

A segurança sanitária não depende mais exclusivamente de médicos, de hospitais ou da inovação biomédica. Depende também de rotas de navegação, da capacidade industrial, de regulamentações internacionais, de reservas estratégicas e do controle de insumos químicos invisíveis.

A geopolítica dos medicamentos, portanto, impõe uma conclusão incômoda: a globalização farmacêutica tem sido extraordinariamente eficiente na redução de custos, mas extraordinariamente frágil na garantia da soberania sanitária. E talvez o verdadeiro desafio do século XXI seja garantir, mais uma vez, que o medicamento certo chegue à pessoa certa, no momento certo, sem que essa possibilidade dependa exclusivamente de tensões comerciais, monopólios tecnológicos ou disputas geopolíticas distantes.

Reuniões da UNFCCC em Bonn e Dia Mundial do Ambiente trazem a saúde em primeiro plano em junho de 2026

Las reuniones de la CMNUCC en Bonn y el Día Mundial del Medio Ambiente pondrán la salud en primer plano en junio de 2026

UNFCCC meetings in Bonn and World Environment Day will put health front and center in June 2026

Luiz Augusto Galvão e Danielly Magalhães

Resumo. Este artigo analisa o relatório Multilateral Pathways to Just and Healthy Transitions (GCHA/HCWH), a confirmação oficial de um novo evento El Niño (80% de probabilidade de intensificação entre junho e agosto de 2026), com consequências documentadas sobre doenças vetoriais, cólera e mortalidade por calor e as reuniões de Bonn. A conclusão geral é que saúde humana e saúde planetária são inseparáveis, e que qualquer transição energética que ignore os determinantes de saúde é, por definição, injusta. Conclui-se que a construção de coalizões entre a agenda da saúde e a diplomacia climática representa uma estratégia política mais duradoura e legítima do que abordagens puramente técnicas ou geopolíticas.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; El Niño; saúde global; transição justa; biodiversidade; COP31; SB64; soluções baseadas na natureza.

Resumen. *Este artículo analiza el informe Multilateral Pathways to Just and Healthy Transitions (GCHA/HCWH), la confirmación oficial de un nuevo evento de El Niño (80% de probabilidad de intensificación entre junio y agosto de 2026), con consecuencias documentadas sobre enfermedades transmitidas por vectores, cólera y mortalidad por calor y las reuniones de Bonn. La conclusión general es que la salud humana y la salud planetaria son inseparables, y que cualquier transición energética que ignore los determinantes de la salud es, por definición, injusta. Se concluye que construir coaliciones entre la agenda sanitaria y la diplomacia climática representa una estrategia política más duradera y legítima que los enfoques puramente técnicos o geopolíticos. Palabras clave: cambio climático; El Niño; salud global; simplemente transición; biodiversidad; COP31; SB64; soluciones basadas en la naturaleza.*

Palabras clave: *Cambio climático; El Niño; salud global; transición justa; biodiversidad; COP31; SB64; soluciones basadas en la naturaleza.*

Abstract. *This article analyzes the Multilateral Pathways to Just and Healthy Transitions (GCHA/HCWH) report, the official confirmation of a new El Niño event (80% probability of intensification between June and August 2026), with documented consequences on vector-borne diseases, cholera, and heat mortality, the June Bonn meetings. The overall conclusion is that human health and planetary health are inseparable, and that any energy transition that ignores the determinants of health is, by definition, unjust. It is concluded that building coalitions between the health agenda and climate diplomacy represents a more lasting and legitimate political strategy than purely technical or geopolitical approaches.*

Keywords: *Climate change; El Niño; global health; just transition; biodiversity; COP31; SB64; nature-based solutions.*

Introdução

Junho de 2026 apresenta uma sobreposição de eventos que, individualmente, já constituiriam motivo de preocupação científica e política, mas que em conjunto compõem um quadro de urgência sistêmica. A confirmação oficial de um novo evento El Niño pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), a celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente sob o peso de recordes históricos de temperatura e o início das negociações climáticas intermediárias da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) em Bonn — as chamadas SB64 — convergem para um mesmo horizonte analítico: a indissociabilidade entre saúde humana, saúde planetária e equidade social.

A este cenário soma-se a publicação do relatório Multilateral Pathways to Just and Healthy Transitions, produzido pela Global Climate and Health Alliance (GCHA) e pela Health Care Without Harm (HCWH), que propõe uma reconfiguração conceitual decisiva: a saúde não deve ser tratada como externalidade da política climática, mas como uma de suas dimensões constitutivas. Transições energéticas que ignoram os determinantes de saúde das populações são, por definição, injustas.

AQUECIMENTO ACELERADO E O RETORNO DO EL NIÑO

Recordes Climáticos e Declarações da ONU

Em 5 de junho de 2026, por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, declarou que os onze anos precedentes haviam sido os onze mais quentes já registrados em toda a série histórica instrumental. A afirmação confirma a trajetória documentada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em seu Sexto Relatório de Avaliação (AR6): o planeta encontra-se em rota de ultrapassagem temporária do limite de 1,5 °C estabelecido pelo Acordo de Paris.

O que antes era cenário prospectivo para décadas futuras passou a ser avaliação do presente imediato. Poluição do ar, degradação de ecossistemas e colapso de biodiversidade foram listados pelo Secretário-Geral como consequências diretas e mensuráveis, com impactos sobre a saúde, habitação e segurança alimentar de populações em escala global.

Mecanismos do El Niño 2026

Em 2 de junho, a OMM confirmou oficialmente o início de um novo evento El Niño. A probabilidade de intensificação entre junho e agosto foi estimada em 80%, e a de persistência até o final do ano, em 90%. O fenômeno caracteriza-se pelo aquecimento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico equatorial, alterando padrões globais de precipitação e temperatura por meio de tele-conexões atmosféricas de amplo alcance.

Os efeitos regionais projetados incluem: aumento da frequência de secas na Austrália, Indonésia e partes do sul da Ásia; intensificação de chuvas e enchentes no sul da América do Sul, no Chifre da África e na Ásia Central; e elevação do risco de ondas de calor em praticamente todo o hemisfério norte. A Secretária-Geral da OMM, Celeste Saulo, alertou que a pegada do El

Niño impacta agricultura, energia, comércio, recursos hídricos e meios de subsistência em regiões inteiras.

No contexto sul-americano, estimativas indicam que a formação de um evento de magnitude elevada na segunda metade de 2026 tenderia a intensificar secas no Norte e Nordeste brasileiros, ondas de calor no Centro-Oeste e chuvas extremas no Sul, regiões que, segundo diagnósticos recentes, ainda apresentam capacidade limitada de planejamento adaptativo.

Impactos sobre Doenças Vetoriais, Cólera e Calor Extremo

A literatura epidemiológica documenta de forma robusta a associação entre eventos El Niño e o aumento da incidência de doenças transmitidas por vetores. A dengue é particularmente sensível: a combinação de temperaturas mais altas e chuvas irregulares cria condições ideais para a proliferação do Aedes aegypti. O evento El Niño de 2023–2024 — classificado entre os cinco mais intensos já registrados — coincidiu com o maior surto de dengue da história, registrando 6,5 milhões de casos em 2023 e 13 milhões em 2024.

A malária apresenta dinâmica similar, embora mediada por mecanismos distintos conforme o contexto climático local. Em regiões áridas, chuvas intensas episódicas criam criadouros para vetores anofelinos; em regiões úmidas, secas prolongadas concentram cursos d'água em lagoas estagnadas com condições favoráveis à reprodução. No sul da África, episódios epidêmicos de malária têm sido recorrentemente associados a anomalias pluviométricas em períodos de El Niño.

O cólera completa o quadro de risco: enchentes contaminam mananciais e sistemas de abastecimento de água potável, como observado no leste da África durante o evento de 2023–2024. Episódios de calor extremo elevam diretamente a mortalidade por estresse térmico e agravam comorbidades cardiovasculares, respiratórias e renais. A Gavi — Aliança Global de Vacinas e Imunização — alertou que o evento de 2026 tem potencial de desencadear surtos em escala ampliada, instando à substituição da abordagem reativa por ação preventiva sistematizada.

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE 2026 E SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA

Tema, Sede e Contexto

O Dia Mundial do Meio Ambiente de 2026 foi realizado em 5 de junho, com sede oficial em Baku, Azerbaijão, sob o tema Inspirado pela Natureza, pelo Clima e pelo Nosso Futuro, e lançou um chamado à ação #NowForClimate. A escolha do tema reflete o crescente consenso científico de que a natureza não é apenas vítima da crise climática, mas parte essencial de sua solução. De acordo com relatórios do IPCC e da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), as soluções baseadas na natureza (SbN) podem fornecer até 37% do potencial de mitigação necessário para cumprir as metas do Acordo de Paris até 2030.

As SbN englobam um espectro amplo de intervenções: proteção de florestas tropicais, restauração de manguezais costeiros, recuperação de áreas úmidas e adoção de sistemas agroflorestais sustentáveis. Trata-se de intervenções que simultaneamente sequestram carbono, protegem ecossistemas e produzem co-benefícios diretos para a saúde humana —

regulação do clima local, redução de inundações, melhoria da qualidade da água e redução do risco de zoonoses.

Tecnologias Limpas e Pontos de Inflexão

Três dias antes das comemorações, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) publicou o relatório Cheaper. Cleaner. Unstoppable., argumentando que energia solar, mobilidade elétrica e sistemas de resfriamento sustentável atingiram pontos de virada nos quais a adoção se acelera à medida que os custos caem e o suporte público cresce. O documento denomina esses momentos pontos de inflexão positivos — transições que, uma vez iniciadas, tendem a ser autorreforçantes e de difícil reversão.

Em paralelo, mais de 50 cidades — incluindo Lagos, Melbourne, Paris, Mendoza e Yangzhou — aderiram à campanha 50@50 do PNUMA para enfrentar o risco de calor urbano extremo, compartilhando estratégias testadas de adaptação e resfriamento. A conjunção desses dados sugere que a transição energética, embora desigual em sua distribuição geográfica, apresenta sinais crescentes de irreversibilidade estrutural.

NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS DA ONU EM BONN — SB64

Estrutura e Contexto Institucional

Em 8 de junho de 2026, iniciaram-se em Bonn, Alemanha, as negociações climáticas intermediárias da UNFCCC, formalmente denominadas 64ª Sessão dos Órgãos Subsidiários (SB64), com extensão prevista até 18 de junho. As sessões envolvem dois corpos técnicos centrais: o Órgão Subsidiário para Assessoria Científica e Tecnológica (SBSTA) e o Órgão Subsidiário de Implementação (SBI). A SB64 constitui o único fórum oficial de negociação entre a COP30, realizada em Belém (Brasil) em novembro de 2025, e a COP31, prevista para Antalya (Turquia) em novembro de 2026.

O contexto político é de alta pressão. Os governos navegam por pressões simultâneas e frequentemente contraditórias: acelerar a transição para energia limpa, garantir acesso a energia confiável e acessível, proteger indústrias domésticas de impactos competitivos e responder a impactos climáticos crescentes — tudo em cenário de volatilidade econômica e crise energética global. A presença do El Niño emergente e de ondas de calor mortais na Europa, Índia e Oriente Médio adiciona urgência política às negociações técnicas.

Saúde na Agenda da UNFCCC

A interseção entre clima e saúde ganhou proeminência particular na SB64. O presidente do Grupo Africano de Negociadores sobre Mudanças Climáticas (AGN), Nana Dr. Antwi-Boasiako Amoah, afirmou, em Workshop de Capacitação realizado às margens das sessões, que a saúde é a face humana da crise climática — e que, se as negociações têm como objetivo proteger pessoas, a saúde deve ocupar papel central, não periférico.

No campo do financiamento, a GCHA instou os governos a triplicar o financiamento público para adaptação climática, atingindo ao menos 120 bilhões de dólares por ano até 2035, alertando que a meta de 40 bilhões estabelecida na COP26 em Glasgow está gravemente aquém das necessidades reais. O Plano de Ação de Belém para a Saúde (BHAP), lançado na COP30, representa o instrumento operacional mais recente para a integração de saúde e clima, com mais de 30 governos nacionais e 55 atores não estatais comprometidos com sua implementação.

Na Europa, o relatório mais recente do Lancet Countdown identificou Portugal e Espanha entre os países mais vulneráveis ao calor extremo no continente, recomendando a criação de mecanismos de financiamento dedicados à adaptação climática no setor da saúde, com dotação plurianual e metas quantificáveis de redução da mortalidade atribuível ao calor.

Temas Técnicos e Políticos em Disputa

A agenda formal da SB64 abrange: adaptação climática e operacionalização dos 59 Indicadores de Adaptação de Belém; interação entre comércio e política climática; sistemas alimentares e segurança alimentar; caminhos para a transição dos combustíveis fósseis; implementação do Mecanismo de Transição Justa acordado na COP30; e maior coordenação entre as convenções de clima, biodiversidade e degradação do solo.

Um ponto particularmente sensível é o Programa de Trabalho de Mitigação (MWP) — atualmente o único item formal da agenda especificamente dedicado à ambição de mitigação —, previsto para se encerrar em 2026, com possibilidade de extensão a ser negociada em Bonn. Dado o histórico de posições divergentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, as negociações sobre este ponto prometem ser especialmente tensas.

No campo de gênero e equidade, o novo Plano de Ação de Gênero — com 27 atividades e 98 resultados previstos — tem início formal na SB64, com eventos obrigatórios voltados a uma ação climática responsiva às questões de gênero. Os Campeões de Alto Nível do Clima apresentarão progresso nos seis eixos da Agenda de Ação Climática Global e lançarão o Programa de Trabalho 2026 da Parceria de Marrakech, em preparação para Antalya.

ANÁLISE DO ARTIGO: MULTILATERAL PATHWAYS TO JUST AND HEALTHY TRANSITIONS

Saúde como Pilar da Transição Justa

Publicado em junho de 2026 pela GCHA e pela HCWH, o relatório Multilateral Pathways to Just and Healthy Transitions — de autoria de Nanny Santana Leal de Figueiredo (Ministério da Saúde do Brasil) — parte de uma premissa central: a crise climática é, antes de tudo, uma crise de saúde pública. Apoiando-se em dados do IPCC, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Lancet Countdown, os autores documentam os impactos crescentes das mudanças climáticas sobre mortalidade por calor, segurança alimentar, doenças infecciosas e saúde mental.

Os dados econômicos apresentados são expressivos: os custos dos danos à saúde causados pela poluição por material particulado fino (PM2.5) — proveniente em grande parte da queima de combustíveis fósseis — atingiram US$ 8,1 trilhões em 2019, equivalentes a 6,1% do PIB global. Adicionalmente, mais de 2,4 bilhões de trabalhadores estão expostos a calor excessivo, com perdas potenciais de renda estimadas em US$ 1,09 trilhão apenas em 2024.

A partir desse diagnóstico, o relatório propõe uma virada conceitual: proteger a saúde não é apenas um objetivo humanitário — é, simultaneamente, um argumento econômico e político poderoso para acelerar o abandono dos combustíveis fósseis. Integrar saúde à política

climática significa ampliar sua base de legitimidade e sua ressonância junto a populações que experimentam os impactos de forma direta e imediata.

Expansão Conceitual da Transição Justa

O documento rastreia a evolução do conceito de transição justa desde suas origens nos movimentos trabalhistas norte-americanos do final do século XX até uma formulação mais ampla, que hoje abrange povos indígenas, comunidades vulneráveis, equidade intergeracional e direito ao desenvolvimento. Essa expansão, progressivamente incorporada ao Programa de Trabalho sobre Transição Justa da UNFCCC, é apresentada como conquista política de relevância estrutural para as negociações climáticas.

O relatório distingue entre just transition no singular — referindo-se ao processo institucional da UNFCCC — e just transitions no plural, reconhecendo que os caminhos variam substantivamente conforme contextos nacionais. A diversidade de trajetórias é ilustrada pelos casos de Albânia, Butão, Costa Rica, Nepal e Etiópia, países que já atingiram 100% de geração elétrica a partir de fontes renováveis por rotas distintas — demonstrando a inexistência de modelo único replicável.

Essa nuance é fundamental. Com 750 milhões de pessoas ainda sem acesso à eletricidade, os países de renda baixa e média enfrentam o risco de replicar modelos extrativistas em contexto de baixo carbono, caso salvaguardas adequadas não sejam estabelecidas. A transição justa, nesse sentido, exige não apenas substituição de fontes energéticas, mas transformação das relações de poder que estruturam os sistemas energéticos.

Riscos Ocultos da Transição Verde

Um dos aspectos analiticamente mais relevantes do relatório é o reconhecimento de que a transição energética, por si só, não garante justiça ou saúde. Os autores identificam riscos sistêmicos associados às chamadas transition minerals — níquel, cobre, lítio, cobalto, bauxita e terras raras —, cujas cadeias de extração já documentam violações de direitos humanos, degradação ambiental e impactos sobre comunidades locais.

O caso da expansão da energia eólica no Nordeste do Brasil é citado como exemplo emblemático: sem planejamento inclusivo e processos de consentimento livre, prévio e informado (CLPI), projetos de energia renovável em larga escala podem reproduzir lógicas de deslocamento e exclusão características do modelo fóssil. A crítica implica que transição justa não é sinônimo de transição verde — é necessário garantir que os custos e benefícios da nova economia energética não reproduzam as assimetrias do modelo anterior.

Espaços Multilaterais e Financiamento

O relatório mapeia três espaços institucionais centrais para a integração entre saúde e transição justa. O Programa de Trabalho sobre Transição Justa da UNFCCC incorporou na COP30 linguagem explícita sobre o direito à saúde e o reconhecimento dos co-benefícios do acesso a tecnologias limpas para a saúde, igualdade de gênero e meios de vida. O Plano de Ação de Belém para a Saúde (BHAP) representa o instrumento operacional mais recente, com comprometimentos de mais de 30 governos e 55 atores não estatais.

O financiamento é tratado como condição necessária e não suficiente: o relatório analisa a reforma dos subsídios a combustíveis fósseis — US$ 1,3 trilhão em subsídios diretos apenas em 2022 — e as Parcerias de Transição Energética Justa (JETPs) como mecanismos

potencialmente transformadores. A comparação reveladora: a cobertura universal de saúde em 67 países de baixa e média renda poderia ser financiada com valor inferior ao total dos subsídios explícitos aos combustíveis fósseis.

O relatório dedica análise específica à presença crescente da indústria de combustíveis fósseis nas negociações da UNFCCC: 2.400 representantes credenciados na COP28, 1.700 na COP29 e 1.600 na COP30 — proporção equivalente a um em cada 25 delegados representando interesses do setor fóssil. O paralelo com a Convenção-Quadro sobre Controle do Tabaco (FCTC) da OMS é analiticamente relevante: enquanto aquele tratado estabelece salvaguardas explícitas contra a interferência da indústria no processo regulatório, nenhuma proteção equivalente existe no regime climático.

Os autores reconhecem que a analogia não é perfeita — a indústria do tabaco não tem papel na transição para modos de vida saudáveis, ao contrário de segmentos da indústria energética —, mas sustentam que as lições da governança da saúde pública poderiam fortalecer a integridade das negociações climáticas. O argumento é politicamente sensível, mas empiricamente fundamentado.

Considerações finais

A conjuntura de junho de 2026 expõe, com clareza incomum, a natureza sistêmica da crise climática. O aquecimento acelerado já está redesenhando o mapa epidemiológico global, forçando adaptações nos sistemas de saúde e exigindo uma diplomacia climática capaz de traduzir ambição em resultados concretos. A confirmação do El Niño, o Dia Mundial do Meio Ambiente e o início das negociações em Bonn não são eventos independentes: são manifestações convergentes de uma mesma crise estrutural.

A integração entre saúde, equidade e transição energética — progressivamente incorporada às negociações da UNFCCC e sistematizada no relatório Multilateral Pathways — representa não apenas uma evolução conceitual, mas uma estratégia política de legitimação da ação climática. Quando o debate sobre clima se ancora em direitos humanos e saúde pública, ele adquire uma dimensão moral que transcende disputas geopolíticas e pressões de interesses setoriais consolidados.

As decisões que serão tomadas de Bonn a Antalya — sobre financiamento, mitigação, adaptação, transição justa e saúde — terão consequências diretas sobre a vida de bilhões de pessoas, especialmente as mais vulneráveis. A análise sugere que o caminho mais promissor não é o de escolher entre agenda climática e agenda de saúde, mas o de reconhecer que elas são, fundamentalmente, a mesma agenda.

Referências

[1] Karliner J, Beagley J, Figueiredo NSNL. Multilateral Pathways to Just and Healthy Transitions. Global Climate and Health Alliance & Health Care Without Harm; junho de 2026. Disponível em: https://climateandhealthalliance.org/resources/multilateral-pathways-report-2026

[2] PNUMA/OMM. Planeta em Alerta: Saúde Global e Meio Ambiente nas Últimas Duas Semanas. Boletim de junho de 2026. Disponível em: https://www.unep.org/news-and-stories/planeta-em-alerta-junho2026

[3] UNFCCC. Reuniões do Clima da ONU em Bonn — SB64. Relatório institucional, 8–18 de junho de 2026. Disponível em: https://unfccc.int/sb64

[4] IPCC. Sixth Assessment Report (AR6) — Working Group II: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Cambridge University Press; 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/

[5] Organização Meteorológica Mundial (OMM). WMO confirms onset of El Niño conditions. Comunicado de imprensa, 2 jun. 2026. Disponível em: https://wmo.int/media/news/wmo-confirms-onset-of-el-nino-conditions

[6] Anyamba A et al. Climate teleconnections and recent patterns of human and animal disease outbreaks. PLOS Neglected Tropical Diseases. 2019;13(1):e0007188. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0007188

[7] IUCN. Nature-based Solutions for climate change mitigation. Gland: IUCN; 2021. Disponível em: https://www.iucn.org/our-work/nature-based-solutions

[8] PNUMA. Cheaper. Cleaner. Unstoppable. — Technology tipping points for climate action. Nairobi: UNEP; 2 jun. 2026. Disponível em: https://www.unep.org/resources/report/cheaper-cleaner-unstoppable

[9] Lancet Countdown. Tracking Progress on Health and Climate Change — 2026 Report. Londres: The Lancet; 2026. Disponível em: https://www.lancetcountdown.org/2026-report/

[10] Nações Unidas. Declaração do Secretário-Geral António Guterres — Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 jun. 2026. Disponível em: https://www.un.org/en/observances/environment-day

[11] Gavi — The Vaccine Alliance. El Niño and Infectious Disease Outbreaks: 2026 Risk Assessment. Disponível em: https://www.gavi.org/news/media-room/el-nino

[12] OMS. Framework Convention on Tobacco Control (FCTC). Genebra: WHO; 2003. Disponível em: https://www.who.int/fctc/text_download/en/

[13] UNFCCC. Plano de Ação de Belém para a Saúde (Belem Health Action Plan — BHAP), COP30, nov. 2025. Disponível em: https://unfccc.int/belem-health-action-plan

[14] UNFCCC. Acordo de Paris — Texto completo. Paris: UNFCCC; 2015. Disponível em: https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement

“O futuro do trabalho não será determinado apenas pela tecnologia”: ecos preliminares da 114a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho da OIT

"El futuro del trabajo no estará determinado únicamente por la tecnología": primeras repercusiones de la 114ª Sesión de la Conferencia Internacional del Trabajo de la OIT

"The future of work will not be determined solely by technology": preliminary echoes from the 114th Session of ILO’s International Labour Conference

Frederico Peres

Resumo. Pautada pelos grandes desafios que marcam o mundo do trabalho na atualidade, a 114ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT) teve início no último dia 1º de junho, na sede da Organização, em Genebra. Entre os temas principais, encontram-se: a proposta de uma Convenção sobre o trabalho decente na economia de plataformas, que busca trazer marcos normativos e protetivos ao imenso contingente de trabalhadores que realizam suas atividades de trabalho mediadas por plataformas digitais, operadas por algoritmos, produzindo contextos de extrema vulnerabilização e precarização das condições de trabalho; e a discussão sobre estratégias para a promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho, como caminho para superar as históricas barreiras estruturais que continuam a dificultar o acesso equitativo de homens e mulheres a oportunidades de emprego, cargos e progressão de carreira. Ecos da crise geopolítica contemporânea e da histórica disputa entre capital e trabalho são ouvidos desde as primeiras sessões, dando a tônica das discussões em plenários e nas comissões. E devem influenciar os produtos previstos para serem entregues, ao final da Conferência, como contribuição para enfrentar os desafios colocados para o mundo do trabalho contemporâneo. Que prevaleçam, nesses produtos finais, a manifestação inequívoca da importância do diálogo social e do multilateralismo para a solução de conflitos e disputas, e o respeito imprescindível aos direitos fundamentais de trabalhadoras e trabalhadores.

Palavras-chave: Organização Internacional do Trabalho (OIT); Conferência Internacional do Trabalho (CIT); Trabalho decente; Plataformização; Promoção da Igualdade de gênero.

Resumen. *Guiada por los principales desafíos que enfrenta el mundo del trabajo actual, la 114.ª sesión de la Conferencia Internacional del Trabajo (CIT) dio comienzo el 1 de junio en la sede de la Organización en Ginebra. Entre los temas principales se encuentran: la propuesta de una Convención sobre el trabajo decente en la economía de plataformas, que busca proporcionar marcos normativos y de protección para la inmensa cantidad de trabajadores que realizan sus actividades laborales a través de plataformas digitales, operadas por algoritmos, generando contextos de extrema vulnerabilidad y condiciones laborales precarias; y el debate sobre estrategias para promover la igualdad de género en el mundo del trabajo, como vía para superar las barreras estructurales históricas que siguen impidiendo el acceso equitativo de hombres y*

mujeres a oportunidades de empleo, puestos y desarrollo profesional. Desde las primeras sesiones se han escuchado ecos de la crisis geopolítica contemporánea y la histórica disputa entre capital y trabajo, marcando la pauta de los debates en las sesiones plenarias y las comisiones. Estos ecos deberán influir en los productos que se prevé presentar al final de la Conferencia, como contribución para abordar los desafíos que enfrenta el mundo del trabajo actual. Estos productos finales deben demostrar inequívocamente la importancia del diálogo social y el multilateralismo para la resolución de conflictos y controversias, así como el respeto esencial a los derechos fundamentales de los trabajadores.

Palabras clave: *Organización Internacional del Trabajo (OIT); Conferencia Internacional del Trabajo (CIT); Trabajo decente; Plataformas digitales; Promoción de la igualdad de género.*

Abstract. *The 114th session of the International Labour Conference (ILC) commenced on June 1st at the Organization's headquarters in Geneva, addressing the significant difficulties now confronting the world of work. The primary themes include: the proposal for a Convention on decent work within the platform economy, aimed at establishing normative and protective frameworks for the vast number of workers engaged in activities mediated by algorithm-driven digital platforms, which create contexts of significant vulnerability and precarious working conditions; and the discussion on strategies to promote gender equality in the workforce, as a means to address the enduring structural barriers that impede equitable access to employment opportunities, positions, and career advancement for both men and women. The reverberations of the current global crisis and the longstanding conflict between capital and labor have been evident since the initial sessions, influencing the discourse in plenary sessions and committees. They should impact the documents and resolutions of the Conference, which are intended to contribute to the resolution of difficulties confronting the modern workforce. The final products must clearly illustrate the significance of social dialogue and multilateralism in conflict resolution and imperative respect for workers' fundamental rights.*

Keywords: *International Labour Organization (ILO); International Labour Conference (ILC); Decent Work; Platformization; Advancement of Gender Equality.*

Introdução

"O futuro do trabalho não será determinado apenas pela tecnologia, mas pelas políticas, instituições e diálogo social que a orientarem". Esta foi uma das mensagens-chave do discurso proferido pelo diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Gilbert F. Houngbo, durante a cerimônia de abertura da 114ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), no último dia 1º de junho, na sede da Organização, em Genebra. Um importante e necessário posicionamento em um contexto em que as atividades laborais mediadas por tecnologias digitais e, em particular, o trabalho plataformizado, se expandem rapidamente, ao redor do planeta, reconfigurando dinâmicas e processos que marcam o mundo do trabalho contemporâneo.

Partindo do reconhecimento que vivemos tempos de grandes incertezas, sobretudo em razão dos conflitos armados vigentes em diferentes partes do planeta, com impactos de diferentes ordens sobre grandes contingentes populacionais, o diretor-geral ressalta a dimensão global da crise, com destaque aos impactos sobre o mundo do trabalho:

> *A economia global permanece frágil e a crise no Oriente Médio emergiu como uma importante fonte de risco para os trabalhadores, as empresas e as*

> *comunidades. Os marinheiros no Estreito de Ormuz, os trabalhadores migrantes nos países do Golfo, os trabalhadores agrícolas no sul do Líbano e os trabalhadores e empresas de vários setores no Irã estão entre os mais diretamente afetados.*
>
> **Gilbert F. Houngbo, discurso de abertura da 114ª CIT**

Com destaque para a crise global representada pela restrição do transporte marítimo no Estreito de Ormuz - por onde passa 20% do petróleo comercializado no mundo -, Houngbo adverte que:

> *Em uma economia global já de crescimento lento, marcada por déficits persistentes de trabalho decente, as consequências podem ser significativas. Sob um cenário de choque petrolífero prolongado, as horas trabalhadas em todo o mundo podem cair o equivalente a 14 milhões de empregos em tempo integral este ano e 38 milhões no próximo, com perdas de renda do trabalho que podem chegar a US$3 trilhões até 2027. O impacto pode ser particularmente severo nos Estados Árabes, com repercussões em toda a Ásia e no Pacífico*.
>
> **Gilbert F. Houngbo, discurso de abertura da 114ª CIT**

Paralelamente a esses desafios, nos recorda o diretor-geral da OIT que enfrentamos outro desafio com enorme potencial de reconfigurar o mundo do trabalho contemporâneo, com significativos impactos para um imenso contingente de trabalhadoras e trabalhadores, ao redor do planeta: o rápido desenvolvimento das ferramentas de inteligência artificial e o crescente avanço do trabalho mediado por plataformas digitais em todo o mundo. Segundo Houngbo, a IA está ***"remodelando a forma como o trabalho é organizado, como o valor é criado e como as decisões são tomadas, em uma velocidade e escala sem precedentes"***. E, a partir dessa premissa, apresenta à Assembleia da CIT seu relatório **Um momento de escolha: aproveitando a inteligência artificial para o trabalho decente**.

Adverte o diretor-geral.

> *A mensagem central é bastante clara: o futuro do trabalho não será determinado apenas pela tecnologia, mas pelas políticas, instituições e diálogo social que a orientarem. As escolhas que fizermos hoje determinarão se a IA ampliará as oportunidades e a prosperidade compartilhada ou aprofundará a desigualdade e a insegurança. Tais escolhas incluem: investir em capacitação, fortalecer a proteção social e trabalhista, apoiar micro, pequenas e médias empresas e defender os princípios e direitos fundamentais no trabalho. Esta é, em última análise, uma escolha social e política sobre o futuro que desejamos.*

Buscando contribuir para o enfrentamento destes desafios, que marcam o mundo do trabalho na atualidade, a agenda da Conferência deste ano, apresentada e discutida no último número dos Cadernos, pauta importante temas a serem dialogados no contexto tripartite, entre os quais:

- A proposta de uma Convenção sobre o trabalho decente na economia de plataformas, como estratégia para atualizar as normas regulamentadoras e as

redes de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores que, diariamente, realizam suas atividades de trabalho mediadas por plataformas digitais operadas por algoritmos, produzindo contextos de extrema vulnerabilização e precarização das condições de trabalho, já discutidos aqui, anteriormente;

- Uma discussão, recorrente nos fóruns da OIT e da própria CIT, sobre a importância de promover o diálogo social no mundo do trabalho, sobretudo no que diz respeito à necessidade de torná-lo mais inclusivo e eficaz, garantindo a ativa participação dos trabalhadores nos espaços de negociação coletiva e o direito à associação;
- Um diálogo, urgente e imprescindível, sobre estratégias para a promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho, como caminho para superar as históricas barreiras estruturais que continuam a dificultar o acesso equitativo de homens e mulheres a oportunidades de emprego, cargos e progressão de carreira;
- A análise do relatório do diretor-geral sobre a situação dos trabalhadores nos territórios árabes ocupados, destacando a importância de promover estratégias para uma rápida recuperação da economia e do emprego, sem qualquer perda de direitos fundamentais.

Ao final do presente artigo se encontra reproduzido, na íntegra, o discurso de Gilbert F. Houngbo, diretor-geral da OIT, proferido durante a abertura da 114ª CIT, traduzido para o português.

Ecos da crise geopolítica contemporânea também foram ouvidos na sessão de abertura da Conferência. Inicialmente, a partir de uma consulta do presidente da Conferência, Juan Castillo, ministro do trabalho e da previdência social do Uruguai, sobre a possibilidade de aceitar a participação da delegação da Palestina na condição de observador, tal qual ocorrido na sessão anterior, em 2025. Imediatamente, houve manifestação contrária do representante do governo de Israel, que foi seguida pelos representantes dos governos dos Estados Unidos e da Argentina. E forçou a realização de uma votação, que confirmou por ampla maioria a condição de observador da delegação palestina - gerando reiterados protestos da delegação israelense.

Também marcaram as plenárias iniciais da 114ª CIT as manifestações de diversas delegações e representações - como a presidente (*chairperson*) do Grupo dos Trabalhadores da OIT, Catelene Passchier, entre outras representações nacionais de trabalhadores, além dos representantes dos governos da Argélia, Turquia e Djibuti - em favor dos trabalhadores e da população em geral da Palestina, conclamando a interrupção imediata dos ataques por parte do governo de Israel e o apoio dos organismos internacionais pela recuperação da economia e do emprego na região.

Convenção sobre o trabalho decente na economia de plataformas

A discussão em torno da Convenção sobre o Trabalho Decente na Economia de Plataformas - segunda rodada sobre o tema que, desde a 113a Sessão da CIT, em 2025, busca estabelecer novos padrões internacionais para o trabalho mediado por plataformas digitais -, acontece no âmbito do Comitê de Definição de Padrões sobre Trabalho Decente na Economia de Plataformas. A partir de um projeto de Convenção e Recomendação, o trabalho do Comitê foi organizado em dois momentos:

- Numa primeira etapa, realizada em 1 e 5 de junho, as delegações submeteram emendas ao projeto, as quais iam sendo discutidas e incorporadas ao documento final, mediante rodadas de discussão e recomendações à comissão de redação;
- Posteriormente, em uma segunda etapa, realizada entre 8 e 10 de junho, o Comitê se dedica a analisar as emendas e aprovar os textos finais da Convenção, da Recomendação e respectivas declarações finais.

Por fim, o Comitê deverá encaminhar, em 11 de junho, os textos da Convenção e da Recomendação ao plenário da Conferência para votação e aprovação[1].

Entre os principais pontos a se destacar na Convenção e na Recomendação, discutidas durante a Conferência, destacam-se as diretrizes para a promoção do emprego e a proteção de trabalhadores e trabalhadoras cujas atividades de trabalho são mediadas por plataformas digitais, o reconhecimento dos vínculos laborais por parte dos grupos que controlam as plataformas digitais, as estratégias para a promoção da saúde e segurança no trabalho plataformizado, a garantia do direito à associação e o combate às formas de assédio e discriminação no trabalho mediado por plataformas, entre outros pontos-chave. A Convenção também trata do uso de sistemas automatizados pelas plataformas digitais de trabalho, em particular algoritmos que operam em uma lógica gamificada, cujos impactos sobre a saúde mental e física de trabalhadoras e trabalhadores já têm sido registrados, em diferentes partes do planeta, como discutido anteriormente.

Ao final da primeira semana de discussões, onde o Comitê de Definição de Padrões sobre Trabalho Decente na Economia de Plataformas recebeu e analisou um conjunto de emendas ao projeto de Convenção, observou-se uma grande preocupação das delegações que analisaram o documento em ajustar a redação para que o caráter positivo da inovação tecnológica e digital no mundo do trabalho - nomeadamente, a expansão do uso de plataformas digitais na mediação de atividades de trabalho -, como a ampliação da oferta de empregos, a otimização de processos de trabalho e os ganhos de produtividade, ficassem preservados no texto, enquanto o reconhecimento explícito dos impactos sobre a saúde de trabalhadoras e trabalhadores fosse minimizado ou suprimido. Exemplos de emendas, propostas pelo Grupos dos Empregadores, no sentido de minimizar ou suprimir riscos e impactos da plataformização sobre os trabalhadores incluem:

- Substituição do trecho que reconhece a existência de *"déficits de trabalho decente e desafios na economia de plataformas"* por outro, que reafirma, de forma genérica, *"a importância dos direitos e da proteção dos trabalhadores";*
- Retirada do trecho que reconhece *"o impacto da utilização de sistemas automatizados nas condições de trabalho dos trabalhadores de plataformas digitais ou no seu acesso ao trabalho"*;
- Ou ainda a substituição do trecho que afirma (no Artigo 4 da Convenção) que *"cada país membro tomará medidas apropriadas para a prevenção de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e quaisquer outros agravos à saúde dos trabalhadores da plataforma digitais, resultantes de, relacionadas ou ocorrendo no*

[1] O presente texto foi finalizado em 7 de junho de 2026 e, portanto, não registra as deliberações e decisões finais da Conferência

decurso do seu trabalho" por *"cada país membro tomará medidas apropriadas para promover um ambiente seguro e um saudável ambiente de trabalho na economia de plataforma"*.

Já exemplos de emendas, propostas pelo Grupos dos Empregadores e por membros dos governos nacionais, no sentido de destacar a importância da incorporação tecnológica no mundo do trabalho incluem:

- Substituição do trecho que reconhece que *"a natureza e o crescimento da economia de plataformas, nomeadamente as plataformas digitais de trabalho, está transformando significativamente o mundo do trabalho"* por *"a natureza e o crescimento da economia de plataformas, nomeadamente as plataformas digitais de trabalho, aumentaram as oportunidades de criação de emprego, rendimentos e oportunidades de acesso ao mercado de trabalho em diferentes setores"*;
- E a inclusão do trecho "reconhecendo que o trabalho em plataformas digitais constitui uma nova forma de trabalho não convencional, na medida em que a organização e/ou facilitação do trabalho - caracterizada pelo uso de sistemas automatizados - desempenha um papel fundamental na correspondência entre a demanda pelo serviço e a oferta de trabalho por um indivíduo que possui uma relação contratual com a plataforma de trabalho digital ou um intermediário".

O desfecho das discussões, a versão final da Convenção e sua aprovação pelo plenário ainda está por ser dada, embora já bem avançada e encaminhada pelos trabalhos do Comitê. As normas e recomendações propostas pela Convenção deverão constituir um primeiro instrumento internacional voltado, especificamente, para regular os impactos da digitalização no mundo do trabalho. E, assim, todas as atenções sobre a redação de seus artigos é necessária, para que o direito ao trabalho saudável, seguro, sustentável e equitativo na economia de plataformas seja o alicerce da Convenção.

A Promoção da Igualdade de Gênero como um Imperativo

As discussões em torno das estratégias para a promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho se deram no âmbito do Comitê de Discussão Geral sobre a Agenda Transformadora para a Igualdade de Género no Trabalho. Reunido entre 1º e 10 de junho, o Comitê deliberou sobre o item VI da agenda da 114ª Sessão da Conferência, e teve como documento orientador o Relatório "Promovendo uma agenda transformadora para a igualdade de género no mundo do trabalho"

O plano de trabalho do Comitê foi composto por três segmentos:

- Nos dias 1º e 2 de junho, houve uma discussão geral com base no relatório, orientada por pontos de discussão anteriormente definidos;
- Nos dias 4 e 5 de junho, as discussões e sugestões apresentadas serviram de base para a elaboração da minuta de conclusões, organizada pela comissão de redação;
- Entre 8 e 10 de junho, o Comitê analisa as emendas à minuta de conclusões, recebidas pelo Comitê ao longo dos dias anteriores, orientando o trabalho de sistematização da comissão de redação. E, em sua sessão final, a realizar-se na tarde do dia 10 de junho, o Comitê deverá aprovar as conclusões que serão, então,

submetidas à plenária da Conferência para votação e aprovação na quinta-feira, 11 de junho.

Os principais pontos discutidos pelo Comitê, a serem incluídos no documento final (conclusões) são:

- Quais são as principais barreiras estruturais ao avanço da igualdade de gênero no mundo do trabalho e quais abordagens políticas, integradas e baseadas em evidências, são necessárias para enfrentar suas causas profundas?
- Quais medidas são necessárias para garantir que as transformações em curso, incluindo as transições tecnológicas, ambientais e demográficas, sejam aproveitadas para promover a igualdade de gênero e alcançar o desenvolvimento econômico e social inclusivo e sustentável? Como essas medidas podem ser concebidas e financiadas?
- E quais ações prioritárias os constituintes da OIT e seu secretariado, dentro de seus respectivos mandatos, devem tomar para promover, impulsionar e apoiar uma agenda transformadora para a igualdade de gênero no mundo do trabalho? Como os esforços concretos e práticos podem ser fortalecidos para alcançar a igualdade de gênero no mundo do trabalho?

As principais discussões sobre a questão partem da premissa que progressos importantes vêm sendo alcançados, em diferentes partes do planeta, em relação à promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho. As mulheres em todo o mundo estão tendo mais acesso à educação e participam do mercado de trabalho em maior número, acessando cada vez mais cargos gerenciais e de liderança. Esses avanços, segundo o documento orientador da OIT, refletem, em parte, o reconhecimento de que a igualdade de gênero é fundamental para o desenvolvimento social, reforçando a centralidade da promoção do bem-estar e de sociedades equitativas.

No entanto, reconhece a OIT, o progresso geral permanece modesto e desigual entre países e regiões. As disparidades de gênero no emprego e na remuneração persistem e as mulheres continuam sobrerrepresentadas em funções que são tipicamente subvalorizadas e têm condições de trabalho menos dignas. O documento da OIT destaca, amparado por exemplos e estatísticas, que nos países de baixa e média-baixa renda, onde o emprego informal predomina, as mulheres continuam sobrerrepresentadas na economia informal, com acesso limitado ao trabalho e à proteção social. Barreiras estruturais e sistêmicas, incluindo a discriminação e responsabilidades desiguais de cuidado, continuam a impulsionar as desigualdades de gênero no mundo do trabalho.

Em um contexto marcado por conflitos e múltiplas crises, a discussão é urgente e necessária, já que exemplos históricos e conjunturais mostram que os impactos da chamada "crise de crises" (múltiplas crises - econômicas, políticas, sociais - cujos determinantes interagem entre si, agravando seus efeitos e impactos sobre a sociedade) são desproporcionalmente sentidos em alguns grupos da população, entre os quais destacam-se as mulheres - sobretudo mulheres negras, periféricas ou residentes em zonas rurais, com limitado acesso à educação.

Assim, a possibilidade de aprovação de um documento da OIT, que possa servir como referência para efetivas transformações no mundo do trabalho, ao redor do planeta, para a promoção da igualdade de gênero, é altamente reverenciada e coloca boas expectativas sobre o produto a ser aprovado no marco da Convenção.

Conclusões

Este artigo é elaborado enquanto a Organização Internacional do Trabalho realiza a sua 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, cujos trabalhos se encerram em 12 de junho de 2026. Os delegados das representações de governos, empregadores e trabalhadores dos 187 Estados-Membros da OIT vêm discutindo, ao longo das últimas duas semanas, questões importantes para o mundo do trabalho, como a garantia de um trabalho seguro, saudável, sustentável e equitativo na economia das plataformas, a possibilidade de pactuação em torno de um agenda transformadora para a igualdade de género no trabalho e o fortalecimento do diálogo social e o tripartismo, principalmente em momentos de múltiplas crises (ou "crise de crises") como vivemos na atualidade.

Ecos da crise geopolítica contemporânea e da histórica disputa entre capital e trabalho são ouvidos desde as primeiras sessões, dando a tônica das discussões em plenários e nas comissões. E devem influenciar os produtos previstos para serem entregues, ao final da Conferência, como contribuição para enfrentar os desafios colocados para o mundo do trabalho contemporâneo. Que prevaleçam, nesses produtos finais, a manifestação inequívoca da importância do diálogo social e do multilateralismo para a solução de conflitos e disputas, e o respeito imprescindível aos direitos fundamentais de trabalhadoras e trabalhadores, sobretudo nos territórios profundamente afetados pelos conflitos armados vigentes, como a Palestina, o Sudão, o Irã e o sul do Líbano.

Que no próximo número dos Cadernos possamos trazer boas novas direto de Genebra, algo bastante necessário em tempos de "crise de crises".

ANEXO

Discurso de Abertura da 114ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT)

Gilbert F. Houngbo, diretor-geral da OIT
Genebra, 1º de junho de 2026
(tradução livre)

Honorável Ministro Juan Castillo, Presidente da Conferência Internacional do Trabalho, Sua Excelência a Embaixadora Nahida Sobhan, Vice-Presidente do Governo, Sra. Kristen Kaufman, Vice-Presidente dos Empregadores, Sr. Gerardo Martínez, Vice-Presidente dos Trabalhadores, Honoráveis Ministros, Delegados, Senhoras e Senhores,"

Gostaria de começar por dar-lhes as boas-vindas à 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho e felicitar o Presidente e os Vice-Presidentes pela sua eleição.

Reunimo-nos num momento de profunda incerteza. A economia global permanece frágil e a crise no Oriente Médio emergiu como uma importante fonte de risco para os trabalhadores, as empresas e as comunidades. Os marinheiros no Estreito de Ormuz, os trabalhadores migrantes nos países do Golfo, os trabalhadores agrícolas no sul do Líbano e os trabalhadores e empresas de vários setores no Irã estão entre os mais diretamente afetados.

A OIT agiu rapidamente para avaliar as implicações desta crise para o mundo do trabalho. Nossa mais recente atualização sobre Emprego e Tendências Sociais mostra que seus efeitos já estão se espalhando para além da região, por meio de preços de energia mais altos, interrupções na cadeia de suprimentos, investimentos mais fracos e pressões sobre a migração e as remessas.

Em uma economia global já de crescimento lento, marcada por déficits persistentes de trabalho decente, as consequências podem ser significativas. Sob um cenário de choque petrolífero prolongado, as horas trabalhadas em todo o mundo podem cair, impactando o equivalente a 14 milhões de empregos em tempo integral este ano e 38 milhões no próximo, com perdas de renda do trabalho que podem chegar a US$3 trilhões até 2027. O impacto pode ser particularmente severo nos Estados Árabes, com repercussões em toda a Ásia e no Pacífico.

Muitos governos agiram rapidamente. No entanto, medidas coordenadas e sustentadas continuam sendo essenciais. O fortalecimento da proteção social, o apoio às micro, pequenas e médias empresas e a preservação de empregos serão fundamentais para evitar que esse choque se torne um retrocesso duradouro para o trabalho decente.

Essa crise está se desenrolando em mercados de trabalho já fragilizados. O progresso na qualidade do emprego estagnou, a informalidade afeta mais de 2,1 bilhões de trabalhadores e a transição para empregos de melhor qualidade desacelerou. E se a crise no Oriente Médio continuar a enfraquecer empregos, rendimentos e meios de subsistência, mais trabalhadores e empresas poderão ser empurrados para a informalidade, com maiores riscos de trabalho infantil e forçado.

Paralelamente a esses desafios, enfrentamos uma transformação de outra ordem: a inteligência artificial. A IA está remodelando a forma como o trabalho é organizado, como o valor é criado e como as decisões são tomadas, em uma velocidade e escala sem precedentes.

*É nesse contexto que apresento meu relatório, **Um momento de escolha: Aproveitando a inteligência artificial para o trabalho decente**. A mensagem central é bastante clara: o futuro do trabalho não será determinado apenas pela tecnologia, mas pelas políticas, instituições e diálogo social que a orientarem.*

As escolhas que fizermos hoje determinarão se a IA ampliará as oportunidades e a prosperidade compartilhada ou aprofundará a desigualdade e a insegurança. Tais escolhas incluem: investir em capacitação, fortalecer a proteção social e trabalhista, apoiar micro, pequenas e médias empresas e defender os princípios e direitos fundamentais no trabalho. Esta é, em última análise, uma escolha social e política sobre o futuro que desejamos.

Os trabalhadores de todo o mundo devem poder partilhar os ganhos de produtividade gerados pela IA. Esses ganhos devem ser distribuídos de forma justa através de melhores salários, maior proteção laboral e um crescimento mais inclusivo. A negociação coletiva continuará a ser essencial, juntamente com uma governação da IA baseada na transparência, na responsabilização e na supervisão humana.

Esta transformação tem também uma dimensão crítica de desenvolvimento. Os países em diferentes níveis de desenvolvimento não devem ser deixados para trás. Devem poder se beneficiar da IA como motor de convergência, criação de emprego, transformação estrutural e trabalho decente.

É por isso que o meu relatório propõe uma agenda estratégica construída em torno de quatro pilares: direitos, emprego, competências, proteção social e diálogo social. Espero sinceramente que esta Conferência proporcione uma oportunidade para os participantes partilharem as suas experiências, trocarem ideias e aprenderem uns com os outros enquanto navegamos juntos por esta transformação. Através das nossas discussões, podemos ajudar a

traçar um caminho comum que aproveite o potencial da IA, garantindo que a inovação promova o trabalho decente, a inclusão e a justiça social.

Excelências,

As crises e transformações atuais nos lembram da relevância duradoura de nossos princípios fundadores. Como afirma o Preâmbulo da Constituição da OIT, a paz duradoura só pode ser estabelecida se for baseada na justiça social.

Não vejo isso como um mero princípio – é um chamado à ação. A instabilidade econômica, a desigualdade e a exclusão não são apenas desafios sociais; são ameaças à paz.

A Declaração da Filadélfia deu a essa visão seu pleno significado: o trabalho não é uma mercadoria; a liberdade de expressão e de associação são essenciais para o progresso social; a pobreza em qualquer lugar constitui um perigo para a prosperidade em todo lugar; e todos os direitos humanos devem ser respeitados.

Os seres humanos têm o direito de buscar seu bem-estar e desenvolvimento em condições de liberdade, dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades.

As normas internacionais do trabalho dão expressão a essa visão. Elas continuam sendo essenciais para a concretização da justiça social, proporcionando estabilidade em tempos de incerteza e orientação em tempos de mudança.

É por isso que devemos nos concentrar não apenas na quantidade de empregos, mas também na sua qualidade – nos direitos, na representação, na segurança, na igualdade e na inclusão. Saúdo o crescente engajamento das instituições financeiras internacionais e dos bancos multilaterais de desenvolvimento com a agenda do emprego e sua cooperação com a OIT na dimensão da qualidade do emprego.

Senhoras e Senhores,

A agenda da Conferência deste ano oferece uma oportunidade para abordar grandes desafios por meio de um diálogo tripartite.

A Conferência dará continuidade à sua discussão normativa sobre trabalho decente na economia de plataformas – um passo importante para responder às novas formas de trabalho e reduzir as lacunas em termos de proteção e inovação.

Também haverá uma discussão recorrente sobre diálogo social, com foco em como torná-lo mais inclusivo e eficaz, respeitando a liberdade de associação e a negociação coletiva.

A discussão sobre igualdade de gênero abordará as barreiras estruturais que continuam a dificultar o progresso, reafirmando nosso compromisso compartilhado de construir sociedades onde a igualdade, a dignidade e as oportunidades sejam acessíveis a todos.

A Conferência também analisará meu relatório sobre a situação dos trabalhadores nos territórios árabes ocupados, destacando a importância de uma recuperação baseada em direitos.

O Dia Mundial contra o Trabalho Infantil proporcionará uma oportunidade para acelerar o progresso em relação aos compromissos assumidos em Marrakech.

Por fim, a justiça social permanece no centro de nossa missão. A Coalizão Global para a Justiça Social continua a crescer, demonstrando um compromisso compartilhado com mercados de trabalho mais inclusivos.

Senhoras e Senhores,

Este mesmo propósito guia a própria OIT. Em um mundo em rápida transformação, devemos garantir que nossa Organização permaneça ágil, eficaz e responsiva, ao mesmo tempo em que continua a promover a justiça social e o trabalho decente. Nossa agenda de reformas está fortalecendo a execução de nossas atividades, preservando nosso mandato normativo único, nosso sistema de supervisão e nossa estrutura tripartite.

A reforma não visa mudar quem somos. Ela visa fortalecer nossa capacidade de cumprir nosso mandato no contexto da reforma mais ampla da ONU. À medida que nos adaptamos às novas realidades, permanecemos firmemente ancorados nos valores e princípios que guiaram a OIT por mais de um século.

Acima de tudo, nossa força reside em nossos colaboradores. Gostaria de expressar meu profundo apreço aos funcionários da OIT por seu profissionalismo, resiliência e compromisso inabalável durante um período de mudanças e incertezas significativas.

O diálogo social também deve permanecer no centro de nossos esforços. Permaneço totalmente comprometido em manter um engajamento construtivo com o Sindicato dos Funcionários e em garantir que a mudança seja guiada pelo diálogo e por nossos valores compartilhados.

O mundo do trabalho está mudando rapidamente. No entanto, os valores que nos unem permanecem. Se permanecermos fiéis a esses valores, ao mesmo tempo que abraçamos a mudança com confiança e propósito, a OIT continuará sendo um farol de justiça social, um parceiro confiável para seus constituintes e uma força motriz para o trabalho decente para as gerações futuras.

Desejo a todos deliberações frutíferas e uma Conferência bem-sucedida.

Panorama das migrações e refúgio: Nova comissão da Lancet sobre deslocamento e conflito, migrações na Assembleia Mundial da Saúde e surto do Ébola

Panorama general sobre migración y refugio: nueva comisión de The Lancet sobre desplazamientos y conflictos, las migraciones en la Asamblea Mundial de la Salud y el brote de ébola

Overview on migration and refuge: New Lancet commission on displacement and conflict, migrations at the World Health Assembly and Ebola outbreak

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: Este informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, apresenta três temas de grande relevância na temática das migrações nas últimas semanas. Primeiro, comentamos sobre o importante lançamento da Comissão Lancet sobre Saúde, Conflito e Deslocamento, coordenada pelo Centro Johns Hopkins para a Saúde Humanitária, que foi estabelecida para endereçar as falhas do sistema humanitário e seus impactos sobre a saúde das pessoas afetadas por conflitos armados e deslocamentos forçados. Em seu sumário executivo, a Comissão examina as barreiras sistêmicas e as condições facilitadoras que influenciam as ações humanitárias e propõe um programa integrado para transformação estrutural, baseado na redistribuição de poder, recursos e incentivos, representando um marco muito importante na agenda de pesquisa em migrações e saúde. Ademais, discutimos como as migrações e o refúgio foram abordados na Assembleia Mundial da Saúde, que ocorreu em maio deste ano. Em meio à Assembleia, foi realizado um evento paralelo de alto nível, promovido pelo governo da Espanha e co-patrocinado pelos governos do Brasil, Colômbia, Egito e Nepal, em que os países e parceiros se reafirmou necessidade de fortalecer a saúde de migrantes e refugiados, com foco na transformação de compromissos políticos globais em abordagens práticas para melhorar o acesso a serviços de saúde em sistemas nacionais mais inclusivos. Por fim, debatemos o novo surto de Ebola na República Democrática do Congo e em Uganda, que tem como contexto uma grave crise humanitária, fluxos irregulares de migração e deslocamentos forçados, que ampliam os riscos de transmissão de doenças infecciosas, em especial entre pessoas em situação de vulnerabilidade, e seu impacto sobre políticas migratórias no mundo.

Palavras-chave: Migração; Refúgio; Saúde; Mobilidade Humana

Resumen. *Este informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migraciones, Refugio y Salud Global, presenta tres temas de gran relevancia en el ámbito de las migraciones durante las últimas semanas. En primer lugar, comentamos el importante lanzamiento de la Comisión Lancet sobre Salud, Conflicto y Desplazamiento, coordinada por el Centro Johns Hopkins para la Salud*

Humanitaria, que se creó para abordar las deficiencias del sistema humanitario y sus repercusiones en la salud de las personas afectadas por conflictos armados y desplazamientos forzados. En su resumen ejecutivo, la Comisión examina las barreras sistémicas y las condiciones facilitadoras que influyen en las acciones humanitarias y propone un programa integrado para la transformación estructural, basado en la redistribución del poder, los recursos y los incentivos, lo que representa un hito muy importante en la agenda de investigación sobre migraciones y salud. Además, debatimos cómo se abordaron las migraciones y el refugio en la Asamblea Mundial de la Salud, celebrada en mayo de este año. En el marco de la Asamblea, se celebró un evento paralelo de alto nivel, promovido por el Gobierno de España y copatrocinado por los Gobiernos de Brasil, Colombia, Egipto y Nepal, en el que los países y socios reafirmaron la necesidad de fortalecer la salud de los migrantes y los refugiados, centrándose en la transformación de los compromisos políticos globales en enfoques prácticos para mejorar el acceso a los servicios de salud en sistemas nacionales más inclusivos. Por último, debatimos sobre el nuevo brote de ébola en la República Democrática del Congo y en Uganda, que se produce en un contexto de grave crisis humanitaria, flujos migratorios irregulares y desplazamientos forzados, lo que aumenta los riesgos de transmisión de enfermedades infecciosas, especialmente entre las personas en situación de vulnerabilidad, y su impacto en las políticas migratorias a nivel mundial.

***Palabras clave**: Migración; Refugio; Salud; Movilidad humana*

***Abstract**: This report, prepared by the Working Group on Migration, Refuge and Global Health, presents three relevant themes on migration in the past weeks. First, we discuss the launch of the new Lancet Commission on Health, Conflict and Displacement, coordinated by the Johns Hopkins' Humanitarian Health Center, established to address the failures of the humanitarian system and its impacts on the health of people affected by conflict and forced displacement. In its executive summary, the Commission examines the systemic barriers and enabling conditions that influence humanitarian action and proposes an integrated programme to generate structural transformation, based on redistributing power, resources and incentives. Besides that, we comment on how migration and refuge were discussed at the 79th World Health Assembly that took place in May. Amidst the Assembly, there was a high-level side event promoted by the government of SPain and co-sponsored by the governments of Brazil, Colombia, Egypt and Nepal, where countries and partners reaffirmed the need to strengthen the health of migrants and refugees, focusing on transforming global political commitments into practical approaches to improve the access to healthcare in more inclusive national health systems. Last, we debated the new Ebola outbreak in the Democratic Republic of Congo and Uganda, which takes place in a context of a deep humanitarian crisis and irregular migration flows and forced displacement that aggravate the risks of infectious diseases transmission, particularly between people in vulnerable situations, and its impact on migration policy around the world.*

***Keywords:** Migration; Refuge; Health; Human Mobility*

Saúde, governança global e direito internacional sob a perspectiva da Comissão Lancet sobre conflito e deslocamento forçado

A Comissão Lancet sobre Saúde, Conflito e Deslocamento Forçado, coordenada pelo Centro Johns Hopkins para Saúde Humanitária, apresentou uma análise crítica do atual sistema humanitário internacional, argumentando que este atravessa uma profunda crise de legitimidade, financiamento e governança. A Comissão aponta que o sistema humanitário atual

não consegue mais responder adequadamente à escala, à duração e à complexidade política das crises contemporâneas. Embora tenha sido criado para proteger populações em situação de vulnerabilidade social, o sistema passou a operar sob forte influência de interesses geopolíticos, prioridades de política externa e agendas de segurança nacional dos países doadores. Como consequência, o financiamento humanitário tornou-se cada vez mais condicionado por interesses políticos, resultando em respostas seletivas e insuficientes. O texto aponta que, diante da escassez de recursos, consolidou-se uma lógica de priorização extrema, na qual apenas uma parcela das populações recebe assistência. Esse processo representa uma forma de "racionamento da sobrevivência", que transforma a exclusão de milhões de pessoas em uma prática institucionalizada e legitimada pelos próprios mecanismos de financiamento internacional[1].

Outro aspecto central da análise refere-se ao enfraquecimento do direito internacional humanitário. A Comissão denuncia o aumento de ataques contra instalações e profissionais de saúde, a obstrução deliberada da assistência humanitária e as frequentes violações dos direitos de pessoas refugiadas, migrantes e civis em zonas de conflito. Apesar da existência de instrumentos jurídicos internacionais, a aplicação das normas permanece limitada e raramente produz consequências efetivas para os responsáveis. Nesse sentido, é argumentado que o direito internacional tem sido tratado como uma referência normativa abstrata, quando deveria funcionar como um instrumento operacional capaz de orientar decisões e produzir mecanismos concretos de responsabilização. A ausência de consequências para violações recorrentes contribui para a normalização da impunidade e para o enfraquecimento da proteção humanitária em nível global[1].

No campo da saúde, o relatório enfatiza que os impactos dos conflitos e dos deslocamentos forçados vão muito além da violência de forma direta. Grande parte da mortalidade observada nesses contextos decorre da interrupção dos sistemas de saúde e dos serviços essenciais. A suspensão de campanhas de vacinação, o colapso da atenção primária, a interrupção do acompanhamento de doenças crônicas e a redução dos serviços de saúde materno-infantil transformam condições tratáveis em causas de morte evitável. Para a Comissão, esses resultados não decorrem da falta de conhecimento técnico ou científico, mas sim da insuficiência de investimentos, da fragilidade das estruturas institucionais e da falta de compromisso político em garantir proteção às populações afetadas. A saúde é compreendida de forma ampliada, abrangendo não apenas a assistência clínica, mas também os determinantes sociais da saúde, as condições de vida, a proteção social, os direitos humanos e a dignidade das populações atingidas por crises[1].

A Comissão organiza suas recomendações em cinco eixos estratégicos: fortalecimento do direito internacional; operacionalização dos princípios humanitários; reforma da governança humanitária e da saúde; reestruturação dos mecanismos de financiamento; e fortalecimento dos sistemas de saúde em contextos de crise. Em relação aos princípios humanitários, o relatório reafirma a humanidade e a imparcialidade como valores inegociáveis, ao mesmo tempo em que propõe uma interpretação mais contextualizada da neutralidade e da independência[1].

O relatório defende que comunidades afetadas por conflitos e deslocamentos forçados devem ocupar posição central nos processos de governança, planejamento e implementação das respostas humanitárias. Essa proposta é apresentada como uma forma prática de promover a descolonização da ação humanitária, fortalecendo a autonomia local e reduzindo as assimetrias de poder historicamente presentes no setor. Os autores concluem que a gravidade das crises humanitárias contemporâneas exige mudanças profundas e não apenas ajustes

incrementais. Assim, defendem a construção de um novo modelo de ação humanitária baseado na equidade, na justiça, na participação das comunidades afetadas e na efetivação do direito à saúde como princípio orientador de todas as intervenções humanitárias[1].

Saúde de Migrantes e Refugiados em pauta na 79ª Assembleia Mundial da Saúde

Em 20 de maio de 2026, durante a 79ª Assembleia Mundial da Saúde, foi realizado um evento dedicado à promoção da saúde de refugiados e migrantes por meio do fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde. Organizado pelo Governo da Espanha, com copatrocínio do Brasil, Colômbia, Egito e Nepal, e apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS), o encontro objetivou a discussão das formas para transformar compromissos políticos em ações concretas voltadas à ampliação do acesso à saúde para populações em mobilidade.[2] As discussões destacaram a necessidade de desenvolver sistemas de saúde mais inclusivos e adaptáveis, capazes de garantir o acesso equitativo aos serviços para refugiados e migrantes. Nesse contexto, diferentes países compartilharam experiências relacionadas à ampliação da cobertura de saúde, à regularização migratória, ao fortalecimento da atenção primária, à saúde mental e à melhoria dos mecanismos de governança e coordenação institucional.[2]

Entre os exemplos apresentados, a Colômbia destacou medidas de inclusão de migrantes em programas de saúde pública; o Egito enfatizou a garantia de acesso igualitário aos serviços de saúde; o Nepal apresentou iniciativas voltadas ao aprimoramento dos sistemas de informação e atendimento a trabalhadores migrantes; a Espanha ressaltou reformas para eliminar barreiras administrativas; e o Brasil destacou ações integradas que articulam saúde, proteção social e assistência a populações deslocadas.[2] As organizações internacionais como a OIM, o ACNUR e a OMS também apresentaram iniciativas voltadas à integração de refugiados e migrantes nos sistemas nacionais de saúde, ao fortalecimento da cooperação institucional e ao aprimoramento da produção de dados e evidências para subsidiar políticas públicas.[2]

Ao final, os participantes reforçaram a importância da cooperação entre governos, organismos internacionais e comunidades locais para fortalecer sistemas de saúde inclusivos, ampliar a participação de refugiados e migrantes na formulação de políticas e avançar na implementação da Cobertura Universal de Saúde, visando a garantia do direito à saúde para todas as pessoas em mobilidade.[2]

Migrações e refúgio frente a novo surto do Ebola

O novo surto do Ebola no continente africano tem colocado novos desafios sobre os fluxos migratórios. O primeiro caso foi detectado na República Democrática do Congo (RDC), em 24 de abril de 2026, e depois em Uganda. Em 17 de maio, a OMS declarou o surto uma emergência de saúde pública de importância internacional. [3] Até 2 de junho, a Organização Mundial da Saúde registrou 116 casos suspeitos, 321 confirmados e 48 mortos na RDC e 9 casos confirmados e 1 morte em Uganda[4]. De acordo com notícia divulgada pelas Nações Unidas em 4 de junho[5], as autoridades congolesas afirmam que mais de 90% dos casos reportados estão concentrados na província de Ituri, embora infecções tenham sido detectadas também no Kivu Norte e Sul. É o 17º surto do ebola na RDC e, até o momento, o terceiro maior já registrado, demonstrando a alta capacidade de recorrência da doença e a necessidade de ações de preparação para esses eventos. A mobilidade humana é reconhecida como um dos principais

fatores para a transmissão do vírus, visto que os dois países afetados estão conectados por fluxos migratórios já estabelecidos, redes comerciais e inúmeros pontos de travessia informais.[3] Em 19 de maio, a OMS realizou uma reunião do Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional, em que publicou recomendações para os Estados-membros, as quais referem-se à importância do controle coordenado do surto, colaboração transfronteiriça e ações de vigilância e preparação para prevenir que o vírus se espalhe pela região.[3]

A Organização Internacional das Migrações (OIM) tem observado o desenrolar do surto: o Diretor-Geral, Ugochi Daniels, ressalta a importância de observar como as doenças infecciosas atravessam as fronteiras, exigindo respostas internacionais coordenadas. [4] A OIM ressalta[4] que o surto da doença acontece em um contexto humanitário complexo. A RDC enfrenta conflitos armados prolongados e deslocamento humano de larga escala - até março de 2026, 3,6 milhões de pessoas haviam se deslocado internamente no país. Os dados coletados pela ferramenta da organização de monitoramento dos fluxos migratórios[4] demonstra que a mobilidade humana persiste apesar de medidas anti-imigração, por vezes através de rotas informais onde o diagnóstico e a vigilância em saúde são limitados. Ademais, as pessoas vivendo em campos de deslocamento ou refugiados, comunidades fronteiriças e regiões afetadas por conflitos estão em situação de maior vulnerabilidade devido ao difícil acesso à saúde, água potável e outros serviços essenciais, aumentando os riscos de transmissão de doenças infecciosas. [4] Dessa forma, entender quais as rotas, como e por que as pessoas estão se deslocando é crítico para prevenir o espalhamento da doença. As políticas em saúde pública precisam incluir os padrões migratórios e devem ser coordenadas entre países para assegurar a contenção efetiva, envolvendo também sistemas de vigilância e monitoramento, o fortalecimento de iniciativas comunitárias para a prevenção e controle de doenças e a expansão da assistência em contextos migratórios, evitando consequências inesperadas.

O surto da doença já teve impactos sobre a política migratória em outros locais do mundo. Nos Estados Unidos, que vem implementando duras políticas anti-imigração, a remoção de refugiados para a RDC foi pausada, frente a uma proibição de viajantes provenientes da região implementada em maio. Segundo reportagem do The Guardian[6], há ao menos 37 refugiados que foram removidos para os países afetados pelo surto da doença nos últimos meses e estão impedidos de retornar aos EUA. Ademais, as pessoas detidas pela agência de imigração estadunidense (ICE) não recebem cuidados em saúde adequados, aumentando o risco de contrair ou que a doença se agrave. No Canadá, de acordo com notícia da CBC[7], nacionais de Uganda, RDC e Sudão do Sul que já haviam ingressado no país tiveram seus vistos suspensos - o que, na prática, não significa que serão expulsos do país, mas estão proibidos de realizar viagens internacionais e retornar ao Canadá. É estimado que a medida afete os cerca de 12.600 congoleses e 11.500 ugandenses residentes no país.

Referências

1. CENTRO JOHNS HOPKINS PARA LA SALUD HUMANITARIA. **Comisión Lancet sobre salud, conflicto y desplazamiento forzado: salud en un mundo de crisis e impunidad.** Baltimore: Johns Hopkins Center for Humanitarian Health, 2026. Disponível em: https://www.thelancet.com/commissions-do/conflict-forced-displacement. Acesso em: 7 jun. 2026.

2. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Countries unite at WHA79 to advance refugee and migrant health through stronger national systems**. Genebra, 2026. Disponível em: https://www.who.int/news/item/04-06-2026-countries-unite-at-wha79-to-advance-refugee-and-migrant-health-through-stronger-national-systems. Acesso em: 8 jun. 2026

3. IFRC. **Ebola (BVD) Emergency Appeal - Operational Strategy**. 06 jun. 2026. Disponível em: https://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/africa-region-ebola-bvd-emergency-appeal-operational-strategy-mdrs1007. Acesso em: 08 jun. 2026.

4. OIM. **Ebola response must cross borders faster than virus, IOM warns.** Genebra/Ituri, 02 jun. 2026. Disponível em: **https://www.iom.int/news/ebola-response-must-cross-borders-faster-virus-iom-warns.** Acesso em: 08 jun. 2026.

5. ONU. **World News in Brief: UN scales up Ebola response, refugees 'exiled' in Africa, Political tensions escalate in Somalia**. 04 jun. 2026. Disponível em: https://news.un.org/en/story/2026/06/1167655. Acesso em: 08 jun. 2026.

6. Schreiber, Melody. **White House pauses removal of detainees to DRC as Ebola outbreak widens**. The Guardian, 23 mai. 2026. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2026/may/23/white-house-pauses-detainee-removal-drc-ebola. Acesso em: 08 jun. 2026.

7. Boudjikanian, Raffy. **Ugandans, Congolese and South Sudanese in Canada got visas suspended in wake of Ebola travel restrictions.** CBC News, 28 mai. 2026. Disponível em: https://www.cbc.ca/news/politics/cbc-ca-politics-ebola-canada-visa-suspended-9.7216051. Acesso em: 08 jun. 2026.

Entre a violência e a negação de direitos: gravidez infantil, interrupção da gestação prevista em lei e proteção de meninas e mulheres

Entre la violencia y la negación de derechos: embarazo infantil, acceso a la interrupción legal del embarazo y protección de niñas y mujeres

Between Violence and the Denial of Rights: Child Pregnancy, Access to Legal Abortion, and the Protection of Girls and Women

Maria Teresa Rossetti Massari,
Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria
Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: A gravidez infantil decorrente de violência sexual constitui uma grave violação dos direitos humanos e um importante desafio para as políticas de proteção à infância e à adolescência. Este artigo discute os impactos da violência sexual sobre meninas no Brasil, analisando os obstáculos para o acesso ao aborto previsto em lei e os desafios para a efetivação dos direitos reprodutivos. A partir de dados nacionais e internacionais, evidencia-se que restrições institucionais, desigualdades territoriais e disputas políticas dificultam o exercício de direitos legalmente assegurados. O texto examina ainda as recentes mudanças normativas relacionadas ao atendimento de crianças vítimas de violência sexual, situando-as em um contexto global de contestação aos direitos sexuais e reprodutivos.

Palavras-chave: Gravidez infantil; violência sexual; aborto legal; direitos reprodutivos; proteção integral; direitos da criança; saúde das mulheres.

Resumen: *El embarazo infantil resultante de la violencia sexual constituye una grave violación de los derechos humanos y un importante desafío para las políticas de protección de la infancia y la adolescencia. Este artículo analiza los impactos de la violencia sexual sobre las niñas en Brasil, examinando los obstáculos para el acceso al aborto legal y los desafíos para la garantía de los derechos reproductivos. A partir de datos nacionales e internacionales, se evidencia que las restricciones institucionales, las desigualdades territoriales y las disputas políticas dificultan el ejercicio de derechos legalmente garantizados. El texto también examina los recientes cambios normativos relacionados con la atención a niñas víctimas de violencia sexual, situándolos en un contexto global de cuestionamiento de los derechos sexuales y reproductivos.*

Palabras clave: *Embarazo infantil; violencia sexual; aborto legal; derechos reproductivos; protección integral; derechos de la niñez; salud de las mujeres.*

Abstract: *Child pregnancy resulting from sexual violence constitutes a serious violation of human rights and a major challenge for child and adolescent protection policies. This article discusses the impacts of sexual violence on girls in Brazil, analyzing barriers to accessing legally permitted abortion and the challenges to ensuring reproductive rights. Drawing on national and international data, it highlights how institutional restrictions, territorial inequalities, and political disputes hinder the exercise of legally guaranteed rights. The article also examines recent*

regulatory changes affecting the care of children who are victims of sexual violence, situating them within a broader global context of challenges to sexual and reproductive rights.

Keywords: *Child pregnancy; sexual violence; legal abortion; reproductive rights; comprehensive protection; children's rights; women's health.*

Direitos reprodutivos e a proteção de meninas e mulheres: um desafio global

Nas últimas décadas, a proteção dos direitos sexuais e reprodutivos consolidou-se como uma das principais agendas internacionais voltadas à promoção da igualdade de gênero e dos direitos humanos. A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, estabeleceram marcos fundamentais ao reconhecer que a capacidade de decidir livremente sobre a reprodução constitui elemento central da autonomia, da dignidade e da cidadania das mulheres.

Desde então, organismos internacionais passaram a incorporar progressivamente os direitos reprodutivos às agendas de desenvolvimento, saúde e direitos humanos. Nesse contexto, o acesso a informações, métodos contraceptivos e serviços de saúde sexual e reprodutiva passou a ser compreendido como condição necessária para a redução das desigualdades de gênero e para a proteção da saúde das mulheres.

A discussão sobre aborto ocupa posição central nesse debate. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), aproximadamente 73 milhões de abortos são realizados anualmente em todo o mundo, correspondendo a cerca de 29% das gestações e a 61% das gestações não planejadas. Esses números demonstram que a interrupção da gravidez constitui uma realidade presente em diferentes contextos sociais, culturais e legais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2025).

As evidências científicas acumuladas ao longo das últimas décadas indicam que a criminalização do aborto não reduz significativamente sua ocorrência. O que se altera são as condições em que ele é realizado. Estima-se que cerca de 45% dos abortos realizados globalmente ocorram em condições inseguras, proporção que alcança níveis ainda mais elevados em países de baixa e média renda (GANATRA et al., 2017; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022). A OMS alerta que complicações decorrentes de abortos inseguros permanecem associadas a mortes maternas evitáveis, hospitalizações e sequelas físicas e emocionais que afetam milhões de mulheres todos os anos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022).

Os impactos das restrições ao aborto, entretanto, não se distribuem de forma homogênea. Em diferentes países, mulheres em situação de pobreza, adolescentes, migrantes, refugiadas, mulheres negras, indígenas e residentes em áreas rurais enfrentam maiores dificuldades para acessar serviços de saúde sexual e reprodutiva. Nessas circunstâncias, as barreiras legais e institucionais tendem a aprofundar desigualdades previamente existentes.

A situação torna-se particularmente preocupante quando envolve meninas e adolescentes vítimas de violência sexual. Estimativas internacionais indicam que milhões de meninas em todo o mundo são submetidas a relações sexuais forçadas ou coercitivas antes dos 18 anos. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), aproximadamente uma em cada cinco meninas no mundo torna-se mãe antes dos 18 anos em contextos de maior

vulnerabilidade social, enquanto milhões enfrentam gestações precoces associadas a desigualdades de gênero, pobreza e violência (UNFPA, 2024). Além disso, o UNICEF estima que mais de 640 milhões de mulheres atualmente vivas foram casadas ainda na infância, condição frequentemente associada à gravidez precoce e à interrupção de trajetórias educacionais (UNICEF, 2023). A gravidez na adolescência permanece relacionada ao abandono escolar, à redução das oportunidades de inserção econômica, ao aumento da vulnerabilidade social e à limitação das possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional ao longo da vida (UNFPA, 2024).

Embora as últimas décadas tenham sido marcadas por avanços importantes na consolidação dos direitos reprodutivos, observa-se também o fortalecimento de movimentos políticos e religiosos que buscam restringir direitos anteriormente reconhecidos. A revogação do precedente *Roe v. Wade* pela Suprema Corte dos Estados Unidos, em 2022, tornou-se um dos exemplos mais emblemáticos desse processo. Estabelecida em 1973, essa decisão reconhecia proteção constitucional ao direito ao aborto e limitava a possibilidade de os estados norte-americanos proibirem sua realização. Com sua revogação, diversos estados passaram a adotar restrições severas ou proibições quase totais do procedimento. O episódio produziu repercussões globais e reacendeu debates sobre a fragilidade de direitos considerados consolidados, evidenciando que conquistas históricas relacionadas à autonomia reprodutiva permanecem sujeitas a disputas políticas e institucionais (AMERICAN COLLEGE OF OBSTETRICIANS AND GYNECOLOGISTS, 2022).

Esse contexto evidencia que os direitos reprodutivos permanecem objeto de disputa política e social em diferentes regiões do mundo. Mais do que um debate sobre procedimentos médicos, trata-se de uma discussão sobre autonomia corporal, igualdade de gênero, proteção contra a violência e garantia de direitos fundamentais.

É neste cenário que também se insere a realidade brasileira. Embora o país reconheça legalmente a interrupção da gravidez em situações específicas, persistem obstáculos importantes para que mulheres e meninas possam exercer direitos já previstos na legislação. As dificuldades enfrentadas por vítimas de violência sexual, especialmente crianças e adolescentes, revelam como as disputas observadas em âmbito global encontram expressão concreta no cotidiano dos serviços de saúde e das políticas públicas brasileiras.

Violência sexual, gravidez infantil e direitos reprodutivos

A gravidez na infância constitui uma das expressões mais graves das desigualdades de gênero e das violações dos direitos humanos (UNITED NATIONS POPULATION FUND, 2024). No Brasil, a ocorrência de gravidez em meninas menores de 14 anos está intrinsecamente relacionada à violência sexual, uma vez que a legislação brasileira considera qualquer relação sexual nessa faixa etária como estupro de vulnerável (BRASIL, 1940). Apesar dos avanços normativos voltados à proteção de crianças e adolescentes, milhares de meninas continuam sendo submetidas anualmente a situações de violência sexual, muitas vezes praticadas por familiares, responsáveis ou pessoas próximas ao convívio doméstico (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

Nesse contexto, a discussão sobre a interrupção da gestação prevista em lei ultrapassa os limites do debate jurídico ou moral e passa a envolver a responsabilidade do Estado na proteção integral de crianças e adolescentes. Embora a interrupção da gravidez seja permitida no Brasil nos casos de estupro, risco de vida para a gestante e anencefalia fetal, a concretização

desse direito permanece marcada por obstáculos institucionais, desigualdades territoriais e disputas políticas e grandes retrocessos, que dificultam seu acesso.

Nos últimos anos, episódios envolvendo meninas vítimas de violência sexual ganharam ampla repercussão pública, evidenciando tensões entre direitos legalmente assegurados e sua efetiva implementação. Paralelamente, propostas legislativas e normativas voltadas à restrição do acesso ao aborto previsto em lei reacenderam debates sobre a proteção de meninas em situação de extrema vulnerabilidade. Este artigo discute a gravidez infantil como consequência da violência sexual e analisa os desafios para a garantia dos direitos reprodutivos de meninas no Brasil, com ênfase no acesso ao aborto previsto em lei e na necessidade de fortalecer políticas públicas orientadas pela proteção integral da infância e da adolescência.

Gravidez infantil: expressão de violência e desigualdade

A gravidez em meninas menores de 14 anos não pode ser compreendida apenas como um evento reprodutivo. Trata-se de um fenômeno que reflete profundas desigualdades de gênero, relações assimétricas de poder, situações de violência sexual e fragilidades nos mecanismos de proteção social destinados à infância e à adolescência. No Brasil, a legislação reconhece que toda relação sexual envolvendo menores de 14 anos configura estupro de vulnerável, o que confere à gravidez nessa faixa etária uma dimensão inequívoca de violação de direitos.

Dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) indicam que milhares de meninas menores de 14 anos tornam-se mães anualmente no país, revelando a persistência de um problema frequentemente invisibilizado nas estatísticas e no debate público. Essas gestações estão associadas a importantes repercussões para a saúde física e mental, ao aumento do risco de abandono escolar, à restrição de oportunidades educacionais e econômicas e à perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão social (UNFPA, 2024; BRASIL, 2024).

A gravidez precoce está associada a maiores riscos obstétricos, incluindo hipertensão gestacional, parto prematuro, baixo peso ao nascer e complicações maternas. Entretanto, seus impactos ultrapassam os aspectos biológicos. A interrupção da trajetória escolar, a dependência econômica, a exclusão social e o sofrimento psíquico representam consequências frequentemente observadas entre meninas que vivenciam a maternidade em contextos de violência (UNITED NATIONS POPULATION FUND, 2024).

A literatura nacional e internacional demonstra que a gravidez decorrente de estupro na infância produz efeitos duradouros sobre o desenvolvimento físico, emocional e social. Nessas situações, obrigar uma criança a levar uma gestação adiante significa impor uma continuidade da violência inicialmente sofrida.

Violência sexual contra meninas: uma emergência silenciosa

Os dados sobre violência sexual no Brasil evidenciam a magnitude e a persistência desse problema. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram registrados 87.545 casos de estupro e estupro de vulnerável em 2024, o maior número da série histórica do país. Desse total, 76,8% envolveram vítimas classificadas como vulneráveis, predominantemente crianças e adolescentes menores de 14 anos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

Crianças e adolescentes constituem a maioria das vítimas de violência sexual no Brasil. Em 2024, 77,6% das vítimas registradas tinham menos de 18 anos e 61,3% tinham até 13 anos

de idade, correspondendo a mais de 51 mil crianças vitimizadas em apenas um ano. As meninas representam o grupo mais afetado, respondendo por 87,7% das notificações de estupro e estupro de vulnerável (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

Outro aspecto particularmente preocupante refere-se ao contexto em que essas violências ocorrem. Ao contrário da percepção frequentemente associada ao agressor desconhecido, a maior parte dos casos acontece em ambientes familiares ou em círculos de convivência próximos. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 65,7% das ocorrências registradas ocorreram na residência da vítima e, em 45,5% dos casos, o agressor era familiar da criança ou adolescente. Pais, padrastos, parentes, vizinhos e pessoas conhecidas figuram entre os principais autores das agressões, criando barreiras para a denúncia, favorecendo o silêncio e prolongando situações de violência por meses ou anos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

As notificações realizadas pelos serviços de saúde por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) revelam apenas parte da magnitude do fenômeno. A literatura aponta que a violência sexual contra crianças e adolescentes permanece significativamente subnotificada, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais, dificuldades de acesso aos serviços públicos e fragilidade das redes de proteção (DESLANDES; CAMPOS, 2015).

Nesse cenário, a gravidez pode representar o primeiro sinal visível de uma violência sexual que vinha ocorrendo de forma continuada. Em muitos casos, a descoberta da gestação coincide com a revelação do abuso, reduzindo o tempo disponível para acolhimento, proteção da vítima e acesso aos serviços previstos em lei, incluindo a interrupção da gravidez nos casos legalmente autorizados.

Interrupção da gestação prevista em lei como instrumento de proteção

A legislação brasileira reconhece o direito à interrupção da gravidez nos casos de estupro desde 1940. Posteriormente, decisões judiciais e normativas ampliaram as garantias relacionadas ao acesso aos serviços de aborto legal. No entanto, a existência da previsão legal não assegura, por si só, o exercício desse direito. Diversos estudos apontam que os serviços especializados permanecem insuficientemente distribuídos no território nacional, concentrando-se em grandes centros urbanos e dificultando o acesso de meninas residentes em regiões periféricas, rurais ou distantes dos centros de referência.

Além das barreiras geográficas, persistem obstáculos institucionais relacionados à desinformação, à exigência de documentos não previstos na legislação, à objeção de consciência inadequadamente regulada e à resistência de gestores e profissionais em realizar procedimentos legalmente autorizados (MADEIRO; DINIZ, 2016). Tais entraves comprometem a efetividade de um direito já assegurado pelo ordenamento jurídico brasileiro e contribuem para a manutenção de desigualdades no acesso aos serviços de saúde. Essas barreiras afetam de forma particularmente intensa crianças e adolescentes, que dependem do funcionamento articulado das redes de saúde, assistência social, segurança pública e justiça para garantir proteção integral e acesso tempestivo aos cuidados necessários. Quando essas estruturas falham, direitos formalmente reconhecidos tornam-se inacessíveis na prática, ampliando situações de vulnerabilidade e revitimização.

Nesse contexto, o acesso à interrupção da gestação prevista em lei não deve ser compreendido como privilégio ou exceção, mas como uma medida de proteção destinada a

resguardar a saúde, a dignidade e os direitos de meninas e mulheres submetidas a situações de extrema violência. A garantia desse acesso constitui parte das obrigações do Estado brasileiro no campo dos direitos humanos, da proteção à infância e da atenção integral à saúde.

Os dados da Pesquisa Nacional de Aborto evidenciam, ainda, que a interrupção da gravidez é uma realidade presente na trajetória reprodutiva de muitas brasileiras. Cerca de 10% das mulheres entre 18 e 39 anos relataram já ter realizado pelo menos um aborto, e estima-se que aproximadamente uma em cada sete mulheres tenha vivenciado essa experiência ao chegar aos 40 anos de idade (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2023). O aborto ocorre predominantemente no início da vida reprodutiva: mais da metade das mulheres (52%) tinha 19 anos ou menos quando realizou o primeiro aborto.

A pesquisa também revela profundas desigualdades sociais e raciais associadas à experiência do aborto. As maiores prevalências foram observadas entre mulheres com menor escolaridade, mulheres negras e indígenas e residentes em regiões historicamente marcadas por maiores vulnerabilidades socioeconômicas. Esses achados reforçam que as restrições ao acesso a serviços de saúde reprodutiva não afetam todas as mulheres da mesma forma, incidindo de maneira mais intensa sobre aquelas que já vivenciam múltiplas formas de desigualdade e exclusão social (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2023).

Quando o direito existe apenas no papel

O caso da menina de dez anos que precisou se deslocar do Espírito Santo para Pernambuco, em 2020, para realizar interrupção da gestação prevista em lei tornou-se símbolo das dificuldades enfrentadas por crianças vítimas de violência sexual no Brasil (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2020). Embora a gravidez decorresse de estupro e o procedimento estivesse amparado pela legislação, a criança e sua família enfrentaram obstáculos institucionais, exposição pública e intensa mobilização de grupos contrários ao aborto.

O episódio revelou uma contradição persistente nas políticas públicas brasileiras. De um lado, o Estado reconhece formalmente determinados direitos. De outro, não garante condições adequadas para sua efetivação. Essa distância entre norma e realidade tem sido agravada por iniciativas voltadas à restrição do acesso ao aborto previsto em lei. Debates legislativos recentes e mudanças normativas envolvendo o atendimento às vítimas de violência sexual produziram insegurança entre profissionais e ampliaram preocupações quanto à proteção de meninas e adolescentes. O risco não está apenas na eventual alteração da legislação. Ele se manifesta também por meio de processos graduais de burocratização, deslegitimação e enfraquecimento de serviços especializados, tornando progressivamente mais difícil o acesso a direitos já assegurados.

A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e os tratados internacionais ratificados pelo Brasil estabelecem que crianças e adolescentes devem receber proteção integral e prioridade absoluta. Esse princípio exige que políticas públicas sejam orientadas pelo melhor interesse da criança e pela prevenção de danos evitáveis.

No caso das meninas vítimas de violência sexual, a proteção integral pressupõe acolhimento qualificado, acesso à informação, atenção em saúde física e mental, proteção contra novas violências e respeito aos direitos previstos na legislação. Isso inclui o acesso oportuno ao aborto legal quando essa for a decisão da vítima e de sua rede de proteção.

A garantia desses direitos não pode depender do local de residência, da condição socioeconômica ou das convicções pessoais dos profissionais envolvidos no atendimento. Trata-se de uma obrigação do Estado e de um compromisso com a dignidade humana. Mais do que um debate sobre aborto, a questão envolve a capacidade das instituições brasileiras de proteger crianças submetidas a situações extremas de violência e vulnerabilidade.

Retrocessos

Com a sustação da Resolução nº 258/2024, permanecem formalmente vigentes os direitos já assegurados pela legislação brasileira, incluindo a interrupção da gravidez nos casos de estupro. No entanto, a revogação das diretrizes nacionais voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual representa um importante retrocesso na proteção integral dessa população. Embora a resolução não criasse novos direitos, ela estabelecia parâmetros para sua implementação, contribuindo para reduzir desigualdades institucionais e qualificar a atuação dos serviços públicos.

A retirada dessas orientações ocorre em um contexto marcado por persistentes dificuldades de acesso ao aborto legal, insuficiência de serviços especializados, desigualdades regionais e frequentes obstáculos institucionais enfrentados por meninas vítimas de violência sexual. Nesse cenário, a ausência de diretrizes nacionais tende a ampliar a heterogeneidade das práticas adotadas pelos serviços, aumentar a insegurança de profissionais e gestores e dificultar a efetivação de direitos já reconhecidos pela legislação brasileira.

Mais do que uma alteração normativa, trata-se de uma medida que fragiliza mecanismos construídos para assegurar proteção, acolhimento e acesso oportuno aos cuidados necessários. Seus efeitos recaem de forma particularmente grave sobre crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade, para as quais a existência de fluxos claros, atendimento qualificado e articulação da rede de proteção pode ser determinante para garantir o exercício de direitos fundamentais. Ao enfraquecer instrumentos destinados a orientar essa atuação, a sustação da resolução contribui para ampliar a distância entre o reconhecimento formal dos direitos e sua concretização na vida das meninas submetidas à violência sexual.

Considerações finais

A gravidez infantil decorrente de violência sexual representa uma das mais graves violações dos direitos das meninas. Embora a legislação de muitos países reconheça mecanismos de proteção e assegure a interrupção da gravidez em situações específicas, a persistência de barreiras institucionais, territoriais e socioculturais demonstra que a existência formal de direitos não é suficiente para garantir seu exercício. As evidências apresentadas ao longo deste artigo indicam que os principais desafios não se encontram apenas na formulação das normas, mas sobretudo na capacidade dos Estados de assegurar sua implementação efetiva, oportuna e equitativa.

A insuficiência de serviços especializados, a concentração regional da oferta de atendimento, a desinformação sobre direitos, a resistência institucional e a fragilidade dos mecanismos de articulação da rede de proteção contribuem para a manutenção de um cenário em que meninas vítimas de violência sexual continuam enfrentando obstáculos significativos para acessar cuidado, acolhimento e proteção. Em muitos casos, a violência sofrida é agravada por novas formas de sofrimento produzidas pelas próprias instituições responsáveis por sua proteção, seja por atrasos no atendimento, exigências indevidas, exposição pública ou dificuldades de acesso aos serviços previstos em lei.

As recentes disputas em torno da garantia do aborto previsto em lei para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual também devem ser compreendidas em um contexto mais amplo. Nas últimas décadas, avanços importantes foram alcançados no campo dos direitos sexuais e reprodutivos em diferentes partes do mundo. Entretanto, observa-se simultaneamente o fortalecimento de movimentos políticos, religiosos e conservadores que buscam restringir direitos anteriormente reconhecidos, especialmente aqueles relacionados à autonomia reprodutiva das mulheres. A revogação de Roe v. Wade nos Estados Unidos, em 2022, tornou-se um dos exemplos mais emblemáticos desse processo, mas está longe de ser um caso isolado. Em diversos países, direitos reprodutivos passaram a ocupar o centro de disputas políticas e ideológicas que frequentemente se desenvolvem em detrimento das evidências científicas e das recomendações de organismos internacionais de direitos humanos e saúde.

Nesse contexto, as iniciativas voltadas à restrição ou ao enfraquecimento de mecanismos de proteção para meninas vítimas de violência sexual suscitam preocupação. Ainda que não alterem diretamente os direitos previstos em lei, medidas que dificultam sua implementação podem produzir efeitos concretos sobre a vida das pessoas mais vulneráveis. A experiência internacional demonstra que restrições ao acesso ao aborto não eliminam sua ocorrência; ao contrário, tendem a ampliar desigualdades, aumentar riscos à saúde e afetar de maneira desproporcional meninas, mulheres pobres, negras, indígenas e aquelas que vivem em contextos de maior vulnerabilidade social.

O debate sobre gravidez infantil e aborto não pode ser reduzido a controvérsias morais ou ideológicas. Trata-se, fundamentalmente, de uma questão de direitos humanos, proteção da infância, equidade de gênero e justiça social. Quando uma menina vítima de violência sexual encontra obstáculos para acessar direitos já reconhecidos pelo Estado, não é apenas um procedimento de saúde que está sendo negado. O que está em jogo é a capacidade das instituições de proteger crianças em situação de extrema vulnerabilidade e de assegurar que direitos formalmente reconhecidos se traduzam em proteção concreta.

Garantir os direitos reprodutivos de meninas submetidas à violência sexual significa reafirmar o compromisso com a proteção integral da infância, com a dignidade humana e com a igualdade de gênero. Significa reconhecer que nenhuma criança deve ser obrigada a levar adiante uma gestação resultante de violência sexual por falhas institucionais, omissões estatais ou disputas ideológicas. Em um cenário global marcado por avanços e retrocessos nos direitos das mulheres, a defesa de políticas públicas baseadas em evidências científicas, direitos humanos e proteção integral torna-se não apenas necessária, mas urgente.

Material complementar

Como complemento à discussão apresentada neste artigo, recomenda-se a escuta do episódio "Aborto legal: mais barreiras para crianças vítimas de estupro", do podcast O Assunto, que aborda os desafios enfrentados por meninas vítimas de violência sexual para acessar a interrupção da gravidez prevista em lei no Brasil, além das repercussões das recentes mudanças normativas e dos debates sobre direitos reprodutivos e proteção da infância.

Referências

AMERICAN COLLEGE OF OBSTETRICIANS AND GYNECOLOGISTS. *The decision to overturn Roe v. Wade is a direct blow to bodily autonomy, reproductive health, patient safety, and health equity*. Washington, DC: ACOG, 2022. Disponível em: https://www.acog.org/news/news-releases/2022/06/the-decision-to-

overturn-roe-v-wade-is-a-direct-blow-to-bodily-autonomy-reproductive-health-patient-safety-and-health-equity. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). *Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)*. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). *Cebes e Abrasco apoiam Resolução Conanda 258 e proteção integral de crianças violentadas*. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: Cebes e Abrasco apoiam Resolução Conanda 258 e proteção integral de crianças violentadas. Acesso em: 8 jun. 2026.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). Resolução nº 258, de 23 de dezembro de 2024. Dispõe sobre o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e a garantia dos seus direitos. Brasília: CONANDA, 2024.

DESLANDES, Suely Ferreira; CAMPOS, Danielly Santos. A ótica dos profissionais de saúde sobre a atenção às mulheres em situação de violência sexual. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 9, p. 2671-2680, 2015.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2021. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 6, p. 1601-1613, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025*. São Paulo: FBSP, 2025.

GANATRA, Bela et al. Global, regional, and subregional classification of abortions by safety, 2010–2014: estimates from a Bayesian hierarchical model. *The Lancet*, London, v. 390, n. 10110, p. 2372-2381, 2017.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. *Gravidez aos 10 mata*. Rede Feminista de Saúde, 18 ago. 2020. Disponível em: https://redesaude.org.br/gravidez-aos-10-mata/. Acesso em: 8 jun. 2026.

UNICEF. *Child Marriage: Latest trends and future prospects*. New York: UNICEF, 2023.

UNITED NATIONS. *Beijing Declaration and Platform for Action*. New York: United Nations, 1995.

UNITED NATIONS. *Programme of Action of the International Conference on Population and Development*. Cairo: United Nations Population Fund, 1994.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. *State of World Population 2024: Interwoven Lives, Threads of Hope*. New York: UNFPA, 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Abortion*. Geneva: WHO, 2024. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/abortion. Acesso em: 8 jun. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Abortion care guideline*. Geneva: WHO, 2022.

Dia Mundial da Segurança dos Alimentos 2026: dando números ao problema de saúde pública

Día Mundial de la Seguridad Alimentaria 2026: cuantificando el problema de salud pública

World Food Safety Day 2026: Putting Numbers to the Public Health Problem

Eduardo Nilson, Erin William e Denise Oliveira e Silva

Resumo. Nesse informe, discutimos as recomendações globais no Dia Mundial da Segurança dos Alimentos de 2026 e as novas evidências sobre a carga global das doenças transmitidas por alimentos. Os autores sugerem a ampliação da abordagem da questão para além da forma mais convencional, focada somente nos aspectos dos contaminantes biológicos, químicos e físicos dos alimentos, para trazer um novo conceito de dupla carga da insegurança dos alimentos, com impactos advindos da contaminação bem como dos padrões alimentares não saudáveis, como o consumo de produtos ultraprocessados.

Palavras-chave: Segurança dos alimentos; contaminantes biológicos, químicos e físicos; dupla carga de insegurança dos alimentos.

Resumen. *En este informe, analizamos las recomendaciones mundiales con motivo del Día Mundial de la Seguridad Alimentaria de 2026 y las nuevas pruebas sobre la carga mundial de las enfermedades transmitidas por los alimentos. Los autores sugieren ampliar el enfoque de la cuestión más allá del enfoque convencional, centrado únicamente en los aspectos relacionados con los contaminantes biológicos, químicos y físicos de los alimentos, para introducir un nuevo concepto de doble carga de la inseguridad alimentaria, con repercusiones derivadas tanto de la contaminación como de los hábitos alimentarios poco saludables, como el consumo de productos ultraprocesados.*

Palabras clave*: Seguridad alimentaria; contaminantes biológicos, químicos y físicos; doble carga de inseguridad alimentaria.*

Abstract. *In this report, we discuss the global recommendations for World Food Safety Day 2026 and new evidence on the global burden of foodborne diseases. The authors suggest broadening the approach to the issue beyond the more conventional focus on biological, chemical, and physical food contaminants to introduce a new concept of the dual burden of food insecurity, with impacts arising from contamination as well as from unhealthy dietary patterns, such as the consumption of ultra-processed foods.*

Keywords: *Food safety; biological, chemical, and physical contaminants; the double burden of food insecurity.*

Antes de analisar as estimativas e a campanha, é fundamental esclarecer que segurança dos alimentos (*food safety*) refere-se à ausência de perigos na cadeia alimentar que possam

causar danos à saúde, sendo um componente da segurança alimentar e nutricional (*food security*), que abrange disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade dos alimentos. Esses são conceitos distintos, frequentemente confundidos por traduções equivocadas, sendo que a segurança dos alimentos é relativa ao componente da segurança alimentar e nutricional que comumente trata dos alimentos seguros para consumo.

O Dia Mundial da Segurança dos Alimentos foi celebrado em 7 de junho de 2026, com o tema oficial "Da carga às soluções – alimentos seguros em todos os lugares" (*From Burden to Solutions – Safe Food Everywhere*). Esse tema busca articular as vastas e robustas evidências científicas relacionadas à segurança dos alimentos, oferecendo uma oportunidade para aumentar a conscientização pública sobre questões relacionadas à prevenção de doenças transmitidas por alimentos, explorar abordagens colaborativas para aumentar a segurança através de todos os setores, e promover soluções e mecanismos para reduzir a carga global de alimentos inseguros. O tema deste ano destaca o papel vital da ciência em ação para assegurar que os alimentos consumidos sejam seguros.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou, simultaneamente à campanha, as novas estimativas atualizadas de 2026 sobre a carga global de doenças veiculadas por alimentos, apresentadas no artigo "*WHO estimates of the global, regional, and national burden of 42 foodborne infectious and chemical hazards, 2000–21: an updated data synthesis*", publicado na *The Lancet Global Health*. Segundo estas estimativas, alimentos inseguros causam anualmente 866 milhões de doenças e 1,5 milhão de mortes mundialmente, muitos dos quais poderiam ser prevenidos com medidas como melhoria de água, saneamento e higiene (WASH – *Water, Sanitation and Hygiene*), práticas de segurança de alimentos (como a pasteurização) e acesso a cuidados de saúde para populações vulneráveis.

Por exemplo, a exposição a perigos biológicos, incluindo bactérias, vírus e infecções parasitárias foi responsável pela maioria das doenças de origem alimentar (aproximadamente 860 milhões de casos em 2021, ou 99% dos casos totais). Contudo, os perigos químicos causaram uma parcela desproporcional de mortes: em 2021, foram responsáveis por 73% das mortes por alimentos contaminados, sendo a maioria associada ao arsênio inorgânico (42%) e ao chumbo (31%), principalmente porque essas exposições aumentam o risco de doenças cardiovasculares e cânceres.

Essa disparidade representa uma transição epidemiológica fundamental na compreensão da segurança dos alimentos. Embora a carga total de doenças transmitidas por alimentos contaminados tenha diminuído globalmente desde 2000, ainda persistem grandes desigualdades regionais. As regiões da África e do Sudeste Asiático juntas respondem por quase 75% de todas as doenças transmitidas por alimentos e 60% das mortes globais. Além disso, crianças e pessoas que vivem em comunidades com poucos recursos experimentam a maior carga de saúde, particularmente em países de baixa e média renda. Assim, dietas em mudança, as pressões ambientais, a globalização e as desigualdades nos sistemas alimentares continuam a moldar quem está mais exposto a alimentos inseguros.

Além dos impactos na saúde, as doenças transmitidas por alimentos têm custos econômicos substanciais. A OMS estima que o custo anual do tratamento dessas doenças é de US$ 15 bilhões globalmente, com forte desigualdade: o ônus econômico em países de baixa e média renda excede US$ 110 bilhões anualmente, devido à perda de produtividade e gastos com saúde. O estudo estima que, em 2021, as doenças transmitidas por alimentos levaram a cerca de R$ 310 bilhões em produtividade perdida (considerando o tempo afastado do trabalho por

essas doenças), e quando o impacto econômico é ajustado para as diferenças no custo de vida, as estimativas sobem para US$ 647 bilhões.

Segundo a OMS, múltiplos atores estão envolvidos nas cadeias de abastecimento de alimentos: produtores, processadores, transportadores, distribuidores, varejistas, cozinheiros e consumidores. Assim, em cada ponto da cadeia, perigos podem levar à contaminação, de modo que todos os envolvidos têm um papel e uma responsabilidade em garantir a segurança dos alimentos. Desde uma simples queda de energia em casa até uma intoxicação alimentar em um restaurante, um recall voluntário de produtos contaminados ou um surto ligado a alimentos importados, incidentes de segurança dos alimentos podem ocorrer em diferentes escalas e ter impactos variados.

Durante os eventos do Dia da Segurança dos Alimentos, foi destacado que, ao longo de toda a cadeia alimentar, do campo à mesa, milhões de pessoas dependem do rigoroso cumprimento de boas práticas, normas e processos baseados em evidências científicas. Nesse contexto, a ciência nos ajuda a entender como e por que os alimentos podem ser contaminados e causar doenças, além de fornecer as ferramentas para prevenir isso. Cientistas, por sua vez, avaliam riscos conhecidos e emergentes, orientam autoridades, empresas e consumidores e apoiam a tomada de decisões informadas e responsáveis. Sem seu trabalho, seria impossível manter a segurança dos alimentos nas cadeias de abastecimento globalmente interconectadas de hoje. As estimativas destinam-se a apoiar a classificação de riscos nacionais, permitindo que os governos comparem ameaças à segurança de alimentos, priorizem intervenções, fortaleçam a colaboração multissetorial e aloquem recursos de forma mais eficaz.

Em seu pronunciamento, o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral da OMS, destacou que "a segurança de alimentos não é uma questão abstrata – toca todas as refeições, famílias e dias" e que, pela primeira vez, os países dispõem de dados próprios para identificar onde a carga é mais alta, permitindo que os governos priorizem ações para proteger a saúde da população. Yuki Minato, oficial técnico da OMS para segurança de alimentos e autor sênior do artigo publicado na *The Lancet Global Health*, afirmou que o relatório é um alerta, mas também um roteiro: os dados mostram que as doenças transmitidas por alimentos não são apenas persistentes, mas estão sendo agravadas pelas mudanças climáticas, que aumentam os riscos de contaminação, e pela resistência antimicrobiana, que torna as infecções mais difíceis de tratar. Ele ressalta que uma abordagem de Saúde Única integrando a saúde humana, animal, vegetal e ambiental é essencial, e que os países devem agir com urgência, usando essas estimativas para direcionar intervenções, investir em vigilância e romper os silos entre os setores de saúde, agricultura e meio ambiente, uma vez que atrasos custam vidas.

A edição de 2026 do Dia Mundial da Segurança dos Alimentos trouxe, além das estimativas, um conjunto de ferramentas interativas de dados (dashboard da OMS com séries temporais completas de 2000–2021), que fornece uma base de evidências sólida para a campanha global, ajudando países e parceiros a transformar dados em ações direcionadas para reduzir a carga dos alimentos inseguros. Assim, o lançamento dessas estimativas atualizadas de doenças transmitidas por alimentos junto com os painéis de indicadores, proporcionarão aos países capacidade de monitoramento da evolução da carga ao longo do tempo, comparação entre países e regiões, e avaliação da efetividade de intervenções de segurança dos alimentos implementadas.

Estimativas da OMS para a Carga Global de Doenças Transmitidas por Alimentos, 2000–2021

Este estudo, publicado no *The Lancet Global Health*, apresenta a síntese atualizada e metodológica mais refinada de dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a carga global, regional e nacional de 42 perigos veiculados por alimentos, incluindo 22 perigos infecciosos (bactérias, vírus, parasitas) e 20 perigos químicos (metais pesados, toxinas naturais, contaminantes ambientais), cobrindo o período de 2000 a 2021 (Lake et al., 2026).

A análise representa a primeira estimativa em nível nacional para 194 países, desenvolvida sob a orientação científica do *Foodborne Disease Burden Epidemiology Reference Group* (FERG), incorporando fontes de dados expandidas de vigilância epidemiológica, estudos de etiologia, modelos de rede de meta-análise e dados de exposição alimentar. A carga global permanece extremamente elevada: 866 milhões de casos de doenças e 1,5 milhão de mortes anualmente mundialmente, com carga de morbimortalidade comparável à da tuberculose (aproximadamente 10 milhões de casos novos/ano), HIV (aproximadamente 650.000 mortes/ano) ou malária (aproximadamente 600.000 mortes/ano).

Contudo, há uma transição epidemiológica fundamental na composição da carga: enquanto os perigos biológicos (bactérias como *Salmonella, Campylobacter, E. coli, Listeria*; vírus como norovírus, hepatite A; e parasitas como *Giardia, Cryptosporidium*) são responsáveis pela maioria das enfermidades (aproximadamente 860 milhões de casos, ou seja, 99% dos casos totais, em 2021, caracterizando doenças diarreicas frequentemente de curta duração), os perigos químicos representam 73% das mortes relacionadas a alimentos contaminados, evidenciando que contaminantes químicos causam doenças crônicas com maior letalidade.

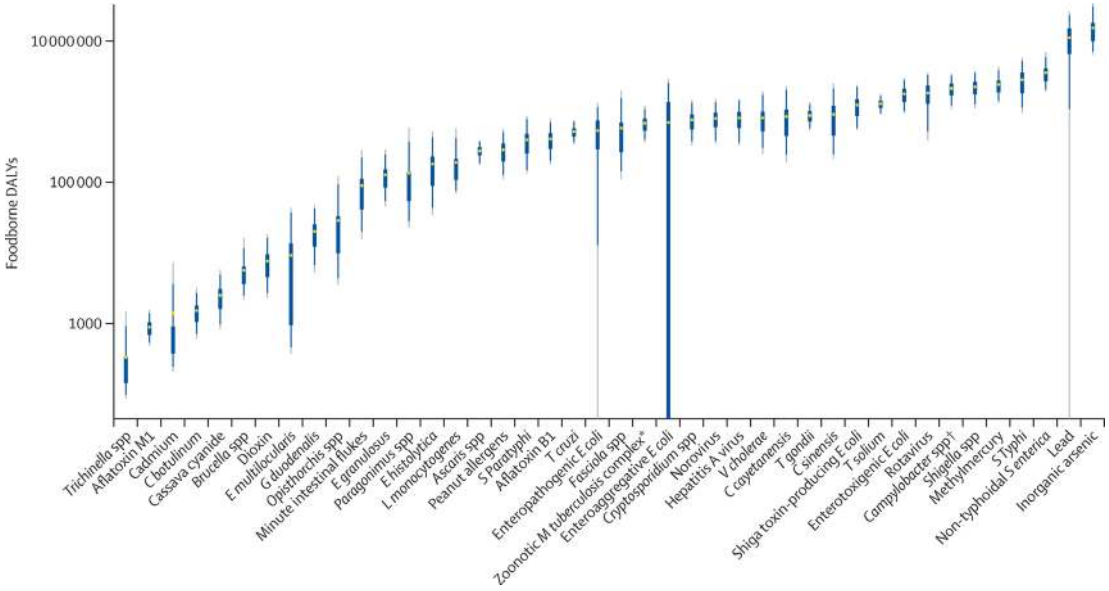
Os perigos químicos, incluindo metais pesados (chumbo, arsênio inorgânico, metilmercúrio), toxinas naturais (aflatoxinas), contaminantes industriais (dioxinas, e poluentes orgânicos persistentes) e resíduos de pesticidas, são os principais contribuintes para a mortalidade global veiculada por alimentos. O arsênio inorgânico e o chumbo são especificamente os agentes mais letais, responsáveis conjuntos por mais de 1 milhão de mortes por doenças cardiovasculares e câncer em 2021 apenas.

Por exemplo, a exposição prolongada a arsênio inorgânico, principalmente através de água para consumo e alimentos (especialmente arroz e grãos contaminados), leva a câncer de pele, pulmão, fígado e rim, além de doenças cardiovasculares crônicas e dermatoses. O chumbo, presente em alimentos contaminados por solos, água, equipamentos de processamento ou aditivos, causa doenças cardiovasculares (incluindo cardiopatia coronariana e acidente vascular cerebral), câncer, e danos neurológicos permanentes. Os alimentos são a principal via de exposição ao chumbo em muitas populações, especialmente em regiões com controle inadequado de contaminantes ambientais. O metilmercúrio, acumulado principalmente em peixes e frutos do mar de grande porte (predadores marinhos), é uma neurotoxina potente que cruza facilmente a placenta e causa danos ao desenvolvimento cerebral fetal e infantil, com sequelas de atraso cognitivo, déficits de atenção e comprometimento motor ao longo da vida.

Por sua vez, as aflatoxinas, produzidas por fungos *Aspergillus* que contaminam grãos armazenados inadequadamente (milho, castanhas, grãos oleaginosos), são carcinógenos hepáticos potentes que aumentam significativamente o risco de câncer de fígado, particularmente em populações com coinfecção por hepatite B. Essa predominância de mortalidade por químicos (73% das mortes) versus incidência por biológicos (99% dos casos) representa uma mudança paradigmática na compreensão da segurança dos alimentos: intervenções devem evoluir de foco exclusivo em doenças diarreicas para controle integrado de

contaminantes químicos crônicos. Numa representação gráfica dessa transição, a Figura 1 traz a estimativa dos anos vividos ajustados por incapacidade (DALYs) em 2021, que incorpora tanto o impacto da morbidade quanto da mortalidade para cada fator de risco, liderada justamente pelo arsênico e pelo chumbo, seguidos pelas infecções por *Salmonella*.

Figura 1. DALYs por doenças transmitidas por alimentos por fatores de risco no mundo em 2021



Fonte: https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(26)00156-7/fulltext

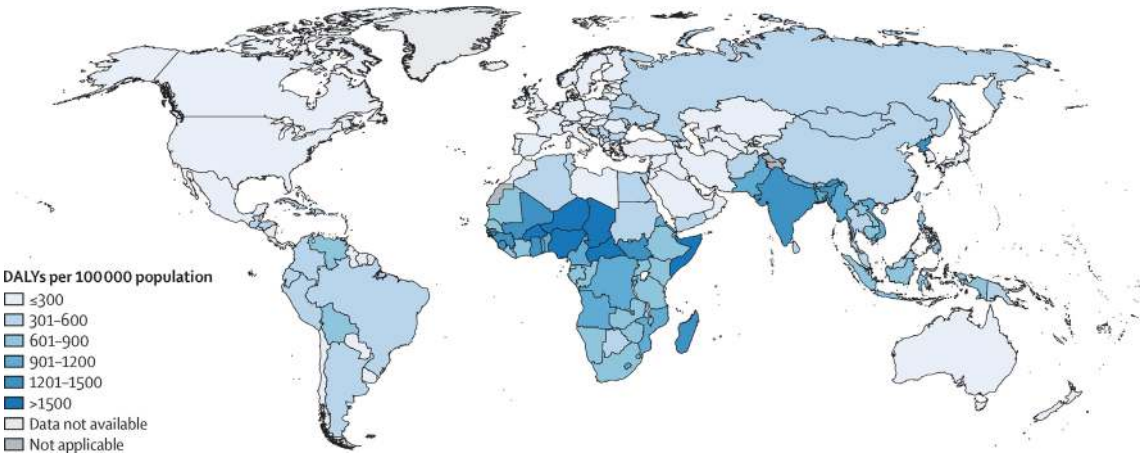
Em termos de grupos populacionais, as crianças menores de 5 anos representam o grupo demográfico mais vulnerável globalmente, sofrendo aproximadamente um terço (33%) de todos os casos de doenças veiculadas por alimentos, embora constituam apenas 9% da população mundial. Essa disparidade de mais de 3,5 vezes na vulnerabilidade relativa reflete múltiplos fatores biológicos e comportamentais: sistemas imunológicos ainda em desenvolvimento, menor capacidade de detoxificação de contaminantes, maior ingestão alimentar proporcional ao peso corporal, comportamentos de exploração oral (como colocar objetos na boca), e maior susceptibilidade a desidratação por doenças diarreicas. A carga de doenças diarreicas em crianças pequenas é extremamente elevada: em regiões de baixa renda, crianças podem sofrer vários episódios de diarreia por ano, cada um aumentando o risco de desnutrição, crescimento retardado (*stunting*), e comprometimento do desenvolvimento cognitivo.

Ainda entre as crianças, a exposição a metilmercúrio e chumbo durante períodos críticos de desenvolvimento neurológico (fetal até os primeiros 5 anos de vida) causa danos permanentes e irreversíveis ao cérebro em desenvolvimento, incluindo redução do QI, déficits de atenção, problemas de memória, comprometimento motor e maior risco de transtornos do neurodesenvolvimento. Os danos neurológicos causados por metilmercúrio são particularmente preocupantes porque esse metal cruza facilmente a placenta, expondo fetos mesmo quando a mãe tem exposição moderada, e os efeitos são dose-dependentes e cumulativos. A exposição pré-natal ao chumbo também causa danos ao desenvolvimento cerebral fetal, com sequelas de déficits cognitivos e comportamentais que persistem ao longo da vida. Além disso, crianças menores são mais susceptíveis a complicações graves de doenças diarreicas, incluindo

desidratação severa, choque hipovolêmico e morte, especialmente em contextos de acesso limitado a serviços de saúde e reidratação. Essa vulnerabilidade extrema exige que intervenções de segurança dos alimentos tenham prioridade explícita na proteção de crianças pequenas, incluindo controle rigoroso de contaminantes em alimentos infantis, educação sobre higiene no manejo de alimentos, e acesso a alimentos seguros e nutritivos.

Em termos regionais, a África e o Sudeste Asiático experimentam conjuntamente quase 75% de todas as doenças veiculadas por alimentos e 60% de todas as mortes relacionadas a alimentos contaminados mundialmente, representando as disparidades regionais mais extremas na carga global (Figura 2). A região da África possui a maior carga absoluta e relativa de doenças veiculadas por alimentos, com incidência excepcionalmente alta de doenças diarreicas causadas por patógenos bacterianos como *Salmonella, Campylobacter, E. coli*, e parasitas como *Giardia e Cryptosporidium*. Essa carga elevada é impulsionada por múltiplos fatores estruturais: sistemas de água e saneamento inadequados (WASH), infraestrutura de higiene limitada em produção e processamento de alimentos, controle insuficiente de temperatura durante armazenamento, práticas de manejo de alimentos inseguras, vigilância epidemiológica fraca, conflitos que deterioram ou destroem a infraestrutura de água e saneamento e acesso limitado a serviços de saúde.

Figura 2. DALYs por 100 mil habitantes atribuíveis a doenças transmitidas por alimentos



Fonte: https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(26)00156-7/fulltext

A região do Sudeste Asiático possui a segunda maior carga global de doenças veiculadas por alimentos, após a África, experimentando também carga extremamente elevada de doenças diarreicas e exposição significativa a contaminantes químicos. Nessa região, a exposição a arsênio inorgânico é particularmente preocupante devido à contaminação generalizada de água e arroz em países como Bangladesh, Índia e Nepal, onde níveis de arsênio em água para consumo frequentemente superam os limites seguros da OMS (10 µg/L). A exposição a aflatoxinas também é elevada devido ao armazenamento inadequado de grãos em condições climáticas quentes e úmidas, aumentando o risco de câncer de fígado em populações com coinfecção por hepatite B.

As regiões da América, Europa e Leste Mediterrâneo possuem cargas significativamente menores, embora ainda substanciais, com incidência de doenças diarreicas 3-5 vezes menor e

mortalidade por contaminantes químicos 2-4 vezes menor comparado à África e Sudeste Asiático. A região Europeia, particularmente países de alta renda, possui os sistemas de vigilância mais robustos, controles de segurança dos alimentos mais rigorosos (incluindo rastreabilidade, limites máximos de contaminantes, e padrões de higiene), e acesso universal a água segura e saneamento, resultando nas cargas mais baixas globais. Essas disparidades regionais refletem desigualdades estruturais profundas em infraestrutura, recursos econômicos, capacidade institucional e governança de segurança dos alimentos.

As comunidades pobres nas regiões de África e Sudeste Asiático são desproporcionalmente afetadas pela carga de doenças veiculadas por alimentos, evidenciando desigualdades socioeconômicas profundas tanto entre quanto dentro de regiões. Famílias de baixa renda enfrentam múltiplos riscos cumulativos: acesso limitado a água segura para consumo e preparo de alimentos, infraestrutura de saneamento inadequada (falta de banheiro, esgoto não tratado), infraestrutura de higiene limitada em domésticos e mercados, armazenamento de alimentos em condições inseguras (sem refrigeração, em ambientes quentes e úmidos), práticas de manejo de alimentos inseguras (cozimento inadequado, contaminação cruzada), acesso limitado a alimentos de qualidade (dependência de grãos armazenados inadequadamente, alimentos processados de baixo custo com contaminantes), e acesso restrito a serviços de saúde para tratamento de doenças. A dependência de grãos armazenados inadequadamente (milho, arroz, sorgo) em comunidades pobres aumenta significativamente a exposição a aflatoxinas, com risco de câncer de fígado especialmente em populações com alta prevalência de hepatite B.

O consumo de água contaminada com arsênio em comunidades rurais de baixa renda (especialmente no Sul da Asia) causa exposição crônica a níveis elevados de arsênio inorgânico, levando a doenças cardiovasculares, câncer e dermatoses. A impossibilidade de acesso a refrigeração interfere no controle de patógenos bacterianos durante armazenamento, aumentando o risco de doenças diarreicas.

Ainda segundo o estudo, a dependência de peixes contaminados com metilmercúrio em comunidades costeiras pobres (que dependem de peixes como principal fonte de proteína) aumenta a exposição neurológica, especialmente em gestantes e crianças. As mulheres gestantes e lactantes em comunidades pobres são particularmente vulneráveis, pois a exposição a contaminantes químicos (chumbo, metilmercúrio, arsênio) durante períodos críticos de desenvolvimento fetal causa danos permanentes ao bebê, com sequelas de desenvolvimento cognitivo e neurológico ao longo da vida.

Além disso, o acesso limitado a serviços de saúde significa que doenças diarreicas frequentemente não são tratadas adequadamente, aumentando o risco de desidratação severa e morte, especialmente em crianças. Essas desigualdades intrarregionais exigem que intervenções de segurança dos alimentos tenham foco explícito em populações vulneráveis de baixa renda, incluindo programas de educação em higiene, infraestrutura de WASH, controle de contaminantes em alimentos de baixo custo, e acesso a serviços de saúde.

A análise de séries temporais de 2000 a 2021 revela que, embora a carga total de doenças veiculadas por alimentos tenha declinado globalmente em termos de incidência relativa, disparidades regionais persistentes mantêm África e Sudeste Asiático com as cargas mais elevadas mundialmente. O declínio global na incidência de doenças diarreicas reflita intervenções de melhoria em água, saneamento e higiene (WASH), expansão de vigilância

epidemiológica, melhoria em infraestrutura de processamento de alimentos em algumas regiões, e acesso ampliado a serviços de saúde para tratamento de doenças diarreicas.

Contudo, o declínio foi heterogêneo entre regiões: enquanto Europa e América experimentaram reduções significativas na carga de doenças veiculadas por alimentos (incluindo declínios de 40-60% na incidência de doenças diarreicas desde 2000), África e Sudeste Asiático tiveram reduções menores (aproximadamente 15-30%), mantendo cargas absolutas extremamente elevadas. Paradoxalmente, enquanto a carga de doenças biológicas diminuiu globalmente, a exposição a contaminantes químicos aumentou em algumas regiões devido à poluição ambiental crescente, contaminação de solos e água por atividades industriais, e maior uso de agrotóxicos na agricultura, resultando em aumento relativo da contribuição de químicos para mortalidade. A exposição a arsênio inorgânico e chumbo permanece extremamente elevada em regiões de baixa renda, com milhões de pessoas continuamente expostas a níveis acima dos limites seguros, causando doenças cardiovasculares e câncer crônicos. Essa tendência divergente (declínio de doenças biológicas versus persistência ou aumento de exposição química) representa um desafio emergente para políticas de segurança dos alimentos, que devem evoluir de foco exclusivo em patógenos bacterianos para controle integrado de contaminantes químicos.

O estudo representa a primeira vez que estimativas nacionais foram produzidas para 194 países, permitindo que cada país tenha dados específicos para sua realidade e possa identificar onde a carga é mais elevada dentro de suas fronteiras. A OMS disponibilizou um novo dashboard interativo com séries temporais completas de 2000–2021, permitindo monitoramento da evolução da carga ao longo do tempo, comparação entre países e regiões, e avaliação da efetividade de intervenções de segurança dos alimentos implementadas. Este dashboard inclui dados de incidências de doenças, mortalidade, e carga em termos de DALYs (*Disability-Adjusted Life Years*), desagregados por perigo específico, região, país, e grupo demográfico (crianças, adultos, idosos).

A publicação termina destacando que a disponibilidade de dados nacionais permite que países identifiquem perigos prioritários para suas realidades específicas (por exemplo, arsênio em países com contaminação de água, aflatoxinas em países com armazenamento inadequado de grãos, *Salmonella* em países com controle de temperatura insuficiente), direcionarem recursos de vigilância para perigos mais problemáticos, e desenvolvam políticas de segurança dos alimentos adaptadas às necessidades nacionais. O dashboard também permite identificação de tendências temporais, monitorando se intervenções implementadas estão causando declínios na carga das doenças transmitidas por alimentos, e permitindo a comparação entre países para identificar melhores práticas e oportunidades de cooperação técnica. Essa capacidade de monitoramento nacional e internacional representa um avanço metodológico significativo em relação à estimativa anterior de 2015, que tinha cobertura limitada de países e não permitia análise de tendências temporais.

Recomendações globais no Dia Mundial da Segurança dos Alimentos

A OMS e a FAO, no Dia Mundial da Segurança dos Alimentos 2026, que teve como tema "Da carga às soluções – alimentos seguros em todos os lugares", destacaram que as doenças transmitidas por alimentos (DTA) constituem um dos maiores fardos de saúde pública global, causando milhares de mortes e milhões de casos de doença que impactam a saúde, a educação, a produtividade e as economias nacionais. A campanha baseia-se na publicação de novas estimativas da OMS sobre a carga das DTA, incluindo estimativas nacionais por agente causador

e medidas de anos perdidos por incapacidade, para orientar priorização de políticas e investimentos.

As recomendações globais centram-se em transformar dados em ação: autoridades, operadores do setor alimentar e consumidores devem utilizar as estimativas de carga para identificar onde e por quem as DTA ocorrem, definir intervenções focadas e custo-efetivas, e monitorizar resultados. Nesse sentido, a ciência é posicionada como motor de decisões robustas e de confiança pública, exigindo sistemas de vigilância e dados de saúde alimentares robustos e interoperáveis.

A OMS reforça, ainda, a necessidade de implementação plena do Codex Alimentarius e de outros sistemas nacionais de controle alimentar, com infraestrutura regulatória, laboratorial e de inspeção sólida, rastreabilidade e gestão de surtos eficaz. A adoção de práticas de manuseio seguro desde a produção primária até o consumo, incluindo aplicação das "5 chaves para alimentos mais seguros" (água e materiais seguros, separação de alimentos, cozimento adequado, temperatura segura, matérias-primas seguros), é recomendada para consumidores manipuladores.

A campanha de 2026 também pede responsabilidade compartilhada e governança multissetorial: governos devem garantir políticas e financiamento, setor privado deve implementar normas Codex e boas práticas, e consumidores devem adotar práticas de segurança dos alimentos e questionar mitos (por exemplo, alimentos orgânicos não são automaticamente seguros e água parada não é segura para ingestão). Assim, a participação de todos os atores da cadeia alimentar é essencial, pois, segundo a própria OMS, "segurança dos alimentos é negócio de todos" (”*food safety is everyone’s business*”).

Adicionalmente, a OMS recomenda medidas para equidade e proteção de grupos vulneráveis (crianças, idosos, imunodeprimidos), com foco em benefícios de alimentos seguros para o crescimento e desenvolvimento infantil e na prevenção de DTA que afetam desproporcionalmente populações de baixa renda. A transição para soluções requer financiamento coordenado, capacitação técnica e cooperação internacional para fortalecer sistemas alimentares resilientes e seguros em todos os lugares, conuido os caminhos de implementação são pouco explorados nas recomendações apresentadas, incluindo papéis mais claros dos organismos internacionais, fundos internacionais e regionais e outras iniciativas regionais e globais.

Em síntese, o plano de ação global prioriza: (i) uso de dados de fardo para definir prioridades; (ii) implementação de normas Codex e sistemas nacionais robustos; (iii) adoção de práticas de manuseio seguro; (iv) governança multissetorial e responsabilidade compartilhada; e (v) proteção de grupos vulneráveis e equidade. Ações integradas e financiadas são essenciais para reduzir a carga das DTA e garantir "alimentos seguros em todos os lugares".

Revisitando e ampliando o papel do Codex Alimentarius

A Comissão do Codex Alimentarius, coordenada pela OMS e FAO, associa segurança dos alimentos à saúde humana, prosperidade econômica e desenvolvimento sustentável. O termo nasceu da necessidade de garantir inocuidade contra contaminantes biológicos, químicos e físicos, expandindo-se para riscos associados a ingredientes e ao processamento industrial. Recentemente, cresceu a discussão sobre alimentos ultraprocessados, cujos efeitos nocivos decorrem da substituição de alimentos tradicionais, da destruição da matriz alimentar e do uso massivo de aditivos.

A vigilância sanitária global originou-se da necessidade de assegurar segurança microbiológica. O processamento industrial surgiu como solução (pasteurização, embalagens, conservantes), garantindo inocuidade e aumentando vida de prateleira. Contudo, respostas ao excesso de nutrientes críticos foram incorporadas ao Codex, embora impacto dos ultraprocessados ainda não esteja na pauta. É comum confundir "*food standards*" (inocuidade contra contaminantes agudos) com "*food patterns*" (padrões alimentares). Fatores dietéticos associados à composição e fabricação dos alimentos são hoje os maiores contribuintes para a carga global de doenças.

O Codex busca equilibrar proteção da saúde do consumidor e promoção de comércio justo, mas frequentemente gera desequilíbrios entre interesses econômicos e de saúde devido a desbalanços de poder e conflitos de interesses na governança, pois serve de referência para decisões da Organização Mundial do Comércio (OMC). Se segurança dos alimentos refere-se à proteção da saúde, não pode restringir-se a contaminantes agudos, devendo incluir também alimentos associados a doenças crônicas (obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes, cânceres). O conceito de segurança alimentar e nutricional da FAO incorpora segurança dos alimentos nos dois aspectos (alimentos seguros e nutritivos), sendo no Brasil ainda mais amplo, incluindo diversidade cultural e sustentabilidade.

Apesar dos avanços, segurança dos alimentos ainda é problema de saúde pública global desigual: crianças menores de 5 anos sofrem 40% da carga de doenças transmitidas por alimentos, e mais de 1 em cada 10 pessoas adoecem anualmente por comida contaminada (420 mil mortes/ano segundo estimativas anteriores da OMS). A ciência é fundamental para gerenciamento eficaz, e padrões devem ser baseados em evidências robustas. Contudo, há limitações na aplicação: o comércio doméstico informal, ligado a desigualdades socioeconômicas, não é alcançado pela regulação oficial, exigindo ações educativas e apoio técnico. Regulamentações "*one size fits all*" não consideram diferenças entre grandes e pequenos produtores, como agricultores familiares no Brasil que enfrentam dificuldades para vender ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O Codex também aborda resíduos de pesticidas, medicamentos veterinários (principalmente antibióticos) e aditivos alimentares. Agrotóxicos, por exemplo, contaminam trabalhadores da produção; antibióticos na pecuária relacionam-se diretamente com resistência antimicrobiana, que causa 5 milhões de mortes anuais globais. Aditivos alimentares também apresentam desafios: critérios de segurança do Codex baseiam-se em toxicidade, mas não contemplam múltipla exposição combinada. Evidências crescentes associam aditivos em ultraprocessados a doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), não contempladas pelos critérios atuais. Recente recomendação da OMS contrária a adoçantes artificiais para perda de peso mapeou efeitos de longo prazo (diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares, mortalidade), mas não deve modificar rapidamente normativas do Codex.

Em relação a políticas nacionais para responder a esses novos desafios mesmo sem ainda estarem no Codex, somente México e Argentina incorporaram alertas frontais sobre adoçantes para crianças. No Brasil, avanços incluem normas do PNAE (mínimo 75% de alimentos in natura/minimamente processados, máximo 20% processados/ultraprocessados) e legislação do Rio de Janeiro proibindo ultraprocessados em escolas. Essa abordagem indireta ultraprocessados no Codex ocorre por nutrientes críticos, incorporados há uma década via NNV-NCD (valores máximos recomendados, não mínimos para DCNTs). Vale destacar, ainda, que escritórios regionais da OMS desenvolveram perfis nutricionais restritivos e a Organização Pan

Americana da Saúde (Opas) recomenda limites para sódio, açúcares livres, gorduras totais, saturadas e trans, além de alerta específico para edulcorantes.

Como exemplos de efeitos não esperados de políticas, no Chile, indústrias substituíram açúcar por adoçantes após rotulagem frontal obrigatória. No Brasil, por sua vez, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não incluiu advertências sobre edulcorantes na rotulagem frontal e indústrias já substituíram açúcar antecipadamente. Por isso, sabendo dessas possíveis externalidades regulatórias negativas, México e Argentina já se anteciparam com o uso de advertências específicas para edulcorantes e a Colômbia discute selos de alerta para todos os produtos ultraprocessados.

Além disso, metas voluntárias para redução de nutrientes críticos predominam sobre metas obrigatórias, estabelecidas por regulamento ou lei, mas evidências mostram impacto significativamente maior de metas regulatórias: no Brasil, metas restritivas preveniriam 3 vezes mais casos cardiovasculares e 5 vezes mais mortes (850 mil casos, 15 mil mortes/20 anos, economizando US$ 2,4 bilhões) (Nilson *et al.*, 2026). Gorduras trans são exceção: eliminação de óleos parcialmente hidrogenados (adotada pela Anvisa) evitaria 10,5 mil mortes/ano e pouparia US$ 166,7 milhões, impacto 5 vezes maior que limites permissivos (Nilson, Khandpur e Gomes, 2022).

A segurança dos alimentos amplificada relaciona-se diretamente com sistemas alimentares completos (produção a consumo), embora nem todos os riscos estejam integralmente contemplados em regulamentos. A regulação respondeu historicamente à situação epidemiológica: começou com segurança sanitária (infecções), seguiu com fortificação (carências nutricionais). Paradoxalmente, hoje processamento garante segurança sanitária, mas criou ultraprocessados que substituem dietas tradicionais, fortalecendo sistemas alimentares hegemônicos onde interesses comerciais sobrepõem saúde humana, animal e planetária.

Essa argumentação é usada equivocadamente como "*social and nutritional washing*" para defender ultraprocessados na cesta básica e subsídios na reforma tributária, ignorando Direito Humano à Alimentação Adequada e inclusive esteve presente na argumentação de representantes das indústrias de alimentos numa recente audiência pública no Senado Federal sobre os riscos dos ultraprocessados à saúde no Brasil. Vale destacar que há evidências crescentes e robustas associando ultraprocessados à mortalidade por todas as causas, ao aumento do IMC, e à morbimortalidade por hipertensão, dislipidemias, doenças cardiovasculares, diabetes e cânceres (Lane *et al.*, 2024)(Monteiro *et al.*, 2025). Só no Brasil, dezenas de milhares de mortes prematuras/ano associadas a ultraprocessados (20% das calorias); nos EUA, ultrapassam 125 mil mortes/ano (>50% calorias) (Nilson *et al.*, 2025).

Lembramos, ainda, que os sistemas alimentares dos ultraprocessados ligam-se a monoculturas e pecuária, causando desmatamento, contaminação por agrotóxicos, pegada de carbono e hídrica. No Brasil, mudanças dietéticas na última década aumentaram 21% emissões de GEE e 22% pegada hídrica por mil calorias consumidas. Ligando esse cenário com o tema deste informe, com avanços na redução de contaminantes biológicos, químicos e físicos, o problema persiste em regiões de baixa renda com saneamento precário, exigindo atenção contínua e trabalho nas condições de vida (saneamento, habitação, saúde, educação) e ambientes alimentares para não culpabilizar indivíduos.

Assim, a segurança dos alimentos não pode restringir-se à perspectiva de contaminantes, pois padrões alimentares inadequados associam-se a inúmeras DCNTs preveníveis com dietas saudáveis, sendo prioridades inadiáveis com repercussões em saúde

animal e planetária. Essa "dupla carga da insegurança dos alimentos" (doenças agudas por contaminantes + doenças crônicas por padrões inadequados) deve ser considerada na transformação dos sistemas alimentares e na abordagem de determinantes de doenças agudas e crônicas nos regulamentos internacionais, particularmente no Codex Alimentarius.

Por fim, essas questões também devem ser abordadas em futuros estudos, avaliando em que grau as regulações nacionais estão alinhadas aos padrões do Codex (incluindo quando estão mais avançadas) e como identificar barreiras para sua implementação, particularmente em países de baixa e média renda. Com isso, por meio de análises comparativas, poderiam ser identificadas melhores práticas, lacunas de implementação e fatores institucionais associados com resultados mais robustos na segurança dos alimentos.

Conclusão

Em síntese, o Dia Mundial da Segurança dos Alimentos 2026 e as novas estimativas da OMS revelam a necessidade de fortalecimento da vigilância das DTAs e de uma redefinição paradigmática do conceito de segurança dos alimentos, que deve transcender a tradicional abordagem centrada exclusivamente em contaminantes agudos (biológicos, químicos e físicos) para integrar, de forma inequívoca, os riscos associados aos padrões alimentares inadequados e aos alimentos ultraprocessados. A "dupla carga da insegurança dos alimentos", constituída pela persistência de doenças transmitidas por alimentos (em sua maioria agudas) e pela ascensão exponencial de DCNTs associadas à dieta, exige que os regulamentos internacionais, particularmente o Codex Alimentarius, evolua para contemplar determinantes de saúde em médio e longo prazo, incluindo exposição a aditivos, nutrientes críticos e a própria matriz dos alimentos segundo o grau e propósito do processamento industrial.

A evidenciação de disparidades regionais e socioeconômicas extremas, com África e Sudeste Asiático concentrando 75% das doenças e 60% das mortes, concomitantemente à vulnerabilidade diferenciada de crianças menores de 5 anos e populações de baixa renda, impõe que as intervenções de segurança dos alimentos sejam fundamentadas em princípios de equidade e justiça sanitária. Além disso, a disponibilidade inédita de estimativas nacionais para 194 países e o dashboard interativo da OMS fornecem a base empírica necessária para que governos priorizem ações, direcionem recursos e monitorando tendências temporais, contudo, a efetividade dessas medidas dependerá da ruptura de silos setoriais entre saúde, agricultura e meio ambiente, operacionalizada pela abordagem de Saúde Única, e do fortalecimento de infraestrutura de WASH em comunidades vulneráveis.

Paradoxalmente, enquanto o processamento industrial garantiu avanços na segurança sanitária contra contaminantes microbiológicos, ele também gerou a expansão de ultraprocessados que substituem dietas tradicionais e aumentam a carga de DCNTs, criando um cenário de limpeza da imagem desses produtos do ponto de vista social e nutricional, quando utilizados para justificar seu papel na garantia da segurança alimentar e nutricional e, com isso, buscar subsídios fiscais, isenção de impostos específicos e inclusão em cestas básicas. A regulação de alimentos deve, portanto, responder à situação epidemiológica contemporânea, transitando de metas voluntárias para medidas regulatórias estritas (como eliminação de gorduras trans e limites máximos de nutrientes críticos), reconhecendo que a segurança dos alimentos é intrinsecamente ligada à sustentabilidade dos sistemas alimentares, com impactos diretos sobre desmatamento, emissões de gases de efeito estufa e pegada hídrica.

Finalmente, a ciência deve ocupar posição central na governança da segurança dos alimentos, fornecendo evidências robustas para enfrentamento de riscos emergentes como

resistência antimicrobiana, contaminação por metais pesados e efeitos de múltipla exposição a aditivos, além de corrigir lacunas de dados sobre perigos não contemplados (incluindo bactérias resistentes, outros poluentes orgânicos, aflatoxinas), bem como na vigilância permanente de eventos e fatores de risco. A transformação dos sistemas alimentares exige, portanto, que a segurança dos alimentos seja compreendida em sua amplitude máxima, como proteção integral da saúde humana, animal e planetária, integrando-se ao Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada e à segurança alimentar e nutricional e garantindo que todos os atores da cadeia (mais particularmente produtores e governos), assumam sua responsabilidade compartilhada na prevenção de doenças agudas e crônicas, assegurando alimentos seguros e nutritivos para todas as populações.

Referências

LAKE, R. J. *et al.* WHO estimates of the global , regional , and national burden of 42 foodborne infectious and chemical hazards, 2000–21: an updated data synthesis. **The Lancet Global Health**, v. 0, n. 26, p. 1–17, 2026.

LANE, M. M. *et al.* Ultra-processed food exposure and adverse health outcomes: Umbrella review of epidemiological meta-analyses. **The BMJ**, v. 384, p. e077310, 2024.

MONTEIRO, C. A. *et al.* Series Ultra-Processed Foods and Human Health 1 Ultra-processed foods and human health : the main thesis and the evidence. **The Lancet**, v. 6736, n. 25, p. 1–18, 2025.

NILSON, E. A. F. *et al.* Premature Mortality Attributable to Ultraprocessed Food Consumption in 8 Countries. **American Journal of Preventive Medicine**, n. April, p. 1–9, 2025.

NILSON, E. A. F. *et al.* Estimated health and economic effects of different salt reduction strategies on cardiovascular disease in Brazil : a microsimulation analysis. **Scientific Reports**, v. 0, n. 0, p. 1–32, 2026.

NILSON, E. A. F.; KHANDPUR, N.; GOMES, F. DA S. Development and application of the TFA Macrosimulation Model: a case study of modelling the impact of Trans Fatty Acid (TFA) elimination policies in Brazil. **BMC Public Health**, v. 22, n. 1, p. 2010, 2022.

Os Impactos do Conflito no Oriente Médio nos Setores da Economia, da Energia e do Comércio Segundo a Declaração Conjunta do Banco Mundial, do FMI, da Agência Internacional de Energia e da OMC

The Impacts of the Conflict in the Middle East on the Economic, Energy, and Trade Sectors According to the Joint Statement of the World Bank, the IMF, the International Energy Agency and the WTO

Impactos del conflicto en Oriente Medio en los sectores económico, energético y comercial, según la declaración conjunta del Banco Mundial, el FMI, la Agencia Internacional de Energía y la OMC

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e a Agência Internacional de Energia reuniram-se no mês de maio para analisar o cenário preocupante para os setores da economia e de energia global, atingidos pela indefinição do conflito no Oriente Médio. As instituições se comprometeram em apoiar e traçar diretrizes para conter os impactos negativos advindos deste conflito nos países, especialmente os mais vulneráveis.

Palavras-chave: Banco Mundial; FMI; Economia; Energia; Comércio; Países em Desenvolvimento

Abstract: *The World Bank, the International Monetary Fund, the World Trade Organization, and the International Energy Agency met in May to analyze the worrying scenario for the global economy and energy sectors, affected by the uncertainty of the conflict in the Middle East. The institutions pledged to support and develop guidelines to mitigate the negative impacts of this conflict on countries, especially the most vulnerable ones.*

Keywords: *World Bank; IMF; Economy; Energy; Trade; Development Countries*

Resumo: *El Banco Mundial, el Fondo Monetario Internacional, la Organización Mundial del Comercio y la Agencia Internacional de Energía se reunieron en mayo para analizar el preocupante panorama que se presenta para la economía mundial y el sector energético, afectados por la incertidumbre del conflicto en Oriente Medio. Las instituciones se comprometieron a brindar apoyo y desarrollar directrices para mitigar los impactos negativos de este conflicto en los países, especialmente en los más vulnerables.*

Palabras clave: *Banco Mundial; FMI; Economía; Energia; Comercio; Países en Desarollo*

O que disseram as instituições

Em meados de abril deste ano, o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Agência Internacional de Energia emitiram uma Declaração Conjunta a respeito dos

impactos econômicos e energéticos devido a guerra no Oriente Médio. Na ocasião, as instituições resolveram criar uma coordenação de alto nível a fim de prestar apoio aos países — especialmente os em desenvolvimento —, que diante dos problemas trazidos pela guerra, recorreram a elas. Após um mês, as instituições se reuniram, juntando-se a elas a Organização Mundial do Comércio (OMC), com o objetivo de reavaliar os impactos e ampliar as respostas nestes setores.

No encontro, as instituições emitiram uma Declaração Conjunta, onde mais uma vez apontaram que o conflito no Oriente Médio está trazendo "impactos substanciais e altamente assimétricos no fornecimento de energia, segurança alimentar e atividade econômica em países e regiões". As instituições evidenciaram que a economia continua resiliente, porém os efeitos oriundos do conflito estão afetando os países mais vulneráveis de forma desproporcional através "dos preços mais altos de combustível e fertilizantes, aumento da incerteza e riscos para empregos e meios de subsistência". Para as instituições, o preço dos fertilizantes é o que mais vem trazendo preocupação devido a temporada de plantio dos países.

Sobre o petróleo, as instituições mostraram preocupação com a redução dos estoques globais em ritmo acentuado devido as restrições no Estreito de Ormuz. Na Declaração, as instituições afirmaram que, caso os fluxos de transporte não voltem a operar em normalidade, haverá risco de "esgotamento acelerado contínuo dos estoques globais de petróleo antes do pico da demanda de petróleo de verão no Hemisfério Norte", resultando em problemas crescentes para a segurança do combustível, para o mercado e para a sustentabilidade econômica.

As instituições defenderam a importância de monitorar atentamente "as cadeias de suprimentos de fertilizantes, a energia, o desenvolvimento econômico e as respostas políticas" dos países e das regiões, especialmente os que são encontram na lista dos mais afetados. De acordo com a Declaração, as instituições estão mantendo contato com os governos, analisando as suas medidas para lidar com o impacto econômico sofrido. As instituições se colocaram disponíveis para promoverem ações nos âmbitos bilateral e multilateral, além de propor outras soluções diante de riscos emergentes, tendo como a principal razão alcançar a estabilidade econômica global.

Banco Mundial e a parceria com o Japão

Em Tóquio, o presidente do BM, Ajay Banga se reuniu com o ministro de Finanças japonês, que resultou em uma parceria para fortalecer a colaboração para apoiar os países em desenvolvimento na construção de cadeias de suprimentos e sistemas de energia mais estruturados onde posteriormente ajude a destravar "investimentos, empregos e crescimento econômico de longo prazo".

O acordo entre a instituição financeira e o país prevê a criação de duas inciativas, uma para apoiar a construção da resiliência energética, a *Value Chains and Energy Security* (DRIVE) e a outra visa a expansão do suporte a minerais críticos, intitulada *Resilient and Inclusive Supply Chain Enhancement Plus* (RISE+).

A iniciativa DRIVE servirá de complemento a já atuante *Partnership on Wide Energy and Resources Resilience Asia,* a POWERR Asia. Com uma estrutura que chega a US$ 10 bilhões do Japão, o BM acredita que será possível enfrentar a escassez de fornecimento de combustível e as dificuldades da interrupção das cadeias de suprimentos no continente asiático devido ao conflito no Oriente Médio. Conforme o BM, os países mais afetados receberão maior atenção da instituição financeira, do Banco do Japão para Cooperação Internacional e da Agência de

Cooperação Internacional do Japão (JICA), onde poderão contar com estratégias para sustentar as suas economias e construir sistemas de energia mais seguros no presente, deixando um legado para o futuro.

Segundo o BM, empréstimos soberanos e soluções através do setor privado farão parte da iniciativa. A instituição financeira irá operar esta iniciativa baseada na própria experiência global e na liderança em segurança energética do Japão, fornecendo "análises, assistência técnica e fortalecimento à gestão de cadeia de suprimentos" aos países em situação de vulnerabilidade. Através do conjunto de especialidades, o BM acredita que estes países poderão se preparar de forma mais eficiente quando as crises acontecerem.

Já a iniciativa RISE+ complementará a já existente *Resilient and Inclusive Supply Chain Enhancement,* que foi apresentada durante a presidência do Japão no Grupo dos Sete (G7), em 2023. O objetivo é ajudar os países em desenvolvimento na mobilização dos setores público e privado em relação à cadeia de suprimentos de minerais críticos, incluindo terras raras. Para o BM, a iniciativa pode ajudar estes países a converterem os seus recursos naturais em oportunidades econômicas, o que poderá levar ao desenvolvimento industrial mais fortalecido e ao aumento de empregos de qualidade.

Considerações Finais

É extremamente importante que as instituições internacionais e multilaterais se mostrem comprometidas em ajudar os países em desenvolvimento a responderem de acordo com as suas necessidades. Diante de um cenário geopolítico difícil, os países em desenvolvimento são os mais atingidos, tornando-os mais fragilizados diante das circunstâncias. Apoiar a preservação do acesso a bens considerados essenciais, como alimentos, energia e insumos agrícolas para os países com economias mais expostas a choques, assim como o apoio aos setores econômico e social é fundamental para as populações mais vulneráveis, onde poderão ter alívio enquanto estabelecem as suas bases estruturais.

***

As iniciativas apresentadas pelo BM com a parceria do Japão são muito bem-vindas para os países em desenvolvimento. O fortalecimento da estrutura energética e das cadeias de suprimentos regionais são as ideias centrais das duas iniciativas para os países, onde juntas poderão contribuir para o crescimento econômico mais consistente, especialmente na região da Ásia-Pacífico.

Apesar do esforço e do comprometimento do BM em apoiar, é cedo para afirmarmos que estas iniciativas vão ajudar estes países a desenvolverem energia limpa e expandirem o suporte a minerais críticos, pois, os países em desenvolvimento estão sempre financiando para melhorar as estruturas de algum setor, o que acaba resultando em um endividamento e o refinanciamento desta dívida. Estes países possuem uma economia menos robusta e ficam suscetíveis a qualquer problema que acontece na economia e no comércio global.

Referências

Banco Mundial [homepage na internet] Declaração Conjunta dos Chefes da Agência Internacional de Energia, Fundo Monetário Internacional, Grupo Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio [acesso em 08 jun 2026]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/statement/2026/05/29/joint-statement-by-the-heads-of-the-international-energy-agency-international-monetary-fund-world-bank-group-and-world-t

Banco Mundial [homepage na internet] The World Bank Group and Japan Expand Cooperation to Strengthen Critical Minerals Supply Chains and Energy Resilience. [acesso em 08 jun 2026]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2026/06/01/the-world-bank-group-and-japan-expand-cooperation-to-strengthen-critical-minerals-supply-chains-and-energy-resilience

Cooperação entre os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) e a Organização Mundial da Saúde (OMS)

Cooperación entre los Bancos Regionales de Desarrollo (BRD) y la Organización Mundial de la Salud (OMS)

Cooperation between Regional Development Banks (RDBs) and the World Health Organization (WHO)

Laura Tavares Soares

Resumo: Este Informe trata da cooperação entre os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), sobretudo através da *Plataforma de Investimento em Impacto na Saúde* ("Health Impact Investment Platform" — HIIP). Esta Plataforma possui como membros fundadores a OMS, o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), o Banco Europeu de Investimento (EIB) e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB). Nesta parceria a OMS fornece orientação técnica e padrões globais; e os bancos oferecem o financiamento e a execução de projetos em nível nacional e regional. Seu objetivo é o de fortalecer a *atenção primária de **saúde*** (APS), tornando os serviços resilientes a crises (como pandemias) e às mudanças climáticas *em países de baixa e média renda*. Aqui são detalhadas as principais iniciativas dos três BRDs fundadores, em conjunto com a OMS, na Plataforma HIIP.

Palavras-chave: Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs); Organização Mundial da Saúde (OMS); Plataforma de Investimento em Impacto na Saúde; Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB); Banco Europeu de Investimento (EIB); Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB).

Resumen: *Este informe aborda la cooperación entre los Bancos Regionales de Desarrollo (BRD) y la Organización Mundial de la Salud (OMS), principalmente a través de la Plataforma de Inversión de Impacto en Salud (PIIS). Los miembros fundadores de esta Plataforma son la OMS, el Banco Africano de Desarrollo (BAD), el Banco Europeo de Inversiones (BEI) y el Banco Islámico de Desarrollo (BID). En esta alianza, la OMS proporciona orientación técnica y estándares globales, mientras que los bancos ofrecen financiamiento e implementación de proyectos a nivel nacional y regional. Su objetivo es fortalecer la atención primaria de salud (APS), haciendo que los servicios sean resilientes ante crisis (como pandemias) y el cambio climático en países de ingresos bajos y medianos. Las principales iniciativas de los tres BRD fundadores, junto con la OMS, dentro de la Plataforma PIIS se detallan aquí.*

Palabras clave*: Bancos Regionales de Desarrollo (BRD); Organización Mundial de la Salud (OMS); Plataforma de Inversión de Impacto en Salud; Banco Africano de Desarrollo (BAD); Banco Europeo de Inversiones (BEI); Banco Islámico de Desarrollo (BID).*

Abstract: *This report addresses the cooperation between Regional Development Banks (RDBs) and the World Health Organization (WHO), primarily through the Health Impact Investment Platform (HIIP). The founding members of this Platform are the WHO, the African Development Bank (AfDB), the European Investment Bank (EIB), and the Islamic Development Bank (IsDB). In this partnership, the WHO provides technical guidance and global standards, while the banks*

offer financing and project implementation at the national and regional levels. Its objective is to strengthen primary health care (PHC), making services resilient to crises (such as pandemics) and climate change in low- and middle-income countries. The main initiatives of the three founding RDBs, in conjunction with the WHO, within the HIIP Platform are detailed here.

Keywords: *Regional Development Banks (RDBs); World Health Organization (WHO); Health Impact Investment Platform; African Development Bank (AfDB); European Investment Bank (EIB); Islamic Development Bank (IsDB).*

Introdução

Os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) e a Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) mantêm uma relação de cooperação crescente, especialmente no ***financiamento de sistemas de saúde****, preparação para pandemias, atenção primária à* ***saúde*** *e respostas a crises globais e aos impactos das mudanças climáticas*.

Os BRDs (também chamados de RDBs em inglês) são instituições financeiras supranacionais focadas em financiamento para o desenvolvimento em regiões específicas.

Eles complementam o Banco Mundial (que tem alcance global) e fornecem empréstimos concessionais, subvenções ("grants"), assistência técnica e garantias para projetos de infraestrutura, redução da pobreza e desenvolvimento sustentável.

A parceria entre os BRDs e a OMS tem se fortalecido desde a pandemia de COVID-19, quando os bancos aumentaram significativamente o financiamento para saúde pública global (GPH). Antes de 2020, o Banco Mundial e o BID eram os principais atores; após a crise, outros bancos regionais expandiram seu envolvimento com saúde.

As principais *iniciativas conjuntas* são:

1. *Plataforma de Investimento em Impacto na Saúde* ("Health Impact Investment Platform" — HIIP)

Esta Plataforma é o principal instrumento de cooperação entre os BRDs e a OMS.

Lançada em 2023, durante a Cúpula para um Novo Pacto de Financiamento Global (Paris), com a OMS, o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), o Banco Europeu de Investimento (EIB) e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB), como membros fundadores.

Seu objetivo é o de fortalecer a *atenção primária de* ***saúde*** (PHC), tornando os serviços resilientes a crises e às mudanças climáticas *em países de baixa e média renda*.

A meta inicial era desbloquear €1,5 bilhão (cerca de US$1,5-1,7 bilhão) em empréstimos concessionais e subvenções ("grants").

Em 2024, foram lançados *planos de investimento* em 15 países (a grande maioria na África).

2. *Financiamento para Saúde e Resiliência*

O apoio financeiro dos BRDs se destina a *sistemas de saúde, preparação para pandemias, vacinação e infraestrutura hospitalar*.

São adotadas abordagens com ênfase na "One Health"[1] (integração entre saúde humana, animal e ambiental).

Existe uma integração no *financiamento climático e de saúde*, como o roteiro ou *mapa do caminho* ("roadmap") conjunto dos BRDs para *cobenefícios* de saúde em projetos de mitigação e adaptação relacionados aos desastres climáticos.

3. *Outras Áreas de Cooperação entre os BRDs e a OMS*

Resposta a emergências. Financiamento rápido durante crises (como foi a COVID-19 e o mpox)).

Capacidade institucional. Apoio a ministérios da saúde, à vigilância epidemiológica e aos sistemas de financiamento da saúde.

Alinhamento com ODS. Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (saúde e bem-estar — ODS 3).

A importância da parceria entre BRDs e OMS se traduz, portanto, na *ampliação da capacidade de financiamento*, com *os BRDs mobilizando recursos em escala que a OMS (focada em normas, coordenação técnica e expertise) não consegue sozinha*.

Existe uma *complementaridade*, onde a OMS fornece *orientação técnica e padrões globais; e os bancos oferecem o financiamento e a execução de projetos em nível nacional/regional*.

Para que essa cooperação se materialize, se coloca a necessidade de uma reforma dos BRDs, com esforços contínuos para que os bancos trabalhem *como um sistema*, utilizando instrumentos de cofinanciamento, troca de *empréstimos soberanos*[2], recursos compartilhados ("pipelines"), incluindo maior foco em *bens públicos globais* como a **saúde**.

O Brasil participa de vários BRDs (BID, CAF, e outros) e usa esses canais para financiar e participar da elaboração de projetos de saúde. A estratégia nacional de engajamento em *Bancos Multilaterais de Desenvolvimento* enfatiza o papel deles no desenvolvimento integrado, incluindo **saúde**.

Plataforma de Investimento de Impacto na Saúde

A *Plataforma de Investimento de Impacto na Saúde ("Health Impact Investment Platform", HIIP)* é a principal estratégia de parceria entre a OMS e os Bancos Regionais de Desenvolvimento.

Foi lançada em 2023, visando mobilizar €1,5 bilhão (cerca de US$ 1,5 bilhão) para fortalecer a ***atenção primária à saúde*** (APS) em países de baixa e média renda.

A Plataforma conta com três Bancos Regionais de Desenvolvimento como membros fundadores — Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), Banco Europeu de Investimento (EIB)

[1] A abordagem "One Health" (traduzida no Brasil como "Saúde Única" ou "Uma Só Saúde") é uma estratégia integrada e holística que reconhece que a saúde humana, animal, vegetal e ambiental estão profundamente interconectadas. O principal objetivo dessa visão é equilibrar e otimizar a saúde de pessoas, animais e ecossistemas de forma sustentável.
[https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/u/uma-so-saude]

[2] Aqueles que necessitam do aval do governo central ou federal.

e Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) — operando de forma coordenada para levar assistência técnica e financiamento aos países elegíveis.

A Plataforma atua como *uma ponte entre a expertise técnica e o capital financeiro*, combinando três pilares principais:

1. *Assistência Técnica (OMS)*. A OMS recebeu US$ 30 milhões iniciais para ajudar os governos, identificar lacunas e elaborar *planos de investimento* sólidos.
2. *Financiamento (Bancos)*. Com base nesses planos, os bancos (como o Banco Europeu de Investimento e o Banco Islâmico) oferecem *empréstimos concessionais e subsídios* — modalidades que não implicam em endividamento para os países de baixa renda.
3. *Foco na APS*. O dinheiro é direcionado a tornar os serviços de atenção primária à saúde mais resilientes a crises climáticas e pandemias.

A Plataforma é liderada pela OMS e pelos Bancos de Desenvolvimento que são membros fundadores, contando com a África do Sul e a Ásia como parceiros estratégicos.

Ela ainda se encontra na *Fase 1* — fase de elaboração dos *Planos Nacionais e Regionais* — com os seguintes países atendidos: Burundi, República Centro-Africana, Comores, Djibuti, Egito, Etiópia, Gâmbia, Guiné-Bissau, Jordânia, Cazaquistão, Maldivas, Marrocos, Senegal, Sudão do Sul, Tunísia, Zâmbia e Uzbequistão.

O *Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB)* possui como foco principal a África, com participação na Plataforma HIIP finalizada em 2024, contribuindo com €10 milhões. Em conjunto com a Plataforma da OMS vem atuando em países como Burundi, Etiópia, Gâmbia, Zâmbia e Sudão do Sul.

O *Banco Europeu de Investimento (EIB)* mobilizou €30 milhões iniciais (junto com a OMS e o IsDB) junto à Plataforma HIIP. Além da África, expandiu recentemente para a Ásia (Cazaquistão, Maldivas, Tajiquistão).

O *Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB)* atua fortemente no Oriente Médio e Norte da África. Em **2026**, avançou com planos de investimento no Egito, Jordânia, Líbano e nos territórios palestinos ocupados.

Na Plataforma HIIP, diferentemente de iniciativas fragmentadas, os bancos atuam de forma coordenada. Em cada país, um banco assume a liderança para evitar duplicidade de esforços.

Existe uma padronização de métodos, com todos os Bancos utilizando a mesma *metodologia de planos de investimento da OMS*, garantindo que os projetos sejam viáveis e atraentes para financiamento.

As decisões estratégicas são tomadas em conjunto no *Comitê Gestor da Plataforma* ("Steering Committee"), com representantes da OMS e de representantes dos Bancos.

Embora o *Banco Asiático de Desenvolvimento* (ADB) ainda não seja membro oficial, ele endossou a declaração da Plataforma em setembro de 2024 e está explorando sua participação para levar a iniciativa para a Ásia e o Pacífico.

Outros, como o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (“Council of Europe Development Bank” — CEB), manifestaram apoio.

Não há menções públicas confirmadas de participação direta do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) — ou banco dos BRICS — na Plataforma HIIP até o momento. O NDB tem financiado projetos de saúde em seus países membros (incluindo infraestrutura hospitalar e resposta à COVID-19), mas não integra formalmente essa Plataforma específica com a OMS.

Com essa estratégia de cooperação entre os BRDs e a OMS, a Plataforma pretende alcançar o fortalecimento dos sistemas de saúde primária, tornando-os resilientes; a mobilização de recursos adicionais via mix ("blending") de financiamentos públicos, multilaterais e possivelmente privados; e o apoio a planos nacionais de ***investimento em saúde priorizados pelos países***.

Essa é uma das respostas da comunidade internacional à *lacuna de financiamento em* ***saúde*** (estimada em centenas de bilhões de dólares anuais para os ODS relacionados à saúde).

Participação do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) na Plataforma HIIP

O Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) é um dos membros fundadores da Plataforma de Investimento de Impacto na Saúde (HIIP), tendo participado ativamente desde o seu lançamento, em 2023, em Paris, ao lado da OMS, do BEI e do BIsD, demonstrando seu compromisso com o fortalecimento da APS nos países de baixa e média renda.

O AfDB tem tido um compromisso financeiro significativo. Em setembro de 2024, o banco estava finalizando uma contribuição de €10 milhões para dar suporte à *fase inicial dos planos de investimento.*

A função do banco vai muito além do financiamento, combinando recursos financeiros com sua *experiência regional na África*.

O Banco tem tido uma atuação estratégica em crises. Um exemplo prático dessa atuação ocorreu em *novembro de 2025*, quando o AfDB assinou um acordo de US$55 milhões com a OMS para fortalecer os *serviços de saúde no Sudão*, um país listado entre os elegíveis e que enfrenta uma grave emergência humanitária.

Com foco nos países de baixa e média renda, a expertise do AfDB é crucial para garantir que os recursos cheguem a quem mais precisa no continente africano.

A grande maioria dos 15 países da Fase 1 da Plataforma (como Burundi, Etiópia, Gâmbia, Senegal e Zâmbia) está na região de atuação do AfDB.

Também possui um papel relevante na atração de investimentos. A participação do Banco ajuda a catalisar os €1,5 bilhões totais da Plataforma (aprox. US$ 1,5–1,7 bilhão), mobilizando também fundos do setor privado para projetos considerados viáveis para o financiamento ("bankable").

O AfDB tem participado ativamente das discussões e mesas-redondas da Plataforma, além de participar ativamente do *Comitê Diretor* ("Steering Committee") da Plataforma e de reuniões de alto nível.

Sua contribuição financeira específica (nas formas de empréstimos e subvenções) ainda está em fase de finalização (maio de 2026). O EIB já aportou recursos iniciais no montante de €10 milhões; e o IsDB também contribuiu, cp, US$ 10 milhões em subvenções. O AfDB deve aportar montante equivalente em breve. De acordo com o site oficial da OMS (atualizado em maio de 2026), o AfDB está finalizando sua participação financeira nos próximos meses. Espera-

se que o AfDB aporte um "grant" inicial de cerca de US$ 10 milhões para *assistência técnica*. Essa contribuição ajudaria a preparar planos nacionais de atenção primária à saúde (APS) resiliente.

Deve haver uma integração desse financiamento com o amplo *portfólio do AfDB em projetos de* ***saúde*** na África (infraestrutura hospitalar, sistemas farmacêuticos, resiliência climática), *que se alinham à Plataforma*, como na Guiné-Bissau (2025), com um projeto de fortalecimento de sistemas de saúde explicitamente mencionado como manifestação da participação do AfDB na HIIP ("grant via Transition Support Facility"); e em outros países da HIIP (Etiópia, Zâmbia, Burundi, Senegal, etc.) que recebem apoio contínuo do AfDB em **saúde**.

O Banco atua fornecendo expertise regional; identificando lacunas nos sistemas de saúde nacionais; desenhando intervenções; e financiando projetos em **saúde** via seus instrumentos habituais como os empréstimos concessionais do *Fundo Africano de Desenvolvimento* ("African Development Fund"), braço concessional do AfDB.

O AfDB tem forte envolvimento em países africanos elegíveis pela Plataforma, como: Burundi, Etiópia, Gâmbia, Guiné-Bissau, Djibouti, Egito, Marrocos, Senegal, Zâmbia, Comores, República Centro-Africana, Sudão do Sul, Tunísia (entre outros).

Os planos aprovados pela Plataforma HIIP em conjunto com o AfDB focam na expansão e melhoria de serviços de APS (clínicas, trabalhadores de saúde, medicamentos essenciais); na resiliência climática e na preparação para emergências/pandemias. Relevante destacar que **esses planos possuem alinhamento com estratégias nacionais de saúde.**

Até *maio de 2026* não há projetos individuais com valores exatos e aprovações finais divulgados publicamente como financiados exclusivamente pela HIIP via AfDB, pois a Plataforma funciona como catalisadora: a OMS apoia a elaboração dos planos técnicos, e os Bancos (incluindo o AfDB) financiam a implementação conforme seus processos internos. Os primeiros planos ainda estão (em 2026) em análise pelo Comitê Diretor da Plataforma — HIIP ("Steering Committee").

A *abordagem do AfDB na HIIP* é a *ênfase no trabalho país a país para identificar lacunas nos sistemas de saúde; desenhar estratégias de investimento; mobilizar recursos e monitorar impacto; e integrar a infraestrutura de saúde com outros setores* (água, energia, digital).

Isso *se alinha à estratégia mais ampla do AfDB* de investir bilhões em *infraestrutura de saúde de qualidade e sistemas farmacêuticos na África*.

Participação do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) na Plataforma HIIP

O **Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB)** é um dos membros fundadores da Plataforma de Investimento de Impacto na Saúde (HIIP) e tem atuado como um parceiro central, tanto no financiamento quanto na implementação dos projetos.

A participação do Banco tem se destacado por três grandes contribuições:

1. *Financiamento e Alavancagem de Recursos*

- Doação de US$ 10 milhões (2024). Em novembro de 2024, durante a COP29 em Baku, o IsDB destinou US$ 10 milhões para cobrir a assistência técnica da OMS.
- Alavancagem de US$ 500 milhões. Estima-se que esse valor ajude a desbloquear os US$ 500 milhões em novos investimentos para a saúde nos países membros (lembrar que o objetivo total da Plataforma é de €1,5 bilhão).

2. *Liderança e Implementação Regional*

O IsDB integra o Comitê Diretor da Plataforma (“Steering Committee”), participando da tomada de decisões estratégicas da Plataforma.

Com presença forte no *Oriente Médio e no Norte da África*, o IsDB está na linha de frente da execução de Projetos da Plataforma HIIP.

Em *fevereiro de 2026*, o IsDB coordenou ações na região do Cairo para avançar nos investimentos em países como Egito, Jordânia, Líbano, Líbia, Palestina, Sudão e Síria.

Com outros projetos em andamento do Banco, o Líbano já está engajado e a Jordânia vem sendo explorada como próximo país da fila (“pipeline”). Na Palestina, um projeto de infraestrutura hospitalar já foi aprovado.

3. *Forte Parceria Institucional*

A relação do IsDB com a Plataforma vai além do dinheiro, estando *baseada em alinhamento estratégico de longo prazo*. As *operações da Plataforma são sustentadas por um acordo de colaboração firmado entre a OMS e o ISDB desde 2022*, no marco do denominado Acordo Quadro.

A parceria prioriza sistemas de saúde resilientes a crises climáticas e pandemias, alinhando-se com a estratégia do "One Health"[3] e a meta da OMS de eletrificar 10 mil instalações de saúde com energia solar.

Em novembro de 2024 (durante a COP29 em Baku), o IsDB anunciou uma doação de US$ 10 milhões à OMS para implementar a Plataforma HIIP. Essa subvenção apoia principalmente a assistência técnica da OMS para avaliar necessidades de investimento nos países e desenhar projetos de saúde de alto impacto.

O IsDB não é apenas um "banco financiador", mas um membro fundador ativo que lidera a implementação no terreno, especialmente em países de contextos frágeis e complexos.

O Banco tem uma participação significativa nos investimentos em saúde na **Palestina**, com destaque para o projeto emblemático do *Hospital do Câncer* Khaled Al-Hassan, além de outras iniciativas na área da saúde. Este é o maior e mais relevante investimento do IsDB na saúde palestina atualmente. O IsDB aprovou um financiamento de US$ 41,65 milhões para a Fase 1 do projeto, composto por um empréstimo de US$ 26,4 milhões e uma doação de US$ 260 mil (além de fundos adicionais do Fundo *Al-Aqsa* do Banco). Será construído em Surda, a cerca de 5 km de Ramallah, na Área A da Cisjordânia. A previsão é que se torne um *centro nacional de referência em oncologia e transplantes.* O lançamento foi anunciado oficialmente durante as Reuniões Anuais do IsDB em maio de 2025 e *confirmado pela OMS em fevereiro de 2026,* afirmando que o projeto estava "aprovado e prestes a ser lançado". Ainda em 2025, o banco publicou editais para a supervisão da construção e instalação de equipamentos, indicando que o projeto já está em fase avançada de implementação. O *período total de implementação é de 4 anos*.

Além do hospital oncológico, o IsDB participa de projetos complementares tais como:

[3] Explicada anteriormente.

- *Energia Solar em Jerusalém Oriental*. Em agosto de 2025, o IsDB (na sua função de administrador do Fundo Al-Aqsa) participou de acordos para instalar sistemas de energia solar em instituições de saúde, como o Hospital Makassed e o Centro Princess Basma para Crianças com Deficiência.
- *Fundo Al-Aqsa Multissetorial*. Em novembro de 2025, o *governo palestino* anunciou um pacote de US$ 32,7 milhões do Fundo Al-Aqsa (gerido pelo IsDB) para mais de 210 projetos. Embora o foco principal seja *educação e infraestrutura*, há alocações diretas para a *saúde*.

Por atuar na Palestina (um território ocupado), o IsDB utiliza mecanismos de financiamento adaptados à realidade local, combinando empréstimos concessionais com doações e fundos fiduciários (Al-Aqsa).

O IsDB coordena os investimentos com a OMS desde 2022, para garantir que estejam *alinhados com os planos nacionais de saúde.* O *Banco contribui com expertise financeira e alinhamento com prioridades de seus países-membros* (57 países, com forte presença em África, Ásia, Oriente Médio). Os países da Fase 1 da HIIP (muitos elegíveis para financiamento do IsDB) são: Burundi, República Centro-Africana, Comores, Djibouti, Egito, Etiópia, Guiné-Bissau, Jordânia, Maldivas, Marrocos, Senegal, Sudão do Sul, Gâmbia, Tunísia, Zâmbia. Países como Egito, Marrocos, Senegal e membros africanos do IsDB têm potencial alto devido à sobreposição com operações regulares do banco em saúde.

A cooperação entre o IsDB e a Plataforma, em síntese, possui foco na APS resiliente ao clima; na cobertura universal de saúde (UHC); na preparação para pandemias e na integração com outros setores (água, energia, infraestrutura). Existe um alinhamento com a estratégia do IsDB em saúde e resiliência em países-membros, já que *o Banco também financia projetos de saúde independentes da HIIP* (ex.: sistemas hospitalares, vacinação, infraestrutura), ***mas a Plataforma permite maior coordenação e alavancagem***.

A HIIP funciona, como já mencionado, como uma *parceria catalisadora*: a OMS fornece expertise técnica e coordenação, enquanto o IsDB (e outros bancos) aporta recursos financeiros e know-how de financiamento. *Até junho de 2026*, a *Plataforma está na fase inicial, com planos em cerca de 15 países e foco em assistência técnica.*

A cooperação do Banco Europeu de Investimento (EIB) com a Plataforma de Investimento de Impacto na Saúde (HIIP) da OMS

O Banco Europeu de Investimento (EIB) é um dos parceiros fundadores da HIIP (lançada em junho de 2023 em Paris), ao lado da OMS, do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) e com a participação do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB). O EIB contribui com financiamento, assistência técnica e expertise em desenvolvimento de projetos de atenção primária à saúde (APS) resiliente a crises e ao clima.

A contribuição Financeira do EIB foi de €10 milhões em assistência técnica anunciados em 2024/2025 e ***implementados em 2026***. Esse "grant" apoia a ***preparação de planos nacionais de investimento em saúde***, tornando-os "bankable" (atraentes para financiamento adicional). Lembrar que a meta da Plataforma é a de mobilizar cerca de €1,5 bilhão** (aprox. US$ 1,5–1,7 bilhão) em empréstimos concessionais e "grants" (subvenções).

O EIB atua como catalisador: o grant inicial ajuda a desenvolver projetos que depois recebem financiamento maior via instrumentos do próprio EIB Global.

Projetos e Países em Foco (atualizado até 2026)

A HIIP está na fase inicial, com planos de investimento em 15 países. O EIB tem ênfase na África Subsaariana e países elegíveis para sua atuação externa (EIB Global).

Na primeira coorte de países beneficiados pelo €10 milhões do EIB (anunciado em *maio de 2026*) estão: Angola, Burundi, Etiópia e Zâmbia.

Esses países recebem apoio para:

- Elaboração e priorização de planos nacionais de APS.
- Fortalecimento de capacidade técnica e planejamento.
- Preparação de projetos para atrair investimentos domésticos e internacionais.

Outros países da HIIP com envolvimento potencial do EIB incluem: Djibouti, Egito, Gâmbia, Guiné-Bissau, Marrocos, Senegal, Comores, Sudão do Sul, Tunísia, entre outros.

A abordagem do EIB na HIIP é semelhante a dos outros Bancos, com foco em atenção primária à saúde resiliente (infraestrutura básica, trabalhadores de saúde, medicamentos, preparação para emergências e adaptação climática); e integração com outros setores (água, energia, digitalização da saúde)

O EIB financia através de seus instrumentos habituais: empréstimos concessionais e mix ("blending") com fundos da UE, após a aprovação dos planos pela Plataforma.

Até **maio de 2026**, os projetos ainda estão predominantemente na fase de assistência técnica e elaboração de planos. Os financiamentos de grande escala (empréstimos) devem ser aprovados e desembolsados nos próximos anos conforme os processos internos do EIB.

Em *26 de maio de 2026*, o Banco Europeu de Investimento (EIB Global) anunciou formalmente o *compromisso de €10 milhões em assistência técnica para a Plataforma* de Investimento de Impacto na Saúde (HIIP). Os principais detalhes do anúncio foram: *apoiar países da África Subsaariana* na *elaboração, priorização e desenho de projetos de atenção primária à saúde (APS)* que sejam "bankable" (atraentes para financiamento adicional doméstico e internacional); *fortalecer o planejamento de investimentos em saúde; acelerar o progresso rumo à Cobertura Universal de Saúde (UHC) e melhorar a resiliência dos sistemas de saúde*. Os Países da primeira coorte (primeiros beneficiários anunciados) foram: Angola, Burundi, Etiópia e Zâmbia. *Esses quatro países recebem apoio prioritário para desenvolver planos nacionais de investimento em saúde através da HIIP.*

https://www.eeas.europa.eu/delegations/kenya/angola-burundi-ethiopia-and-zambia-among-countries-benefiting-%E2%82%AC10-million-eib-global-support-primary_en?s=352

A assistência técnica é entregue via Plataforma HIIP e inclui: avaliação de necessidades; desenvolvimento de projetos de investimento; e fortalecimento de capacidades técnicas dos governos.

Thomas Östros, Vice-Presidente do EIB e "Chair do Steering Committee" da HIIP, tem liderado esse avanço.

Até o início de junho de 2026, o anúncio é de que os recursos estão ainda em fase inicial de implementação. Não há relatos de desembolsos ou projetos aprovados — o foco atual é na

preparação dos planos nacionais nos quatro países mencionados. Outros países da HIIP (como Gâmbia, Guiné-Bissau, etc.) podem ser incluídos em fases subsequentes.

Essa iniciativa reforça o papel do EIB como parceiro fundador da HIIP e demonstra o compromisso prático em transformar planos em projetos financiáveis.

Comparação Detalhada das Contribuições do EIB, do IsDB e do AfDB na Plataforma de Investimento de Impacto na Saúde (HIIP) da OMS

Aqui está uma comparação atualizada (*junho de 2026*) entre os três principais bancos de desenvolvimento (BRDs) na HIIP. Todos são parceiros fundadores (junto com a OMS), mas o AfDB tem um status ligeiramente diferente em relação ao aporte financeiro inicial.

Quadro Comparativo

Aspecto	1.EIB	2.IsDB	3. AfDB
Status como parceiro	1.Parceiro fundador	2.Parceiro fundador	3.Parceiro fundador (participação em finalização)
Valor da contribuição inicial	1.€10 milhões (≈ US$ 10,8–11 milhões)	2.US$ 10 milhões	3.Não anunciado valor específico (em finalização)
Tipo de contribuição	1.Assistência técnica (“technical assistance”)	2.Grant (doação) para assistência técnica via OMS	3.Em fase de finalização (esperado grant similar para assistência técnica)
Data do anúncio	1. 26 de maio de 2026	2. 12 de novembro de 2024 (COP29)	3. Não há anúncio específico de valor (2023–2026)
Países prioritários	1. Angola, Burundi, Etiópia, Zâmbia (1ª coorte)	2. Países-membros do IsDB (Egito, Marrocos, Senegal, Jordânia, etc.)	3. Forte foco em África (países da HIIP como Burundi, Etiópia, Zâmbia, etc.)
Potencial de alavancagem	1.Parte da meta de €1,5 bilhão	2. Projetado para desbloquear ≥ US$ 500 milhões	3. Alto, devido à expertise regional em África
Papel na governança	1.Vice-Presidente Thomas Östros é Chair do Steering Committee	2.Vice-Presidente Rami M. S. Ahmad no Steering Committee	3.Participa do Steering Committee (em processo pleno)
Ênfase geográfica	1.África Subsaariana	2.África, Ásia, Oriente Médio e Norte da África	3.Exclusivamente focado na África
Abordagem principal	1.Preparação de projetos “bankable”	2.Assistência técnica + expertise financeira	3. Identificação de gaps, desenho de intervenções e implementação país a país

Análise Comparativa entre as características das cooperações dos Bancos com a HIIP

1. *Semelhanças*

- Os três bancos são fundadores da HIIP desde junho de 2023.

- As contribuições iniciais visam a assistência técnica (preparação de planos nacionais de atenção primária à saúde – APS) para catalisar a meta total de €1,5 bilhão em financiamentos concessionais e "grants".
- Juntos (EIB + IsDB + esperado do AfDB), formam um *pool inicial de cerca de €30 milhões em doações ("grants") para assistência técnica e desenvolvimento de projetos*.
- Todos atuam no Comitê Diretor ("Steering Committee") e enfatizam resiliência climática, preparação para pandemias e alinhamento com prioridades nacionais.

2. *Diferenças principais*

- **EIB**. Mais avançado na operacionalização. Anunciou explicitamente €10 milhões em *maio/2026* e já indicou os primeiros 4 países beneficiários (da África sub sahariana, como mencionado). Tem forte viés europeu/global e expertise em mix ('blending") de fundos.
- **IsDB**. Foi o primeiro a anunciar o "grant" de US$ 10 milhões (2024). Tem alcance geográfico mais amplo (57 países-membros) e forte ênfase em países muçulmanos e em desenvolvimento.
- **AfDB**. Papel muito estratégico por ser o banco regional africano. O Presidente Akinwumi Adesina destacou o trabalho *país a país* para identificar lacunas, desenhar estratégias e monitorar impacto. No entanto, *até junho de 2026*, sua contribuição financeira específica (equivalente a €10 milhões) ainda está em fase de finalização, conforme comunicados oficiais da OMS e EIB.

3. *Potencial de impacto*

- O **AfDB** tem vantagem comparativa na África (onde está concentrada a maioria dos 15 países da fase inicial da HIIP), com profundo conhecimento local e grande portfólio próprio em saúde.
- O **EIB** traz experiência em estruturação financeira e atração de cofinanciadores europeus.
- O **IsDB** adiciona alcance em regiões muçulmanas e expertise em financiamento islâmico compatível.

Concluindo, a *Plataforma HIIP continua na fase inicial, com assistência técnica e elaboração de planos nacionais. Os grandes empréstimos concessionais virão nos próximos anos, uma vez que os projetos estiverem viáveis financeiramente ("bankable").* https://www.who.int/about/collaboration/health-impact-investment-platform

Considerações Finais

Fica evidente que a *cooperação* entre os BRDs e a OMS trouxe um fortalecimento técnico e financeiro para a elaboração e implementação de projetos na área da **saúde** em países de baixa renda, em especial na África e na Ásia.

Se destaca que essa *cooperação* tem, ainda, um caráter de *complementaridade*, na medida em que se integram as iniciativas de financiamento dos BRDs com a capacidade técnica e de liderança da OMS, superando a fragmentação existente entre os diferentes projetos de saúde já implementados pelos Bancos em seus países membros. A existência de um Comitê

Diretor que congrega os membros fundadores (Bancos e OMS) da *Plataforma de Investimentos de Impacto na Saúde* faz com que as decisões sejam tomadas em conjunto, integrando os diferentes projetos em planos de ação para os diversos países e regiões.

É evidente que a cooperação entre os BRDs e a OMS, sua complementaridade e o comando integrado na Plataforma possuem, em conjunto, um potencial *de impacto* muito maior das ações de **saúde** a serem implementadas a partir do planejamento unificado.

Outro destaque é que nesses planos elaborados de modo integrado na Plataforma pelos BRDs e a OMS, os investimentos em saúde *são priorizados pelos países*. Ou seja, existe também uma necessária participação dos países beneficiários, através de seus representantes, nesse planejamento.

Nota-se algumas diferenças na abordagem de cada Banco — o que não é necessariamente negativo. A diversidade de estratégias e de atuação entre os Bancos está ligada, principalmente, aos diferentes territórios de abrangência de cada um, bem como na sua diversa capacidade em angariar recursos. A especificidade e a proximidade que cada Banco possui com os países de sua região são, na verdade, capitais importantes dos BRDs para além do financiamento.

Como limitação, se observa uma certa lentidão no início da execução de ações concretas nos países, na medida em que a Plataforma HIIP — fundada em 2023 — ainda se encontra em fase de elaboração dos Planos Nacionais e Regionais. O argumento é o de que se aguarda que os projetos estejam *viáveis financeiramente ("bankable")*.

Mas a mensagem positiva que fica é a de que existe um consenso de que essa *cooperação* entre os BRDs e a OMS, através da Plataforma de Investimentos de Impacto na Saúde, traz novas possibilidades de *integração* entre a área técnica e o financiamento, além de possuir grande potencial para a *concretização do multilateralismo na área da* ***saúde*****.**

Referências

1. https://www.who.int/about/collaboration/health-impact-investment-platform

2. https://www.eib.org/en/press/all/2025-150-new-health-investment-platform-to-improve-primary-health-care-convenes-its-first-steering-committee

3. https://www.who.int/news/item/18-03-2025-new-health-investment-platform-to-improve-primary-health-care-convenes-its-first-steering-committee

4. https://www.who.int/publications/m/item/health-impact-investment-platform-steering-committee-meeting-notes

5. https://ccpsh.org/sites/default/files/2025-10/16.%20Health%20Impact%20Investment%20Platform%20Overview_17%20July%202024.pdf

6. https://www.eeas.europa.eu/delegations/kenya/angola-burundi-ethiopia-and-zambia-among-countries-benefiting-%E2%82%AC10-million-eib-global-support-primary_en?s=352

7. afdb.org

8. https://www.isdb.org

9. https://www.spa.gov.sa/en/N2206721

10. https://www.isdb.org/project-procurement/sites/pproc/files/2024-04/TOR%20-%20EOI%20%20Implementation%20of%20the%20Health%20Impact%20Investment%20Platform%20HIIP%20in%20Collaboration%20with%20IsDB.pdf

11. https://reliefweb.int/report/world/isdb-joins-efforts-who-and-development-partners-promote-health-impact-investment

12. https://www.eidb.org

13. www.eib.org

Governança Econômica Internacional em Perspectiva: Comércio, Energia, Transferência de Tecnologia e Propriedade Intelectual

Gobernanza Económica Internacional en Perspectiva Comercio Energía Transferencia de Tecnología y Propiedad Intelectual

International Economic Governance in Perspective: Trade, Energy, Technology Transfer and Intellectual Property

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo: Este informe analisa desenvolvimentos recentes da governança econômica internacional a partir das interações entre comércio, meio ambiente, energia, transferência de tecnologia e propriedade intelectual. Examina os debates realizados durante a Semana de Comércio e Meio Ambiente da OMC de 2025, destacando iniciativas voltadas ao fortalecimento da cooperação em temas como mudanças climáticas, biodiversidade, bens ambientais e comércio sustentável. O texto também aborda as ações coordenadas da Agência Internacional de Energia, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio diante dos impactos econômicos e energéticos decorrentes do conflito no Oriente Médio. Particular atenção é dedicada à avaliação da UNCTAD sobre os efeitos das interrupções no Estreito de Ormuz para economias vulneráveis, especialmente países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Por fim, analisa o relatório da Organização Mundial da Propriedade Intelectual sobre métodos de valoração de patentes essenciais a padrões e licenciamento FRAND, enfatizando os fundamentos econômicos de práticas de licenciamento justas, razoáveis e não discriminatórias.

Palavras-chave: Governança econômica internacional; comércio internacional; segurança energética; transferência de tecnologia; propriedade intelectual; comércio sustentável; Mudanças climáticas; Economias vulneráveis; Patentes essenciais a padrões; licenciamento FRAND.

Resumen: *Este informe analiza recientes desarrollos de la gobernanza económica internacional desde las perspectivas del comercio, el medio ambiente, la energía, la transferencia de tecnología y la propiedad intelectual. Examina los debates celebrados durante la Semana del Comercio y el Medio Ambiente de la OMC de 2025, destacando los esfuerzos orientados a reforzar la cooperación en materia de cambio climático, biodiversidad, bienes ambientales y comercio sostenible. Asimismo, revisa las acciones coordinadas de la Agencia Internacional de la Energía, el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y la Organización Mundial del Comercio frente a las perturbaciones económicas y energéticas derivadas del conflicto en Oriente Medio. Se presta especial atención a la evaluación realizada por la UNCTAD sobre los efectos de las interrupciones en el Estrecho de Ormuz sobre las economías vulnerables, especialmente los países menos adelantados y los pequeños Estados insulares en desarrollo. Finalmente, se analiza el informe de la Organización Mundial de la Propiedad Intelectual sobre los métodos de valoración de patentes esenciales para estándares y las licencias FRAND, destacando los*

principios económicos que sustentan unas condiciones de licencia justas, razonables y no discriminatorias.

Palabras clave: *Gobernanza económica internacional; Comercio internacional; Seguridad energética; Transferencia de tecnología; Propiedad intelectual; Comercio sostenible; Cambio climático; Economías vulnerables; Patentes esenciales para estándares; Licencias FRAND.*

Abstract: *This report examines recent developments in international economic governance through the interconnected lenses of trade, environment, energy, technology transfer and intellectual property. It analyses discussions held during the WTO Trade and Environment Week 2025, highlighting efforts to strengthen cooperation on climate change, biodiversity, environmental goods and sustainable trade. The report also reviews joint actions undertaken by the International Energy Agency, the International Monetary Fund, the World Bank and the World Trade Organization in response to the economic and energy disruptions arising from the conflict in the Middle East. Particular attention is devoted to UNCTAD's assessment of the impacts of disruptions in the Strait of Hormuz on vulnerable economies, especially least developed countries and small island developing States. Finally, it examines the World Intellectual Property Organization's analysis of valuation methods for standard essential patents and FRAND licensing, emphasising the economic principles that support fair, reasonable and non-discriminatory licensing practices in technology-intensive industries.*

Keywords: *International economic governance; International trade; Energy security; Technology transfer; Intellectual property; Sustainable trade; Climate change; Vulnerable economies; Standard essential patents; FRAND licensing.*

Semana de Comércio e Meio Ambiente da OMC 2025: Fortalecimento do Diálogo e da Cooperação diante dos Desafios Ambientais e Comerciais

A sétima edição da Semana de Comércio e Meio Ambiente da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada entre 1º e 5 de junho de 2025, em Genebra e em formato virtual, reafirmou seu papel como um importante fórum de diálogo sobre questões situadas na interface entre o comércio internacional e a sustentabilidade ambiental. Organizado em torno da reunião do Comitê de Comércio e Meio Ambiente (CTE), presidido pelo Embaixador Ram Prasad Subedi, do Nepal, o evento reuniu membros da OMC e partes interessadas externas em dezesseis sessões públicas dedicadas a uma ampla gama de temas. Na abertura da reunião, a Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala destacou que a iniciativa evoluiu para uma valiosa plataforma de intercâmbio aberto e construtivo, permitindo aos participantes aprender com experiências e perspectivas compartilhadas tanto dentro quanto fora da OMC. Segundo a Diretora-Geral, os debates realizados nas edições anteriores contribuíram para a formulação de políticas em níveis nacional e regional e inspiraram iniciativas concretas em diferentes jurisdições. Ela ressaltou ainda a importância de um maior engajamento entre as comunidades de comércio e meio ambiente e incentivou os participantes a promover uma cooperação renovada capaz de transformar as discussões em ações práticas. (OMCa, 2026)

Desde sua criação, em 2019, a Semana de Comércio e Meio Ambiente da OMC consolidou-se como um evento anual de referência, voltado a complementar os trabalhos do Comitê de Comércio e Meio Ambiente e a fomentar debates inclusivos sobre desafios ambientais emergentes com implicações para o comércio internacional. A iniciativa oferece aos membros da OMC uma oportunidade singular para apresentar temas de interesse e interagir

diretamente com representantes do setor empresarial, organizações internacionais, academia, sociedade civil e especialistas em questões ambientais. Por meio dessas interações, busca-se ampliar a compreensão sobre os temas em debate, facilitar a troca de experiências e identificar ideias de políticas passíveis de implementação. Em 2025, as dezesseis sessões abordaram diversos assuntos situados na vanguarda da agenda internacional de comércio e meio ambiente, incluindo medidas comerciais relacionadas ao enfrentamento das mudanças climáticas, à proteção da biodiversidade, ao combate à poluição por plásticos e ao comércio de bens e serviços ambientais. O caráter público de todas as sessões reflete os esforços da OMC para promover maior transparência e ampliar a participação nas discussões sobre a relação entre comércio internacional e governança ambiental. (OMCa, 2026)

A reunião do Comitê de Comércio e Meio Ambiente também deu continuidade às discussões no âmbito de seu abrangente programa de trabalho, em conformidade com o mandato do Comitê. Desde sua criação, em 1995, o CTE atua como o principal foro da OMC para promover o diálogo entre os membros acerca da complementaridade entre as políticas comerciais e ambientais. A continuidade desse trabalho durante a Semana de Comércio e Meio Ambiente evidencia os esforços da organização para integrar considerações ambientais às discussões multilaterais sobre comércio, ao mesmo tempo em que incentiva a cooperação entre membros e demais atores envolvidos. Ao combinar deliberações formais do Comitê com intercâmbios públicos mais amplos, a iniciativa reforça o papel da OMC como espaço para enfrentar desafios ambientais contemporâneos que possuem importantes dimensões comerciais, bem como para promover a identificação de soluções práticas e cooperativas por meio do diálogo e do compartilhamento de experiências. (OMCa, 2026)

Declaração Conjunta da AIE, FMI, Banco Mundial e OMC sobre os Impactos Econômicos, Energéticos e Comerciais da Guerra no Oriente Médio

Os dirigentes da Agência Internacional de Energia (AIE), do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Grupo Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio (OMC) reuniram-se em 28 de maio de 2026, no âmbito do grupo de coordenação de alto nível criado em abril, com o objetivo de maximizar a resposta institucional aos impactos da guerra no Oriente Médio sobre a energia, o comércio e a economia mundial. Na declaração conjunta[1], as quatro

[1] "The war in the Middle East is generating substantial and highly asymmetric impacts on energy supplies, food security, and economic activity across countries and regions. While the global economy continues to show resilience, the effects of the conflict are disproportionately affecting the most vulnerable countries through higher fuel and fertilizer prices, increased uncertainty, and risks to jobs and livelihoods. Higher fertilizer prices are of particular concern as many countries enter the planting season.
"At the same time, global oil inventories are being drawn down at a record pace in response to the major loss of supply through the Strait of Hormuz. If shipping flows do not return to normal, continued rapid depletion of global oil inventories ahead of peak summer oil demand in the Northern Hemisphere would present increasing risks for fuel security, market conditions, and broader economic resilience.
"We met to take stock of the impacts, discuss the situation in the most affected countries and regions, and coordinate our support to those in need. We also explored options to further enhance collective support through multilateral and bilateral actions."
"We highlighted the importance of closely monitoring fertilizer supply chains, energy and economic developments as well as policy responses. In this regard, we are tracking and analyzing measures taken

organizações destacaram que o conflito vem produzindo efeitos substanciais e altamente assimétricos sobre o abastecimento energético, a segurança alimentar e a atividade econômica em diferentes regiões, embora a economia global ainda demonstre resiliência. Ressaltaram que os países mais vulneráveis são os mais afetados pelo aumento dos preços dos combustíveis e dos fertilizantes, pela maior incerteza econômica e pelos riscos para empregos e meios de subsistência, sendo particularmente preocupante a elevação dos preços dos fertilizantes em um momento em que muitos países ingressam no período de plantio. O documento também alertou que os estoques mundiais de petróleo estão sendo reduzidos em ritmo recorde em decorrência das perdas de fornecimento associadas ao Estreito de Ormuz, advertindo que, caso os fluxos marítimos não retornem à normalidade, a continuidade dessa rápida redução dos estoques, em um contexto de aumento sazonal da demanda no Hemisfério Norte, poderá ampliar os riscos para a segurança energética, para as condições dos mercados e para a resiliência econômica global. Durante a reunião, os dirigentes avaliaram os impactos da crise, discutiram a situação dos países e regiões mais afetados e coordenaram formas de apoio aos necessitados, além de explorar possibilidades de reforçar a cooperação coletiva por meio de ações multilaterais e bilaterais. A declaração enfatizou ainda a importância do monitoramento permanente das cadeias de suprimento de fertilizantes, da evolução dos mercados de energia e da economia, bem como das respostas de política adotadas pelos governos. Nesse contexto, as instituições afirmaram estar acompanhando e analisando as medidas implementadas pelos países para enfrentar os efeitos econômicos do conflito, com vistas a promover maior transparência, compartilhar lições e identificar riscos emergentes. Por fim, os dirigentes comprometeram-se a manter estreita coordenação diante da evolução da situação e a prosseguir com os esforços conjuntos para apoiar os países mais afetados e preservar a estabilidade econômica global. (OMCb, 2026)

Transferência de Tecnologia na OMC após a MC14: Renovação dos Trabalhos e Divergências entre os Membros do Grupo de Trabalho

Criado durante a Conferência Ministerial de Doha, em 2001, o Grupo de Trabalho sobre Comércio e Transferência de Tecnologia tem por mandato examinar a relação entre comércio e transferência de tecnologia e considerar medidas, no âmbito da OMC, destinadas a aumentar os fluxos de tecnologia para as economias em desenvolvimento, reafirmando, assim, a relevância permanente desse tema para o sistema multilateral de comércio e para os objetivos de desenvolvimento. Após a 14ª Conferência Ministerial da OMC (MC14), realizada em Yaoundé, em março de 2026, os membros do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Transferência de Tecnologia reuniram-se em 28 de maio para discutir como avançar os esforços destinados a ampliar os fluxos de tecnologia para as economias em desenvolvimento. A reunião foi marcada pela eleição da embaixadora Sumathi Balakrishnan, da Malásia, como nova presidente do Grupo, sucedendo o embaixador Salomon Eheth, de Camarões, cujo mandato foi caracterizado pelo estímulo a uma reflexão mais aprofundada sobre as atividades do Grupo, especialmente por meio de uma reunião informal realizada em fevereiro de 2026 para examinar a proposta da Índia de uma Declaração Ministerial sobre transferência de tecnologia e do subsequente

by governments to address the economic impact of the conflict, with a view to promoting transparency, sharing lessons, and identifying emerging risks.

"We will remain in close contact as the situation evolves and continue coordinating our efforts to support the countries most affected and global economic stability."

relatório encaminhado ao Conselho Geral. Em suas observações iniciais, a embaixadora Balakrishnan destacou a contínua relevância do mandato do Grupo de Trabalho, argumentando que a aceleração das transformações tecnológicas, a urgência da transição verde, as oportunidades e os riscos associados às tecnologias digitais e à inteligência artificial, bem como a persistência das disparidades de desenvolvimento entre os membros da OMC, tornam imperativo um engajamento mais direcionado em torno da transferência de tecnologia. Os membros também retomaram as discussões sobre a versão revisada da proposta indiana de Declaração Ministerial sobre a Facilitação da Transferência de Tecnologias Relevantes e Avançadas para o Comércio. Segundo a Índia, a proposta poderia servir de base para debates mais focalizados e orientados para resultados no âmbito do mandato do Grupo. Embora alguns membros tenham manifestado apoio ou abertura para continuar dialogando sobre a iniciativa, outros questionaram o valor agregado de uma declaração ministerial, argumentando que discussões semelhantes já ocorrem em outros órgãos da OMC e ressaltando a necessidade de evitar a duplicação de trabalhos. (OMCc, 2026)

A reunião também examinou novos estudos analíticos elaborados pelo Secretariado da OMC para subsidiar as deliberações futuras. Dois documentos de referência encomendados pelo Grupo foram apresentados: o primeiro oferece uma revisão abrangente do histórico institucional do Grupo desde 2015, abrangendo 76 sessões formais, enquanto o segundo mapeia as discussões sobre transferência de tecnologia conduzidas em nove órgãos da OMC desde a 12ª Conferência Ministerial (MC12), realizada em 2022. Os membros acolheram ambos os documentos como importantes instrumentos analíticos para orientar os debates futuros e favorecer uma compreensão mais integrada das iniciativas em curso na organização. Em relação às possíveis recomendações, elemento central do mandato do Grupo de Trabalho, a nova presidente reafirmou seu compromisso em impulsionar os trabalhos, apesar da ausência de um resultado específico sobre transferência de tecnologia na MC14. Para isso, anunciou a realização de consultas informais entre as sessões formais, com o objetivo de recolher as posições dos membros e construir um caminho construtivo a partir das discussões anteriores. As próximas reuniões formais do Grupo estão provisoriamente previstas para julho e para outubro ou novembro de 2026. (OMCc, 2026)

Pressões Crescentes sobre Custos e Capacidade no Transporte Marítimo em Meio às Disrupções do Comércio Global

Representantes seniores das principais empresas globais de navegação e de entidades do setor reuniram-se em 28 de maio de 2026 com a Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, para discutir os desafios operacionais e econômicos crescentes enfrentados pelo comércio internacional de mercadorias. Os participantes destacaram que, embora as cadeias globais de suprimentos tenham demonstrado resiliência, a necessidade de identificar e utilizar rotas marítimas alternativas em razão de perturbações em regiões estratégicas, especialmente no Golfo e em outros pontos críticos, tem elevado os custos para transportadores e consumidores. Apesar dos esforços de adaptação e inovação por parte das empresas, foram ressaltadas as crescentes restrições de capacidade nas redes de transporte, bem como as limitações associadas à transferência de cargas para rotas terrestres e portos alternativos já saturados, o que aumenta ainda mais os custos. Um dos executivos enfatizou a diferença de escala entre os modais, observando que são necessários aproximadamente 70 trens de carga para igualar a capacidade de um único navio porta-contêineres. Também foram apontados gargalos operacionais relacionados a atrasos alfandegários em operações

multimodais e no uso de corredores alternativos, fatores que, somados à incerteza das rotas e ao aumento dos custos, reforçam a necessidade de investimentos em infraestrutura portuária e logística em escala global para garantir fluxos comerciais eficientes e previsíveis. Os representantes da indústria salientaram ainda a importância do respeito às normas e acordos multilaterais, incluindo o princípio tradicional da liberdade de navegação. Em resposta às preocupações apresentadas, a Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala destacou a relevância estratégica do transporte marítimo, responsável por mais de 80% do comércio mundial em volume, e defendeu o fortalecimento da cooperação entre governos e setor privado. Em particular, enfatizou a necessidade da plena implementação do Acordo sobre Facilitação do Comércio da OMC e de outras medidas de facilitação, como a digitalização dos procedimentos aduaneiros, o compartilhamento tempestivo de informações e a moderação no uso de restrições comerciais, como forma de fortalecer a resiliência e a estabilidade das cadeias globais de suprimentos. A Diretora-Geral também incentivou a continuidade do diálogo entre o setor de transporte marítimo, a Secretaria da OMC e outras organizações internacionais para dar visibilidade aos desafios crescentes enfrentados pela indústria. Participaram do encontro executivos das empresas MSC, CMA CGM, COSCO Shipping, Hapag-Lloyd, Ocean Network Express (ONE), Evergreen Marine Corp., Yang Ming e China Merchants Energy Shipping, além dos dirigentes da International Chamber of Shipping (ICS), da International Federation of Freight Forwarders Associations (FIATA) e do World Shipping Council. (OMCd, 2026)

O peso dos choques no preço do petróleo sobre as economias vulneráveis

O documento *Strait of Hormuz Disruptions: The Burden of Oil Price Shocks on Vulnerable Economies*, publicado pela UNCTAD em 2 de junho de 2026 (UNCTAD/OSG/INF/2026/3), avalia como as interrupções no Estreito de Ormuz, na esteira da escalada militar iniciada ao final de fevereiro de 2026, se propagam pelo sistema energético global e recaem de modo desproporcional sobre os países menos desenvolvidos (LDCs) e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS). De um conjunto de 75 economias vulneráveis analisadas, 65 dependem de petróleo importado, e os efeitos do choque alcançam quase 1 bilhão de pessoas (UNCTAD, 2026).

A alta de preços do petróleo e dos derivados

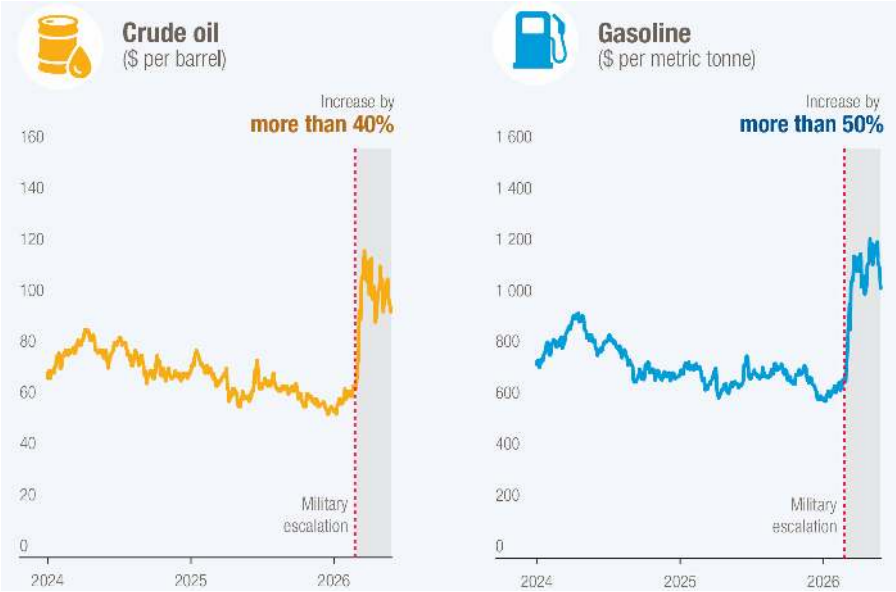
Comparando a média de preços do período entre 1º de janeiro de 2024 e 27 de fevereiro de 2026 com a do período posterior à escalada militar, de 28 de fevereiro a 28 de maio de 2026, o petróleo bruto subiu mais de 40% e a gasolina, mais de 50%. Os preços médios de petróleo tomam como referência as cotações Brent FOB (Europa), WTI Cushing (América do Norte), Dubai Cash (Oriente Médio) e Urals CIF (Federação Russa), enquanto os preços de gasolina referem-se aos contratos de Amsterdã, Roterdã e Antuérpia, de Nova York e de Singapura (UNCTAD, 2026).

Exposição das economias e das populações ao choque

A exposição é generalizada: 65 das 75 economias vulneráveis são importadoras líquidas de petróleo, proporção que corresponde a 86% dos países menos desenvolvidos e a 87% dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Nessas 65 economias vivem 983 milhões de

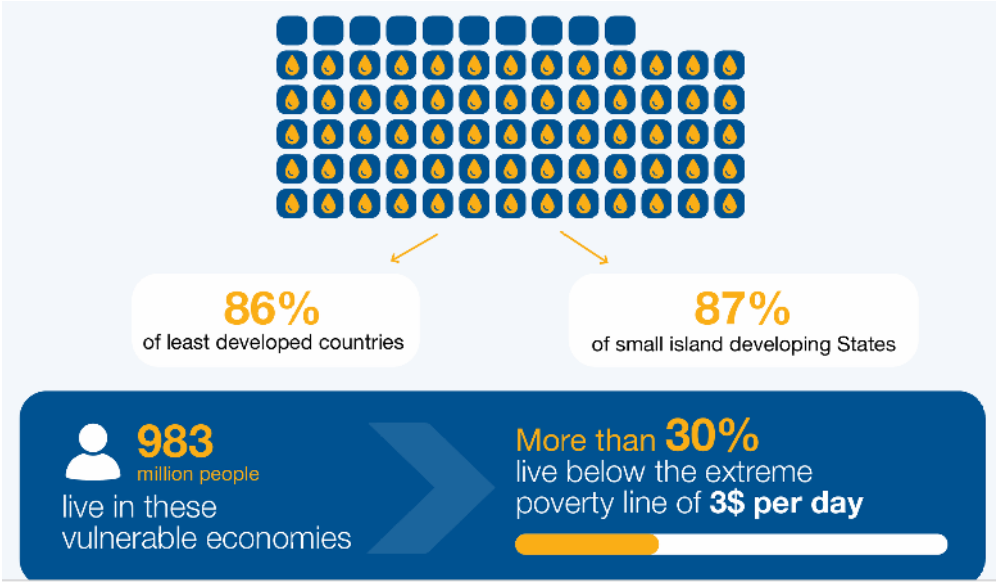
pessoas, das quais mais de 30% abaixo da linha de extrema pobreza de US$ 3 por dia, medida pela paridade de poder de compra de 2021 (UNCTAD, 2026).

Figura 1 — Preços de petróleo bruto (US$ por barril) e gasolina (US$ por tonelada métrica), 2024–2026, com marcação da escalada militar



Fonte: UNCTAD, 2026.

Figura 2 — Exposição das economias vulneráveis e de suas populações ao choque do petróleo: 65 de 75 economias são importadoras líquidas; 983 milhões de habitantes



Fonte: UNCTAD, 2026.

Dependência de derivados refinados

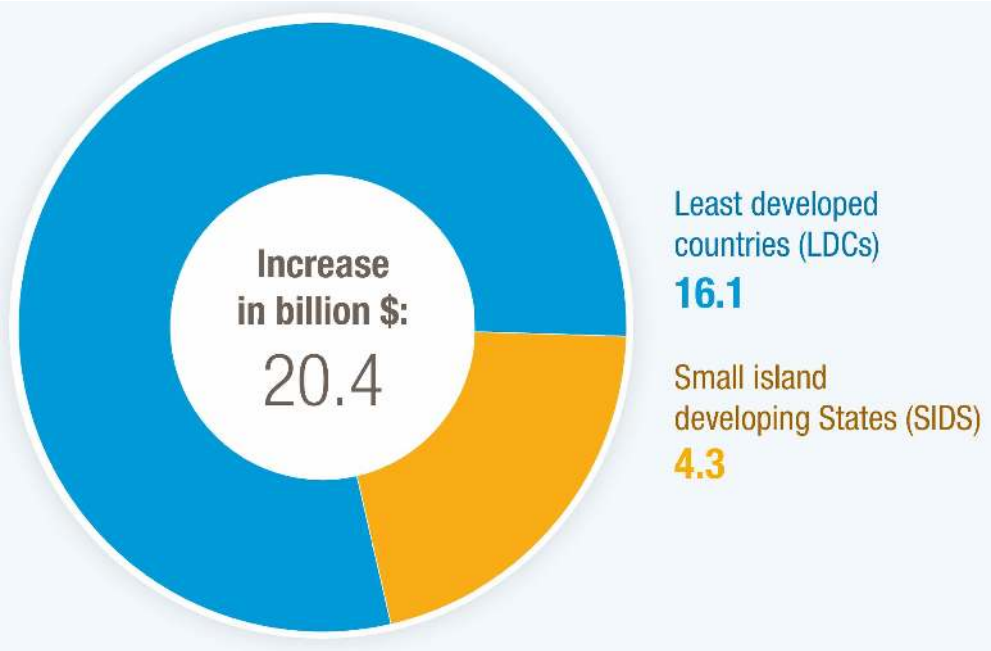
A vulnerabilidade se agrava pela ausência de infraestrutura de refino: nas 65 economias importadoras líquidas, os produtos refinados respondem por 97,8% das importações líquidas de

petróleo em 2024, contra apenas 2,2% de petróleo bruto. A dependência de derivados, cujos preços subiram mais que os do bruto, amplifica a transmissão do choque para os custos internos (UNCTAD, 2026).

O custo externo adicional do choque

Mantidas as quantidades nos níveis de 2024, uma alta de 50% nos preços elevaria a conta líquida de importação de petróleo dessas 65 economias em US$ 20,4 bilhões anuais, dos quais US$ 16,1 bilhões recairiam sobre os países menos desenvolvidos e US$ 4,3 bilhões sobre os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, com sete países que pertencem simultaneamente às duas categorias contabilizados no agregado dos LDCs (UNCTAD, 2026).

Figura 3 — Variação da conta líquida de importação de petróleo decorrente de uma alta de 50% nos preços: US$ 20,4 bilhões, repartidos entre LDCs e SIDS



Fonte: UNCTAD, 2026.

O impacto relativo ao PIB

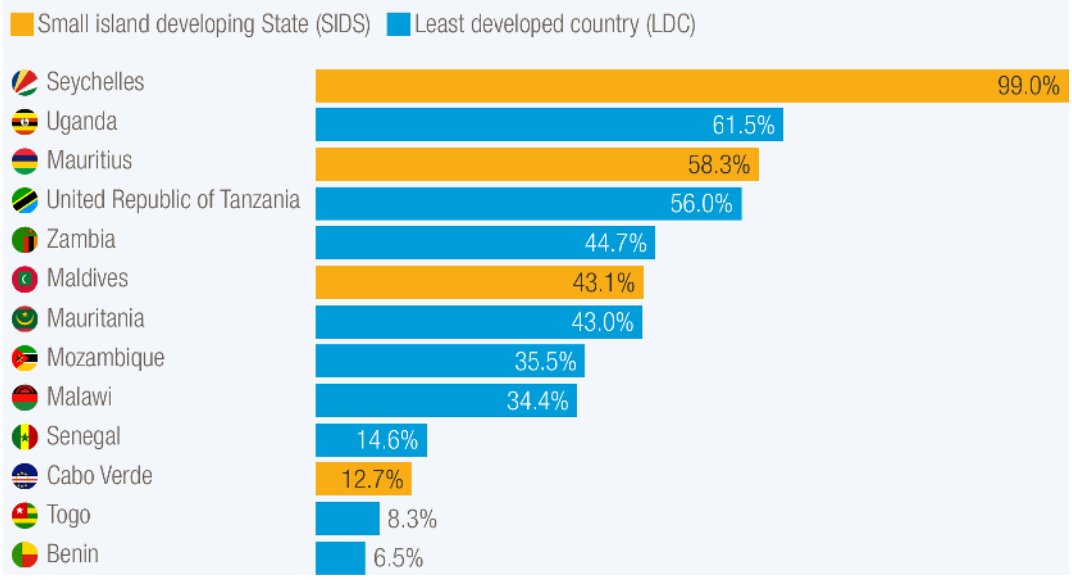
Medido em proporção do PIB, o aumento da conta de importação atinge magnitudes expressivas. Entre os países menos desenvolvidos, a Mauritânia lidera com 7,3% do PIB, seguida por Gâmbia (6,3%), Burkina Faso (5,0%), Libéria (4,8%), Zâmbia e Lesoto (4,3% cada), com vinte e dois países acima de 0,5%. Entre os pequenos Estados insulares, Vanuatu (5,8%), Maldivas (5,2%), Tonga (4,4%) e Maurício (4,2%) encabeçam a lista, em que vinte e três economias superam o mesmo limiar (UNCTAD, 2026).

Dependência direta do fornecimento da região de Ormuz

Além do efeito-preço, parte das economias precisa garantir fontes alternativas de suprimento, dada a concentração de suas compras na região de Ormuz, definida pela UNCTAD

como Bahrein, Irã, Iraque, Kuwait, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Seychelles importa de lá 99,0% de seu petróleo, seguida por Uganda (61,5%), Maurício (58,3%), República Unida da Tanzânia (56,0%), Zâmbia (44,7%) e Maldivas (43,1%), todos países que extraem mais de 5% de suas importações da região (UNCTAD, 2026).

Figura 4 — Participação das importações de petróleo originárias da região de Ormuz em 2024 por país



Fonte: UNCTAD, 2026.

Canais de transmissão e pressões macroeconômicas

A UNCTAD organiza os efeitos do choque em quatro canais. O encarecimento da energia eleva custos de frete e combustível e, por essa via, o custo geral dos bens; a forte dependência de combustíveis importados converte rapidamente a alta do petróleo em elevação do custo de vida, com pressões inflacionárias que podem alcançar até exportadores líquidos. No plano fiscal, o choque força escolhas entre proteger as famílias dos aumentos e sustentar serviços essenciais e o investimento de longo prazo, inclusive o voltado ao desenvolvimento sustentável; no plano externo, a maior conta de importação tende a ampliar déficits em conta corrente, enfraquecer taxas de câmbio e desencadear juros mais altos, crédito mais restrito e menor crescimento, sobretudo onde o espaço fiscal é limitado (UNCTAD, 2026).

O alerta político

O documento se encerra com a advertência do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, de que o estrangulamento do Estreito de Ormuz sufoca os mais pobres e vulneráveis do mundo, formulação que sintetiza o argumento central da publicação: o caráter regressivo de choques energéticos sobre economias estruturalmente frágeis (UNCTAD, 2026).

A economia da valoração de patentes essenciais a padrões e o licenciamento FRAND

O relatório econômico *FRAND Economics: Valuation Methods in Licensing Standard Essential Patents*, publicado pela OMPI em junho de 2026 no âmbito da WIPO Strategy on SEPs,

examina como se determinam termos justos, razoáveis e não discriminatórios (FRAND) no licenciamento de patentes essenciais a padrões (SEPs) e por que a valoração econômica ocupa posição central nesse processo. Dirigido a formuladores de políticas, juízes, árbitros e autoridades de concorrência e de patentes, o documento se apresenta como referência prática, e não como manual prescritivo, reconhecendo a inexistência de fórmula única aplicável a todos os casos (OMPI, 2026).

Padrões tecnológicos e o valor que deles depende

Os padrões tecnológicos fixam requisitos técnicos que permitem a produtos e serviços operar de modo previsível e interoperável, como ocorre com o USB, o HTTP, o NFC, as gerações de telefonia móvel (4G, 5G) e o Wi-Fi. Eles geram valor por dois mecanismos, a coordenação entre fornecedores independentes e o desempenho que as funcionalidades padronizadas viabilizam, mas apenas uma parcela do valor de um produto se relaciona ao padrão, já que muitos de seus atributos não derivam da tecnologia padronizada. O valor é complementar, no sentido de depender conjuntamente dos inovadores, que desenvolvem as tecnologias incorporadas ao padrão, e dos implementadores, que produzem os bens compatíveis (OMPI, 2026).

O compromisso FRAND: fundamento e princípios

A inclusão do compromisso FRAND nas políticas de propriedade intelectual dos organismos de normalização busca equilibrar os incentivos de inovadores e implementadores e mitigar preocupações de direito da concorrência. Ainda que a base jurídica e a interpretação variem entre organismos e jurisdições, abordada ora pela ótica concorrencial, ora pela contratual, o objetivo econômico é consistente: assegurar que os termos de licenciamento reflitam o valor criado pela combinação de inovação e implementação. Uma violação contratual do compromisso não implica necessariamente infração concorrencial, e vice-versa, pois os testes e as reparações diferem; uma decisão recente da Corte de Apelação inglesa em *Optis v. Apple* registra que constatar algum grau de *hold-up* ou *hold-out* em uma negociação real não equivale a declarar conduta ilícita, mas apenas que o resultado não pode ser tomado como taxa FRAND (OMPI, 2026).

Princípios interpretativos do FRAND

Da prática interpretativa emergem princípios gerais. Termos justos e razoáveis correspondem ao preço que um licenciante e um licenciado dispostos acordariam de boa-fé e com informação adequada, e a aferição da disposição das partes recai sobre sua conduta negocial, distinguindo quem busca acordo dentro de uma faixa razoável de quem se recusa estrategicamente a negociar. Reconhece-se que existe uma faixa de preços razoáveis, e não uma taxa única, e que estruturas distintas de pagamento, somas fixas, royalties por unidade ou licenças cruzadas, podem entregar valor econômico equivalente. O elemento não discriminatório visa impedir que implementadores em situação semelhante sejam colocados em desvantagem competitiva, sem exigir, contudo, termos idênticos quando diferenças refletem fatores comerciais relevantes (OMPI, 2026).

Tipologia das disputas FRAND

O relatório identifica quatro categorias recorrentes de disputa, todas vinculadas ao valor da licença e passíveis de esclarecimento por valoração econômica confiável: as disputas sobre preço e estrutura de pagamento, as relativas à discriminação entre licenciados em situação comparável, as referentes à conduta negocial e as que dizem respeito ao nível adequado de licenciamento na cadeia. A divergência entre jurisdições é expressiva. Reino Unido e China têm determinado, em diversos casos, taxas FRAND globais, ao passo que os tribunais da Europa continental, sob a linha *Huawei v. ZTE*, concentram-se na conduta das partes sem fixar uma taxa completa. O litígio entre *Samsung* e *ZTE* ilustra a divergência: a High Court britânica avaliou uma licença global de cinco anos em US$ 392 milhões, a corte de Chongqing fixou US$ 731 milhões para seis anos, e o tribunal regional de Munique estimou o limite superior de uma oferta FRAND em US$ 798,6 milhões para cinco anos (OMPI, 2026).

Valoração por contratos comparáveis

A primeira família de métodos, de base mercadológica, infere termos razoáveis para o contrato em disputa a partir de licenças comparáveis, sob a premissa de que partes independentes em circunstâncias similares tendem a acordar preços similares para ativos similares, à maneira da valoração imobiliária por imóveis equivalentes. O procedimento envolve três etapas conceituais: identificar transações com características comparáveis, decompor as taxas acordadas e ajustá-las para estimar preços comparáveis. Duas ressalvas limitam o método: nem sempre os contratos são genuinamente comparáveis, e mesmo quando o são, seus termos podem não ser razoáveis, pois também foram pactuados por partes sem alternativas competitivas e sujeitos a custos de litígio, poder de barganha e assimetrias de informação; daí o risco de que o método perpetue termos não FRAND e os consolide no mercado (OMPI, 2026).

A abordagem ascendente (*bottom-up*)

A segunda família, de base no valor, reúne as abordagens ascendente e descendente. A abordagem ascendente estima um royalty razoável para uma contribuição patenteada específica, ancorando-o no valor incremental da tecnologia, isto é, no benefício adicional que ela oferece em relação à melhor alternativa disponível para cumprir a mesma função. Como as alternativas se estreitam ou desaparecem após a adoção ampla do padrão, o método procura fixar a taxa FRAND no valor incremental *ex ante*, o royalty que as partes considerariam razoável imediatamente antes da definição do padrão. A motivação é enfrentar o *lock-in*: uma vez essencial a tecnologia, o royalty pretendido pelo titular pode refletir o benefício de cumprir o padrão, e não o uso da tecnologia patenteada em si, problema mais agudo quando a contribuição incremental é pequena (OMPI, 2026).

O arcabouço descendente (*top-down*)

A abordagem descendente estima os termos FRAND em duas etapas: identificar uma taxa agregada de royalties razoável para o padrão em determinado produto e alocar a esse total a parcela correspondente à contribuição do portfólio do licenciante. Sua principal virtude é ancorar a análise naquilo que o implementador efetivamente busca, a funcionalidade do padrão

como um todo, e mitigar o empilhamento de royalties (*royalty stacking*), pela qual a soma de royalties avaliados isoladamente excede o que se pagaria pelo conjunto licenciado como um único pacote. O relatório ilustra a mecânica: se a taxa agregada razoável for de US$ 40 por aparelho de US$ 500 (8%) e o portfólio do titular contribuir com 5% do valor do padrão, o royalty seria de US$ 2 por unidade. O arcabouço admite aplicação reversa, como verificação de consistência: uma proposta de US$ 3 por unidade, dividida pela contribuição de 5%, implicaria uma taxa agregada de US$ 60 por unidade, superior ao parâmetro razoável de US$ 40, o que sinalizaria sobrepreço (OMPI, 2026).

Métodos para a taxa agregada e a distinção entre taxa conceitual e observada

Para estabelecer a taxa agregada razoável, o documento distingue o parâmetro conceitual, correspondente ao que um implementador pagaria por todas as SEPs licenciadas em termos FRAND, da taxa agregada observada, isto é, dos royalties efetivamente pagos, que dela podem divergir porque nem todos os titulares cobram royalties em dinheiro e porque os valores acordados podem situar-se acima ou abaixo de um patamar FRAND. Entre os métodos aplicados ou propostos, nenhum deles universalmente aceito, figuram as declarações públicas dos titulares sobre a taxa agregada provável, a margem de lucro da menor unidade comercializável que pratica a patente (SSPPU), uma proporção do prêmio de preço do padrão no dispositivo final e uma proporção do valor econômico do produto que depende da tecnologia licenciada (OMPI, 2026).

Complementaridade dos métodos

O relatório sustenta que a escolha do método não decorre de princípios abstratos, mas da possibilidade de avaliar e mitigar, na prática, suas limitações, e que as abordagens de base mercadológica e de base no valor são complementares, oferecendo, quando usadas em conjunto, uma avaliação mais robusta do que qualquer uma isoladamente. A mensagem dirigida a tribunais, árbitros e partes é que a complexidade e a controvérsia das disputas tornam os princípios econômicos mais úteis, e não menos, ao ajudar a identificar o que está em jogo, testar argumentos e organizar a evidência rumo a avaliações FRAND mais previsíveis e menos custosas (OMPI, 2026).

Referências

OMCa. Members share experiences and perspectives during WTO Trade and Environment Week. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/envir_01jun26_398_e.htm

OMCb. Joint Statement by the Heads of the IEA, IMF, World Bank, and WTO. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/dgno_29may26_396_e.htm

OMCc. Members discuss next steps for technology transfer work following MC14, elect new Chair. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/wgttt_28may26_400_e.htm

OMCd. Shipping industry cites mounting cost, capacity pressures amid global trade disruptions. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/dgno_28may26_395_e.htm

OMPI. FRAND Economics: Valuation Methods in Licensing Standard Essential Patents. Geneva: World Intellectual Property Organization, jun. 2026. Disponível em: https://www.wipo.int/web-

publications/frand-economics-valuation-methods-in-licensing-standard-essential-patents/en/index.html.

UNCTAD. Strait of Hormuz Disruptions: The Burden of Oil Price Shocks on Vulnerable Economies. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2 jun. 2026. (UNCTAD/OSG/INF/2026/3). Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/osginf2026d3_en.pdf.

Da crise humanitária à emergência sanitária: a saúde global diante de crises persistentes

From humanitarian crisis to public health emergency: global health in the face of persistent crises

From humanitarian crisis to public health emergency: global health in the face of persistent crises

Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Marciglei Brito Morais, Ana Carol Aldapi Vaquera e Luis Eugênio de Souza

Resumo: Nessa quinzena, foram monitoradas 62 organizações da sociedade civil, das quais 44 apresentaram manifestações relevantes para este informe. Entre as organizações de interesse público, os temas mais recorrentes foram: doenças transmissíveis, crises humanitárias, equidade em saúde, mudanças climáticas, direitos humanos e governança global da saúde. O agravamento do surto de Ebola na RDC recebeu ampla atenção, com alertas sobre a ausência de vacinas e tratamentos aprovados para a variante Bundibugyo. Houve ainda manifestações sobre HIV/aids, dengue, doenças negligenciadas e prevenção da pneumonia infantil. As crises humanitárias no Líbano, na Palestina e no Sudão do Sul ocuparam posição de destaque, com denúncias de ataques a serviços de saúde, de deslocamentos forçados e de insegurança alimentar. As desigualdades de gênero, os direitos territoriais indígenas e a justiça climática foram outros temas mencionados. As discussões sobre governança global da saúde foram estimuladas pela realização da 79ª Assembleia Mundial da Saúde, que também mobilizou a sociedade civil a se manifestar sobre atenção primária, cobertura universal e paz. Entre as organizações de interesse privado, predominaram temas relacionados à preparação para pandemias, vigilância epidemiológica, financiamento internacional, desenvolvimento de vacinas e fortalecimento dos sistemas de saúde, com destaque para iniciativas voltadas ao enfrentamento do Ebola, à proteção de profissionais de saúde em conflitos armados e à resposta a emergências sanitárias e climáticas.

Palavras-chave: Movimentos sociais; saúde global; doenças transmissíveis; determinantes sociais da saúde.

Resumen: *Durante este periodo de quince días, se realizó un seguimiento de 62 organizaciones de la sociedad civil, de las cuales 44 presentaron declaraciones relevantes para este informe. Entre las organizaciones de interés público, los temas más recurrentes fueron: enfermedades transmisibles, crisis humanitarias, equidad en salud, cambio climático, derechos humanos y gobernanza global de la salud. El agravamiento del brote de ébola en la República Democrática del Congo recibió amplia atención, con alertas sobre la falta de vacunas y tratamientos aprobados para la variante Bundibugyo. También hubo manifestaciones sobre el VIH/sida, el dengue, las enfermedades desatendidas y la prevención de la neumonía infantil. Las crisis humanitarias en el Líbano, Palestina y Sudán del Sur ocuparon un lugar destacado, con denuncias*

de ataques a los servicios de salud, desplazamientos forzados e inseguridad alimentaria. Las desigualdades de género, los derechos territoriales indígenas y la justicia climática fueron otros temas mencionados. Los debates sobre la gobernanza global de la salud se vieron estimulados por la celebración de la 79.ª Asamblea Mundial de la Salud, que también movilizó a la sociedad civil para que se pronunciara sobre la atención primaria, la cobertura universal y la paz. Entre las organizaciones de interés privado, predominaron temas relacionados con la preparación ante pandemias, la vigilancia epidemiológica, la financiación internacional, el desarrollo de vacunas y el fortalecimiento de los sistemas de salud, destacando las iniciativas orientadas a la lucha contra el ébola, la protección de los profesionales sanitarios en los conflictos armados y la respuesta a las emergencias sanitarias y climáticas.

Palabras clave: *Movimientos sociales; salud global; enfermedades transmisibles; determinantes sociales de la salud.*

Abstract: *During this two-week period, 62 civil society organizations were monitored, 44 of which issued statements relevant to this report. Among public interest organizations, the most recurring themes were communicable diseases, humanitarian crises, health equity, climate change, human rights, and global health governance. The worsening Ebola outbreak in the DRC received widespread attention, with warnings about the lack of approved vaccines and treatments for the Bundibugyo variant. There were also statements regarding HIV/AIDS, dengue, neglected diseases, and the prevention of childhood pneumonia. The humanitarian crises in Lebanon, Palestine, and South Sudan took center stage, with reports of attacks on health services, forced displacement, and food insecurity. Gender inequalities, indigenous territorial rights, and climate justice were other topics mentioned. Discussions on global health governance were spurred by the 79th World Health Assembly, which also mobilized civil society to speak out on primary care, universal coverage, and peace. Among private-sector organizations, the predominant themes were pandemic preparedness, epidemiological surveillance, international financing, vaccine development, and the strengthening of health systems, with a particular focus on initiatives aimed at combating Ebola, protecting health workers in armed conflicts, and responding to health and climate emergencies.*

Keywords: *Social movements; global health; communicable diseases; social determinants of health.*

Introdução

Nessa quinzena, foram monitoradas 62 organizações da sociedade civil, das quais 44 apresentaram manifestações relevantes para este informe. Entre as organizações de interesse público, os temas mais recorrentes foram doenças transmissíveis, crises humanitárias, equidade em saúde, mudanças climáticas, direitos humanos, sistemas de saúde e governança global da saúde.

O surto de Ebola na República Democrática do Congo foi um dos temas mais frequentes nas manifestações analisadas. Organizações como Médicos Sem Fronteiras (MSF), ActionAid International, CARE, Oxfam, CORE Group, GAVI e Wellcome Trust divulgaram informações sobre a evolução do surto causado pela variante de Bundibugyo. Os conteúdos abordaram temas como a ausência de vacinas e tratamentos aprovados, a escassez de testes diagnósticos, os impactos da desinformação sobre as medidas de controle da doença, as dificuldades de acesso às áreas afetadas por conflitos armados e os desafios enfrentados pelos sistemas de saúde

locais. Também foram divulgadas iniciativas voltadas ao fortalecimento da vigilância epidemiológica, ao desenvolvimento de vacinas e à mobilização de financiamento para a preparação e a resposta a emergências sanitárias.

Além do Ebola, outras doenças transmissíveis e negligenciadas também estiveram presentes nas manifestações das organizações monitoradas. A ACON divulgou ações relacionadas à nova Estratégia de HIV 2026–2030 de Nova Gales do Sul, com ênfase na prevenção, na ampliação da testagem, no acesso ao tratamento e no enfrentamento do estigma. A DNDi divulgou informações sobre o uso do acoziborole no tratamento da doença do sono, alertas relacionados à dengue e à chikungunya, além de debates sobre o engajamento de pacientes em pesquisas e em programas de saúde. A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) também anunciou um projeto voltado à prevenção da pneumonia infantil associada ao vírus sincicial respiratório e ao pneumococo.

As doenças crônicas não transmissíveis e a saúde mental também receberam atenção. A European Public Health Alliance (EPHA) divulgou a quinta edição do Código Europeu Contra o Câncer, enquanto a WFPHA realizou atividades relacionadas ao Dia Mundial Sem Tabaco. A NCD Alliance publicou conteúdos sobre os desafios enfrentados por pessoas com doenças crônicas em contextos de crise humanitária e de deslocamento forçado. No campo da saúde mental, a InterAcademy Partnership (IAP), a World Federation for Mental Health (WFMH) e a World Scouting divulgaram iniciativas relacionadas à saúde cerebral, ao bem-estar psicossocial, à saúde mental de jovens e à relação entre saúde mental e sustentabilidade.

No campo dos determinantes sociais da saúde, destacaram-se as manifestações relacionadas à equidade, aos direitos humanos e às desigualdades sociais. A Fòs Feminista publicou uma série de conteúdos sobre a dignidade menstrual em diferentes contextos do Sul Global, abordando temas como a pobreza menstrual, o acesso a produtos de higiene, o saneamento, a educação menstrual e a discriminação de gênero. Também foram divulgados os resultados de pesquisas realizadas em países da África, da Ásia e do Caribe sobre desigualdades associadas à menstruação e seus impactos na vida social, educacional e econômica de meninas e mulheres.

Outras organizações abordaram temas relacionados a povos indígenas, direitos territoriais, moradia e participação social. A International Federation of Social Workers (IFSW) divulgou uma declaração em defesa dos povos indígenas, da proteção dos territórios tradicionais e da incorporação dos conhecimentos indígenas nas discussões sobre sustentabilidade e justiça social. A Progressive International publicou análises sobre a situação da África do Sul, discutindo questões relacionadas à moradia, à ocupação de terras e às desigualdades socioeconômicas. O People's Health Movement (PHM) divulgou a Agenda Comum de Ação Política, que reúne propostas relacionadas à democracia, soberania alimentar, reforma agrária, justiça climática, feminismo e saúde para todos.

As mudanças climáticas, a saúde planetária e a sustentabilidade ambiental estiveram presentes em diferentes agendas. A WFPHA e a WONCA registraram manifestações relacionadas ao Dia Mundial do Meio Ambiente. A World Vision International divulgou experiências desenvolvidas na Cisjordânia voltadas ao fortalecimento da resiliência climática, da agricultura sustentável e da segurança alimentar. A InterAcademy Partnership (IAP) publicou documentos sobre o aquecimento acelerado do Ártico, a necessidade de redução das emissões de carbono e os desafios associados à expansão das constelações de satélites e à sustentabilidade orbital. Entre as organizações de interesse privado, a Wellcome Trust divulgou análises sobre os

impactos do fenômeno El Niño na saúde global, destacando seus efeitos sobre doenças transmitidas por vetores, eventos climáticos extremos e sistemas de vigilância em saúde.

As crises humanitárias e os conflitos armados continuaram a ocupar posição de destaque entre as organizações de interesse público. Médicos Sem Fronteiras (MSF), Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), CARE e Progressive International divulgaram informações sobre a situação no Líbano, na Palestina, na Colômbia e no Sudão do Sul. Os temas mais recorrentes incluíram ataques a hospitais, ambulâncias e profissionais de saúde, destruição de infraestrutura sanitária, deslocamentos forçados, insegurança alimentar, desnutrição, operações humanitárias e proteção de civis em contextos de conflito. Também foram registradas iniciativas relacionadas à aplicação do Direito Internacional Humanitário e à mediação humanitária em áreas afetadas pela violência armada.

Os debates sobre sistemas de saúde, cobertura universal e governança global da saúde foram fortemente influenciados pela realização da 79ª Assembleia Mundial da Saúde. A International Alliance of Patients' Organizations (IAPO), a NCD Alliance, a International Physicians for the Prevention of Nuclear War (IPPNW) e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha divulgaram conteúdos relacionados à atenção primária à saúde, cobertura universal, participação dos pacientes, saúde e paz, diplomacia da saúde, arquitetura global da saúde e Direito Internacional Humanitário. Também foram registradas iniciativas voltadas ao fortalecimento dos sistemas de saúde, à formação de recursos humanos, à saúde digital, à tecnologia assistiva e à promoção da equidade no uso de ferramentas de inteligência artificial em saúde.

Entre as organizações de interesse privado, predominaram manifestações relacionadas a doenças transmissíveis, à preparação para pandemias, à vigilância epidemiológica, ao financiamento internacional da saúde e à pesquisa e ao desenvolvimento de vacinas. CORE Group, GAVI, Wellcome Trust, Fundação Gates, Global Fund, Rockefeller Foundation e Consortium of Universities for Global Health divulgaram conteúdos relacionados ao enfrentamento do Ebola, à cooperação internacional em saúde, à proteção de profissionais de saúde em contextos de conflito, à inclusão de pessoas com deficiência nos sistemas de saúde, ao financiamento de respostas rápidas a emergências sanitárias e ao fortalecimento das capacidades de vigilância epidemiológica e preparação para futuras pandemias.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Ebola

MSF informou que está ampliando sua resposta ao surto de Ebola na República Democrática do Congo, diante do aumento de casos e das dificuldades de acesso às áreas afetadas. A organização destacou os desafios impostos pela escassez de testes diagnósticos, pela ausência de vacinas e tratamentos aprovados para a variante Bundibugyo e pelo contexto de conflito e deslocamento populacional, que dificulta o controle da doença. [1]

A organização ActionAid International alertou que a desinformação e as crenças equivocadas sobre o Ebola estão dificultando o controle do surto na província de Ituri, na República Democrática do Congo. Segundo a entidade, rumores, medo e estigma têm levado

parte da população a negar a existência da doença ou a adotar comportamentos de risco, reforçando a necessidade de ações comunitárias de conscientização e educação em saúde para conter a disseminação do vírus. [2]

A CARE também divulgou a situação precária da RDC por conta do recente surto de Ebola, que vem atingindo severamente o sistema de saúde do país e atingindo desproporcionalmente mulheres e meninas, que representam mais de 60% dos casos suspeitos da doença. A organização informou das dificuldades em apoiar a resposta à crise humanitária por conta dos cortes orçamentários que reduziram equipes e atrasaram a ajuda em zonas de conflito. [3]

A Oxfam alertou para o surto de Ebola na República Democrática do Congo, após a Organização Mundial de Saúde declarar emergência de saúde pública internacional com mais de 400 casos suspeitos e 89 mortes. A organização sublinha que o país já se encontrava numa situação humanitária crítica, agravada por conflitos prolongados e cortes na ajuda internacional que enfraqueceram os sistemas de vigilância sanitária. No terreno, a Oxfam e os seus parceiros estão a responder na região de Ituri com água potável, saneamento e sensibilização comunitária, mas advertem que os esforços de resposta estão seriamente comprometidos pela escassez urgente de financiamento humanitário.[4]

HIV/AIDS

A ACON apoiou a nova Estratégia de HIV 2026–2030 do governo de Nova Gales do Sul e defendeu ações urgentes para reduzir novas transmissões e melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem com HIV. A entidade destacou a importância da prevenção, da ampliação do acesso à testagem e ao tratamento, além do combate ao estigma e à discriminação. Segundo a ACON, a redução dos casos de HIV nos últimos anos demonstrou o sucesso de medidas como o uso da PrEP e dos tratamentos que tornaram a carga viral indetectável, impedindo a transmissão do vírus. A organização também enfatizou a necessidade de garantir que grupos mais vulneráveis tivessem acesso igualitário aos serviços de saúde e prevenção.[5]

Doenças tropicais negligenciadas

A DNDi divulgou o caso de sucesso de uma nova droga para o tratamento da doença do sono. Antes do acoziborole, o tratamento era tão tóxico que matava 1 em cada 20 pacientes. Hoje, o acoziborole cura a doença do sono com um tratamento de um dia com três comprimidos e é eficaz até mesmo nos casos mais graves.[6]

A DNDi publicou um alerta, lembrando que, mesmo quando os níveis de dengue parecem baixos, o risco não desapareceu. Citou um bairro do Rio de Janeiro, onde os casos de dengue e chikungunya estão aumentando e que está sendo feito para prevenir a dengue.[7]

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) registrou sua participação Fórum Aberto de Engajamento do Paciente (PEOF) 2026 em Sevilha, Espanha, para discutir como o engajamento dos pacientes pode alcançar melhor populações negligenciadas ao redor do mundo.[8]

Saúde infantil e doenças respiratórias

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou o lançamento de um projeto para determinar como prevenir a pneumonia em crianças, com foco nas infecções pelo VSR e pelo pneumococo.[9]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Câncer

A EPHA divulgou a publicação da 5ª edição do Código Europeu Contra o Câncer e a inovação de unir conscientização cidadã e exigências aos formuladores de políticas, com 14 recomendações práticas destinadas à população, visando mitigar fatores de risco que respondem por 40% dos casos de câncer na Europa. A Organização reforçou que, diante do aumento contínuo da doença e das profundas disparidades entre os países europeus, o texto cobra uma responsabilidade coletiva e a criação de monitoramentos eficazes para tirar as leis do papel. [10]

Tabagismo

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) marcou a passagem do Dia Mundial Sem Tabaco, em 31 de maio, alertando o público sobre os perigos do uso do tabaco, as práticas comerciais das empresas de tabaco e o que pessoas podem fazer para reivindicar seu direito à saúde e à vida saudável e para proteger as futuras gerações.[11]

Saúde mental

A InterAcademy Partnership (IAP) divulgou a declaração conjunta das sete Academias de Ciências dos países que formam o G7 sobre a saúde cerebral. A declaração, intitulada "Avançando a Saúde Cerebral (incluindo a Saúde Mental) para a Resiliência Societal Global", recomenda: um Conselho Consultivo dedicado à Saúde Cerebral do G7, maior investimento em inovação em saúde cerebral, colaboração internacional segura de dados e políticas que apoiam a saúde cerebral ao longo da vida.[12]

A World Scouting destaca iniciativas da Organização Escoteira do Malawi para promover a saúde mental e o bem-estar psicossocial entre jovens e comunidades locais. Por meio de atividades educativas, grupos de apoio e programas comunitários, os escoteiros trabalham para reduzir o estigma relacionado aos transtornos mentais e incentivar a busca por ajuda. O programa reconhece que desafios econômicos, mudanças sociais e eventos climáticos extremos podem afetar significativamente a saúde mental, e demonstra como movimentos juvenis podem contribuir para a promoção da saúde e da inclusão social.[13]

A Federação Mundial para a Saúde Mental (WFMH) informou que sua presidente, a psiquiatra Sabine Bährer-Kohler, participou de um congresso realizado na cidade de Cologne, na Alemanha, promovendo debates sobre a relação entre saúde mental e sustentabilidade. A iniciativa também serviu para apresentar as atividades e prioridades da organização, reforçando a importância de integrar a saúde mental às agendas globais de desenvolvimento sustentável e às discussões sobre os impactos das mudanças ambientais na qualidade de vida das populações.[14]

DCNT em contextos de crise

A NCD Alliance publicou matéria sobre como a continuidade do atendimento em situações de crise salva vidas. Chamando a atenção para os desafios enfrentados por pessoas com DCNT e que são afetadas por múltiplas crises, como deslocamentos forçados, seca, emergências, fornecimento de eletricidade instável, dificuldades de acesso a unidades de saúde, entre outros. "Durante emergências, as pessoas que vivem com DCNT frequentemente enfrentam múltiplas perturbações ao mesmo tempo. Para alguém que vive com diabetes ou

hipertensão grave, mesmo com breves interrupções no tratamento podem rapidamente tornar-se fatais".[15]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Gênero e direitos das mulheres

A Fós Feminista discute sobre a menstruação em diferentes contextos do Sul Global, destacando fatores como pobreza, desigualdade de gênero, estigma social e falta de infraestrutura adequada como elementos que afetam diretamente a dignidade menstrual. Ele mostra como o acesso a produtos de higiene, educação menstrual e saneamento adequado ainda é desigual, o que gera impactos na educação, no trabalho e na participação social de meninas e mulheres.[16]

A Fòs Feminista discute a importância da dignidade menstrual. A menstruação continua sendo marcada por estigma, desigualdade e barreiras estruturais no Paquistão. Destaca-se que os produtos de higiene menstrual são frequentemente taxados como bens não essenciais, o que os torna caros e inacessíveis para grande parte da população. Em resposta, uma iniciativa feminista liderada por jovens, especialmente a organização Mahwari Justice, está atuando tanto na via legal quanto em ações comunitárias de conscientização e mobilização pública.[17]

A Fòs Feminista pubica os resultados de uma pesquisa comparativa realizada em nove países da África, Ásia e Caribe (incluindo Nigéria, Paquistão, Haiti e Filipinas), com quase 5 mil pessoas menstruantes e mais de 3 mil homens e meninos entrevistados. O estudo mostra que a discriminação menstrual é ampla e estrutural, atravessada por estigma, normas de gênero, falta de acesso a produtos menstruais, infraestrutura inadequada de saneamento e desinformação. Um ponto central é que não se trata apenas de “pobreza menstrual”, mas de um problema mais amplo de direitos, dignidade e desigualdade social, que também envolve atitudes de homens e meninos e a necessidade de mudança de normas sociais e políticas públicas.[18]

Povos indígenas e direitos territoriais

A International Federation of Social Workers publicou declaração da comissão indígena, em relação ao dia do meio ambiente, 5 de junho. Na declaração a comissão convoca a comunidade global de serviço social a: i) Amplificar as vozes dos defensores indígenas da terra e da água que enfrentam violência corporativa e negligência sistêmica; ii) Opor-se às políticas extrativistas — incluindo as transições "maquiadas de verde" — que sacrificam a soberania indígena, a saúde da terra e os direitos humanos em prol do lucro corporativo; iii) Integrar a sabedoria ecológica indígena na prática do serviço social, reconhecendo que a saúde ambiental é a base da sobrevivência da comunidade e da justiça social.[19]

Moradia, pobreza e exclusão social

A Progressive International divulgou matéria que denuncia a proposta do governo sul-africano que pretende endurecer a legislação sobre ocupações de terra, criminalizando organizações e ativistas que apoiam comunidades pobres na luta por moradia. O texto argumenta que as mudanças representam uma ameaça aos movimentos de base e aos direitos conquistados no período pós-apartheid, ao mesmo tempo em que ocorrem em um contexto de desemprego, fome, desigualdade social e crescimento de discursos xenófobos. A matéria sustenta que as ocupações de terra são, para muitas pessoas, uma das poucas alternativas de acesso à moradia e à organização comunitária diante da ausência de políticas públicas eficazes.[20]

Participação social e movimentos populares

O Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) divulgou a Agenda Comum de Ação Política (ACAP), aprovada no 3º Fórum Global Nyéléni, realizado no Sri Lanka em setembro de 2025, que reuniu mais de 500 representantes de movimentos sociais de todo o mundo. A ACAP está organizada em seis eixos: construção da democracia e dos direitos dos povos; construção de economias populares baseadas na solidariedade e no feminismo; promoção da soberania alimentar e da agroecologia; garantia da terra, da água e dos territórios por meio da reforma agrária popular; conquista da saúde integral para todos; e garantia da justiça climática por meio de uma transição energética justa e feminista.[21]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Atenção Primária à Saúde

A International Alliance of Patient 's Organization liderou e apresentou declaração assinada por 21 organizações nacionais de pacientes, na 79ª Assembleia Mundial da Saúde, sobre o item 12.5 da agenda: Atenção Primária à Saúde. A declaração destacou três prioridades relacionadas à Reunião de Alto Nível sobre Cobertura Universal de Saúde de 2027: engajamento significativo, integração centrada na pessoa e prestação de contas com indicadores centrados nas pessoas, assim como, realizou eventos paralelos para amplificar a voz dos pacientes em diversos debates globais sobre saúde.[22] [23]

Fortalecimento dos sistemas de saúde

A World Vision International destaca a trajetória de 56 anos de atuação da organização no Camboja, acompanhando diferentes fases do país — desde períodos de conflito até os processos de reconstrução e desenvolvimento. Se enfatiza o trabalho da organização na melhoria do bem-estar infantil, especialmente por meio de programas em educação, saúde, nutrição, proteção infantil, WASH (água e saneamento) e meios de subsistência. Também ressalta a atuação em parceria com comunidades e o governo, com forte enfoque em abordagens de desenvolvimento de longo prazo e fortalecimento de sistemas locais.[24]

Recursos humanos em saúde

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) divulgou a realização de um webinário sobre perspectivas globais e estratégias práticas para o bem-estar dos aprendizes, realizado em parceria com a Federação Mundial de Educação Médica.[25]

Saúde digital, tecnologia assistiva e equidade

A Organização Mundial de Médicos de Família (WONCA) divulgou a realização de webinários sobre Saúde Digital, focando na análise das ferramentas de IA quanto à equidade antes e durante a implementação (dados tendenciosos e tomada de decisão opaca) e propondo abordagens práticas para reduzir esses riscos.[26]

A Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais (WFOT) registrou a passagem do Dia Mundial da Tecnologia Assistiva, em 4 de junho, entendendo-a como oportunidade para aumentar a conscientização, especialmente em países de baixa e média renda, sobre sua importância.[27]

Saúde da visão

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento divulgou uma série de vídeos sobre a saúde visual, salientando que muitas pessoas ainda enfrentam barreiras para um cuidado oportuno, coordenado e centrado na pessoa.[28]

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Líbano

A organização humanitária Médicos Sem Fronteiras denunciou os danos causados por um ataque aéreo israelense ao Hospital Jabal Amel, no sul do Líbano, unidade apoiada pela organização. O bombardeio deixou mortos e feridos, incluindo profissionais de saúde, além de comprometer setores essenciais do hospital. MSF reiterou o apelo pela proteção de civis, equipes médicas e instalações de saúde diante da intensificação da violência na região. [29]

A MSF alertou para o agravamento da violência no sul do Líbano, onde civis continuam sendo mortos e feridos apesar do cessar-fogo. A entidade destacou que ataques recorrentes têm afetado profissionais de saúde, ambulâncias e hospitais, comprometendo o acesso da população aos cuidados médicos e aumentando os riscos de uma crise humanitária ainda mais grave.[30]

A Progressive International divulgou materia que retrata a situação de famílias deslocadas no sul do Líbano que, apesar do cessar-fogo entre Israel e o Hezbollah, continuam vivendo em condições de incerteza. O texto destaca que muitos moradores retornam para encontrar casas destruídas, falta de serviços básicos e o temor de uma nova escalada do conflito. A reportagem também aborda os impasses políticos e diplomáticos envolvendo Israel, Hezbollah, governo libanês e potências internacionais, ressaltando que a ausência de soluções duradouras mantém milhares de pessoas em um estado de limbo, sem perspectivas claras de reconstrução, segurança ou retorno à normalidade.[31]

Palestina (Gaza e Cisjordânia)

MSF divulgou o relato de uma de suas profissionais em Gaza, que teve parte de sua residência destruída durante ataques israelenses no norte do território. O testemunho destaca os impactos psicológicos e humanitários da guerra sobre a população civil, marcada por deslocamentos forçados, insegurança constante, perdas materiais e o medo permanente provocado pelos bombardeios. [32]

MSF alertou para a deterioração das condições de vida na Palestina, destacando a continuidade da violência em Gaza e na Cisjordânia, as restrições ao acesso a suprimentos essenciais, a destruição da infraestrutura de água e saneamento e os elevados níveis de desnutrição. A organização também ressaltou os impactos dessas condições sobre a saúde física e mental da população palestina, especialmente de crianças e mulheres. [33]

Colômbia

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha informou que facilitou a libertação de duas pessoas que estavam sob poder da Frente de Guerra Oriental do ELN, em uma operação humanitária realizada na região de Arauca, na Colômbia. A missão contou com a participação da Defensoria do Povo e da Igreja Católica e reforçou o papel do CICV como intermediário humanitário neutro em contextos de conflito armado.[34]

Sudão do Sul

A CARE noticiou a grave crise de fome no Sudão do Sul como situação alarmante, tendo estimativa de 7,8 milhões de pessoas enfrentando insegurança alimentar severa e outros 2 milhões de crianças necessitam de tratamento urgente. A Organização também denuncia que o sistema de saúde local tenha entrado em colapso devido à destruição e saque que vem ocorrendo no hospitais e clínicas durante os confrontos civis.[35]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Crise climática e saúde

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) registrou a passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 05 de junho, divulgando o vídeo produzido pelo Programa das Nações Unidas para o meio ambiente que faz um chamado global pela ação climática.[36]

A Organização Mundial de Médicos de Família (WONCA) também fez uma publicação relativa ao Dia Mundial do Meio Ambiente, destacando que os médicos de família ficam próximos de pessoas e comunidades, o que os coloca em uma boa posição para conectar a saúde humana com a saúde do planeta.[37]

O Greenpeace marcou a passagem do Dia Mundial dos Oceanos, em 8 de junho, celebrando as populações que vivem mais perto do oceano há séculos e o mantêm vivo. Enquanto a pesca artesanal alimenta 2,3 bilhões de pessoas em todo o mundo, de forma sustentável, a pesca industrial devasta os oceanos, desviando peixes que poderiam alimentar pessoas para a produção de ração animal.[38]

O Greenpeace divulgou a ação de seus membros do Leste Asiático, que confrontaram Jensen Huang, CEO da gigante americana de semicondutores NVIDIA, em Taipei, exigindo que a empresa e seu fundador bilionário assumam a responsabilidade pelo aumento da demanda por energia e das emissões de carbono em toda a sua cadeia de suprimentos, especialmente em Taiwan, o polo industrial, onde a maior parte de seu hardware é produzida.[39]

Agricultura, segurança alimentar e adaptação climática

A World Vision International apresenta um projeto na Cisjordânia, implementado em parceria com o MA'AN Development Center e financiado pela agência espanhola AECID. O projeto busca fortalecer a resiliência climática e os meios de subsistência de comunidades vulneráveis, especialmente em áreas rurais afetadas por escassez de água, degradação do solo e restrições econômicas. A iniciativa apoia organizações comunitárias locais para desenvolver empreendimentos agrícolas sustentáveis, introduzindo práticas como irrigação eficiente, compostagem, hidroponia e uso de sementes mais resistentes à seca. Em termos gerais, o projeto conecta segurança alimentar, adaptação climática e desenvolvimento econômico local, dentro de uma abordagem de desenvolvimento comunitário.[40]

Sustentabilidade ambiental e governança global

A InterAcademy Partnership (IAP) divulgou a declaração da Academias de Ciências dos países que compõem o G7 que examina a rápida expansão das grandes constelações de satélites e as consequências para a sustentabilidade orbital, astronomia e acesso a longo prazo ao espaço. A declaração pede uma coordenação internacional mais forte antes que o congestionamento e a fragmentação se tornem difíceis de reverter.[41]

A IAP divulgou também uma declaração das sete Academias de Ciências que destaca que o aquecimento do Ártico é mais veloz do que o da média do planeta, exigindo reduções mais rápidas de emissões de carbono. A declaração pede ainda que o conhecimento indígena e local esteja plenamente refletido na governança e na tomada de decisões.[42]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

79ª Assembleia Mundial da Saúde

A organização International Physicians for the Prevention of Nuclear War (IPPNW) participou da 79ª Assembleia Mundial da Saúde defendendo a integração entre saúde e construção da paz nas agendas globais. A entidade destacou o papel da diplomacia em saúde, da educação para a paz, do desarmamento nuclear e da atuação da sociedade civil na resposta a crises relacionadas a conflitos armados, mudanças climáticas e deslocamentos forçados, reforçando a paz como um determinante fundamental da saúde.[43]

A NCD Alliance fez matéria em que ressalta os desafios para discutir as DCNT e um cenário de profundas divisões geopolíticas, na 79ª Assembleia Mundial de Saúde: " disputas processuais sobre a agenda até resoluções contestadas sobre saúde em contextos de conflito". As discussões conferiram urgência à questão central da semana: o futuro da Arquitetura Global de Saúde, tendo os Estados-Membros chegado a um acordo sobre um processo conjunto para a reforma da arquitetura global de saúde, liderado pela OMS e “conduzido pelos Estados-Membros”, "um sinal de que, apesar das tensões, ainda existe compromisso com o sistema multilateral de saúde global".[44]

Direito Internacional Humanitário

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a Cruz Roja do Panamá promoveram um simpósio regional sobre Direito Internacional Humanitário (DIH), reunindo autoridades, especialistas e organizações para debater os desafios contemporâneos dos conflitos armados. O encontro também marcou a inauguração do Centro Regional de Direito Internacional Humanitário, iniciativa voltada ao fortalecimento da cooperação regional e da aplicação das normas humanitárias nas Américas.[45]

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Ebola

A CORE Group destaca a importância da resposta rápida e coordenada diante do surto de Ebola em Ituri. Em contextos marcados por fragilidade institucional e desafios humanitários, fortalecer a vigilância epidemiológica, o engajamento comunitário e a cooperação internacional é fundamental para conter a disseminação da doença e proteger as populações mais vulneráveis.[46]

A CORE Group destaca a necessidade de cooperação transfronteiriça para enfrentar surtos de Ebola. O fortalecimento da vigilância epidemiológica, da preparação dos sistemas de saúde e do engajamento comunitário sendo tão essencial para prevenir a propagação da doença e proteger vidas.[47]

A GAVI, The Vaccine Alliance destaca os esforços internacionais para desenvolver vacinas contra o ebola vírus Bundibugyo, uma variante rara do Ebola responsável por surtos esporádicos na África. Especialistas argumentam que a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas para patógenos raros exigem forte cooperação entre governos, organizações internacionais, instituições de pesquisa e fabricantes.Iniciativas recentes da GAVI e de parceiros globais buscam acelerar esse processo e garantir que vacinas estejam disponíveis antes de futuras emergências.[48]

A Wellcome Trust chamou atenção em 3 artigos publicados que o surto de Ebola causado pelo vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo e em Uganda evidencia a importância dos investimentos contínuos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para doenças infecciosas. Diferentemente da espécie Zaire do Ebola, para a qual já existem vacinas e tratamentos aprovados graças aos investimentos realizados após a grande epidemia da África Ocidental (2014–2016), o vírus Bundibugyo ainda não possui vacinas, terapias ou testes rápidos específicos aprovados. [49]

A GAVI, The Vaccine Alliance anunciou um compromisso de US$50 milhões para apoiar o desenvolvimento, aquisição e preparação para o uso de vacinas contra o ebola vírus Bundibugyo, uma variante responsável por surtos de Ebola na África. O financiamento também apoiará atividades de vigilância e preparação em países de risco, buscando garantir que vacinas estejam disponíveis antes da ocorrência de novas emergências de saúde pública.[50]

HIV/AIDS

A Fundação Gates destacou o programa Coach Mpilo, uma iniciativa de apoio social voltada para homens vivendo com HIV na África do Sul. Criado a partir da percepção de que muitos homens evitam iniciar ou manter o tratamento devido ao estigma, ao medo e ao isolamento, o programa recruta homens soropositivos que já convivem bem com a condição para atuarem como “coaches” de outros homens recém-diagnosticados ou que abandonaram o tratamento.[51]

Vigilância epidemiológica e resposta a surtos

Embora o hantavírus seja normalmente transmitido por contato com roedores infectados, alguns surtos envolvendo a variante Andes sugerem a possibilidade de transmissão limitada entre pessoas. Neste sentido, a GAVI, The Vaccine Alliance destaca lições aprendidas durante a pandemia de COVID-19 para discutir como redes globais de transporte podem acelerar a disseminação de patógenos emergentes. A aliança reforça a importância da vigilância epidemiológica, da rápida identificação de casos e da cooperação internacional para conter surtos antes que se espalhem.[52]

COVID-19

A GAVI, The Vaccine Alliance destacou a necessidade de expandir mecanismos de financiamento inovadores e respostas rápidas para enfrentar futuras pandemias e emergências sanitárias. A organização argumenta que a experiência da COVID-19, do Ebola e da mpox demonstrou a importância de disponibilizar recursos imediatamente após a identificação de uma ameaça. A aliança defende uma arquitetura financeira global mais previsível e coordenada, capaz de reduzir atrasos e desigualdades no acesso a equipamentos médicos.[53]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Pessoas com deficiência e equidade em saúde

Organizado pela Disability & Health Empowerment Network (DHEN), em parceria com a International Cerebral Palsy Society, durante a 19ª Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (COSP19), um seminário busca promover o direito à saúde de pessoas com deficiência em escala global. A iniciativa reúne organizações da sociedade civil, pesquisadores e defensores dos direitos das pessoas com deficiência para discutir barreiras persistentes no acesso aos serviços de saúde, como a inclusão nos sistemas de saúde, a cobertura universal e a participação significativa das pessoas com deficiência na formulação de políticas públicas, além da necessidade de fortalecer a implementação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Maiores informações podem ser encontradas na página do evento.[54]

Equidade em saúde e formação de capacidades

O Sustainable Health Equity Movement divulgou Curso Residencial e Online sobre Ética e Métricas da Equidade Sustentável em Saúde, uma iniciativa internacional voltada para a formação de profissionais, pesquisadores e ativistas. O programa abordará temas como justiça climática, saúde planetária e equidade em saúde, combinando atividades práticas de convivência comunitária com discussões acadêmicas e participativas. As solicitudes de inscrições são feitas no site do evento.[55]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Crise climática e saúde

A Wellcome Trust explicou em artigo que o fenômeno El Niño tem impactos significativos sobre a saúde global ao intensificar ondas de calor, secas, enchentes e outros eventos climáticos extremos. O artigo destaca que essas condições favorecem a propagação de doenças infecciosas transmitidas por vetores, como dengue e malária, além de aumentarem surtos de cólera e outras enfermidades relacionadas à água. Segundo a Wellcome, os efeitos do El Niño são potencializados pelas mudanças climáticas, tornando essencial o fortalecimento de sistemas de vigilância, mecanismos de alerta precoce e estratégias de adaptação para proteger a saúde pública diante de eventos climáticos cada vez mais intensos.[56]

Justiça climática e comunidades tradicionais

A Fundação Rockefeller destacou a organização Health In Harmony como um exemplo de modelo comunitário para enfrentar simultaneamente os desafios da saúde humana, da conservação ambiental e das mudanças climáticas. A iniciativa atua junto a comunidades indígenas e tradicionais que vivem em áreas de floresta tropical, apoiando soluções definidas pelos próprios moradores para melhorar condições de vida, acesso à saúde e proteção ambiental. Um dos exemplos apresentados é o trabalho com mulheres da comunidade indígena Guajajara, no nordeste do Brasil, que lideram ações de reflorestamento e proteção territorial.[57]

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Proteção de profissionais de saúde em conflitos

O webinar internacional "*Stopping the Targeted Killing of Healthcare Workers and First Responders in the Middle East*", organizado pela Consortium of Universities for Global Health, reunirá especialistas para discutir os ataques direcionados contra profissionais de saúde e equipes de resposta a emergências em contextos de conflito, especialmente na Palestina e no

Líbano. O evento abordará denúncias de assassinatos, sequestros, detenções e torturas de médicos, enfermeiros e socorristas, incluindo relatos de ataques secundários contra equipes que prestam assistência após bombardeios iniciais, e as implicações dessas práticas para o direito internacional humanitário e para a proteção de civis em zonas de guerra. O objetivo é identificar mecanismos de responsabilização e estratégias para reforçar a proteção de profissionais de saúde e populações afetadas por conflitos armados. As inscrições para participação online podem ser realizadas no link.[58]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Financiamento internacional da saúde

A Global Fund anunciou que a Indonésia confirmou um contributo de 10 milhões de dólares para a Oitava Reposição, reafirmando o seu empenho na cooperação internacional em saúde. O contributo, anunciado pelo Ministro da Defesa indonésio, vai apoiar programas de prevenção, diagnóstico e tratamento das três doenças em mais de 100 países, além de reforçar sistemas de saúde e serviços comunitários. A Oitava Reposição arrecadou mais de 12,65 mil milhões de dólares no total, com a co-organização dos governos da África do Sul e do Reino Unido.[59]

Considerações finais

As denúncias recorrentes sobre ataques a hospitais, profissionais de saúde e infraestrutura civil no Líbano e na Palestina, assim como a crise humanitária no Sudão do Sul, evidenciam que o acesso à saúde permanece profundamente condicionado por disputas políticas e militares. O surto de Ebola na República Democrática do Congo também revelou fragilidades persistentes na resposta global a emergências sanitárias. As manifestações das organizações analisadas mostram que fatores como conflitos armados, deslocamentos populacionais, desinformação e insuficiência de financiamento continuam limitando a capacidade de resposta dos sistemas de saúde. Ao mesmo tempo, a inexistência de vacinas e tratamentos aprovados para a variante Bundibugyo mostram uma dinâmica recorrente da saúde global: doenças que afetam predominantemente populações de países de baixa renda tendem a receber menor atenção e investimento em pesquisa até que se convertam em potenciais ameaças internacionais. O contraste entre a rápida mobilização científica observada durante a pandemia de COVID-19 e as lacunas existentes para outras doenças infecciosas permanece evidente.

Outro aspecto relevante refere-se às diferentes abordagens observadas entre organizações de interesse público e de interesse privado. Enquanto as primeiras concentraram suas manifestações em direitos humanos, equidade, proteção social, dignidade menstrual, conflitos armados e determinantes sociais da saúde, as organizações de interesse privado priorizaram temas relacionados à vigilância epidemiológica, inovação biomédica, desenvolvimento de vacinas e mecanismos de financiamento para emergências sanitárias. Essa diferença não deve ser interpretada como oposição entre agendas, mas evidencia distintas concepções sobre os caminhos para enfrentar os desafios da saúde global. De um lado, predominam preocupações voltadas às causas estruturais das desigualdades; de outro, ganham centralidade estratégias de fortalecimento institucional, inovação tecnológica e preparação para crises futuras.

Por fim, o conjunto das manifestações reforça a ampliação progressiva da agenda da saúde global. Para além das doenças e dos sistemas de saúde, temas como mudanças climáticas, direitos territoriais indígenas, dignidade menstrual, moradia, participação social, saúde mental

e proteção ambiental aparecem cada vez mais articulados às discussões sanitárias. Essa expansão temática revela o reconhecimento de que as condições de saúde das populações são influenciadas por fatores sociais, econômicos, políticos e ambientais interdependentes. Ao mesmo tempo, evidencia o desafio de construir respostas capazes de articular essas múltiplas dimensões em um contexto internacional marcado por conflitos, restrições financeiras e crescente fragmentação da governança global.

Referências

1. MSF Brasil. Em meio à rápida evolução do surto de Ebola, MSF amplia ação de emergência [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/em-meio-a-rapida-evolucao-do-surto-de-ebola-msf-amplia-acao-de-emergencia/

2. ActionAid International. 1 in 3 people in Ituri believe Ebola is not real, as myths and misinformation hamper containment efforts [Internet]. [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://actionaid.org/news/2026/1-3-people-ituri-believe-ebola-not-real-myths-and-misinformation-hamper-containment

3. CARE. Ebola outbreak further strains DRC's underfunded health system, leaving health workers with limited critical supplies [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 4]. Available from: https://www.care.org/media-and-press/ebola-outbreak-further-strains-drcs-underfunded-health-system-leaving-health-workers-with-limited-critical-supplies/

4. Oxfam International. Aid cuts left DRC exposed to Ebola – Oxfam is mounting a response [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/aid-cuts-left-drc-exposed-ebola-oxfam-mounting-response

5. ACON. Latest News [Internet]. 2015 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/

6. DNDi. Drugs for Neglected Diseases initiative. In remote communities affected by sleeping sickness, reaching patients isn't easy [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_1dose1cure-globalhealth-neglecteddiseases-activity-7468240077526228992-gEKY

7. DNDi. Drugs for Neglected Diseases initiative. Even when dengue numbers seem low, the risk hasn't gone away [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_publichealth-dengueprevention-globalhealth-activity-7467632680533155840-clcj

8. DNDi. Drugs for Neglected Disease. #patientengagement [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_patientengagement-activity-7468681888132431872-mdO0

9. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. #rsv #pneumonia #childhealth #childrenhealth #rsvinfections #healthforall [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_rsv-pneumonia-childhealth-activity-7467851327998664704-JBIO

10. Salamero A. European Code Against Cancer [Internet]. European Code Against Cancer | 14 ways to prevent cancer. European Code Against Cancer; 2025 [cited 2026 Jun 4]. Available from: https://cancer-code-europe.iarc.who.int/

11. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. World No Tobacco Day 2026 [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_world-no-tobacco-day-2026-activity-7466877404544679936-YupP

12. IAP. InterAcademy Partnership. #brainhealth #mentalhealth #neuroscience #g7 #healthinnovation [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_brainhealth-mentalhealth-neuroscience-activity-7465303292990906368-e-QH

13. WOSM. Region AS. Scouts in Malawi support mental wellbeing through Messengers of Peace [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.scout.org/news/scouts-malawi-support-mental-wellbeing-through

14. World Federation for Mental Health [Internet]. [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://wfmh.global/news/2026.26-05-27_wfmh-president-highlights-mental-health-and-sustainability-at-cologne-congress

15. NCD Alliance.Continuity of care in crisis is lifesaving – not optional [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/continuity-of-care-in-crisis-is-lifesaving-not-optional

16. Feminista F. Cycles of Dignity: Menstrual Lives Across the Global South [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://fosfeminista.org/news-and-stories/cycles-of-dignity-menstrual-lives-across-the-global-south/

17. Feminista F. From Silence to Accountability: Challenging Menstrual Inequality in Pakistan [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://fosfeminista.org/news-and-stories/from-silence-to-accountability-challenging-menstrual-inequality-in-pakistan/

18. Feminista F. Understanding Menstrual Discrimination Across the Global South: A Cross-Country Research Study [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://fosfeminista.org/news-and-stories/understanding-menstrual-discrimination-across-the-global-south-a-cross-country-research-study/

19. IFSW Indigenous Commission Statement on World Environment Day [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.ifsw.org/ifsw-indigenous-commission-statement-on-world-environment-day/

20. Progressive International. Governo sul-africano pretende criminalizar a pobreza e organizações de base [Internet]. [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://progressive.international/wire/2026-05-25-the-south-african-state-aims-to-criminalise-poverty-and-grassroots-organising/pt-br/

21. PHM. People's Health Movement. The Nyéléni Common Political Agenda is Out [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://phmovement.org/nyeleni-common-political-agenda

22. IAPO leads Constituency Statement at 79th World Health Assembly [Internet]. [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.iapo.org.uk/node/15758

23. IAPO at 79th World Health Assembly [Internet]. [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.iapo.org.uk/node/15759

24. World Vision. PRESS RELEASE: World Vision Marks 56 Years of Transforming Children's Lives in Cambodia [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/cambodia/press-release-world-vision-marks-56-years-transforming-childrens-lives-cambodia

25. IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. #medicaleducation #wfmedeclaration [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_webinar-medicaleducation-wfmedeclaration-activity-7467252005317775360-rdLc

26. WONCA. World Organization of Family Doctors. #digitalhealth #healthequity #wonca [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_familymedicine-primarycare-digitalhealth-activity-7468591217732157440-zxzH

27. WFOT. World Federation of Occupational Therapists. World Day for Assistive Technology, on June 4, is the perfect opportunity for everyone— individuals, organizations, businesses, and policymakers from across the world—to come together and champion… [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfot_world-day-for-assistive-technology-on-june-activity-7467508036450963456-qjMc

28. IFA. International Federation on Ageing. #visionhealth #healthyageing [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_visionhealth-healthyageing-activity-7468682116545851394-uZ2D

29. MSF Brasil. Líbano: ataque israelense causa danos graves a hospital apoiado por MSF [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/libano-ataque-israelense-causa-danos-graves-a-hospital-apoiado-por-msf/

30. MSF Brasil. Pessoas continuam sendo mortas e feridas durante o cessar-fogo no Líbano [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/pessoas-continuam-sendo-mortas-e-feridas-durante-o-cessar-fogo-no-libano/

31. Progressive International. Limbo do sul: apesar do cessar-fogo, desabrigados libaneses ainda esperam por soluções políticas [Internet]. [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://progressive.international/wire/2026-06-04-limbo-in-the-south-despite-ceasefire-lebanons-displaced-still-await-political-pathway/pt-br/

32. MSF Brasil. “Parecia um pesadelo”: profissional de MSF relata ataques israelenses no norte de Gaza [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/parecia-um-pesadelo-profissional-de-msf-relata-ataques-israelenses-no-norte-de-gaza/

33. MSF Brasil. Cinco coisas que você precisa saber sobre a vida das pessoas na Palestina [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/cinco-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-vida-das-pessoas-na-palestina/

34. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. Colombia: liberación de dos personas en Arauca [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/colombia-liberacion-de-dos-personas-en-arauca-1

35. CARE. Mountain B. South Sudan hunger crisis: Children face malnutrition as health services collapse [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 4]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/south-sudan-hunger-crisis-health-services-malnutrition/

36. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Our planet is sending signals too hot to ignore [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_our-planet-is-sending-signals-too-hot-to-activity-7468564789171245056-xu-f

37. WONCA. World Organization of Family Doctors. Today is World Environment Day [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_worldenvironmentday-planetaryhealth-familymedicine-activity-7468666575361982465-Q_DV

38. Greenpeace International. 5 reasons why we need thriving coastal communities to protect the oceans [Internet]. Greenpeace International. [cited 2026 Jun 8]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/83982/5-reasons-need-thriving-coastal-communities-protect-oceans/

39. Greenpeace International. Greenpeace confronts NVIDIA CEO in Taipei with call for supply chain decarbonization [Internet]. Greenpeace International. [cited 2026 Jun 8]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/press-release/83801/greenpeace-confronts-nvidia-ceo-in-taipei-with-call-for-supply-chain-decarbonization/

40. World Vision. World Vision International Launches Climate-Smart Agriculture Project with Support from AECID [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/west-bank/world-vision-international-launches-climate-smart-agriculture-project-support-0

41. IAP. InterAcademy Partnership. #satelliteconstellations #spacegovernance #scienceforpolicy [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_s7statement-spacesustainability-satelliteconstellations-activity-7464932498603528192-GjlW

42. IAP. InterAcademy Partnership. #globalwarming #climatechange [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_s7-g7-globalwarming-activity-7464687699799584768-RtkN

43. IPPNW. Bridging Health and Peace at the 79th World Health Assembly [Internet]. IPPNW peace and health blog. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://peaceandhealthblog.com/2026/05/29/bridging-health-and-peace-at-the-79th-world-health-assembly/

44. NCD Alliance. NCDs discussed amid global health reform process and deep geopolitical divides [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/ncds-discussed-amid-global-health-reform-process-and-deep-geopolitical

45. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. Panamá acoge el Simposio regional sobre derecho internacional humanitario (DIH) en el marco del Bicentenario del Congreso Anfictiónico [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/panama-acoge-el-simposio-regional-sobre-derecho-internacional-humanitario-dih

46. CORE Group. Ebola outbreak continues in the Democratic Republic of the Congo [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_bundibugyo-ebola-ituri-activity-7467646231922745345-Deot

47. CORE Group. Uganda continues to evolve, community engagement is more critical than ever [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_drc-uganda-ebola-activity-7462908098903527424-tFdO

48. GAVI. Nishtar S, Hatchett R. Collaboration will be key in race for vaccine to control rare Ebola strain [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/collaboration-will-be-key-inrace-vaccine-controlrare-ebola-strain

49. Wellcome. The 2026 Bundibugyo Ebola outbreak: why R&D investment matters [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/2026-bundibugyo-ebola-outbreak-why-rd-investment-matters

50. GAVI. Gavi commits US$ 50 million to Bundibugyo Ebolavirus vaccines and outbreak response [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.gavi.org/news/media-room/gavi-commits-us-50-million-bundibugyo-ebolavirus-vaccines-and-outbreak-response

51. Gates Foundation. Mwase C. The peer coaching program getting men back on HIV/AIDS treatment in South Africa [Internet]; 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/hiv-coach-mpilo/

52. GAVI. The Conversation. Planes, trains and pandemics: Lessons from COVID-19 about travel risks posed by hantavirus and Ebola [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/planes-trains-and-pandemics-lessons-covid-19-about-travel-risks-posed-hantavirus

53. GAVI. Gavi statement on scaling innovative financing for the next pandemic [Internet]. 2026 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.gavi.org/news/media-room/gavi-statement-scaling-innovative-financing-next-pandemic

54. Solution B. Rights to Results: Political Prioritization of Disability Health Equity 20 Years After the CRPD [Internet]. [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://www.cpint.org/events/COSP19-DHEN

55. Followers 73. CURSO RESIDENCIAL DE EQUIDAD SOSTENIBLE [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/sustainablehealthequity_curso-residencial-de-equidad-sostenible-activity-7468418535321468928-qQvi

56. Wellcome Trust. Webb E. Explained: how El Niño impacts health [Internet].. 2023 [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/explained-how-el-nino-impacts-health

57. The Rockefeller Foundation. Embracing Local Practices Leads to Global Results [Internet]. [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://impactreport.rockefellerfoundation.org/stories/health-in-harmony

58. Bem-vindo! Você foi convidado para participar de um webinar: Stopping the Targeted Killing of Healthcare Workers and First Responders in the Middle East. Após a inscrição, você receberá um e-mail de confirmação sobre como ingressar no webinar [Internet]. Zoom. [cited 2026 Jun 3]. Available from: https://us02web.zoom.us/webinar/register/WN_AQsY3pUrSt6HU1ghhgIltg#/registration

59. Global Fund. The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria. 2026 [cited 2026 Jun 5]. Available from: https://www.theglobalfund.org/en/updates/2026/2026-05-27-global-fund-indonesia-us10-million-commitment-eighth-replenishment/

O mundo para e resiste: greves na Bolívia, virada do Banco Mundial e enfermeiras que derrotaram a privatização

El mundo se detiene y se resiste: las huelgas en Bolivia, el cambio de rumbo del Banco Mundial y las enfermeras que vencieron a la privatización

The world stops and resists: Bolivia's strikes, the World Bank's turnaround, and the nurses who beat privatization

Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho

Resumo: Neste informe, em nossa seção de Panorama Político-Econômico, analisamos a greve geral em curso na Bolívia contra o neoliberalismo extrativista, onde a resistência popular — camponeses, mineiros, setores indígenas — confronta a repressão estatal e o apoio estrangeiro ao presidente Paz. Nas Spring Meetings do FMI, o MENAFem expõe o silêncio violento da normalidade: as armadilhas dívida-austeridade funcionam como uma crise feminista, transferindo trabalho de cuidado não remunerado para as mulheres. Diante do Super El Niño, examinamos como a proibição das drogas impulsiona a destruição ambiental, empurrando a produção para fronteiras biodiversas e financiando a mineração ilegal. O Lancet Countdown 2026 revela o aumento da mortalidade por calor e a expansão da transmissão da dengue na Europa. Concluímos com uma proposta econômica feminista — cancelamento da dívida, justiça fiscal, sistemas públicos de cuidado, governança democrática — como central para desmantelar uma arquitetura global falida que prioriza credores em vez de vidas. Em nossa seção de Saúde, denunciamos a captura corporativa do NHS britânico pela Palantir, a misoginia dos Estados-Membros da OMS exposta na WHA79, e o estudo da Lancet que projeta até 22,6 milhões de mortes excessivas até 2030 devido a cortes na ajuda oficial ao desenvolvimento.

Palavras-chave: Economia feminista; dívida-austeridade; proibição de drogas; crise climática; Bolívia; FMI.

Resumen: *En este informe, dentro de nuestra sección «Panorama político-económico», analizamos la huelga general que se está desarrollando en Bolivia contra el neoliberalismo extractivista, donde la resistencia popular —campesinos, mineros, sectores indígenas— se enfrenta a la represión estatal y al apoyo extranjero al presidente Paz. En las Reuniones de Primavera del FMI, MENAFem denuncia el silencio violento de la normalidad: las trampas de la deuda y la austeridad funcionan como una crisis feminista, transfiriendo el trabajo de cuidados no remunerado a las mujeres. Ante el Super El Niño, examinamos cómo la prohibición de las drogas impulsa la destrucción ambiental, empujando la producción hacia fronteras ricas en biodiversidad y financiando la minería ilegal. El Lancet Countdown 2026 revela el aumento de la mortalidad por calor y la expansión de la transmisión del dengue en Europa. Concluimos con una propuesta económica feminista —cancelación de la deuda, justicia fiscal, sistemas públicos de cuidados, gobernanza democrática— como elemento central para desmantelar una arquitectura global fallida que prioriza a los acreedores en lugar de las vidas. En nuestra sección de Salud, denunciamos la captura corporativa del NHS británico por parte de Palantir, la misoginia de los Estados miembros de la OMS puesta de manifiesto en la WHA79, y el estudio de The Lancet que prevé hasta 22,6 millones de muertes excesivas para 2030 debido a los recortes en la ayuda oficial al desarrollo.*

Palabras clave: *Economía feminista; deuda-austeridad; prohibición de las drogas; crisis climática; Bolivia; FMI.*

Abstract: *For this report, on our Political-Economic Overview section, we analyze Bolivia's ongoing general strike against neoliberal extractivism, where popular resistance — campesinos, miners, Indigenous sectors — confronts state repression and foreign support for President Paz. At the IMF Spring Meetings, MENAFem exposes the violent silence of normalcy: debt-austerity traps function as a feminist crisis, transferring unpaid care work to women. Confronting Super El Niño, we examine how drug prohibition drives environmental destruction, pushing production into biodiverse frontiers and financing illegal mining. The Lancet Countdown 2026 reveals rising heat-related mortality and expanding dengue transmission across Europe. We conclude with a feminist economic proposal — debt cancellation, tax justice, public care systems, democratic governance — as central to dismantling a broken global architecture that prioritizes creditors over lives. In our Health section, we denounce Palantir's corporate capture of the UK's NHS, the WHO Member States' misogyny exposed at WHA79, and The Lancet study projecting up to 22.6 million excess deaths by 2030 due to ODA cuts.*

Keywords: *Feminist economics; debt-austerity; drug prohibition; climate crisis; Bolivia; IMF.*

Panorama político-econômico

Começamos novamente com a Bolívia e as greves gerais que já duram mais de 1 mês.

Junto à Bolívia, a Argentina, o Peru - que vai às urnas neste domingo para definir seu novo presidente, o Chile e o México têm sido palco de protestos, como vemos numa recente publicação do Democracy Now . Protestos liderados por sindicatos, estudantes e campesinos, todos ao redor de pautas similares: contra o empobrecimento da população, exigindo o pagamento de pensão a aposentados, o fim das medidas de austeridade e um sistema de seguridade social mais fortalecido, causas esperadas após os anos de governos neoliberais e suas medidas de desmonte e venda.

O People's World vem acompanhando os protestos da Bolívia que, atualmente com 100 pontos de bloqueio, já caracterizam um cenário de greve geral, com grande adesão da população Boliviana liderada pelos ponchos rojos.

"Por mais de dois meses, os povos indígenas e trabalhadores bolivianos têm protestado contra as medidas repressivas impostas pelo governo do presidente conservador Rodrigo Paz, no cargo desde 8 de novembro de 2025. Desde que assumiu, tem sido um ataque atrás do outro contra o padrão de vida e a estabilidade.

Seguindo a agenda de Paz, o parlamento da Bolívia eliminou a tributação sobre os super-ricos. O Decreto Presidencial 5503, emitido em dezembro, encerrou subsídios de longa data aos combustíveis e instituiu medidas de privatização. Posteriormente, os preços dos combustíveis dispararam. Combustíveis de baixa qualidade estão danificando carros e caminhões dos bolivianos, gerando custos com reparos.

Seu governo promulgou a Lei 1720 em abril, permitindo que pequenas propriedades rurais servissem como garantia para empréstimos bancários. Por meio de execuções hipotecárias, banqueiros e grandes proprietários de terra poderiam, assim, absorver cada vez menores lotes, transformando-os em grandes extensões para ampliar a mineração e a

agricultura em escala industrial. Os pequenos agricultores estão perdendo as proteções à posse da terra estabelecidas pela reforma agrária de 1953.

Tempos caóticos

Como era previsível, uma onda de oposição surgiu em resposta a todas essas medidas. Em 8 de abril, os povos indígenas dos departamentos de Pando e Beni, nas terras baixas da Amazônia, iniciaram uma marcha de 950 quilômetros até a capital da Bolívia, La Paz.

Já a principal central sindical do país, a Central Operária Boliviana (COB), exigia salários mais altos, melhores pensões, redução do preço da gasolina, limites para a privatização — e a renúncia do presidente Paz.

Juntos, os marchantes indígenas e os manifestantes da COB se reuniram em La Paz no dia 4 de maio. A COB representa poderosos sindicatos de mineradores e entidades trabalhistas de professores rurais, funcionários da saúde, trabalhadores do transporte e agricultores. No total, cerca de 70 sindicatos diferentes estavam presentes.

Uma aliança entre a FSTMB, federação dos sindicatos de trabalhadores de minas, e a CSUTCB, federação dos sindicatos de pequenos agricultores, foi emblemática da renovada unidade do movimento trabalhista contra o inimigo comum representado pelo presidente Paz.

Bloqueios de estradas apareceram em La Paz e na vizinha El Alto e se estenderam pelas rodovias que ligam a capital a Oruro, no norte amazônico. Até 29 de maio, 100 pontos de bloqueio estavam ativos em seis departamentos. Agora, bens essenciais não estão chegando às áreas periféricas. Trata-se essencialmente de uma greve geral."

Algumas ações de Evo Morales vêm sendo apontadas como motivadores iniciais da crise, porém - como destacado pelo artigo - o cenário se tornou crítico ao se juntarem às políticas neoliberais de La Paz com a intervenção dos Estados Unidos. Ao assumir o cargo, o La Paz restabeleceu as relações diplomáticas com os Estados Unidos e convidou a DEA (Agência Antidrogas dos EUA) de volta à Bolívia. Em resposta aos protestos, os Estados Unidos, em 15 de maio, uniram-se a oito governos regionais de direita em um comunicado apoiando o presidente Paz e condenando a greve. O secretário-geral de um sindicato de agricultores de Cochabamba relatou a chegada, em 28 de maio, ao Departamento de Santa Cruz, de um avião de carga Hércules da Força Aérea dos EUA transportando "munições e pessoal militar norte-americano" e o relatório de Cochabamba menciona atividades de coleta de inteligência dos EUA no Departamento de Santa Cruz. Santa Cruz é um importante centro de agronegócio e de produção de petróleo e gás, cujas elites enriquecidas pelo extrativismo estiveram ao lado dos agentes externos durante o golpe de Estado de 2019. Hoje, segunda-feira, oito de junho, o governo de La Paz anunciou a aprovação da lei de Estado de Exceção, autorizando o aumento de força contra os manifestantes.

Trazemos aqui a tradução de um documento oficial da Central Obrera Boliviana informando sobre a decisão de manter os bloqueios nacionais, pedindo a não perseguição política de seus organizadores (vemos informações sobre prisões, agressões policiais e violação dos direitos humanos) e pedindo a não intervenção de figuras políticas no processo.

RESOLUÇÕES DA REUNIÃO AMPLIADA NACIONAL DE EMERGÊNCIA

A Central Operária Boliviana, juntamente com suas organizações afiliadas, não afiliadas, COD's, COR's, autoconvocados e com todos os setores que assinaram a aliança de unidade pela Bolívia.

A Reunião Ampliada Nacional da Central Operária Boliviana, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

PRIMEIRO. - Exigir o fim de toda perseguição judicial contra nosso secretário executivo Mario Argollo, a anulação dos mandados de apreensão emitidos contra ele, o retiro das denúncias e processos promovidos contra ele por instâncias políticas e governamentais, bem como contra os dirigentes sindicais e sociais, e a imediata libertação dos detidos dos diferentes setores mobilizados.

SEGUNDO. - Não permitiremos que nenhum político ou ex-autoridades do passado queiram se pendurar nesta luta legítima e reivindicatória dos setores sociais e sindicais.

TERCEIRO. - Continuar com a luta e não se participará de nenhuma instância de diálogo até conseguir a única demanda do povo mobilizado, que é a RENÚNCIA DE RODRIGO PAZ PEREIRA.

QUARTO. - REITERA-SE que todo ponto de bloqueio em nível nacional deve habilitar de maneira permanente corredores humanitários e rotas de emergência para ambulâncias, pacientes, pessoal de saúde, medicamentos, oxigênio medicinal, alimentos essenciais para hospitais e abrigos, pessoas com deficiência, mulheres grávidas, meninas, meninos, adolescentes, idosos e qualquer pessoa cuja vida, saúde ou integridade esteja em risco.

La Paz, 31 de maio de 2026

"A emancipação dos trabalhadores será obra deles mesmos”

Ainda sobre os malefícios das políticas neoliberais, recebemos com surpresa o novo relatório do BM apresentado na UNICAMP nos últimos dias de maio que - ao voltar atrás frente à décadas de políticas formuladas na instituição - retoma o Estado como figura central na política de desenvolvimento industrial. O relatório traz orientações práticas, baseadas em evidências de mais de 60 países e identifica 15 instrumentos de política industrial, organizados em três grupos: insumos públicos direcionados, incentivos de mercado e intervenções macroeconômicas. A grande revelação que o BM fez a si mesmo - porque o resto do mundo já sabia - foi essa: a política industrial nunca desapareceu, os governos que realmente foram triunfantes em seu desenvolvimento industrial sempre contaram com subsídios.

“No relatório, o diagnóstico é de que a visão anterior “envelheceu mal como um disquete”. “[O novo relatório é] basicamente um reconhecimento de que as evidências acumuladas ao longo dos últimos 30 anos mostram que vários países — ricos e em desenvolvimento — fizeram política industrial com resultados importantes.”

Segundo ele, o estudo mapeou experiências em mais de 180 países e concluiu que a política industrial tem maior possibilidade de ser replicada do que se imaginava nos anos 1990. “Os professores da Unicamp certamente dirão que essas evidências já existiam antes. Mas o importante é que agora o Banco Mundial reconhece isso institucionalmente.”

Chiliatto comparou o papel da instituição ao de um banco de desenvolvimento. “O Banco Mundial funciona, em certa medida, como um BNDES global. Ele oferece financiamento de longo prazo para infraestrutura, energia e políticas públicas, mas também leva conhecimento e experiências acumuladas em diferentes países.” Como exemplo, cita a parceria da instituição na criação do Bolsa Família. “Quando o presidente Lula lançou o programa, o Banco Mundial

participou do desenho da política, da concepção e da construção do Cadastro Único. Depois, essa experiência brasileira foi levada para vários países africanos", conta.

Segundo o diretor, países emergentes como Brasil, México, Colômbia e Indonésia passaram a defender que o Banco Mundial também pudesse atuar como parceiro em estratégias de política industrial. "Se o banco podia colaborar em políticas sociais, por que não poderia colaborar também em política industrial? Essa demanda foi crescendo ao longo do tempo." Para Chiliatto, o novo relatório representa justamente essa mudança institucional. "É uma revisão importante. Quando novas evidências mostram que uma posição estava equivocada, é preciso revê-la. Na ciência, é assim que funciona."

"O relatório recebe críticas tanto de economistas heterodoxos quanto ortodoxos. Muitos dizem que essa mudança ainda é tímida, e essa crítica faz sentido. O banco continua insistindo na importância de fundamentos como educação, infraestrutura, estabilidade macroeconômica e responsabilidade fiscal", destaca. Ainda assim, Chiliatto considera que a mudança já representa um passo significativo. "O fato de o Banco Mundial reconhecer explicitamente que políticas industriais podem funcionar e serem replicáveis já é uma transformação institucional importante."

Aproveitando o espaço para questionar os protocolos das Instituições Financeiras Internacionais, trazemos um novo texto de Attiya Waris, Especialista Independente da ONU sobre a dívida externa e os direitos humanos, sobre a necessidade de criação de um mecanismo permanente e global para a reestruturação da dívida soberana. A especialista argumenta que os atuais processos são lentos, desiguais e prejudiciais aos países em desenvolvimento, especialmente os africanos. A proposta central é que esse mecanismo seja sediado mais próximo dos devedores do que dos credores - permitindo uma melhor compreensão das realidades econômicas e das necessidades de desenvolvimento dos países endividados. Com uma perspectiva continental, o mecanismo seria vinculado à União Africana, ao Banco Africano de Desenvolvimento e ao Fórum Africano de Administradores Tributários, além de contar com a expertise da Comissão Econômica da ONU para o continente África.

O texto sugere que o novo mecanismo se inspire no atual Common Framework, mas supere suas limitações, especialmente a dependência da cooperação voluntária dos credores e a falta de incentivos para a participação privada. Para isso, propõe a criação de incentivos adicionais, como melhorias de crédito, cláusulas de ação coletiva e instrumentos de recuperação de valor. O mecanismo deve vir acompanhado de um sistema de alerta precoce aprimorado e deve ser aplicável tanto de forma preventiva quanto após o calote.

Os princípios fundamentais propostos incluem justiça, transparência, responsabilidade, eficiência e cooperação internacional, com base nos princípios da ONU para processos de reestruturação da dívida e nos princípios de legitimidade fiscal. A reestruturação deve ser ancorada em um quadro de direitos humanos, garantindo que os países devedores não sejam pressionados a adotar medidas fiscais regressivas que prejudiquem a proteção de direitos fundamentais.

Quanto às barreiras políticas, o texto reconhece que a resistência virá de credores que priorizam a segurança de sua riqueza. No entanto, aponta que países que compartilham desafios semelhantes, como os 22 países sujeitos a sobretaxas ou os 26 países na lista cinza ou negra de jurisdições não cooperantes, podem formar uma aliança para pressionar pela adoção do mecanismo. A solução proposta inclui três etapas: formar uma aliança de estados devedores, obter clareza sobre seus desafios comuns e ganhar apoio para a posição dentro de áreas de livre

comércio. As recomendações finais são cinco. Primeiro: a África do Sul deve usar sua liderança no G20 para recomendar o estabelecimento do mecanismo global e encomendar um estudo de viabilidade sobre moratórias automáticas da dívida e participação justa dos credores. Segundo: a União Africana, como membro permanente do G20, deve defender o mecanismo e mobilizar consenso global para reformas que garantam previsibilidade e inclusão. Terceiro: deve ser formado um "Clube de Devedores", reunindo países que pagam sobretaxas e aqueles na lista cinza, impulsionado por blocos regionais como a ECOWAS, SADC e COMESA. Quarto: os estados africanos devem adotar urgentemente a Agência Africana de Classificação de Risco de Crédito em vez das três grandes agências privadas sediadas nos EUA, que são não regulamentadas. Quinto: a União Africana deve liderar uma posição unificada pela repatriação urgente de ativos estatais no exterior, com base nas experiências do Egito, Marrocos, Tunísia e Líbia, e levando essa posição ao G20. As posições reforçam princípios de equidade, autonomia e solidariedade entre os países devedores.

> *O mecanismo deve ser baseado nos princípios de legitimidade fiscal, além dos princípios relevantes de direitos humanos. Os princípios de legitimidade fiscal incluem justiça, equidade, transparência, accountability (prestação de contas) e responsabilidade, bem como eficiência e eficácia.*
>
> *Justiça: Refere-se aos Princípios da ONU para Processos de Reestruturação da Dívida Soberana. Mais especificamente, esses princípios envolvem o seguinte: a soberania dos estados devedores deve ser mantida na formulação de suas políticas macroeconômicas; devedores soberanos e seus credores devem demonstrar boa-fé; todas as partes envolvidas no acordo de reestruturação devem agir de forma aberta e transparente; os envolvidos na reestruturação devem permanecer imparciais; todas as partes interessadas devem receber tratamento equitativo; os estados soberanos devem gozar de imunidade à jurisdição e julgamentos estrangeiros; a legitimidade de todos os aspectos da reestruturação deve ser assegurada; a solução de reestruturação deve ser sustentável; e o acordo de reestruturação deve ser aprovado pela maioria dos credores. Além disso, o roteiro e o guia da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) para acordos de dívida soberana preveem que os estados devedores incluam cláusulas de ação coletiva, cláusulas de resolução de disputas e cláusulas sobre suspensão de pagamentos e suspensão de litígios em seus instrumentos de dívida.*
>
> *Equidade: Quando um tomador soberano não consegue pagar suas dívidas, os credores são obrigados a agir de boa-fé e cooperar para reestruturar rapidamente as obrigações das partes.*
>
> *Transparência: Os devedores são obrigados a se comunicar com seus credores em tempo hábil caso uma reestruturação se torne inevitável. Isso virá acompanhado de demandas correspondentes para que as instituições financeiras se envolvam nas renegociações da dívida. Em primeiro lugar, os devedores devem garantir, antecipadamente, que os negociadores sejam totalmente transparentes sobre sua posição de negociação, incluindo quaisquer demandas que possam ter em relação às decisões de política fiscal. Em segundo lugar, as instituições financeiras devem apoiar o aumento progressivo da arrecadação de receitas. No mínimo, as instituições financeiras internacionais devem se comprometer explicitamente a não incluir quaisquer restrições a políticas progressivas de aumento de receita em suas próprias posições de negociação. Em terceiro lugar, essas posições de negociação devem ser baseadas em evidências.*
>
> *Accountability (prestação de contas): Os negociadores dos países não devem aceitar restrições à capacidade de seus países de aumentar receitas no futuro. Eles também não devem ser pressionados a direcionar o aumento de receitas para medidas fiscais regressivas, como o IVA, ou para medidas fiscais progressivas, como impostos sobre riqueza e impostos sobre lucros*

extraordinários. Além disso, os negociadores dos países devem resistir à pressão para não usar o espaço fiscal para proteger os direitos humanos por meio de gastos públicos inclusivos.

Responsabilidade: Os Princípios da UNCTAD sobre Promoção de Empréstimos e Tomadas de Empréstimos Soberanos Responsáveis estabelecem que a reestruturação da dívida é uma responsabilidade compartilhada tanto pelos credores quanto pelos tomadores soberanos.

Eficiência e eficácia: A maneira mais fácil e simples de arrecadar recursos financeiros é coletar grandes quantias de grandes contribuintes, o que seria o equivalente a coletar quantias menores de centenas de pequenos contribuintes. A primeira abordagem de arrecadação tem menor custo e é uma fonte maior de receita.

Cooperação e assistência internacional: Os Princípios Orientadores sobre Avaliações de Impacto nos Direitos Humanos das Reformas Econômicas exigem o uso do máximo de recursos disponíveis para a realização progressiva dos direitos humanos. Isso impõe aos estados a obrigação de gerar recursos potenciais de forma sustentável, o que exige que busquem assistência e cooperação internacional. Um exemplo de assistência e cooperação internacional seria a assistência financeira e técnica, como aquela obtida por meio da reestruturação da dívida.

Além dos princípios de legitimidade fiscal acima mencionados, a reestruturação da dívida deve ser ancorada em um quadro de direitos humanos, informada pelos Princípios Orientadores sobre Dívida Externa e Direitos Humanos (A/HRC/20/23) e pelo princípio dos direitos humanos de cooperação e assistência internacional.

Pulando de possibilidades de superação da estrutura da dívida para Assembleia Geral, trazemos comentários acerca do apoio dado no final de maio pela instituição, que ratifica a decisão da Corte Internacional de Justiça (ainda em 2025), reconhecendo a obrigação dos Estados de promover proteção e mitigação contra as mudanças climáticas. A resolução, elaborada por Vanuatu - uma nação insular do Pacífico que está na linha de frente da crise climática, cuja pátria corre o risco de desaparecer nos próximos anos - e por vários outros países, foi adotada após intensas discussões, incluindo múltiplas emendas propostas, com 141 votos a favor, oito contra e 28 abstenções. Os países que votaram contra foram Bielorrússia, Irã, Israel, Libéria, Rússia, Arábia Saudita, Estados Unidos e Iêmen.

“Quando a Corte Internacional de Justiça (CIJ), o principal órgão judicial da ONU, decidiu em julho de 2025 que os Estados têm a obrigação de proteger o meio ambiente das emissões de gases de efeito estufa, a decisão foi saudada como um avanço. O chefe da ONU a descreveu simplesmente como "uma vitória para o nosso planeta". A Corte também decidiu que, se os Estados violarem essas obrigações, eles são legalmente responsáveis e podem ser legalmente obrigados a interromper a conduta ilegal, oferecer garantias de que não se repetirá e fazer reparação integral, dependendo das circunstâncias.

Embora as opiniões consultivas da CIJ não sejam vinculativas, elas carregam significativa autoridade legal e moral – ajudando a esclarecer e desenvolver o direito internacional ao definir as obrigações legais dos Estados. A adoção pela Assembleia Geral da ONU na quarta-feira, dando seguimento à decisão, envia uma forte mensagem de que enfrentar a crise climática é um dever jurídico nos termos do direito internacional, e não apenas uma escolha política. "O mais alto tribunal do mundo falou", respondeu Guterres. "Hoje, a Assembleia Geral respondeu."

A resolução pede que todos os Estados-Membros da ONU tomem todas as medidas possíveis para evitar causar danos significativos ao clima e ao meio ambiente, incluindo as emissões produzidas dentro de suas fronteiras, e que cumpram seus compromissos climáticos

existentes sob o Acordo de Paris. Os governos são instados a cooperar de boa-fé e coordenar esforços continuamente para enfrentar as mudanças climáticas globalmente e garantir que as políticas climáticas protejam os direitos à vida, à saúde e a um padrão de vida adequado.

Em comunicado divulgado após a votação na Assembleia Geral, Guterres declarou que aqueles que são menos responsáveis pelas mudanças climáticas estão pagando o preço mais alto e que o caminho para a justiça climática "passa por uma transição rápida, justa e equitativa, dos combustíveis fósseis para as energias renováveis". O Secretário-Geral da ONU observou que as energias renováveis provaram ser a forma de energia mais barata e segura e que a meta de manter o aumento da temperatura global em não mais que 1,5 grau acima dos níveis pré-industriais ainda está ao nosso alcance."

O posicionamento de ratificação da instituição a CIJ encontra urgência, já que 2026 está sendo ameaçado pelas possibilidades destrutivas do que foi nomeado Super El Niño e será uma ameaça direta à vida de milhares de pessoas, se manifestando como novas ondas de calor, secas e incêndios florestais nos próximos meses, como alerta a OMM (Organização Meteorológica Mundial)

"A OMM, o órgão das Nações Unidas que monitora o clima e o tempo globais, afirmou que as condições de El Niño são resultado de águas oceânicas excepcionalmente quentes no Pacífico tropical. "Esta atualização é importante porque o El Niño é um dos principais drivers dos padrões climáticos e meteorológicos globais. Um oceano mais quente adiciona calor e umidade ao sistema climático, o que pode agravar os extremos climáticos, incluindo ondas de calor e chuvas intensas", disse a Secretária-Geral da OMM, Celeste Saulo, durante uma coletiva de imprensa.

"A ciência é clara: o El Niño está chegando à nossa porta nos próximos meses com 90% de certeza. O mundo deve tratá-lo como o alerta climático urgente que ele é. As condições de El Niño vão atiçar ainda mais o fogo de um mundo já em aquecimento", declarou o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, em um comunicado em vídeo. "Os impactos atingirão ainda mais duramente, viajarão ainda mais longe e cruzarão fronteiras com velocidade devastadora."

Um artigo da The Lancet publicado na The Lancet Planetary Health publicado em abril deste ano e de título "Closer to the edge" que analisa, a partir da conferência de Santa Marta, como estamos nos momentos finais para colocarmos em curso uma transição significativa - em termos restaurativos - dos combustíveis fósseis.

"Em abril, em Santa Maria, na Colômbia, os Países Baixos e a Colômbia co patrocinaram uma conferência onde uma chamada coalizão de nações dispostas poderia discutir seriamente como eliminar gradualmente o uso de combustíveis fósseis. As evidências científicas, compiladas sob os relatórios do IPCC, há muito deixam clara a necessidade de eliminar os combustíveis fósseis para evitar as piores consequências das mudanças climáticas. No âmbito do processo da COP da ONU, qualquer adoção multilateral de políticas para acabar com o uso de combustíveis fósseis tem sido efetivamente bloqueada por estados petroleiros e pela influência corporativa. A conferência de Santa Maria oferece uma esperança nascente de que pelo menos alguns países possam agir rapidamente para fazer a transição de seus sistemas energéticos.

Globalmente, as circunstâncias parecem maduras para uma aceleração em direção às energias renováveis. A guerra entre EUA e Irã e o fechamento do Estreito de Ormuz, e a guerra muito mais longa entre Rússia e Ucrânia, expuseram a instabilidade de um sistema energético dependente de combustíveis fósseis comercializados globalmente, em comparação com as

renováveis que podem ser instaladas e gerar energia perto do local de necessidade. O caso econômico também melhorou à medida que o custo de instalação e compra de energia renovável continua diminuindo em relação aos combustíveis fósseis.

Em meio a esses sinais encorajadores de que a transição para longe dos combustíveis fósseis pode estar prestes a acelerar, surgiram algumas percepções alarmantes sobre o ritmo de mudança necessário para evitar impactos graves das mudanças climáticas. Uma postagem recente do cientista de clima e sustentabilidade Paul Behrens delineia uma posição de boas e más notícias. A tendência decrescente das emissões globais de gases de efeito estufa deslocou as projeções do clima futuro provável de um aquecimento mais extremo para um aquecimento mais moderado de 2,7°C até 2050. No entanto, evidências acumuladas sugerem que pontos de inflexão perigosos nos sistemas terrestres, uma vez considerados como exigindo 5°C de aquecimento, podem ocorrer com apenas 2°C de aquecimento.

Algumas publicações recentes confirmam a sugestão de que parecemos mais vulneráveis a vários pontos de inflexão do que se supunha anteriormente. Um estudo de Valentin Portmann e colegas sugere que trabalhos de modelagem anteriores subestimaram substancialmente a probabilidade de uma desaceleração severa da Circulação de Retorno do Atlântico Meridional (AMOC) até 2100 sob as trajetórias atuais das mudanças climáticas. Uma desaceleração ou mesmo colapso da AMOC produziria mudanças catastróficas nos padrões de precipitação e temperatura no norte da África e na Europa.

A floresta amazônica – um ecossistema de importância global – está sob pressão tanto do desmatamento quanto do aumento das temperaturas. Um artigo de Nico Wunderling e colegas destaca como os efeitos sinérgicos do desmatamento e das mudanças climáticas podem estar empurrando a floresta amazônica para mais perto de uma mudança de bioma. A modelagem de Wunderling sugere que, se o desmatamento aumentasse dos atuais 18% para 22-28%, um aumento da temperatura global de apenas 1,5-1,9°C poderia criar uma cascata que transformaria dois terços da Amazônia em florestas degradadas e savanas.

A elevação do nível do mar é a maior ameaça das mudanças climáticas para pequenas nações insulares e comunidades costeiras. O nível global do mar subiu 10 cm desde 1993 e a taxa de elevação do nível do mar tem aumentado a cada ano. Katharina Seeger e Philip Minderhoud sugerem que a maioria dos modelos anteriores de avaliação de impacto de riscos subestimou substancialmente o impacto potencial da futura elevação do nível do mar. Seeger e Minderhoud estimam que uma elevação de 100 cm no nível do mar até 2100 (no limite superior das projeções do IPCC) resultaria em 31-37% mais área de terra abaixo do nível do mar do que o estimado anteriormente e impactaria diretamente mais 77-132 milhões de pessoas.

Pode ser tentador interpretar excessivamente qualquer momento político ou econômico específico, mas os mais esperançosos entre nós podem arriscar perguntar: "estamos à beira de algo"? Em muitos países, os fatores de atração e repulsa para aposentar os combustíveis fósseis – além de evitar o colapso climático – são fortes: maior estabilidade, independência, menor custo e benefícios diretos à saúde e bem-estar, como ar mais limpo. No entanto, existem escolhas que podem minar o progresso na descarbonização – o desvio de combustíveis fósseis para outros setores, como a produção de plásticos, ou o crescimento de uma indústria global de IA sedenta por energia, são apenas dois exemplos. Ao avaliar as opções de políticas, precisamos cada vez mais considerar nossa proximidade com os pontos de inflexão ambientais. Uma vez considerados riscos futuros distantes, estes agora parecem cada vez mais cenários críveis de médio prazo que precisamos entender para tomar decisões informadas. Se

não virmos esses riscos explicitamente considerados na tomada de decisões, pode ser que os formuladores de políticas estejam simplesmente esperando que eles não ocorram. Isso parece uma estratégia cada vez mais ingênua e inadequada."

Fechando o Panorama Político-Econômico, trazemos um artigo do Instituto Tricontinental publicado no início do mês passado e intitulado "O Futuro". Dividido em três partes (I: Ruptura, II: Construindo o futuro, III: Esperança), o artigo apresenta o futuro como campo de disputa, como possibilidade disruptiva de um presente permanente. O texto está disponível em Português.

"Na linguagem dominante do poder, o futuro é apresentado como uma extensão neutra do presente. É medido em calendários, projetado em curvas de crescimento e gerenciado por meio de previsões. Nessa perspectiva, o futuro não é algo pelo qual se deva lutar, mas algo pelo qual se deve esperar. Chega automaticamente, como a página seguinte de um livro contábil. Essa visão do futuro é profundamente conservadora. Isso pressupõe que as estruturas de exploração, hierarquia e dominação que definem o presente serão simplesmente otimizadas, em vez de derrubadas. Essa visão do futuro é reproduzida por todas as principais instituições da sociedade capitalista — como a mídia, as escolas, as universidades, think tanks e as fundações filantrópicas —, que insistem em slogans vazios sobre mudança, mas, na verdade, pregam o evangelho de que "não há alternativa" ao sistema capitalista que nos sufoca.

Na nossa opinião, o futuro não é uma data no calendário. É um rompimento. Uma ruptura com a ordem existente, uma transformação estrutural das relações sociais, do poder político e das possibilidades humanas. Falar do futuro dessa maneira não é entregar-se à fantasia, mas recuperar uma dimensão da política que foi deliberadamente suprimida: a capacidade de imaginar e construir um mundo fundamentalmente diferente daquele em que vivemos, um mundo que os projetos socialistas e de libertação nacional dos séculos XX e XXI buscaram construir e, mesmo com seus limites, começaram a concretizar. Essa visão rejeita as ideias de continuidade controlada (reformismo) e colapso não planejado (catastrofismo). A classe dominante cria uma série de futuros falsos: mitos do empreendedorismo, do capitalismo verde e da segurança militarizada — mas nada que tenha qualquer conteúdo emancipatório."

Saúde

Em Saúde, nos dividimos entre Cuba, Gaza e Austrália, vendo três lados de um projeto genocida internacional - afinal, qual seria o objetivo final ao se destruir um sistema de saúde e a possibilidades de manutenção da vida?

Em Cuba, vemos a escalada das sanções genocidas dos Estados Unidos contra o projeto socialista da ilha levar a um aumento intenso da mortalidade de infantes e gestantes - que até mêses atrás era praticamente nula, como é mostrado por uma entrevista da Presidente da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia de Cuba, Doutora Couto, a Belly of the Beast.

"Nos últimos dias, organizações da sociedade civil cubana denunciaram o impacto devastador da guerra econômica do governo dos Estados Unidos contra o povo cubano. A doutora Dayana Couto Núñez, presidente da Sociedade Cubana de Ginecologia e Obstetrícia, afirma que a escassez de medicamentos, suprimentos médicos, tecnologia e combustível está afetando cirurgias, ultrassons, exames diagnósticos e a assistência materna. Segundo Couto, a situação está dificultando a detecção precoce de más formações congênitas e o cuidado com bebês prematuros e de baixo peso ao nascer, que frequentemente requerem medicamentos especializados e equipamentos neonatais de alta tecnologia. "Nem nossas mulheres nem nossas

crianças têm culpa", disse ela. "Elas precisam de atendimento médico, medicamentos e recursos de qualidade."

Em Gaza - apesar da visível baixa na cobertura midiática - uma outra frente do genocídio continua.

A expressão mais velada atualmente talvez seja o "Board of Peace" de Trump que, mais de meio ano depois de ter anunciado um acordo de cessar-fogo para encerrar a ofensiva militar de Israel, promoveu nenhuma mudança ou avanço no estabelecimento da paz. Autoridades em Gaza, grupos de direitos humanos e organizações de ajuda estão alertando que, apesar do cessar-fogo nominal, Israel ainda está usando a comida como arma de guerra enquanto famílias palestinas, sem abrigo adequado, estão sendo obrigadas a viver em condições deploráveis e inseguras.

Cerca de 940 pessoas em Gaza foram mortas desde que o suposto cessar-fogo entrou em vigor em outubro de 2025 e aproximadamente um terço dos mortos desde o cessar-fogo foram alvejados perto da chamada linha amarela que demarca quase dois terços do território de Gaza onde as tropas terrestres israelenses permanecem destacadas, de acordo com o escritório de direitos humanos da ONU.

"As informações disponíveis levantam sérias preocupações de que o exército israelense esteja atirando e matando supostos civis simplesmente com base em sua proximidade da chamada linha amarela, o que equivaleria a assassinatos ilegais e, portanto, crimes de guerra", disse Ajith Sunghay, chefe do escritório de direitos humanos da ONU no território palestino ocupado, à Reuters. Os mortos em Gaza também incluem dezenas de policiais civis, muitos mortos enquanto estavam em serviço, enquanto gangues armadas apoiadas por Israel tentam minar as tentativas das autoridades em Gaza de manter a ordem civil. Israel também assassinou os líderes da ala militar do Hamas em suas próprias casas, junto com seus familiares, bem como o filho do principal negociador do Hamas.

Somente em abril, pelo menos 111 pessoas, incluindo 18 crianças e sete mulheres, foram mortas em ataques aéreos israelenses, bombardeios de artilharia, ataques de drones e tiros em Gaza."

O silêncio da mídia encontra a constante respostas de grupos organizados em defesa da soberania Palestina.

Entre eles, o grupo de estudantes de Gaza participou de um intercâmbio internacional virtual, com as conversas e palestras teóricas sobre saúde sendo atravessadas realidades vividas onde o acesso a cuidados, eletricidade, água limpa e segurança não eram determinantes abstratos, mas incertezas diárias.

Em Gaza, dois milhões de pessoas estão presas numa estrutura que objetiva destruir toda e qualquer possibilidade de manutenção da vida, com bombardeios, escuridão e escassez. Hospitais operam sem eletricidade; medicamentos são bloqueados ou quase impossíveis de encontrar. O acesso à água limpa é um privilégio.

"Nosso intercâmbio reuniu estudantes de Gaza com outros de diferentes países. As discussões sobre saúde foram além da teoria, refletindo realidades onde os determinantes sociais da saúde não são conceitos abstratos, mas condições imediatas que moldam a sobrevivência. Tornou-se cada vez mais aparente que a verdadeira conscientização não deve significar simplesmente saber que a guerra existe, mas também questionar como a opressão

desmantela a saúde, a dignidade e qualquer senso de vida normal – e até mesmo o menor ato de viver se torna resistência. Mesmo depois de construir esse tipo de conscientização, a questão permaneceu: o que as pessoas farão com a informação que recebem?"

Na Itália, vemos os trabalhadores dos Portos novamente mostrando a verdadeira cara do proletariado ao gritarem "Nós não carregamos a morte" ao se negarem a transportar armas para as embarcações e que tem como objetivo "Acabar com a economia da guerra".

Para encerrar nosso informe com uma boa notícia: as enfermeiras australianas reverteram a privatização de um hospital!

"Em abril de 2026, o Hospital Northern Beaches retornou à administração pública — encerrando oito anos de privatização fracassada e validando mais de uma década de campanha do Sindicato das Enfermeiras e Parteiras de Nova Gales do Sul (NSWNMA). A reversão é significativa: é uma evidência concreta de que as parcerias público-privadas na saúde fracassam e que a pressão sindical pode forçar os governos a agir.

Em 29 de abril de 2026, o Hospital Northern Beaches (NBH) em Sydney foi oficialmente transferido para a propriedade pública sob o sistema de saúde de Nova Gales do Sul. Para o NSWNMA, esse momento foi o resultado de mais de uma década de organização sustentada, campanhas e advocacy. O sindicato começou a lutar contra a privatização do Hospital Northern Beaches há 13 anos, quando alertou o governo anterior da coalizão conservadora que sua parceria público-privada com a Healthscope seria prejudicial para a população da região Northern Beaches. O sindicato fez campanha longa e dura contra a administração e propriedade privadas do hospital, realizando protestos do lado de fora do hospital, bem como nos antigos locais dos hospitais Manly e Mona Vale.

O sindicato já havia vencido batalhas semelhantes em outros lugares. O NSWNMA derrotou os planos de privatização da coalizão conservadora para cinco hospitais regionais — Bowral, Wyong, Goulburn, Maitland e Shellharbour — mas a privatização do Northern Beaches foi adiante. A trágica morte de Joe Massa, de dois anos de idade, em setembro de 2024 no hospital, trouxe as falhas do hospital para o foco público agudo. Seus pais se tornaram defensores incansáveis da transição para a propriedade pública. Um relatório do Auditor-Geral constatou que o modelo de privatização não permitiu que o NBH fornecesse serviços de saúde adequados e criou tensão entre os motivos de lucro e os resultados de saúde.

O governo de Nova Gales do Sul comprou o hospital, de 494 leitos, por 190 milhões de dólares em outubro de 2025. E, finalmente, em abril de 2026, o hospital foi formalmente trazido de volta ao sistema público. "Estamos aliviados que este marco finalmente chegou, depois de levantarmos preocupações sobre pessoal e segurança no Hospital Northern Beaches por anos. Nosso sindicato começou a lutar contra a privatização do NBH há 13 anos, quando alertamos o governo anterior da coalizão conservadora que esta parceria público-privada seria prejudicial para o povo da região Northern Beaches. Hoje é uma oportunidade não apenas para celebrar o hospital voltando às mãos públicas, mas também para reconhecer que isso nunca deveria ter ocorrido em primeiro lugar", disse Michael Whaites, Secretário-Geral do NSWNMA.

Katrina Bough, Secretária-Geral Adjunta do NSWNMA, disse que as enfermeiras e parteiras que trabalham no Hospital Northern Beaches lutaram longa e arduamente por essa vitória, defendendo o cuidado seguro ao paciente e serviços de saúde de qualidade. "Elas nunca desistiram da luta para tirar o hospital das mãos privadas", disse Bough. "Nossas membros também defenderam fortemente que seus direitos fossem mantidos, e a recente decisão

tributária sobre a transição das férias anuais foi uma importante vitória sindical para enfermeiras e parteiras." Ela informou que a equipe agora espera que suas condições melhorem, incluindo a implementação de proporções enfermeiro-paciente como as de seus colegas de hospitais públicos, o que levará a um local de trabalho mais seguro e cuidados de qualidade.

Há evidências esmagadoras de que as parcerias público-privadas não são o modelo certo para fornecer serviços públicos de saúde à comunidade. A vitória em Northern Beaches se soma a esse corpo de evidências — e ao argumento de que, quando os sindicatos se organizam consistentemente e continuam a defesa, a privatização pode ser revertida.”

Sul Global

Sur Global

Global South

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro

Resumo: O principal destaque do **UNOSSC** foi a promoção de seu Marco Estratégico 2026-2029 e da proposta de criação da Global Alliance on South-South and Triangular Cooperation. A iniciativa busca conectar países em desenvolvimento a financiamento, conhecimento, tecnologias e parceiros de implementação, fortalecendo o papel do Sul Global e refletindo uma tendência crescente de utilização de alianças multissetoriais para acelerar a implementação dos ODS. O **G77 e China** concentrou suas intervenções na iniciativa ONU80 e na reforma do sistema de desenvolvimento da ONU. O Grupo defendeu a centralidade do desenvolvimento e da erradicação da pobreza, a preservação dos mandatos de desenvolvimento, o fortalecimento do financiamento ao sistema ONU e a ampliação do apoio aos países em desenvolvimento. Também reiterou que as reformas devem ser conduzidas pelos Estados-membros, de forma transparente e inclusiva, sob supervisão da Assembleia Geral e do ECOSOC. Sobre a **cooperação Sul-Sul do Brasil**, a ABC destacou iniciativas de cooperação Sul-Sul e multilateral voltadas à proteção da infância, segurança alimentar, integração regional e desenvolvimento sustentável. Entre os destaques estão a divulgação de um balanço de 11 anos da parceria Brasil-UNICEF, a apresentação da experiência brasileira de alimentação escolar em evento da FAO, o fortalecimento da cooperação técnica com o Suriname em áreas estratégicas para a Amazônia e a repercussão do Relatório Anual 2025 da ONU no Brasil. Em conjunto, as iniciativas reforçam a projeção internacional de políticas públicas brasileiras e o papel da cooperação como instrumento de desenvolvimento, integração regional e implementação da Agenda 2030. O Movimento dos Países Não Alinhados (**MNA**) concentrou sua atuação na defesa da solidariedade entre países do Sul, na cooperação em saúde e nos impactos das sanções unilaterais. Destacaram-se a intervenção do Vietnã em apoio a Cuba na ONU, a ampliação da cooperação Cuba-Vietnã em saúde e envelhecimento e os desafios enfrentados por Uganda, atual presidente do Movimento, diante do surto de Ebola. As iniciativas reforçam temas centrais da agenda do MNA, como soberania, acesso equitativo à saúde e fortalecimento da cooperação Sul-Sul. O **Centro Sul** destacou debates sobre adaptação climática na SB64 e sobre as desigualdades no comércio global de serviços, defendendo maior espaço para os países em desenvolvimento na governança digital e econômica. Também publicou estudo alertando que regras de comércio digital podem limitar a capacidade regulatória dos países sobre dados e inteligência artificial.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Abstract: *The main highlight from UNOSSC was the promotion of its 2026–2029 Strategic Framework and the proposal to establish the Global Alliance on South-South and Triangular Cooperation. The initiative aims to connect developing countries with financing, knowledge, technologies, and implementation partners, strengthening the role of the Global South and reflecting a growing trend toward multi-stakeholder alliances to accelerate SDG*

implementation. The G77 and China focused their interventions on the UN80 Initiative and the reform of the UN development system. The Group emphasized the centrality of development and poverty eradication, the preservation of development mandates, stronger financing for the UN system, and enhanced support for developing countries. It also reiterated that reforms should be Member State-led, transparent, and inclusive, under the oversight of the General Assembly and ECOSOC. Regarding Brazil's South-South cooperation agenda, the Brazilian Cooperation Agency (ABC) highlighted South-South and multilateral initiatives related to child protection, food security, regional integration, and sustainable development. Key developments included the publication of an 11-year review of the Brazil–UNICEF partnership, the presentation of Brazil's school feeding experience at an FAO event, the strengthening of technical cooperation with Suriname in strategic areas for the Amazon region, and the dissemination of the UN Brazil 2025 Annual Report. Together, these initiatives reinforce the international visibility of Brazilian public policies and the role of cooperation as a tool for development, regional integration, and implementation of the 2030 Agenda. The Non-Aligned Movement (NAM) focused on promoting solidarity among developing countries, health cooperation, and the impacts of unilateral sanctions. Major developments included Vietnam's intervention at the UN in support of Cuba, the expansion of Cuba–Vietnam cooperation on health and ageing, and the challenges faced by Uganda, the current Chair of the Movement, in responding to the Ebola outbreak. These initiatives reinforce key NAM priorities, including sovereignty, equitable access to health, and the strengthening of South-South cooperation. The South Centre highlighted discussions on climate adaptation at SB64 and inequalities in global trade in services, advocating greater participation of developing countries in digital and economic governance. It also published a study warning that digital trade rules may restrict countries' regulatory capacity regarding data governance and artificial intelligence.

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Centro Sul.*

Resumen: *El principal destaque del UNOSSC fue la promoción de su Marco Estratégico 2026-2029 y de la propuesta de creación de la Global Alliance on South-South and Triangular Cooperation. La iniciativa busca conectar a los países en desarrollo con financiamiento, conocimientos, tecnologías y socios de implementación, fortaleciendo el papel del Sur Global y reflejando una tendencia creciente hacia el uso de alianzas multisectoriales para acelerar la implementación de los ODS. El G77 y China concentró sus intervenciones en la iniciativa ONU80 y en la reforma del sistema de desarrollo de las Naciones Unidas. El Grupo defendió la centralidad del desarrollo y la erradicación de la pobreza, la preservación de los mandatos de desarrollo, el fortalecimiento del financiamiento del sistema de la ONU y la ampliación del apoyo a los países en desarrollo. Asimismo, reiteró que las reformas deben ser dirigidas por los Estados Miembros, de manera transparente e inclusiva, bajo la supervisión de la Asamblea General y del ECOSOC.*
En cuanto a la cooperación Sur-Sur de Brasil, la Agencia Brasileña de Cooperación (ABC) destacó iniciativas de cooperación Sur-Sur y multilateral orientadas a la protección de la infancia, la seguridad alimentaria, la integración regional y el desarrollo sostenible. Entre los principales temas figuraron la divulgación de un balance de once años de la asociación Brasil–UNICEF, la presentación de la experiencia brasileña en alimentación escolar en un evento de la FAO, el fortalecimiento de la cooperación técnica con Surinam en áreas estratégicas para la Amazonía y la difusión del Informe Anual 2025 de las Naciones Unidas en Brasil. En conjunto, estas iniciativas refuerzan la proyección internacional de las políticas públicas brasileñas y el papel de la cooperación como instrumento de desarrollo, integración regional e implementación de la Agenda 2030. El Movimiento de los Países No Alineados (MNOAL) centró su actuación en la

defensa de la solidaridad entre los países del Sur, la cooperación en salud y los impactos de las sanciones unilaterales. Destacaron la intervención de Vietnam en apoyo a Cuba en las Naciones Unidas, la ampliación de la cooperación Cuba–Vietnam en salud y envejecimiento, y los desafíos enfrentados por Uganda, actual presidente del Movimiento, ante el brote de ébola. Estas iniciativas refuerzan temas centrales de la agenda del MNOAL, como la soberanía, el acceso equitativo a la salud y el fortalecimiento de la cooperación Sur-Sur. El South Centre destacó los debates sobre adaptación climática en la SB64 y sobre las desigualdades en el comercio mundial de servicios, defendiendo una mayor participación de los países en desarrollo en la gobernanza digital y económica. Asimismo, publicó un estudio que advierte que las reglas del comercio digital pueden limitar la capacidad regulatoria de los países en materia de datos e inteligencia artificial.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.*

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

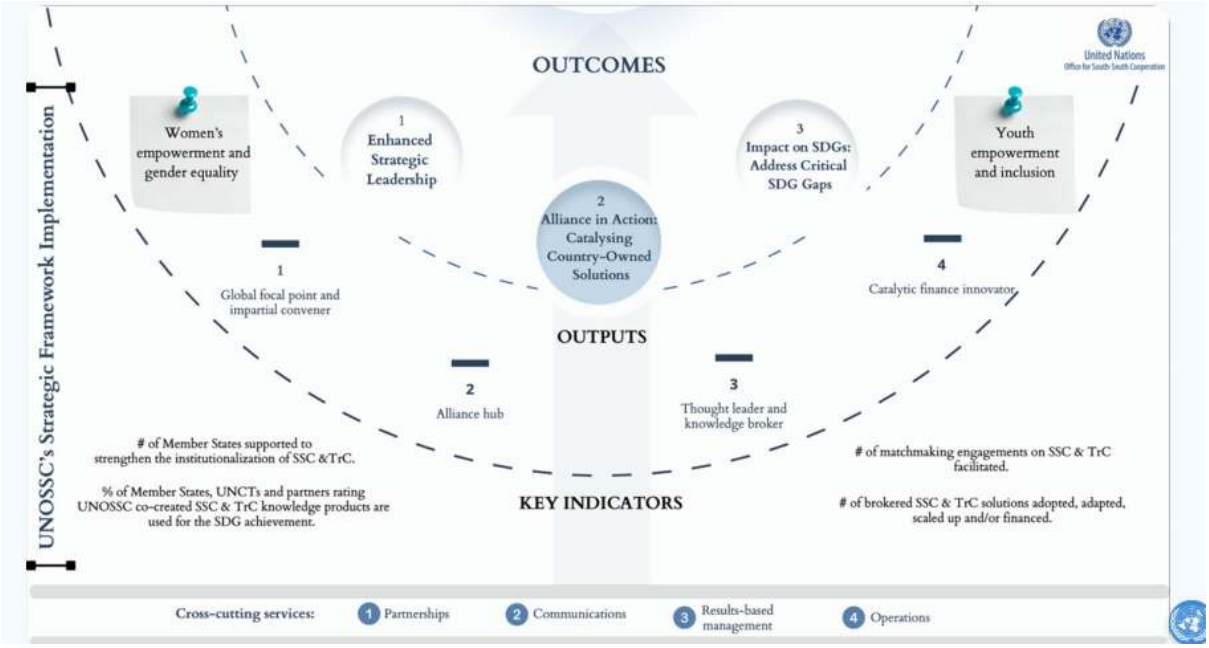
Destaques

O principal destaque das atividades recentes do UNOSSC foi a continuidade da promoção de seu novo Marco Estratégico 2026-2029, em especial da proposta de criação da **Global Alliance on South-South and Triangular Cooperation**, apresentada como a principal inovação institucional do próximo ciclo de atuação do Escritório. A iniciativa pretende estabelecer uma plataforma global capaz de conectar demandas dos países em desenvolvimento a fontes de financiamento, conhecimento técnico, tecnologias, capacidades institucionais e parceiros de implementação. Mais do que um mecanismo de coordenação, a Aliança é concebida como um espaço de articulação entre governos, organismos internacionais, bancos de desenvolvimento, setor privado, fundações e centros de pesquisa, com o objetivo de ampliar a escala e o impacto da cooperação Sul-Sul e triangular na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A proposta ocupa posição central na estratégia de reposicionamento do UNOSSC diante de um contexto marcado pela desaceleração da Agenda 2030, pela redução da ajuda oficial ao desenvolvimento e pelas discussões sobre a reforma do sistema das Nações Unidas. Em termos políticos, está diretamente vinculada ao objetivo de fortalecer a liderança do Sul Global na formulação e implementação de respostas aos desafios do desenvolvimento., sinalizando uma visão segundo a qual os países do Sul Global devem ser reconhecidos não apenas como receptores de apoio, mas também como produtores de conhecimento, inovação e capacidades.

Uma figura sintetiza a teoria que orienta a implementação do Marco Estratégico 2026-2029 do UNOSSC e evidencia a centralidade da futura **Global Alliance on South-South and Triangular Cooperation** em sua estratégia institucional. O diagrama apresenta uma lógica de

intervenção na qual o UNOSSC se posiciona simultaneamente como **ponto focal global e articulador imparcial**, **hub da Aliança**, **intermediador de conhecimento** (*knowledge broker*) e **inovador em financiamento catalítico**. Esses quatro produtos (outputs) são concebidos para fortalecer a liderança estratégica da cooperação Sul-Sul, impulsionar soluções lideradas pelos próprios países (*country-owned solutions*) e ampliar o impacto sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente em áreas onde persistem lacunas significativas de implementação. A presença, nas extremidades da figura, dos temas de empoderamento de mulheres e jovens sugere que essas agendas funcionarão como prioridades transversais da atuação do Escritório.



Tal arranjo se assemelha a outros que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do G20, especialmente à **Aliança Global contra a Fome e a Pobreza** e à **Aliança Global para a Produção Local e Regional, Inovação e Acesso em Saúde**. Em vez de criar novas organizações internacionais ou mecanismos formais de negociação, essas iniciativas adotam o formato de plataformas voluntárias e multissetoriais voltadas à articulação entre governos, organismos internacionais, bancos de desenvolvimento, setor privado, centros de pesquisa e sociedade civil. O objetivo comum é conectar demandas, capacidades técnicas, financiamento e soluções já existentes, acelerando a implementação de políticas e projetos em áreas prioritárias do desenvolvimento. Nesse sentido, a proposta da **Global Alliance on South-South and Triangular Cooperation** do UNOSSC parece refletir uma tendência mais ampla da governança internacional contemporânea: a busca por mecanismos flexíveis de coordenação capazes de mobilizar múltiplos atores em torno de objetivos concretos, privilegiando a implementação e a geração de resultados em detrimento da criação de novas estruturas burocráticas permanentes.

Brasil na cooperação Sul-Sul



2 de junho de 2026 – ABC e UNICEF divulgam publicação sobre 11 anos de cooperação Sul-Sul para a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. O documento *Promovendo Direitos de Crianças e Adolescentes por Meio da Cooperação Sul-Sul – Parceria Brasil-Unicef* sistematiza os resultados da parceria estabelecida em 2011, incluindo 40 demandas internacionais atendidas e 50 missões técnicas realizadas. A publicação destaca experiências em áreas como proteção social, nutrição, água e saneamento, além de apresentar lições aprendidas e a evolução dos quatro ciclos de cooperação. A iniciativa reforça a projeção internacional de políticas públicas brasileiras voltadas à proteção da infância e consolida a parceria Brasil-UNICEF como uma referência em cooperação Sul-Sul trilateral.



29 de maio de 2026 – Experiência brasileira de alimentação escolar é apresentada em evento da FAO em Roma. Durante a Semana de Nutrição da FAO, representantes brasileiros compartilharam experiências acumuladas no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da cooperação Brasil-FAO. A atividade reforçou a projeção internacional das políticas públicas brasileiras de segurança alimentar e nutrição como referência para iniciativas de cooperação Sul-Sul na América Latina e em outras regiões do Sul Global.



27 de maio de 2026 – Brasil e Suriname reforçam agenda de cooperação técnica bilateral. A ABC destacou os avanços da cooperação entre Brasil e Suriname durante encontro realizado em Paramaribo, no qual foram discutidas oportunidades de ampliação das parcerias em áreas como saúde, agricultura, proteção social, meio ambiente, gestão pública e fortalecimento institucional. As conversas também abordaram temas relacionados ao desenvolvimento sustentável da Amazônia, à capacitação de recursos humanos e ao intercâmbio de experiências em políticas públicas. A iniciativa insere-se no esforço brasileiro de aprofundar a cooperação Sul-Sul com países da região amazônica e do Caribe, fortalecendo vínculos políticos e técnicos com um parceiro estratégico da América do Sul. A aproximação reflete ainda a crescente importância atribuída pelo Brasil à integração regional e ao compartilhamento de capacidades institucionais como instrumentos para enfrentar desafios comuns relacionados ao desenvolvimento sustentável, à inclusão social e à conservação ambiental.



3 de junho de 2026 – ABC divulga relatório da ONU sobre os resultados da cooperação com o Brasil em 2025. A Agência Brasileira de Cooperação repercutiu o lançamento do Relatório Anual 2025 do Sistema das Nações Unidas no Brasil, documento que apresenta os principais resultados da atuação conjunta entre o governo brasileiro e as 25 agências, fundos e programas da ONU presentes no país. Segundo o relatório, foram implementadas 338 iniciativas, com investimentos de US$ 213 milhões, abrangendo áreas como combate à fome e à pobreza, ação climática, direitos humanos, justiça, prevenção de desastres e trabalho decente. O documento também destaca o apoio da ONU à formulação e implementação de 85 políticas públicas e de 18 instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, além da preparação do país para agendas internacionais como a COP30 e os BRICS.

A notícia evidencia o papel crescente da cooperação multilateral no apoio às prioridades nacionais de desenvolvimento e reforça a posição da ABC como principal articuladora da cooperação técnica entre o Estado brasileiro e os organismos internacionais. Também chama atenção para a importância do **Marco de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável 2023-2027**, principal instrumento que orienta a atuação do Sistema ONU no país e cuja revisão de meio termo foi concluída em 2025. Em um contexto de crescente protagonismo internacional do Brasil, o relatório reforça a convergência entre as agendas nacionais e multilaterais de desenvolvimento sustentável, governança climática e cooperação internacional.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

[1] UNCTAD - Comércio de Desenvolvimento da ONU
[2] UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[3] UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[4] FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[5] UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[6] G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Destaques do G-77

28 de maio de 2026 – Declaração em nome do grupo dos 77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai na reunião informal plenária da assembleia geral para ouvir uma apresentação sobre a iniciativa ONU80

Em declaração sobre a iniciativa ONU80, o Grupo dos 77 e China reiterou seu apoio ao Secretário-Geral e ao processo de reforma das Nações Unidas, destacando a necessidade de fortalecer o multilateralismo diante dos desafios atuais. O Grupo enfatizou que as reformas devem ser conduzidas de forma transparente, inclusiva e sob a liderança dos Estados-membros, com foco em aumentar a eficácia, a eficiência e a representatividade do sistema da ONU. Ressaltou ainda que quaisquer mudanças não devem enfraquecer os mandatos de desenvolvimento nem comprometer o trabalho realizado nos países, devendo ser orientadas por evidências, análises de custo-benefício e avaliações de risco. Por fim, reafirmou seu compromisso de participar construtivamente das negociações sobre a revisão de mandatos, respeitando a diversidade de estruturas, governanças e arranjos institucionais existentes no sistema das Nações Unidas.

1º de junho de 2026 - Declaração em nome do grupo dos 77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai no segmento de atividades operacionais para o desenvolvimento do ECOSOC de 2026, durante o diálogo de alto nível com o secretário-geral

Em declaração ao segmento de Atividades Operacionais para o Desenvolvimento do ECOSOC, o Grupo dos 77 e China reafirmou que a Revisão Quadrienal Abrangente de Políticas (QCPR) continua sendo o principal instrumento de orientação do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas e destacou a importância de manter o foco na erradicação da pobreza e no apoio às prioridades nacionais dos países em desenvolvimento. O Grupo reconheceu avanços na coordenação do sistema da ONU, especialmente por meio dos Coordenadores Residentes e dos Marcos de Cooperação, mas manifestou preocupação com o financiamento insuficiente e pouco previsível do sistema, defendendo o aumento das contribuições básicas (core funding) e a preservação da autonomia dos mandatos de desenvolvimento. Também enfatizou a necessidade de ampliar o apoio à implementação da Agenda 2030, incluindo financiamento concessional, alívio da dívida, transferência de tecnologia e fortalecimento de capacidades. Em relação às discussões sobre reformas institucionais, incluindo a iniciativa ONU80, reiterou que elas devem ser conduzidas pelos Estados-membros, de forma transparente e inclusiva, sem enfraquecer a dimensão do desenvolvimento nem comprometer a atuação da ONU nos países, especialmente nos países em desenvolvimento. Além disso, defendeu maior representação geográfica e de países em desenvolvimento nos quadros do sistema das Nações Unidas, com mais espaço para o Sul global.

1º de junho de 2026 - Declaração em nome do grupo dos 77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai no segmento de atividades operacionais para o desenvolvimento do ECOSOC de 2026, durante o diálogo de alto nível com a vice-secretária-geral sobre o relatório da presidente do UNSDG (grupo das nações unidas para o desenvolvimento sustentável) acerca do escritório de coordenação do desenvolvimento e do sistema de coordenadores residentes

O Grupo dos 77 e China reafirmou seu apoio ao fortalecimento do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas e ao papel dos Coordenadores Residentes, reconhecendo avanços na coordenação das atividades da ONU nos países, na implementação dos Marcos de Cooperação e na integração de capacidades técnicas para apoiar as prioridades nacionais. No

entanto, ressaltou que o processo de reposicionamento do sistema deve permanecer estritamente subordinado aos mandatos definidos pelos Estados-membros e orientado pelo princípio de apropriação nacional, garantindo que as atividades da ONU respondam às necessidades e estratégias de desenvolvimento dos países beneficiários.

A declaração dedicou especial atenção à sustentabilidade financeira do sistema de Coordenadores Residentes, considerada uma condição essencial para sua eficácia. O Grupo manifestou preocupação com os desafios persistentes de financiamento e defendeu mecanismos previsíveis, transparentes e sustentáveis, sem impactos negativos sobre os recursos destinados às atividades operacionais de desenvolvimento. Também advertiu que a crescente ênfase em respostas a crises e emergências não deve ocorrer em detrimento dos investimentos de longo prazo em desenvolvimento, nem desviar o sistema de seu objetivo central de apoiar a erradicação da pobreza e o fortalecimento das capacidades nacionais.

Por fim, o G77 e China situou o debate em um contexto mais amplo de restrições financeiras enfrentadas pelos países em desenvolvimento, agravadas pelo endividamento, pelas mudanças climáticas, pela insegurança alimentar e pelas desigualdades persistentes. Nesse cenário, defendeu que as reformas do sistema das Nações Unidas fortaleçam — e não enfraqueçam — sua capacidade operacional nos países, preservem a supervisão intergovernamental exercida pela Assembleia Geral e pelo ECOSOC e ampliem a representação de nacionais de países em desenvolvimento em posições de liderança. A mensagem central do Grupo foi que eficiência e coordenação são objetivos importantes, mas devem permanecer subordinados à missão de desenvolvimento da ONU e às prioridades definidas pelos Estados-membros.

2 de junho de 2026 – Declaração em nome do grupo dos 77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai no segmento de atividades operacionais para o desenvolvimento do ECOSOC de 2026, durante o diálogo com os chefes executivos do sistema de desenvolvimento das nações unidas sobre prestação de contas e implementação das reformas do sistema de desenvolvimento da ONU, incluindo no contexto da iniciativa ONU80

O Grupo dos 77 e China reafirmou que a erradicação da pobreza e a implementação da Agenda 2030 devem permanecer no centro das reformas do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas, defendendo que qualquer mudança institucional seja orientada pelas necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento e fortaleça, em vez de enfraquecer, os mandatos de desenvolvimento. Embora tenha reconhecido avanços na coordenação e na busca por maior eficiência entre as entidades da ONU, o Grupo manifestou preocupação com a persistente insuficiência de financiamento do sistema de desenvolvimento e dos Coordenadores Residentes, destacando que as promessas de ampliar recursos flexíveis e não vinculados ainda não se concretizaram. Em relação à iniciativa ONU80, adotou uma postura de apoio cauteloso: demonstrou abertura para discutir propostas de reorganização institucional e regional, mas insistiu na necessidade de análises aprofundadas, negociações intergovernamentais transparentes e respeito às diferentes realidades operacionais dos escritórios de campo, de modo a evitar impactos negativos sobre a presença da ONU nos países e sobre a implementação de seus mandatos de desenvolvimento.

2 de junho de 2026 - Declaração em nome do Grupo dos 77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai durante a reunião do grupo de trabalho ad hoc sobre a revisão da implementação de mandatos, no debate inicial sobre critérios e modalidades para a revisão do estoque existente de mandatos da assembleia geral

O Grupo dos 77 e China defendeu que o processo de revisão dos mandatos da Assembleia Geral no âmbito da iniciativa ONU80 permaneça integralmente conduzido pelos Estados-membros, ressaltando que os mandatos são instrumentos políticos negociados e aprovados pelos governos e, portanto, não devem ser redefinidos por mecanismos tecnocráticos ou administrativos. O Grupo enfatizou que não deve haver uma abordagem única para a revisão dos mandatos, uma vez que eles refletem diferentes contextos, estruturas de governança e arranjos institucionais do sistema ONU, devendo cada mandato ser analisado pelo órgão que o originou. Também reiterou que a dimensão do desenvolvimento deve permanecer prioritária no processo de reforma e que eventuais ganhos de eficiência deveriam ser redirecionados para atividades de desenvolvimento nos países beneficiários. Além disso, alertou para os riscos de politização e de aplicação de critérios seletivos, defendendo que o processo seja apoiado por informações objetivas e imparciais fornecidas pelo Secretariado, sem interferir na tomada de decisões dos Estados-membros. Por fim, manifestou preocupação em evitar a repetição de exercícios anteriores de revisão considerados problemáticos e reafirmou o princípio de que os mandatos permanecem válidos até sua implementação ou expiração formal, comprometendo-se a participar construtivamente das negociações para garantir que as prioridades dos países em desenvolvimento sejam preservadas.

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

5 de junho – A Presidência do MNA em meio ao surto de Ebola

Em 3 de junho de 2026, o Diretor-Geral da OMS enfatizou que o combate ao surto de Ebola enfrenta cinco desafios críticos: (1) limitação dos recursos de resposta; (2) insegurança em zonas de conflito; (3) desconfiança comunitária — com líderes locais negando a existência do Ebola; (4) ausência de vacinas ou tratamentos específicos aprovados para o vírus Bundibugyo; e (5) urgência em avançar ensaios clínicos de forma descentralizada. Uganda reportou, até 5 de junho deste ano, 19 casos confirmados, incluindo dois óbitos, com oito casos em Kampala e um no distrito vizinho de Wakiso.

O surto de Ebola expõe, em tempo real, precisamente o que a falha da 6.ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental da OMS sobre o Acordo das Pandemias (IGWG6) sobre o sistema de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS) representa em termos de risco concreto. O vírus Bundibugyo, distinto das cepas para os quais a vacina Ervebo foi desenvolvida, não tem contramedida aprovada. A situação evidencia que países em

desenvolvimento continuam sendo os mais vulneráveis a surtos para os quais não existem vacinas nem tratamentos antivirais aprovados — o mesmo argumento estrutural que embasa a posição do MNA sobre a necessidade de um PABS vinculante. Sem acesso obrigatório a benefícios derivados do compartilhamento de patógenos, os países do Sul Global continuam dependentes da velocidade de desenvolvimento farmacêutico privado dos países ricos — velocidade que historicamente não prioriza doenças de populações pobres.

O Centro de Controle de Doenças da Europa (ECDC) e o Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC) alertaram que a situação na RDC e no Uganda é "séria e merece atenção séria e sustentada", reconhecendo que as comunidades afetadas já enfrentam contexto humanitário adverso por conflitos armados, com infraestrutura de saúde limitada e barreiras de acesso ao cuidado.

Para Uganda, a emergência sanitária em curso é simultaneamente uma crise interna de saúde pública, um teste de sua capacidade de liderança regional e uma demonstração involuntária da tese que o próprio Movimento defende: sistemas nacionais de saúde frágeis, subfinanciados e dependentes de tecnologias que não controlam são o produto previsível de décadas de governança farmacêutica desigual.

4 de junho – Cuba e Vietnã aprofundam cooperação em saúde do envelhecimento.



O Embaixador de Cuba no Vietnã, Rogelio Polanco Fuentes, discursou em seminário sobre saúde do idoso realizado em Hanói, um dos eventos da série comemorativa do 85º aniversário do Dia Nacional do Idoso vietnamita (6 de junho de 1941). O embaixador afirmou que Cuba está disposta a fortalecer a cooperação com o Vietnã em saúde do idoso, expressando esperança de que os dois países desenvolvam programas conjuntos eficazes na área. A iniciativa, aparentemente técnica e bilateral, é analiticamente densa quando lida à luz da conjuntura política do MNA e das relações de cooperação Sul-Sul em saúde.

O embaixador destacou que mais de 24% da população cubana tem 60 anos ou mais, e que Cuba enfrenta essa tendência de rápido envelhecimento por meio de seu sistema universal de saúde gratuito e de um forte setor de biotecnologia. Essa afirmação, pronunciada em plena crise sanitária provocada pelo bloqueio energético estadunidense, carrega uma dimensão de resistência política: Cuba reafirma, diante de um parceiro estratégico do MNA, que seu sistema de saúde mantém capacidade de inovação e cooperação. É uma mensagem diplomática tão relevante quanto científica.

Cuba e Vietnã estabeleceram uma joint venture farmacêutica — a Genfarma Joint Stock Company —, que deverá abastecer o mercado vietnamita com produtos naturais de saúde particularmente benéficos para pessoas idosas. No seminário, um representante da empresa vietnamita Hasu No Hana apresentou o Policosanol, composto natural extraído da cera de cana-de-açúcar, desenvolvido por cientistas cubanos no Instituto Raydel. Pesquisas do Instituto Raydel indicam que o Policosanol pode ajudar a reduzir o risco de hipertensão e doenças cardiovasculares, aumentando os níveis de lipoproteína de alta densidade (HDL).

27 de maio – Vietnã invoca os princípios fundadores do MNA em defesa de Cuba na ONU.

O Embaixador Đỗ Hùng Việt dirigiu-se a uma reunião dos membros do MNA em Nova York com uma intervenção que articulou, de forma precisa, os três pilares da doutrina histórica: solidariedade política entre países do Sul, recusa de medidas coercitivas unilaterais e defesa do direito soberano de cada nação escolher seu próprio caminho de desenvolvimento. Seu pronunciamento convocou os Estados-membros do Movimento a "defender os princípios fundadores do grupo, mantendo o espírito de solidariedade e manifestando-se com firmeza contra o bloqueio e as sanções impostos a Cuba."



O embaixador afirmou que o Vietnã se opõe às medidas coercitivas unilaterais impostas a Cuba, que contrariam os princípios fundamentais do direito internacional, incluindo a igualdade soberana, a não-ingerência nos assuntos internos, a liberdade do comércio e da navegação internacionais, e o direito de cada nação de escolher seu próprio caminho de desenvolvimento.

O contexto da declaração é carregado de simbolismo histórico e de urgência sanitária imediata. Do ponto de vista histórico, Vietnã e Cuba partilham uma "amizade especial" forjada sob sanções e guerras, evocada na célebre frase de Fidel Castro tornada símbolo diplomático bilateral: "Por Vietnã, Cuba está disposta a derramar até o próprio sangue."

Em seu discurso, o embaixador aproveitou a ocasião do 51.º aniversário da reunificação do Vietnã para expressar gratidão ao apoio histórico do MNA, destacando a solidariedade cubana por meio da icônica frase de Fidel Castro. Do ponto de vista sanitário imediato, a intervenção ocorreu seis dias após os Ministros de Saúde do MNA terem pedido formalmente à OMS documentação dos impactos das sanções sobre o sistema de saúde cubano, e uma semana após o indiciamento de Raúl Castro pelo DOJ americano, eventos que, juntos, representavam a escalada mais grave da pressão estadunidense sobre Havana desde o início da crise de 2026.

O Embaixador cubano Ernesto Soberón, também presente na reunião, argumentou que Washington "persistiu em apertar as sanções, especialmente nos setores de energia, comércio e turismo, afetando gravemente a economia, a sociedade e as condições de vida cubanas, particularmente em alimentação e saúde." A projeção econômica citada pelo representante cubano — contração do PIB entre 6,5% e 7,2% em 2026, com declínio acumulado de 23% desde 2019 — é a moldura macroeconômica dentro da qual o colapso sanitário deve ser lido não como falha de gestão, mas como resultado estrutural de uma política de estrangulamento deliberado.

A relevância dessa intervenção para a análise da saúde global vai além do caso cubano. O Vietnã, como país que também foi alvo de décadas de sanções estadunidenses após a Guerra do Vietnã e que construiu seu sistema de saúde universal em condições de restrição econômica severa, possui autoridade argumentativa singular para defender Cuba no MNA. Sua voz não é apenas diplomática, é a voz de um país que sobreviveu ao que Cuba enfrenta. O embaixador sublinhou ainda que o Vietnã proporcionará "apoio concreto em áreas como agricultura e energia para ajudar a aliviar as dificuldades enfrentadas pelo povo cubano".

27 de maio – Capítulo Nacional de Camarões em ação no Eid al-Adha



A subsede nacional da NAMYO em Camarões realizou com sucesso uma iniciativa comunitária de grande escala em Yaoundé, no dia 27 de maio. O evento contou com o apoio da Agência de Desenvolvimento Internacional do Azerbaijão (AIDA) e envolveu mais de 200 pessoas, consolidando mais uma ação de impacto social e cooperação internacional da organização.

26 de maio – Capítulo Nacional de Bangladesh em ação no Eid al-Adha



O Capítulo Nacional de Bangladesh realizou uma ação social realizada em Dhaka, Bangladesh, no dia 26 de maio, em celebração ao Eid al-Adha de 2026. A campanha de engajamento comunitário foi promovida pela subsede nacional da NAMYO em Bangladesh, contando com o apoio da AIDA. A iniciativa beneficiou diretamente mais de 130 pessoas, destacando a cooperação internacional em ações de impacto social.

25 de maio – MNA celebra o Dia da África

A NAMYO destaca a realização de uma conferência em celebração ao Dia da África, organizada pelo Ministério das Relações Exteriores do Azerbaijão em parceria com a Universidade Estatal de Baku (BSU).

Com o tema “O Continente em Ascensão, Novas Parcerias”, o evento reuniu diplomatas, autoridades, especialistas e estudantes. O principal objetivo do encontro foi fortalecer o diálogo e a cooperação bilateral entre o Azerbaijão e os países africanos, promovendo uma maior aproximação diplomática e acadêmica.

Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebra seu 30º aniversário

Notícias

5 de junho - A sexagésima quarta sessão do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico e do Órgão Subsidiário de Implementação (SB64), indicadores de Belém, tratado sobre o plástico e resultados de Santa Marta.

Por Daniel Uribe Terán

Os Indicadores de Adaptação de Belém, acordados na COP30, visam tornar a adaptação mais mensurável. Embora a mensuração dos esforços de adaptação seja um avanço, ela não é suficiente. Os indicadores podem ser usados para comparação e monitoramento. No entanto, o objetivo de adaptação do Acordo de Paris é aprimorar a capacidade adaptativa, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade das pessoas e dos ecossistemas vulneráveis, que são cruciais para a manutenção dos ecossistemas florestais e a provisão de serviços ecossistêmicos florestais.

Para alcançar esses objetivos, é necessário tomar medidas eficazes para fornecer financiamento, transferência de tecnologia, alívio da dívida e capacitação. Na SB64, os países em desenvolvimento terão a oportunidade de discutir qual é o papel da elaboração de relatórios enquanto o apoio à implementação de medidas de adaptação ainda é insuficiente.

28 de maio - Promovendo o comércio de serviços para impulsionar a cooperação global para o desenvolvimento.

O setor de serviços, cujo peso econômico e potencial de geração de empregos já vinham sendo antecipados por sociólogos desde as décadas de 1960 e 1970, consolidou sua dimensão internacional a partir da Rodada Uruguai em 1986. Atualmente, o mundo vivencia um verdadeiro boom nesse segmento, com as exportações globais superando os US$ 9,5 trilhões em 2025 e registrando um crescimento anual de 8,2%, o ritmo mais acelerado em uma década. Apesar desse cenário expansionista, a distribuição dos benefícios econômicos é profundamente desigual. Enquanto os países desenvolvidos controlam cerca de 70% das exportações de serviços — uma fatia significativamente maior do que sua participação no comércio de mercadorias —, os países em desenvolvimento enfrentam uma forte concentração, onde apenas cinco nações respondem por 56% de tudo o que o Sul Global exporta. O cenário é ainda mais crítico para os Países Menos Adelantados (LDCs), cuja participação de mercado encolheu de 0,7% em 2019 para 0,5% em 2024, distanciando-se da meta estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU de dobrar suas exportações.

Esse crescimento do comércio transfronteiriço foi amplamente impulsionado pela rápida disseminação das tecnologias digitais, que hoje respondem por 56% do total das exportações de serviços no mundo. Embora a digitalização tenha aberto portas para novos modelos de negócios e permitido a inclusão de pequenas e médias empresas, ela também aprofundou as assimetrias globais e ampliou o fosso digital.

Conforme apontado pelo Grupo dos 77 e China, muitas nações em desenvolvimento correm o risco de ficar para trás devido a deficiências estruturais em infraestrutura, capacitação técnica e marcos regulatórios, o que impede suas empresas de migrarem para atividades de maior valor agregado. Diante desse panorama, estudos do Centro Sul apontam três conclusões fundamentais para mitigar essas disparidades. Primeiramente, há uma grave fragmentação na governança digital global e uma falta de consenso na formulação de regras multilaterais, exigindo que os países em desenvolvimento assumam um papel ativo na criação dessas normas, em vez de apenas aceitá-las.

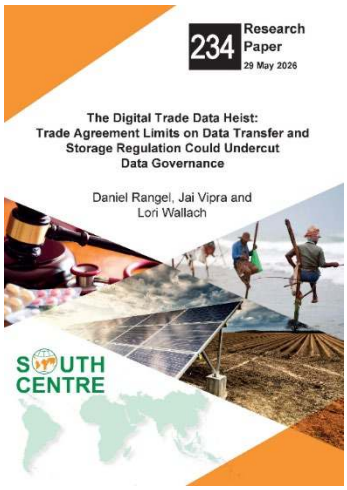
Em segundo lugar, o fortalecimento da capacidade exportadora do Sul Global depende impreterivelmente de investimentos em infraestrutura digital, qualificação profissional e cooperação Sul-Sul; além disso, defende-se a redução dos altos custos de envio de remessas financeiras na agenda da OMC, uma vez que a prestação de serviços por meio do deslocamento físico de pessoas (Modo 4) gera retornos sociais expressivos para essas nações. Por fim, argumenta-se que a sustentabilidade financeira dessa transformação digital exige um sistema de tributação mais justo. Os modelos atuais de tratados fiscais da OCDE limitam a taxação de serviços na fonte, tornando crucial o avanço da Convenção-Quadro da ONU para tributar gigantes digitais.

Essa necessidade de arrecadação é reforçada pelo dado de que os países em desenvolvimento perderam US$ 56 bilhões em receitas tarifárias entre 2017 e 2020 devido à moratória sobre direitos aduaneiros em transmissões eletrônicas, encerrada em março de 2026. Em suma, para que o comércio de serviços atue como um motor de produtividade e desenvolvimento global, as regras internacionais atuais precisam ser reformadas de modo a corrigir esses desequilíbrios históricos, garantindo que os países em desenvolvimento participem do mercado de forma equitativa e sustentável.

Pesquisas

29 de maio - Limitações em Acordos Comerciais sobre Transferência e Armazenamento de Dados Podem Prejudicar a Governança de Dados

Por Daniel Rangel, Jai Vipra e Lori Wallach



Governos em todo o mundo estão cada vez mais regulamentando a forma como os dados são coletados, transferidos e armazenados para promover objetivos de interesse público, incluindo privacidade, segurança nacional, tributação da economia digital e concorrência no campo emergente da inteligência artificial (IA).

No entanto, as recentes regras de "comércio digital" em acordos internacionais — particularmente aquelas modeladas no Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA) — restringem a capacidade dos governos de regular os fluxos de dados transfronteiriços ou de exigir o armazenamento local de dados.

Este artigo analisa a crescente divergência entre as medidas domésticas de governança de dados e os compromissos comerciais vinculativos. Ele avalia três modelos principais de regras de comércio digital (USMCA, Mercosul (Mercado Comum do Sul) e União Europeia-Nova Zelândia) e demonstra que a estrutura do USMCA impõe as restrições mais abrangentes e as exceções mais fracas. A análise também mostra que tais regras comerciais podem dificultar esforços regulatórios mais amplos relacionados à tributação e à responsabilização em IA.

G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

G20 e Clube de Paris formalizam novo roteiro para o tratamento de dívidas soberanas

El G20 y el Club de París formalizan un nuevo plan de acción para la gestión de la deuda soberana

G20 and Paris Club set out new roadmap for sovereign debt management

Resumo: O informe analisa as novas diretrizes globais para a renegociação de dívidas soberanas, detalhando o funcionamento prático do modelo lançado pelo G20 e pelo Clube de Paris para orientar esses acordos. O texto aborda as diferentes modalidades de alívio financeiro, as exigências de igualdade de condições entre credores públicos e privados e as salvaguardas contratuais previstas. Por fim, apresenta-se uma avaliação crítica sobre os impactos negativos da rigidez desse roteiro burocrático e as oportunidades perdidas para a modernização do sistema financeiro internacional.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; Reunião Ministerial de Finanças; África; OCDE; cooperação internacional.

Resumen: *El informe analiza las nuevas directrices globales para la renegociación de la deuda soberana, detallando el funcionamiento práctico del modelo presentado por el G-20 y el Club de París para orientar dichos acuerdos. El texto aborda las diferentes modalidades de alivio financiero, los requisitos de igualdad de condiciones entre acreedores públicos y privados y las salvaguardias contractuales previstas. Por último, se presenta una evaluación crítica sobre los impactos negativos de la rigidez de este procedimiento burocrático y las oportunidades perdidas para la modernización del sistema financiero internacional.*

Palabras clave: *G20; EE. UU.; G7; Geopolítica; OECD; cooperación internacional.*

Abstract: *The report analyzes the new global guidelines for sovereign debt renegotiation, detailing the practical operation of the model launched by the G20 and the Paris Club to guide these agreements. The document addresses the different forms of debt relief, the requirements for equal treatment between public and private creditors, and the contractual safeguards provided for. Finally, it presents a critical assessment of the negative impacts of the rigidity of this bureaucratic roadmap and the missed opportunities for modernizing the international financial system.*

Keywords: *G20; USA; G7; Finance Ministerial Meeting; Africa; OECD; international cooperation*

A paralisia que caracteriza a gestão do G20 neste ano foi ligeiramente rompida com o lançamento de uma nova diretriz para lidar com o endividamento global. Sob a presidência norte-americana do bloco, os membros do G20 e do Clube de Paris publicaram um Memorando de Entendimento ilustrativo sobre o assunto, o que constitui uma das poucas entregas tangíveis obtidas no atual ciclo. O objetivo central da iniciativa é demonstrar, de forma clara, os contornos e as condições básicas aplicáveis aos acordos oficiais de renegociação de dívida soberana entre um país devedor e seus credores oficiais. O documento funciona, de forma prática, como um esqueleto para guiar negociações, promovendo maior transparência no processo e aprimorando a velocidade e a clareza das reestruturações. As autoridades econômicas apontam que essa previsibilidade não apenas melhora o monitoramento da evolução dos processos e ajuda a mitigar vulnerabilidades financeiras, mas também facilita ações coordenadas para assegurar resoluções consideravelmente mais rápidas.

Conhecido oficialmente como Quadro Comum para o Tratamento de Dívidas (*Common Framework for Debt Treatments*, em inglês), este mecanismo foi estabelecido em 2020, sob a presidência da Arábia Saudita no G20. Apoiado fortemente pelo Clube de Paris, o modelo foi desenhado especificamente para auxiliar países de baixa renda elegíveis à iniciativa emergencial de suspensão criada durante a pandemia de Covid-19, a qual ofereceu suporte a 73 nações vulneráveis. O objetivo central da medida é recolocar a dívida pública externa desses países em uma trajetória sustentável, exigindo que todo o processo ocorra obrigatoriamente sob o escopo de um programa macroeconômico ativo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

A governança e os princípios desse arranjo são profundamente moldados pelas práticas do Clube de Paris, um grupo informal composto por 22 membros permanentes, incluindo o Brasil, que detêm grande influência financeira internacional. Para orientar o tratamento da dívida, o documento segue os fundamentos históricos desse fórum, destacando a abordagem de reestruturação conduzida caso a caso e a exigência de comparabilidade do tratamento. Do mesmo modo, a necessidade de intervenção passa a ser balizada estritamente pela lacuna de financiamento definida pela Análise de Sustentabilidade da Dívida, elaborada em conjunto pelo FMI e pelo Banco Mundial. Ademais, o Quadro Comum introduz nos processos a noção de uma avaliação coletiva, a ser realizada pelos credores oficiais para determinar o tratamento adequado, um arranjo que, até o ano de 2025, havia sido solicitado por quatro nações: Chade, Zâmbia, Etiópia e Gana.

Para operacionalizar essas diretrizes, o novo modelo de Memorando de Entendimento foi estruturado como um roteiro detalhado para aumentar a transparência do processo, funcionando como um esqueleto técnico para orientar as complexas tratativas de renegociação. Embora não possua caráter juridicamente vinculativo por si só, o documento define com clareza os critérios de elegibilidade das dívidas, abrangendo empréstimos concedidos por governos ou instituições oficiais e créditos comerciais com garantia estatal, desde que os contratos originais tenham sido assinados e os valores desembolsados antes de uma data de corte predeterminada pelas partes. Como o documento constitui um modelo ilustrativo voltado à padronização de processos, ele não enumera nações específicas, limitando-se a fixar os critérios técnicos para as categorias de participantes. No polo credor, qualificam-se os governos ou instituições oficiais que concederam empréstimos bilaterais diretos ou garantiram créditos comerciais ao devedor. No esqueleto do memorando, esses atores são representados por variáveis gerais que compõem o Comitê Oficial de Credores, arranjo que engloba, para além de membros do G20 e do Clube de Paris, outros credores externos oficiais que operam fora do grupo principal de negociação.

No polo oposto, a posição de país devedor está aberta a qualquer nação vulnerável reconhecida como elegível ao Quadro Comum que formalize o pedido de tratamento de seu passivo, consolidando um mecanismo dinâmico baseado estritamente no enquadramento regulatório dos Estados envolvidos.

A partir desse escopo, o alívio financeiro é estruturado em duas modalidades principais, cuja diferença fundamental reside na abrangência do perdão em relação ao montante da dívida e ao tempo. A primeira delas é o *stock treatment*, que consiste em uma reestruturação ampla aplicada à totalidade do saldo devedor pendente e a todos os valores que já estão em atraso, incluindo os juros contratuais e os juros de mora não pagos até a data do acordo. Todo esse volume acumulado é refinanciado, recebendo um novo cronograma de amortização e novas taxas de juros que passam a ser fixas, com valores determinados por faixas que dependem diretamente de quão elevada era a taxa estabelecida no contrato original. Em contrapartida, o *flow treatment* funciona como um alívio temporário e focado, aplicando-se apenas às parcelas e aos juros que vencem dentro de um período de tempo específico e predeterminado. Sob essa segunda abordagem, qualquer prestação que vença antes ou depois do intervalo fixado deve ser paga normalmente, seguindo as regras e o calendário do contrato original. Além disso, diferentemente do modelo anterior, o país devedor é obrigado a quitar imediatamente todos os valores que estavam em atraso assim que assina o memorando, perdendo a possibilidade de refinanciá-los.

Para além das modalidades de reestruturação, o modelo estabelece a regra da Comparabilidade de Tratamento como uma de suas exigências mais rigorosas e detalhadas. Essa diretriz obriga o país devedor a buscar acordos de renegociação com todos os seus outros credores externos, incluindo os investidores e bancos privados, que ofereçam termos no mínimo tão favoráveis e com perdas proporcionais àquelas aceitas pelo Comitê Oficial de Credores. Com o propósito de garantir o cumprimento irrestrito dessa norma e evitar que recursos oficiais sejam usados para pagar credores privados, o documento estipula que o devedor está proibido de fazer qualquer pagamento a esses outros parceiros externos, devendo mantê-los em situação de inadimplência até que chegue a um acordo equiparável. Adicionalmente, o país devedor é obrigado a atuar com extrema transparência, devendo compartilhar com o comitê oficial as minutas de qualquer acordo firmado com os credores privados antes mesmo de assiná-lo formalmente. Esse procedimento permite que os credores oficiais avaliem detalhadamente se a regra de comparabilidade está realmente sendo respeitada. Para isso, o comitê realiza uma auditoria baseada em critérios claros, como a redução do valor presente líquido da dívida e as mudanças projetadas no serviço nominal da dívida, impedindo distorções no tratamento entre as partes.

Por fim, o documento prevê cláusulas severas de proteção aos credores oficiais para o caso de quebra de regras, destacando-se a cláusula de retomada de direitos, conhecida em inglês como *claw-back*. Esta regra determina que, se o país devedor violar os compromissos assumidos, como falhar na implementação do programa do FMI ou omitir informações financeiras cruciais, o comitê oficial pode declarar todo o memorando ineficaz. Nesse cenário extremo, a reestruturação é imediatamente cancelada, os prazos e termos originais de pagamento da dívida são restaurados e os credores ganham o direito de cobrar juros compensatórios de até 5% ao ano sobre todos os valores atrasados. Para assegurar que o devedor inicie o processo seguindo estritamente as normas, o memorando conta ainda com uma cláusula de condição precedente. Essa medida determina que o acordo geral só entra legalmente em vigor após o país publicar uma declaração oficial e pública confirmando que

permanecerá em moratória com seus outros credores externos até que estes aceitem perdas financeiras comparáveis.

De maneira simplificada, o passo a passo do documento estabelece uma esteira sequencial que se inicia com o pedido de alívio pelo país devedor e a consequente formação do Comitê Oficial de Credores. A etapa seguinte exige a celebração de um programa econômico com o FMI balizado pela Análise de Sustentabilidade da Dívida, o qual define o volume de reestruturação necessário para fechar a lacuna financeira. Assim que o comitê fornece as garantias de financiamento para a aprovação do plano pelo Fundo, os credores oficiais propõem os termos do alívio, incluindo a extensão de prazos e a redução do valor presente líquido, culminando na assinatura do Memorando de Entendimento. Contudo, para que o acordo passe a vigorar, o devedor precisa obrigatoriamente apresentar uma proposta com perdas equivalentes aos seus investidores privados, declarando publicamente que manterá a moratória com eles até que um pacto seja firmado. Uma vez assinados os tratados bilaterais definitivos com cada nação credora, o roteiro prevê que qualquer desvio das metas macroeconômicas ou das cláusulas acordadas anula o tratamento, restaurando as condições punitivas originais sob uma taxa de juros compensatória extra de cinco pontos percentuais.

Apesar das promessas de maior clareza e formalidade aos procedimentos de renegociação da dívida, uma análise detalhada publicada pelo *Atlantic Council* argumenta que a extrema rigidez do novo modelo do G20 pode causar mais danos do que benefícios. O estudo aponta que as regras rígidas e inflexíveis arriscam agravar os cenários de crise tanto para os governos devedores quanto para o mercado financeiro, uma vez que limitam a maleabilidade indispensável para a resolução de crises fiscais. Essa perda de flexibilidade se reflete, inicialmente, na extinção das negociações preventivas, conhecidas como *pre-default*, dado que a ativação do memorando exige que a nação devedora declare inadimplência unilateral perante os investidores privados. Essa imposição impede a busca por soluções consensuais e voluntárias voltadas a preservar a reputação do país, prolongando seu isolamento dos mercados internacionais de capitais e agravando a escassez crônica de caixa. Adicionalmente, aponta-se a postura coercitiva adotada frente aos credores privados, que são compelidos a aceitar perdas delimitadas exclusivamente pelas análises do FMI e dos entes oficiais, sem qualquer consulta prévia. Esse distanciamento do diálogo contraria recomendações internacionais, incentivando a rejeição de acordos coletivos e a abertura de litígios judiciais estrangeiros contra o Estado devedor. O diagnóstico também condena o caráter punitivo da cláusula de *claw-back*, que impõe juros compensatórios caso o país descumpra as regras contratuais, uma penalidade considerada autodestrutiva por sufocar financeiramente uma economia cuja insolvência já foi tecnicamente atestada.

Diante dessas falhas, a análise conclui que o G20 desperdiçou oportunidades de modernizar efetivamente o sistema financeiro ao desconsiderar propostas consensuais formuladas anteriormente na *Global Sovereign Debt Roundtable* (GSDR, Mesa Redonda sobre Dívida Soberana), fórum copatrocinado pelo G20 em conjunto com o FMI e o Banco Mundial que discute temas da arquitetura financeira global. A principal lacuna normativa consistiu na ausência de um mecanismo de negociações simultâneas, o qual permitiria tratativas paralelas e coordenadas entre credores públicos e privados, amparadas por canais diretos de compartilhamento de informações para mitigar atrasos. Outra falha estrutural reside na manutenção do escopo limitado do Quadro Comum, que permanece restrito ao atendimento de países de baixa renda, deixando desamparadas as economias de renda média que também enfrentam severa vulnerabilidade financeira e demandam rotas claras de reestruturação. Como

conclusão, o estudo adverte que o aprimoramento do mecanismo se mantém como uma tarefa inacabada, visto que o bloco optou por assegurar uma previsibilidade burocrática em troca do sacrifício da flexibilidade estratégica, elemento que seria crucial para o sucesso duradouro dos acordos.

Referências

CLUBE DE PARIS. Common Framework for Debt Treatments beyond the DSSI. Paris, 2026. Disponível em: https://clubdeparis.org/en/communications/page/the-common-framework-for-debt-treatments-beyond-the-dssi. Acesso em: 8 jun. 2026.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Treasury. G20 and Paris Club Members Publish Template Memorandum of Understanding for the Common Framework. Washington, DC, 2026. Disponível em: https://home.treasury.gov/news/press-releases/sb0506. Acesso em: 7 jun. 2026.

G20. Template Memorandum of Understanding for the Common Framework for Debt Treatments. Washington, DC: U.S. G20 Presidency, 2026. Disponível em:https://content.govdelivery.com/attachments/USTREAS/2026/05/27/file_attachments/3664883/20260518%20Template%20MoU%20Common%20Framework%20G20%20-%20v_adopted.pdf. Acesso em: 7 jun. 2026.

TRAN, Hung. The promise and limits of the new G20 template for debt restructuring. Washington, DC: Atlantic Council, 2026. Disponível em: https://www.atlanticcouncil.org/blogs/econographics/the-promise-and-limits-of-the-new-g20-template-for-debt-restructuring/. Acesso em: 7 jun. 2026.

A cúpula do imprevisível: o G7 de Macron num mundo em desequilíbrio

Managing the unmanageable: Macron's G7 in a world off-balance

La cumbre de lo imprevisible: el G7 de Macron en un mundo desequilibrado

Resumo: A Cúpula do G7 de Évian (15–17 de junho de 2026) ocorre num contexto de volatilidade geopolítica, marcado pela crise do Estreito de Ormuz e pela guerra na Ucrânia. A França aposta no deslumbre diplomático para manter Trump engajado, enquanto tensões logísticas com a Suíça e recomendações dos grupos de engajamento compõem os bastidores do evento.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; geopolítica; OCDE; cooperação internacional.

***Resumen**: La Cumbre del G7 de Évian (15–17 de junio de 2026) se desarrolla en un contexto de alta volatilidad geopolítica, marcado por la crisis del Estrecho de Ormuz y la guerra en Ucrania. Francia apuesta por el deslumbramiento diplomático para mantener a Trump comprometido, mientras las tensiones logísticas con Suiza y las recomendaciones de los grupos de participación configuran los bastidores del evento.*

***Palabras clave:** G20; EE. UU.; G7; Geopolítica; OECD; cooperación internacional.*

***Abstract:** The G7 Évian Summit (June 15–17, 2026) takes place amid heightened geopolitical volatility shaped by the Strait of Hormuz crisis and the war in Ukraine. France is banking on diplomatic spectacle to keep Trump engaged, while logistical tensions with Switzerland and engagement group recommendations form the summit's backdrop.*

Keywords: *G20; USA; G7; geopolitics; OECD; international cooperation.*

Entre os destaques da última quinzena tem a confirmação da participação do presidente Donald Trump na Cúpula de Évian, que vai acontecer entre os dias 15 e 17 de junho (REUTERS, 2026). Além de Trump, os demais líderes do G7 (França, Reino Unido, Alemanha, Itália, Japão, Canadá e União Europeia) também estão confirmados. O presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy também é esperado como convidado com o objetivo de discutir sobre a diplomacia da guerra Rússia x Ucrânia e defesa aérea em resposta aos ataques de mísseis balísticos russos. Além das representações políticas, o setor de tecnologia será representado no evento. O cofundador da OpenAi, Sam Altman, foi convidado, evidenciando o destaque dado ao crescimento da inteligência artificial pelo G7 (CNBC TV18, 2026). Além disso, Brasil, Coreia do Sul, Índia e Quênia também estão entre os convidados da cúpula. O tema central será o enfrentamento dos desequilíbrios globais.

Fontes jornalísticas revelam que, diante da preocupação de Trump abandonar a cúpula, como ocorreu em Kananaskis, em 2025, o presidente francês pretende oferecer ao estadunidense um jantar luxuoso e privado no Palácio de Versalhes (POLITICO, 2026). A estratégia diplomática de bajulação e deslumbre teria como objetivo engajar Trump ao longo dos três dias de reunião. Para tanto, a França teria deslocado a data de início da cúpula (originalmente 14 de junho) para acomodar o aniversário de 80 anos de Trump e as lutas de MMA programadas na Casa Branca, e ajustou a lista de convidados com o perfil americano em mente. O campo de golfe de Évian e a possibilidade de um encontro bilateral com Zelensky completam o quadro de um evento cuidadosamente coreografado para não perder o seu convidado mais imprevisível.

O contexto, porém, é volátil devido à crise do Estreito de Ormuz, que desde o fim de fevereiro bloqueia a passagem de cerca de um quinto do petróleo mundial, na sequência da guerra desencadeada por EUA e Israel contra o Irã. Tal fato reconfigurou a agenda da cúpula para esse ano e expôs fissuras entre Washington e seus aliados europeus. Trump reiteradamente acusou a Europa de não colaborar no Oriente Médio; Rubio chegou a sugerir que o apoio americano à Ucrânia poderia ser revisto em retaliação à recusa europeia de comprometer forças militares no Golfo. É nesse ambiente que a França aposta na velha fórmula do esplendor monárquico como instrumento de política externa (POLITICO, 2026).

Os grupos de trabalho estão fazendo as últimas reuniões às vésperas da cúpula. O Think7, coordenado pelo IDDRI e ECFR, por exemplo, estrutura seu trabalho em quatro pilares. O think thank Conselho Europeu de Relações Exteriores (ECFR) lidera segurança econômica e inovação/tecnologia; IDDRI, think thank internacional dedicado ao desenvolvimento sustentável, lidera finanças para o desenvolvimento e política industrial. Já foram publicados *solution papers* em: (1) segurança econômica: cooperação em segurança econômica e diplomacia econômica, com lições aprendidas e desafios à frente; (2) Inovação e tecnologia: Inovação, investimento e crescimento de longo prazo e redução de desequilíbrios globais em IA; (3) Coordenação de novas políticas industriais: cadeias de valor de minerais críticos seguras, responsáveis e equitativas e acordos de investimento no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (4) Financiamento do desenvolvimento sustentável: Rumo a um sistema de bancos públicos de desenvolvimento mais eficaz e integrado e ampliação de seguros contra desastres naturais; além de padronização e fortalecimento da prestação de contas no financiamento da biodiversidade (THINK7, 2026).

O Civil7, secretariado pela Coordination SUD, defende garantia do direito internacional e democracia, aceleração dos ODS com financiamento adequado, e fortalecimento do espaço cívico na cooperação internacional. O último encontro do grupo de engajamento antes da cúpula ocorreu no dia 5 de junho, mas ainda não há um comunicado oficial publicado no momento de redação desse informe. O grupo Women7, publicou um artigo de posicionamento às vésperas da cúpula e enquadra a regressão dos direitos de mulheres e pessoas LGBTQIA+ como um "desequilíbrio global" estrutural para as democracias. Segundo o grupo, Estados Unidos e Itália são abertamente opositores dos direitos LGBTQIA+, de meninas e mulheres em toda sua diversidade. Diante disso, o Women7 pede comprometimento com os demais a não retrocederem nessas pautas diante das pressões internas (WOMEN7, 2026).

Em termos logísticos a Cúpula de Évian tem causado um frisson entre França e Suíça. Isso, pois, embora a Suíça não participe da cúpula, o país está diretamente envolvido em assumir parcela significativa da operação de segurança em seu território, com controle reforçado nas fronteiras, mobilização de até 5.000 efetivos do exército, forças policiais ao redor do Lago de Genebra na fronteira com a França (LE MONDE, 2026). A última cúpula do G8 em Évian provocou uma série de danos na cidade suíça de Genebra que presenciou grandes protestos contra a globalização na época que o grupo ainda incluía a Rússia. Na ocasião, os custos de segurança para a Suíça chegaram a 25 milhões de euros, dos quais o governo francês cobriu pouco menos da metade. Dessa forma, a Suíça exige que a França promova um espaço seguro para manifestações em território francês e que arque com os custos de segurança.

Na última quinta-feira, o exército suíço informou que vai mobilizar cerca de 4.000 militares em seu território para reforçar a segurança. Os militares estarão ativos nas fronteiras, rotas de transporte, lago de Genebra e aeroporto de Genebra. Ainda, farão policiamento do espaço aéreo, com sistemas antidrone e proteção contra armas nucleares, biológicas e químicas, segundo o comunicado (REUTERS, 2026). Ainda não se sabe se esse custo será compartilhado ou custeado pela França.

Referências

CNBC TV18. G7 summit in France: who is attending and what's on the agenda. CNBC TV18, [s.l.], [2026]. Disponível em: https://www.cnbctv18.com/world/g7-summit-in-france-who-is-attending-and-whats-on-the-agenda-ws-l-19919417.html. Acesso em: 4 jun. 2026.

LE MONDE. Upcoming G7 puts serious strain on relations between Switzerland and France. Le Monde, Paris, 1 jun. 2026. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2026/06/01/upcoming-g7-puts-serious-strain-on-relations-between-switzerland-and-france_6754005_4.html. Acesso em: 4 jun. 2026.

POLITICO. Macron weighs options to woo Trump ahead of G7: dinner at Versailles or golf diplomacy. Politico Europe, [s.l.], [jun. 2026]. Disponível em: https://www.politico.eu/article/macron-weighs-options-woo-trump-g7-dinner-versailles-golf-diplomacy/. Acesso em: 7 jun. 2026.

REUTERS. Trump says he will attend G7 summit in France. Reuters, [s.l.], 3 jun. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/trump-says-he-will-attend-g7-summit-france-2026-06-03/. Acesso em: 4 jun. 2026.

REUTERS. Switzerland to deploy 4,000 troops for G7 summit security. Reuters, Genebra, 4 jun. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/europe/switzerland-deploy-4000-troops-g7-summit-security-2026-06-04/. Acesso em: 7 jun. 2026.

THINK7. Think7 2026: cooperating in a brutal world. [S.l.]: Think7, 2026. Disponível em: https://think7-2026.org. Acesso em: 4 jun. 2026.

WOMEN7. W7 2026 position paper 6. [S.l.]: Women7, maio 2026. Disponível em: https://women7.org/wp-content/uploads/2026/05/W7-2026-position-paper-6.pdf. Acesso em: 4 jun. 2026.

O conflito no Oriente Médio e os impactos diretos e indiretos na economia, segundo a OCDE

The conflict in the Middle East and its direct and indirect impacts on the economy, according to the OECD

El conflicto en Oriente Medio y sus repercusiones directas e indirectas en la economía, según la OCDE

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre a organização e a promoção do encontro ministerial da própria OCDE, um panorama sobre perspectivas e projeções da economia mundial e três estudos variados sobre temas de economia agrícola e saúde.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; geopolítica; OCDE; cooperação internacional.

Resumen: *Entre las novedades más destacadas de la OCDE se dividen entre la organización y promoción de la propia reunión ministerial de la OCDE, una visión general de las perspectivas y proyecciones para la economía mundial, y tres estudios variados sobre temas de economía agrícola y salud.*

Palabras clave*: G20; EE. UU.; G7; geopolítica; OCDE; cooperación internacional.*

Abstract. *The OECD's highlights include the organization and promotion of the OECD's own ministerial meeting, an overview of the outlook and projections for the global economy, and three diverse studies on topics related to agricultural economics and health.*

Keywords: *G20; USA; G7; geopolitics; OECD; international cooperation.*

Entre os dias 3 e 4 de junho de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) organizou e promoveu a edição de 2026 do encontro anual de seu conselho ministerial. Sob a presidência da Finlândia e com a Coréia e a Nova Zelândia atuando como vice-presidentes, os ministros e representantes de alto nível de países participantes da organização, assim como também atores representantes de parceiros da OCDE se reuniram na sede da organização, em Paris, França, para discutir o tema *"Getting industrial policies right for open markets, growth and prosperity"* (Políticas industriais adequadas para mercados abertos, crescimento e prosperidade, em tradução livre), elaborando sobre como as estratégias industriais e os mercados competitivos, em âmbito nacional e global, podem contribuir para o crescimento a longo prazo que apoie padrões de vida mais elevados para todos.

Durante o evento de dois dias, os Ministros discutiram e elaboraram uma série de assuntos e materiais pertinentes à agenda política e prática da OCDE, como, por exemplo, uma nova recomendação do conselho para tecnologias quânticas, além de celebrar o *"Implementation Plan of the Strategic Framework for Latin America and the Caribbean"* (Plano de Implementação do Quadro Estratégico para a América Latina e o Caribe, em tradução livre),

bem como os progressos alcançados rumo a uma parceria reforçada com a África. Outro documentos estratégicos também apresentados aos ministros no evento foram o *"Secretary-General's Strategic Orientations for 2027-30"*, o *"Secretary-General's Report to Ministers on OECD Global Relations"* e o *"Annual Update on OECD Standard-Setting"* — todos disponíveis em livre acesso para visualização e *download* no portal eletrônico do encontro (https://www.oecd-events.org/e/meeting-of-the-council-at-ministerial-level-2026/en). Outro interessante documento disponibilizado é a publicação *"MCM Key Issues Paper"*, que sinaliza, de maneira objetiva e clara, os principais pontos abordados ao longo do evento, as questões que são vistas como desafios ou problemáticas do ponto de vista da organização, o que a mesma tem feito e fornece recomendações para formuladores de políticas.

Durante o evento, a OCDE também promoveu a divulgação de uma série de pesquisas relevantes sobre a economia mundial. O primeiro deles, o *"OECD Economic Outlook, Volume 2026 Issue 1: Under Pressure"*, é a mais recente edição do ano de 2026 de sua tradicional publicação semestral *"Economic Outlook"* (Perspectiva econômica, em tradução livre), onde a organização se propõe a analisar e projetar as principais tendências e perspectivas econômicas mundiais para os próximos dois anos, além de apresentar um conjunto consistente de projeções para produção, emprego, gastos do governo, entre outros.

A nova atualização do relatório da iniciativa indica que o conflito no Oriente Médio se tornou a força dominante a moldar as perspectivas econômicas mundiais, que se deterioram em meio ao choque energético e ao aumento das pressões inflacionárias. Os preços da energia e de outros insumos agrícolas e industriais essenciais produzidos nas economias do Golfo Pérsico dispararam desde fevereiro de 2026, devido à redução da produção e das exportações. Tal cenário tem impulsionado a inflação, pressionando a renda real e o crescimento econômico. Desse modo, as projeções da OCDE de crescimento do produto interno bruto (PIB) foram revisadas para baixo, enquanto a inflação foi revisada para cima.

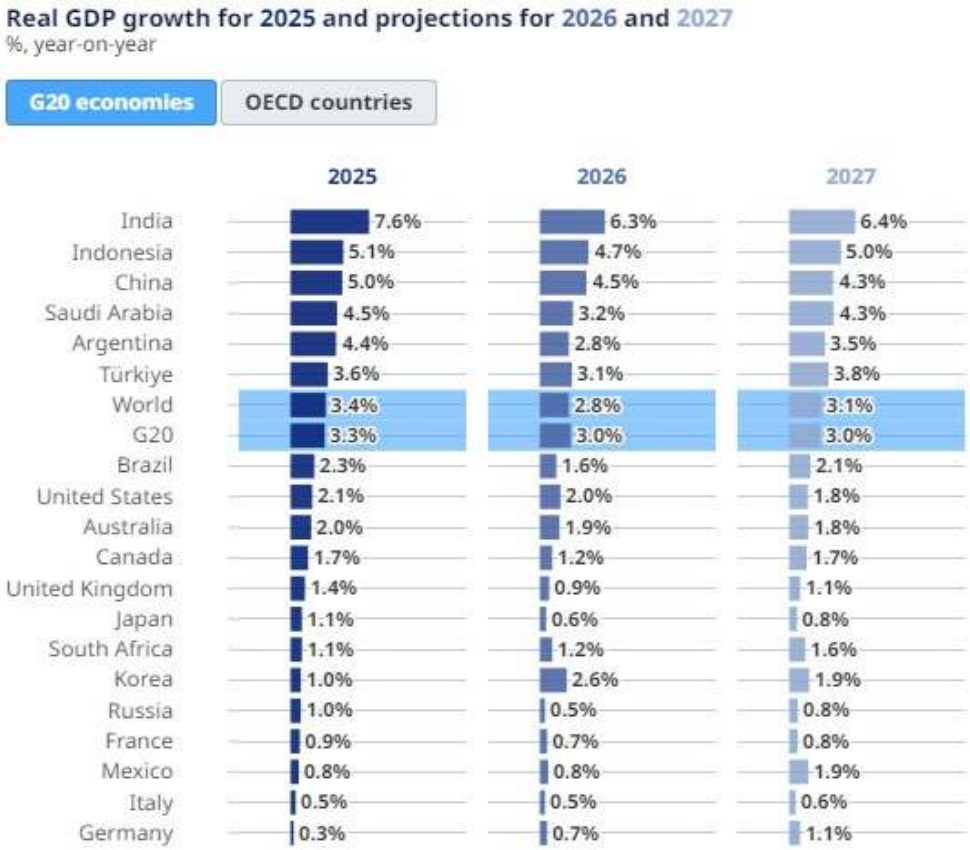
Devido à incerteza em torno da escalada e desenvolvimento do conflito, o documento traça dois cenários futuros para a economia global: um de interrupção temporária, no qual a produção e o comércio de energia nas economias do Golfo retornam progressivamente aos níveis pré-conflito a partir de meados de 2026, levando a uma reversão gradual das interrupções; e outro de interrupção prolongada, que pressupõe que as atuais interrupções na produção e exportação de energias nas economias do Golfo persistam até 2027, com preços de energia mais altos, riscos crescentes de escassez de oferta e um aperto das condições financeiras globais, todos com consequências mais amplas e duradouras para a economia global.

Sob a hipótese de uma resolução duradoura do conflito — o cenário de "interrupção temporária" — a OCDE projeta uma desaceleração do crescimento global de 3,4% em 2025 para 2,8% em 2026, antes de subir para 3,1% em 2027. O crescimento do PIB nos Estados Unidos está projetado em 2,0% em 2026, antes de desacelerar para 1,8% em 2027. Na zona do euro, o crescimento deverá permanecer modesto em 0,8% em 2026, antes de acelerar para 1,2% em 2027. O crescimento chinês deverá desacelerar para 4,5% neste ano e 4,3% em 2027.

No cenário de "perturbação prolongada", o crescimento global abranda para 2,1% em 2026 e 1,8% em 2027, deixando uma marca duradoura em muitos países, especialmente na Ásia, na Europa e em economias em desenvolvimento mais vulneráveis ao choque dos preços da energia e dos alimentos. O crescimento na OCDE está previsto em 0,9% em 2026 e 0,5% em 2027 (contra 1,5% em 2026 e 1,7% em 2027 no cenário de "interrupção temporária").

As pressões inflacionárias estão aumentando tanto nas economias avançadas quanto nas emergentes. O choque energético tem levado a preços mais altos das *commodities*, enquanto os efeitos indiretos têm impulsionado os preços em toda a economia, notadamente nos insumos agrícolas e nos alimentos. No cenário de perturbação de duração limitada, espera-se que a inflação anual dos preços ao consumidor nas economias do G20 suba coletivamente para 4,0% em 2026, ante 3,4% em 2025, antes de recuar para 3,1% em 2027, à medida que as pressões sobre os preços da energia e dos alimentos diminuam. A inflação subiria significativamente mais no cenário de perturbação prolongada.

Figura 1: Projeções de crescimento real do PIB para 2025, 2026 e 2027 para economias do G20, % em relação ao ano anterior



Fonte: OCDE, 2026.

Diante de tal período de incerteza, a OCDE recomenda aos formuladores de políticas, governos e bancos centrais três observações gerais: (i) as políticas monetárias devem permanecer vigilantes e atentos às mudanças no equilíbrio de riscos em torno dos desenvolvimentos econômicos e financeiros para garantir que as pressões inflacionárias subjacentes sejam controladas de forma duradoura, contudo a elevação temporária dos preços impulsionados pela oferta não necessariamente precisa desencadear uma resposta política, desde que as expectativas de inflação permaneçam bem ancoradas; (ii) as medidas de alívio dos preços da energia devem ser direcionadas e temporárias, preservando os incentivos para a redução da demanda, preservando os incentivos para a redução da demanda; e (iii) os países

também devem intensificar os esforços para diversificar o fornecimento de energia e melhorar a eficiência energética, a fim de reduzir a vulnerabilidade a choques futuros.

É proveitoso ainda ressaltar que, complementar ao documento principal do estudo, a organização também disponibilizou notas de projeção para cada país analisado, onde dedica atenção especial e oferece análises para as especificidades e contextos de cada caso. O Brasil é um dos países participantes do estudo e possui um documento próprio tanto nos idiomas inglês, quanto em português — facilitando o entendimento e acesso às avaliações econômicas e políticas da OCDE. Nele, é realçado que o crescimento real do PIB brasileiro deverá desacelerar para 1,6% em 2026, antes de se recuperar para 2,1% em 2027, com as exportações sendo o principal motor em 2026, sustentadas por um forte setor de *commodities* e pela demanda robusta chinesa. Apesar da evolução do conflito no Médio Oriente, se projeta uma diminuição gradual da inflação, atingindo 4,4% em 2026 e 3,6% em 2027.

Por fim, a organização intergovernamental prosseguiu a continuamente incrementar diversos títulos, recursos e documentos próprios em seu acervo e biblioteca virtual no decorrer da quinzena, sendo, dentre tal fluxo de recentes adições, três pesquisas com assuntos ligados à economia agrícola e à saúde aqui especialmente destacadas.

Ainda refletindo sobre os impactos diretos e indiretos do conflito na região do Oriente Médio, a pesquisa denominada *"The impact of the conflict in the Middle East on agricultural markets"* possui um olhar atento às reverberações sentidas na produção e no comércio agrícola mundial. Apesar do Oriente Médio desempenhar um papel limitado na agricultura mundial, a agricultura é um setor de alto consumo de energia e está intimamente relacionada aos mercados energéticos por meio da produção de biocombustível. Baseando-se então no modelo Aglink-Cosimo da própria da OCDE e da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), o estudo analisa dois canais de transmissão de um choque de preços do petróleo para os preços agrícolas globais: os mercados de fertilizantes e a demanda por biocombustíveis. Seus resultados apontam aumentos tardios e moderados nos preços das *commodities* agrícolas, com impactos mais fortes em países altamente dependentes de fertilizantes importados. Já as elevações temporárias nas cotas de biocombustíveis têm efeitos limitados sobre os preços dos alimentos, porém podem ampliar os riscos para os óleos vegetais.

Outra interessante publicação é o artigo *"Competition and regulation in the healthcare sector"*, cujo foco principal se dedica a examinar a relação entre regulamentação e concorrência nos mercados da saúde, identificando áreas em que as autoridades de concorrência podem defender uma regulamentação pró-concorrência para beneficiar o autocontrole de custos e incentivos à eficiência. A pesquisa ainda apresenta uma estrutura para identificar e analisar barreiras regulatórias e discute evidências empíricas e experiências relevantes de autoridades de concorrência. O cenário observado revela que normas como restrições à entrada baseadas em necessidade ou o envolvimento de empresas já estabelecidas nas decisões de licenciamento podem limitar a entrada no mercado e reduzir sua capacidade.

Preocupações semelhantes surgem no tópico regulação profissional, onde definições restritivas de tarefas e a portabilidade limitada de licenças podem exacerbar a escassez de mão de obra e reduzir o acesso. Além disso, o desenvolvimento de serviços digitais também pode ser prejudicado por barreiras regulatórias, como a falta de interoperabilidade entre sistemas de registros eletrônicos. O texto advoga também que a regulação pró-concorrencial pode apoiar pacientes e financiadores, fornecendo-lhes informações úteis.

Na pesquisa *"Incentivising patient pathways in outpatient care: A review of gatekeeping and cost-sharing policies across the OECD"*, seus autores discorrem sobre como melhorar a utilização eficiente de recursos escassos nos países da OCDE para garantir a sustentabilidade a longo prazo dos gastos com saúde, abordando o caminho do incentivo a busca por cuidados por parte dos pacientes. Para tal, as ferramentas *gatekeeping* — um mecanismo de filtro e controle de acesso por meio da qual médicos de clínica geral ou outros médicos de atenção primária controlam o acesso a cuidados especializados — e o compartilhamento de custos — mecanismos que exigem que os pacientes contribuam financeiramente para o custo dos cuidados — são sinalizadas como instrumentos políticos amplamente aplicados nos países participantes da organização e que podem também visar objetivos além da melhoria da eficiência.

Com foco no setor ambulatorial, o estudo apresenta um levantamento dos países da OCDE que adotam essas políticas e de como as mesmas são concebidas e estruturadas. Também revisa evidências sobre como essas políticas afetam os orçamentos de saúde, a eficiência e os resultados em saúde. A análise é complementada por seis estudos de caso de países (Dinamarca, França, Alemanha, Noruega, Polônia e Holanda), que descrevem detalhadamente a implementação de mecanismos de controle de acesso e compartilhamento de custos e identificam fatores que podem influenciar seu impacto no desempenho do sistema de saúde. Tais fatores incluem a disponibilidade de médicos de clínica geral, como os médicos de clínica geral são incentivados a prestar serviços e se os pacientes podem contornar os processos de triagem.

Referências

OECD. OECD Ministerial Council Outcomes. OECD [Internet]. 2026 Jun 04 [cited 2026 Jun 05]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/06/oecd-ministerial-council-outcomes.html.

OCDE. Implementation Plan for the OECD Strategic Framework for Latin America and the Caribbean. OECD [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/events/2026/06/mcm/2026-mcm-implementation-plan-for-the-oecd-strategic-framework-for-latin-america-and-the-caribbean.pdf.

OCDE. MCM Key Issues Paper. OECD [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/events/2026/06/mcm/2026-mcm-key-issues-paper.pdf.

OECD. Global economic outlook weakens amid energy shock and rising inflationary pressures. OECD [Internet]. 2026 Jun 03 [cited 2026 Jun 05]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/06/global-economic-outlook-weakens-amid-energy-shock-and-rising-inflationary-pressures.html.

OECD. OECD Economic Outlook, Volume 2026 Issue 1: Under Pressure. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05]. Available from: https://doi.org/10.1787/2d1956f0-en.

OECD. Nota de projeção para Brasil, Junho de 2026. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/es/topics/policy-sub-issues/economic-snapshot-pages/eo119sp/Brasil_EO119SP-PRT.pdf.

OECD. The impact of the conflict in the Middle East on agricultural markets. OECD Food, Agriculture and Fisheries Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05];225. Available from: https://doi.org/10.1787/3324cfee-en.

OECD. Competition and regulation in the healthcare sector. OECD Roundtables on Competition Policy Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05];334. Available from: https://doi.org/10.1787/102fea92-en.

Hämmerli M, Milstein R, Mueller M. Incentivising patient pathways in outpatient care: A review of gatekeeping and cost-sharing policies across the OECD. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05];196. Available from: https://doi.org/10.1787/349dcf1c-en.

Hämmerli M, Milstein R, Mueller M. Incentivising patient pathways in outpatient care: A review of gatekeeping and cost-sharing policies across the OECD — Support Materials. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 05];196. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2026/05/incentivising-patient-pathways-in-outpatient-care_c6154148/349dcf1c-en.pdf.

Tarifa adicional americana para deter o Pix e o avanço do BRICS Pay, afastar o Brasil da China e do BRICS, como condições para sua prosperidade

Un arancel adicional estadounidense para frenar a Pix y el avance de BRICS Pay, y alejar a Brasil de China y del BRICS, como condiciones para su prosperidad

An additional U.S. tariff to curb Pix and the expansion of BRICS Pay, and to distance Brazil from China and the BRICS, as conditions for its prosperity

Claudia Hoirisch

Resumo: O governo dos Estados Unidos propôs uma tarifa adicional de 25% sobre importações brasileiras. A medida está ligada a uma investigação do Representante Comercial dos EUA (USTR), que mira o sucesso do Pix, a regulação de *big techs* e o avanço de meios de pagamento alternativos ao dólar, como o BRICS Pay. O documento inclui tantas exceções que deixa claro que seu objetivo é atacar o Pix, citado vinte vezes. Para entender a taxação adicional é preciso analisar a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA publicada em novembro de 2025. No documento, os EUA declaram que desejam aumentar sua economia dos atuais US$ 30 trilhões em 2025 para US$ 40 trilhões na década de 2030 para colocar o país em uma posição invejável e manter seu status como a principal economia do mundo. Décadas negligenciando outras potências, especialmente a China, permitiram um avanço sobre espaços estratégicos na América Latina. Para reverter esse cenário, os EUA afirmam na Estratégia que devem aproveitar o atual contexto político regional para ampliar sua influência acelerando esforços, inclusive utilizando sua influência nas áreas de finanças e tecnologia para induzir os países a rejeitarem a assistência de "certos atores estrangeiros" [China]. É nesse contexto que ficam claras as intenções de Washington: apesar de o ataque ao Pix atender aos interesses das empresas financeiras estadunidenses, o objetivo central é afastar o Brasil da China e, de forma mais ampla, dos BRICS para que os EUA ampliem sua influência.

Palavras-chave: EUA; tarifa adicional de 25%; Pix; regulação de *big techs*; avanço de meios de pagamento alternativos ao dólar; BRICS Pay; estratégia de Segurança Nacional dos EUA; contenção do avanço da China na AL; ampliação da influência americana; finanças e tecnologia; ativos estratégicos.

Resumen: *El gobierno de Estados Unidos ha propuesto un arancel adicional del 25% a las importaciones brasileñas. Esta medida está vinculada a una investigación de la Oficina del Representante Comercial de Estados Unidos (USTR), que apunta al éxito de Pix (el sistema de pago instantáneo de Brasil), la regulación de las grandes empresas tecnológicas y el avance de métodos de pago alternativos al dólar, como BRICS Pay. El documento incluye tantas excepciones que deja claro que su objetivo es atacar a Pix, que se cita veinte veces. Para comprender la tributación adicional, es necesario analizar la Estrategia de Seguridad Nacional de Estados Unidos publicada en noviembre de 2025. En dicho documento, Estados Unidos afirma que quiere*

aumentar su economía de los actuales 30 billones de dólares en 2025 a 40 billones de dólares en la década de 2030 para posicionarse en una situación ventajosa y mantener su estatus como principal economía mundial. Décadas de descuido de otras potencias, especialmente China, le han permitido avanzar en espacios estratégicos de América Latina. Para revertir esta situación, Estados Unidos afirma en su estrategia que debe aprovechar el contexto político regional actual para expandir su influencia, intensificando sus esfuerzos, incluyendo el uso de su influencia en los ámbitos financiero y tecnológico, para persuadir a los países a rechazar la ayuda de "ciertos actores extranjeros" [China]. Es en este contexto donde las intenciones de Washington se hacen evidentes: si bien el ataque a Pix beneficia los intereses de las empresas financieras estadounidenses, el objetivo principal es alejar a Brasil de China y, en términos más generales, de los BRICS, para que Estados Unidos pueda expandir su influencia.

Palabras-clave: *Estados Unidos; arancel adicional del 25%; Pix (sistema de pago instantáneo de Brasil); regulación de las grandes empresas tecnológicas; impulso de métodos de pago alternativos al dólar; BRICS Pay. Estrategia de Seguridad Nacional de EE. UU; contención del avance de China en América Latina; expansión de la influencia estadounidense; finanzas y tecnología; activos estratégicos.*

Abstract: *The United States government has proposed an additional 25% tariff on Brazilian imports. The measure is linked to an investigation by the U.S. Trade Representative (USTR), which targets the success of Pix, the regulation of big tech companies, and the advancement of alternative payment methods to the dollar, such as BRICS Pay. The document includes so many exceptions that it makes clear its objective is to attack Pix, which is cited twenty times. To understand the additional taxation, it is necessary to analyze the U.S. National Security Strategy published in November 2025. In the document, the U.S. declares that it wants to increase its economy from the current US$30 trillion in 2025 to US$40 trillion in the 2030s to place the country in an enviable position and maintain its status as the world's leading economy. Decades of neglecting other powers, especially China, have allowed an advance into strategic spaces in Latin America. To reverse this scenario, the US states in its Strategy that it must take advantage of the current regional political context to expand its influence by accelerating efforts, including using its influence in the areas of finance and technology to induce countries to reject assistance from "certain foreign actors" [China]. It is in this context that Washington's intentions become clear: although the attack on Pix serves the interests of US financial companies, the central objective is to distance Brazil from China and, more broadly, from the BRICS so that the US can expand its influence. Strategic assets.*

Keywords: *USA; additional 25% tariff. Pix; Brazil's instant payment system; regulation of big tech companies; advancement of alternative payment methods to the dollar; BRICS Pay; US National Security Strategy; Containment of China's advance in Latin America; expansion of American influence; finance and technology.*

O governo dos Estados Unidos propôs uma tarifa adicional de 25% sobre importações brasileiras. A medida está ligada a uma investigação do Representante Comercial dos EUA (USTR), que mira o sucesso do Pix, a regulação de *big techs* e o avanço de meios de pagamento alternativos ao dólar, como o **BRICS Pay**[1].

[1] https://ustr.gov/trade-topics/enforcement/section-301-investigations/section-301-brazils-acts-policies-and-practices-related-digital-trade-and-electronic-payment

Os EUA alegam que o sistema Pix do Banco Central do Brasil prejudica as empresas de cartões de crédito e provedores de pagamentos americanos ao causar perda de competitividade de suas empresas no setor financeiro e consideram que o avanço *BRICS Pay* ('Pix Internacional´)[2] ameaça a hegemonia global do dólar e desafia o sistema SWIFT. Os Estados Unidos já haviam sinalizado a possibilidade de impor tarifas e retaliações contra países que aderissem à ferramenta de pagamentos do BRICS.[3]

O documento do Escritório do USTR[4] inclui tantas exceções que deixa claro que seu objetivo é atacar o "comércio digital e serviços de pagamento eletrônicos" (citado dez vezes), incluindo o "campeão nacional" Pix (citado vinte vezes).

No Quadro 1 é possível entender o porquê o Pix incomoda tanto os EUA.

Quadro 1- Porque o sucesso da plataforma Pix assusta os EUA?

Em 2021, primeiro ano completo de funcionamento, o Pix movimentou cerca de R$ 5,2 trilhões; em 2022, R$ 10,9 trilhões; em 2023, R$ 17,2 trilhões; em 2024, R$ 26,4 trilhões, em 2025, R$ 35,36 trilhões. Somados, os cinco primeiros anos ultrapassam os R$ 90 trilhões movimentados pela plataforma. O volume acumulado pelo Pix até 2026 deverá ultrapassar os R$ 130 trilhões[5].

O Pix substituiu DOCs, TEDs, boletos e capturou bilhões de reais dos cartões de débito e crédito.

Uma operação por Pix custa ao lojista cerca de 0,22%; já as taxas dos cartões costumam variar entre 1,0 e 2,2%. Aplicada sobre trilhões de reais, representa um valor significativo.

Se apenas 10% dos quase R$ 90 trilhões movimentados até o final de 2025 tivessem passado pelas redes tradicionais de cartões, estaríamos falando de aproximadamente R$ 9 trilhões em operações. Aplicando taxas entre 1% e 2,2%, significaria algo entre R$ 90 e 198 bilhões em receitas potenciais.

Considerando o crescimento posterior do Pix, o valor acumulado até 2026 poderia alcançar uma faixa entre R$ 130-R$ 286 bilhões em possíveis receitas.

Não é possível garantir que todo esse dinheiro seria capturado por empresas americanas, mas é possível afirmar que o Pix reduziu drasticamente o espaço econômico ocupado pelas grandes bandeiras internacionais.

[2] O Banco Central do Brasil ainda não lançou oficialmente o Pix internacional, que permitiria o uso direto do sistema em outros países. A nova lei cambial de 2023 abriu caminho para essa modalidade, mas ainda não há previsão de implementação, pois depende de acordos entre diversas jurisdições e sistemas financeiros internacionais. Ou seja, o Pix ainda não é internacional, mas existem alternativas para pagamentos e recebimentos do exterior, e projetos futuros podem expandir seu uso global.

[3] HELMY, Mohamed. BRICS' Game-Changing Blockchain Payment System: The Future of Global Transactions. Modern Diplomacy, 2025. Disponível em: https://moderndiplomacy.eu.

[4] https://ustr.gov/sites/default/files/files/Press/Releases/2026/Brazil%20Section%20301%20Actionability%20and%20Proposed%20Action%20FRN%206-1-26%20Final.pdf

[5] https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-11/pix-completa-cinco-anos-perto-de-movimentar-r-30-trilhoes-por-ano

A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA: busca por preeminência na América do Sul, redução da influência da China, preponderância nas áreas de finanças e tecnologia e aquisição de ativos estratégicos

A Estratégia de Segurança Nacional (NSS) dos EUA de 2025 nos fornece mais detalhes sobre a visão geopolítica, as diretrizes de política externa e econômica que guiarão o governo americano no cenário internacional.

O documento reorganiza a hierarquia das regiões prioritárias globais dos EUA e eleva o que os EUA definem como o Hemisfério Ocidental (Canadá, México, **América** Central e **do Sul** e Caribe), que na Estratégia de Segurança Nacional de 2017 ocupava apenas o quinto lugar, à posição de **principal região prioritária para os EUA**, onde a relação entre as prioridades de política interna e externa é mais forte. A Ásia, que em 2017 ocupava o primeiro lugar na categoria Indo-Pacífico, agora ocupa o segundo lugar, mas recebe a maior atenção em termos de número de páginas. A Europa, que era a segunda em 2017, agora caiu para o terceiro lugar, embora ainda esteja à frente do Oriente Médio, agora em quarto lugar. A África, em último lugar, permaneceu inalterada.

A NSS prevê uma "guinada" dos EUA para o Hemisfério Ocidental. Introduz um "Corolário Trump" à Doutrina Monroe (1823), que visa restaurar a preeminência dos EUA na região e, assim, reviver o **"quintal dos EUA" como sua esfera de influência** privilegiada. Ela estabelece a intenção dos EUA de **negar aos concorrentes externos a capacidade de implantar forças na região e de possuir ou controlar ativos estrategicamente vitais**.

A NSS afirma ainda que os EUA buscam se tornar o **parceiro preferencial da região** e estão determinados a **desencorajar a colaboração de países da região com países não regionais.** O país está considerando estratégias para "diminuir a influência externa adversária e expulsar empresas estrangeiras que constroem infraestrutura na região". Embora os adversários não sejam mencionados nominalmente, a terminologia utilizada (armadilha da dívida, assistência externa "de baixo custo", condições impostas) é indicativa da **China**.

No documento, declaram que desejam aumentar sua economia dos atuais US$ 30 trilhões em 2025 para **US$ 40 trilhões na década de 2030** para colocar o país em uma posição invejável e manter seu status como a principal economia do mundo.

Se a introdução do Pix já incomodou as empresas americanas, a introdução do BRICS *Pay* causará ainda mais estragos. Embora não exista uma estimativa precisa e quantificável em bilhões de dólares devido à complexidade da economia global, as principais frentes de impacto para os Estados Unidos com a introdução do BRICS *Pay* (Quadro 2) são a erosão da hegemonia do dólar (o uso de moedas locais para transações entre membros do bloco reduz a dependência do dólar, ameaçando seu status de moeda global de reserva); o controle geopolítico reduzido (a criação de um sistema de pagamentos próprio diminui a eficácia das sanções econômicas americanas, que historicamente se apoiam na exclusão de países do sistema financeiro ocidental (SWIFT) e, a queda na demanda internacional (menos transações internacionais denominadas em dólar podem resultar em menor demanda global pela moeda, o que afeta a capacidade dos EUA de financiar sua dívida de forma barata).

Quadro 2 – A ameaça do BRICS Pay para os EUA

Nos últimos anos, os países do BRICS começaram a discutir a criação de um sistema internacional de pagamentos, o BRICS Pay. A proposta surgiu inicialmente no Conselho Empresarial do BRICS e se intensificou após as sanções impostas à Rússia devido à incursão militar à Ucrânia.

O BRICS Pay é um mecanismo que irá possibilitar transações internacionais usando moedas nacionais e sistemas próprios de pagamento, reduzindo a dependência do dólar e das estruturas financeiras controladas pelo Ocidente.

Já existem pilotos, aplicativos e grupos de trabalho dedicados à sua implementação.

O projeto prevê a interoperabilidade entre sistemas nacionais de pagamento. Entre eles está o Pix brasileiro, o Unified Payments Interface (UPI) indiano, o WeChat Pay chinês que é uma carteira digital integrada, o *Sistema de Pagamento Mais Rápido* (SBP) russo, que permite transferências gratuitas ou de baixíssimo custo usando um número de telefone e o PayShap sul-africano.

Quando todas essas ferramentas forem interligadas por uma infraestrutura comum, aí teremos o BRICS Pay.

Décadas negligenciando outras potências, especialmente a China, permitiram um avanço sobre espaços estratégicos na América Latina. Para reverter esse cenário, os Estados Unidos afirmam que devem aproveitar o atual contexto político regional para ampliar sua influência[6] acelerando esforços, inclusive utilizando sua influência nas áreas de finanças e tecnologia para induzir os países a rejeitarem a assistência de "certos atores estrangeiros" [China][7].

É nesse contexto que ficam claras as intenções dos EUA: apesar de o ataque ao Pix atender aos interesses das empresas financeiras estadunidenses, o objetivo central é afastar o Brasil da China e, de forma mais ampla, dos BRICS.

Considerações finais

As acusações de concorrência desleal feitas por Washington contra o Pix, faz parte de uma crescente pressão sobre o Brasil que pode ser interpretada como interferência e perda de competitividade para as empresas estadunidenses no setor financeiro e tecnológico.

Enquanto os EUA buscam preservar as posições de liderança das bandeiras internacionais de cartões de débito e crédito que estão sendo desafiadas pelas novas tecnologias financeiras, diversos países BRICS como o Brasil, China e Rússia, vem abrindo caminho para questionar a hegemonia de longo prazo do dólar e a tecnologia financeira americana.

[6] https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf

[7] https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf. P.17-18.

O que está em jogo vai além de tarifas ou meios de pagamento, trata-se da disputa pelo controle das infraestruturas que organizarão a economia mundial nas próximas décadas. O Pix é uma dessas infraestruturas e o BRICS *Pay* pretende ser outra.

O que explica o desespero dos EUA é a construção de mecanismos financeiros menos dependentes do dólar, das grandes bandeiras internacionais de cartão e das estruturas controladas por Washington.

Resultados das eleições na América do Sul podem (re)definir o mapa político da região

Los resultados de las elecciones en Sudamérica podrían (re)definir el panorama político de la región

Election results in South America could (re)define the region's political landscape

Sebastian Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: As eleições na América do Sul têm movimentado a política nacional e internacional. Peru, Colômbia e Brasil já sentem o efeito da corrida eleitoral que deverá definir novos caminhos ideológicos para a região. Na Argentina, no Chile e na Bolívia, as políticas de austeridade e as tensões políticas têm se desdobrado nas ruas. No México, a intervenção externa na política nacional tem vindo, segundo o governo, de setores sociais estadunidenses. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre recursos humanos em saúde e câncer infantil ; a A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou em eventos sobre Mecanismo Regional para Avaliação Conjunta de Medicamentos e Vacinas e colaboração com a Espanha e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) promoveu eventos para discutir povos indígenas e o El Niño.

Palavras-chave: América Latina; cooperação Internacional; saúde.

Resumen: *Las elecciones en Sudamérica han agitado la política nacional e internacional. Perú, Colombia y Brasil ya están sintiendo los efectos de la carrera electoral que marcará nuevos rumbos ideológicos para la región. En Argentina, Chile y Bolivia, las políticas de austeridad y las tensiones políticas se han trasladado a las calles. En México, la intervención externa en la política nacional ha procedido, según el Gobierno, de sectores sociales estadounidenses. En cuanto a las organizaciones regionales, destacamos que el Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participó en eventos sobre recursos humanos en salud y cáncer infantil; la Secretaría Ejecutiva del Consejo de Ministros de Salud de América Central (COMISCA) participó en eventos sobre el Mecanismo Regional para la Evaluación Conjunta de Medicamentos y Vacunas y la colaboración con España, y la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA) promovió eventos para debatir sobre los pueblos indígenas y El Niño.*

Palabras clave: *América Latina; cooperación internacional; salud.*

Abstract*: Elections in South America have been shaking up national and international politics. Peru, Colombia, and Brazil are already feeling the impact of the electoral race, which is expected to chart new ideological paths for the region. In Argentina, Chile, and Bolivia, austerity measures and political tensions have spilled out onto the streets. In Mexico, external interference in national politics has, according to the government, come from U.S. social sectors. Regarding regional organizations, we note that the Andean Health Organization—Hipólito Unanue Agreement (ORAS-Conhu) participated in events on human resources in health and childhood cancer; the Executive Secretariat of the Central American Council of Health Ministers (COMISCA)*

participated in events on the Regional Mechanism for Joint Evaluation of Medicines and Vaccines and collaboration with Spain; and the Amazon Cooperation Treaty Organization (OTCA) promoted events to discuss indigenous peoples and El Niño.

***Keywords**: Latin America; international cooperation; health.*

Aquarela Política Latino-Americana

Nas duas últimas semanas de 2026, a América Latina foi marcada por uma combinação de incerteza política, desaceleração econômica moderada e crescente competição geopolítica entre os Estados Unidos e a China na região.

A região continua em "ano eleitoral". Nas últimas duas semanas, as eleições no Peru e na Colômbia se destacaram, e seus resultados podem redefinir o equilíbrio ideológico regional. No Peru, a disputa entre Keiko Fujimori e Roberto Sánchez revelou um cenário político altamente polarizado. A Colômbia também presenciou uma intensa corrida presidencial. Os Estados Unidos não parecem se manter neutros diante desses processos eleitorais em seu próprio "*quintal" (pátio trasero em espanhol).*

Persistem as tensões na América Latina entre governos com diferentes orientações ideológicas. Debates sobre segurança, migração, desigualdade e reformas econômicas continuam a alimentar a polarização política em vários de nossos países, com significativas manifestações populares de estudantes (Chile), da população contra o feminicídio (Argentina) e de movimentos trabalhistas (Bolívia).

Os processos eleitorais que ocorrerão em 2026 na região são cruciais em países como Brasil, Colômbia, Peru e Costa Rica, e podem redefinir tanto os equilíbrios internos quanto a dinâmica política regional.

As eleições não apenas definirão os governos, mas também atuarão como fatores que amplificam o risco político e os alinhamentos geopolíticos em contextos já marcados por fragilidade institucional, violência e polarização.

Em muitos países da região, os processos eleitorais planejados estão se desenrolando em um contexto de desconfiança pública nas elites políticas, enfraquecimento dos sistemas partidários e crescente questionamento da legitimidade das regras democráticas. Nesse contexto, as eleições deixam de funcionar apenas como mecanismos para a canalização institucional de conflitos e, em alguns países, tornam-se fontes de instabilidade política e social.

A Bolívia continua atravessando uma situação particularmente delicada, com protestos, bloqueios e confrontos políticos que afetam a estabilidade interna e a atividade econômica, além de tentativas de interferência por parte do governo republicano de Trump.

Os problemas do emprego informal, da pobreza e do acesso desigual aos serviços públicos continuam sendo fatores de pressão social em grande parte da América Latina e se manifestam em mobilizações populares no cenário regional.

Resumindo a situação desta quinzena, podemos destacar que a América Latina se caracteriza por:

- Alta intensidade política devido aos processos eleitorais e à polarização[1].
- Desafios sociais persistentes, especialmente em relação à segurança e ao custo de vida.
- Crescimento econômico moderado, com sinais de desaceleração em diversas economias importantes.
- Maior relevância geopolítica, em um contexto de competição entre os Estados Unidos e a China e de debate sobre o futuro do multilateralismo.

A alta intensidade política que afeta atualmente a América Latina decorre da convergência de diversos fatores estruturais e situacionais que estão aumentando a competição pelo poder e a polarização social. "Alta intensidade política" refere-se a um contexto em que as eleições adquirem excepcional importância estratégica. Os níveis de confronto entre governo e oposição aumentam. As decisões políticas geram fortes reações sociais. Questões de segurança, economia e corrupção dominam a agenda pública.

Indicadores dessa alta intensidade política incluem: no Peru, a competição eleitoral reflete profundas divisões em relação ao modelo econômico e ao papel do Estado. Na Colômbia, os debates continuam sobre segurança, reformas sociais e política econômica. Na Bolívia, as tensões entre diferentes setores políticos geraram mobilizações e conflitos. Na Argentina, a discussão gira em torno de reformas econômicas, ajuste fiscal e seus impactos sociais. No México, persistem os debates sobre segurança, marcos institucionais e desenvolvimento econômico.

A seguir, analisaremos brevemente o panorama político da América Latina e a realidade de diferentes países da região.

Na Argentina, manifestantes estão saindo às ruas para protestar contra os feminicídios[2],[3]

[1] Há uma crescente dificuldade em construir consenso. Essa "alta intensidade" não implica necessariamente uma crise institucional, mas implica um maior conflito político.

[2] https://www.lanacion.com.ar/sociedad/marcha-ni-una-menos-empiezan-a-convocarse-los-primeros-grupos-de-mujeres-frente-al-congreso-nid03062026/

[3] https://www.infobae.com/sociedad/2025/06/03/a-10-anos-de-ni-una-menos-la-genesis-de-la-manifestacion-que-saco-la-palabra-del-closet-y-cambio-al-mundo-de-sur-a-norte/

Na Argentina, manifestantes estão saindo às ruas para protestar contra os feminicídios de Agostina Vega[4], Dulce[5] e Noelia[6], bem como contra o aumento dos crimes de ódio contra pessoas LGBT, evidenciando a falta de políticas públicas e de uma perspectiva de gênero no governo de Milei.

O protesto, que se repetiu em diferentes partes do país, não ficou isento de slogans políticos. Os organizadores denunciaram o atual contexto socioeconômico e criticaram as políticas do governo libertário, que inclusive minimizam a definição legal de feminicídio. Programas voltados para a prevenção e o combate à violência de gênero sofreram uma queda de 89% desde 2023, segundo dados da Associação Civil pela Igualdade e Justiça (ACIJ) e da Equipe Latino-Americana pela Justiça e Gênero (ELA).

A Argentina fez progressos significativos em direitos humanos, debatendo e aprovando a Lei do Casamento Igualitário, promulgando a Lei da Identidade de Gênero e propondo a Lei da Educação Sexual Abrangente. A ascensão de Milei ao poder criou uma situação marcada pela fome, dívidas e desemprego. Mas também trouxe um retrocesso significativo sob um governo que nega a existência de feminicídios, promove discursos de ódio e cria projetos para proteger pedófilos. A notícia do feminicídio de Agostina Vega e o subsequente espetáculo midiático geraram profunda tristeza e indignação.

A ostentação do governo de Javier Milei sobre a eliminação do Ministério da Mulher e da Diversidade e a redução de financiamento de todas as políticas de gênero concebidas antes mesmo dos governos Kirchner finalmente deram frutos. Uma dessas consequências é justamente o assassinato de Agostina, mas também a negligência na investigação do desaparecimento de Dulce, uma jovem de 17 anos de Misiones, encontrada morta 15 dias depois; e o assassinato de Noelia Reynoso, morta no último fim de semana na província de Buenos Aires, em uma operação altamente controversa.

Segundo o relatório anual do Supremo Tribunal[7], publicado na semana passada, houve 200 feminicídios em 2025. Os dados também revelam padrões persistentes: 83% das vítimas

---

[4] O feminicídio de Agostina Vega na Argentina foi um evento trágico que chocou o país e levou a uma intensa busca por justiça. A investigação revelou que Agostina foi assassinada em um campo aberto em Córdoba e seu corpo foi esquartejado. Os investigadores encontraram evidências que sugerem que Claudio Barrelier, o principal suspeito, manipulou mulheres próximas a ele e alterou seus depoimentos à medida que as provas incriminatórias se acumulavam. O caso foi a julgamento e várias prisões foram efetuadas em conexão com o crime. https://www.milenio.com/internacional/que-paso-agostina-vega-nina-asesinada-argentina-cronologia

[5] ***Dulce Candia*** desapareceu em 17 de maio de 2026 e seu corpo foi encontrado em 28 de maio em uma fossa séptica em um prédio abandonado no bairro El Tucán, em Eldorado, Misiones, em avançado estado de decomposição. A autópsia confirmou que a causa da morte foi asfixia mecânica, direcionando a investigação para feminicídio e descartando outras hipóteses de morte acidental ou natural. https://www.revistagente.com/actualidad/el-resultado-de-la-autopsia-de-dulce-candia-confirmo-que-murio-por-asfixia-mecanica/

[6] O feminicídio de ***Noelia Carolina Romero*** foi um crime brutal ocorrido em Temperley, Buenos Aires. Noelia, de 30 anos, foi assassinada pelo namorado, Tomás Adrián Núñez, que a manteve em cárcere privado e a esfaqueou até a morte. A polícia conseguiu entrar na casa de Noelia, onde a encontrou morta com múltiplos ferimentos de faca. Núñez, que já tinha uma denúncia anterior de violência de gênero contra ele em um relacionamento anterior, tentou suicídio após o crime. Este caso chocou a sociedade e evidenciou a gravidade da violência de gênero na Argentina. https://www.rosario3.com/informaciongeneral/otro-femicidio-en-temperley-un-joven-mantuvo-cautiva-a-su-novia-y-la-asesino-a-punaladas-20260601-0053.html

[7] https://www.csjn.gov.ar/omrecopilacion/omfemicidio/homefemicidio.html

conheciam o agressor. Quase 8 em cada 10 mulheres foram assassinadas em suas próprias casas. 59% foram mortas por seus parceiros ou ex-parceiros, e 36% por conhecidos. Apenas 18% haviam registrado queixa anteriormente, e em 44% dos casos havia histórico de violência. Isso representa 3.073 feminicídios e crimes relacionados contra mulheres e meninas, 78 transfeminicídios, 4 lesbicídios e 269 feminicídios relacionados contra homens e meninos adultos. O observatório analisa que os feminicídios ocorrem em diversos contextos e expressam múltiplas formas de violência.

Onze anos após a primeira marcha, as organizações afirmam que os feminicídios continuam sendo um problema estrutural e alertam para a deterioração das políticas públicas destinadas a prevenir a violência sexista.

A crise continua na Bolívia

Os protestos sociais, coordenados pela Central Operária Boliviana (COB), conselhos de bairro e organizações camponesas, chegam ao seu 34º dia consecutivo nesta quarta-feira, rejeitando o modelo econômico de privatização e exclusão promovido pelo Poder Executivo.

Dois ministros, o Ministro da Segurança Marcelo Salinas e a Ministra da Educação Beatriz García, renunciaram ao governo do presidente boliviano Rodrigo Paz em meio a conflitos e bloqueios que exigem a renúncia do presidente e que já duram mais de um mês. Em 21 de maio, o Ministro do Trabalho, Edgar Morales, já havia renunciado ao cargo, atendendo a pedidos da Central Operária Boliviana (COB) e de diversos sindicatos[8].

O presidente da Bolívia apresentou na quarta-feira um projeto de lei à Assembleia Legislativa com o objetivo de regulamentar a aplicação dos estados de emergência. O Poder Executivo abre, assim, caminho para o envio das Forças Armadas contra os manifestantes que protestam e bloqueiam estradas há 34 dias, exigindo a renúncia do presidente e protestando contra as políticas neoliberais e a transferência de recursos do país sul-americano[9].

O presidente apresentou a iniciativa como uma "ação humanitária" para salvaguardar o transporte de alimentos, combustível, suprimentos médicos e pacientes em La Paz e El Alto. No entanto, a legislação autorizará o Exército e a Polícia a reprimir e dispersar os mais de 90 bloqueios de estradas relatados em oito regiões do país.

O ex-presidente Evo Morales expressou, na terça-feira, sua discordância com os rumos que o governo boliviano está tomando em meio ao complexo contexto que o país atravessa e denunciou a notícia da criação de um departamento permanente da DEA em La Paz para suposta colaboração no combate ao narcotráfico e na cooperação antidrogas no país[10].

O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, ofereceu ao presidente boliviano maior assistência diante da escassez de alimentos e medicamentos causada pelos bloqueios de estradas durante os protestos antigovernamentais. Rubio pediu ao presidente que *"reafirme o compromisso inabalável dos Estados Unidos em apoiar a democracia boliviana e o Governo da Paz na reconstrução do país após 20 anos de políticas socialistas fracassadas". «Estados Unidos*

[8] https://www.opinion.com.bo/articulo/pais/dos-ministros-renunciaron-gabinete-paz-marcelo-salinas-beatriz-garcia/20260602210533991899.html

[9] https://www.la-epoca.com.bo/2026/06/03/rodrigo-paz-prepara-estado-de-excepcion-para-desplegar-militares-contra-movilizacion-popular/

[10] https://www.resumenlatinoamericano.org/2026/06/03/bolivia-evo-morales-denuncio-alineamiento-del-gobierno-de-bolivia-con-estados-unidos/

está observando. Bolivia no debe permitir que caiga presa del viejo statu quo de dominación narcoterrorista en la región», declaró[11].

Em um momento tenso para o governo boliviano, os secretários de Estado e da Guerra dos EUA, Marco Rubio e Pete Hegseth, manifestaram apoio a Rodrigo Paz e à democracia, diante do impacto dos bloqueios de estradas e da ameaça do *"narcoterrorismo"*[12].

Lula chama Marco Rubio de "inimigo da América Latina"

O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva chamou a o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, de "*inimigo da América Latina*" , após novas ameaças de tarifas vindas de Washington.

Durante um evento no estado de Goiás, o presidente brasileiro revelou que transmitiu pessoalmente sua rejeição a essas políticas hostis ao presidente dos EUA, Donald Trump, durante uma reunião de três horas, afirmando que Trump é um adversário histórico da soberania de Cuba, Venezuela e outras nações latino-americanas[13].

"Ele é anti-latino-americano. Ele é um inimigo mortal de Cuba e de vários outros países latino-americanos", declarou Lula.

A declaração de Lula é uma resposta às observações de Rubio perante o Senado dos EUA, onde ele excluiu Brasil, Colômbia, Venezuela, Nicarágua e Cuba da lista de aliados hemisféricos, justificando a proposta do Escritório do Representante Comercial dos EUA de impor tarifas adicionais de 25% sobre as exportações brasileiras.

Lula declarou que defenderá a economia de seu país por meio da verdade diplomática, diante da pressão da Casa Branca. O governo dos EUA está usando acusações de segurança e designações terroristas contra grupos criminosos para expandir sua influência econômica e militar na região, em resposta ao avanço comercial de potências como a China. "*Como não tenho navios para travar as guerras de Trump, bombas atômicas ou poderio militar, minha guerra é a guerra da verdade contra as mentiras, contra as narrativas."*

O presidente também acusou o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) de interferir na relação entre os dois países e de atuar em favor das medidas adotadas por Washington durante o evento.

Durante uma reunião de emergência com todo o seu gabinete, o presidente Lula lançou uma forte resposta diplomática e econômica às recentes advertências comerciais emitidas por Washington. Ele alertou que seu governo não toleraria pressão unilateral e que, se a maior economia do mundo decidisse fechar suas portas, o gigante sul-americano reorientaria sua estratégia global em busca de novos parceiros comerciais[14]. *"Vamos lutar para que este país não seja tratado como uma pequena república insignificante. Somos uma grande nação. Temos uma*

[11] https://eldeber.com.bo/pais/marco-rubio-ofrece-presidente-bolivia-asistencia-medica-alimentos-bloqueos_1780616480

[12] https://erbol.com.bo/nacional/rubio-y-hegseth-hombres-clave-de-trump-reafirman-respaldo-paz-frente-los-bloqueos-y-el

[13] https://www.telesurtv.net/brasil-lula-tilda-de-enemigo-de-america-latina-a-secretario-de-estados-unidos/

[14] https://www.telesurtv.net/lula-eeuu-aranceles-brasil-no-es-republiqueta/

longa história e não podemos aceitar o tratamento que os EUA deram ao Brasil esta semana", comentou o chefe do executivo brasileiro.

As tensões bilaterais aumentaram depois que o governo Trump anunciou a possível imposição de tarifas adicionais de 25% sobre as importações brasileiras, alegando *"práticas comerciais desleais".*

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) divulgou uma nota[15], em que contesta a decisão do Escritório de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) de estabelecer tarifas adicionais de 10% ou 12,5% sobre as importações de 59 países e a União Europeia, incluindo o Brasil. A alegação dos norte-americanos, divulgada é de supostas falhas no combate ao comércio de produtos fabricados com trabalho forçado.

Itamaraty expressou em tom de crítica: *"É lamentável que tema tão relevante como o da proteção de condições dignas para milhões de trabalhadores e trabalhadoras seja desvirtuado para servir de justificativa a medidas protecionistas unilaterais".*

A nota do Itamaraty aponta ainda que o Brasil poderá recorrer aos instrumentos previstos na Lei de Reciprocidade, aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional no ano passado. A legislação autoriza o governo brasileiro a adotar medidas comerciais contra países e blocos que imponham barreiras unilaterais aos produtos nacionais transacionados no mercado global.

No Chile, a Confederação de Estudantes e o Sindicato dos Professores estão se mobilizando contra os cortes na educação promovidos pelo governo Kast

A greve nacional de 3 de junho foi convocada pela Confederação de Estudantes do Chile (Confech) e recebeu o apoio da Associação de Professores, demonstrando sua oposição a diversas políticas promovidas pelo governo do presidente José Antonio Kast[16].

A Confech declarou: "*Estamos nos mobilizando contra o governo de José Antonio Kast, que não fez nada além de promover medidas em benefício das grandes empresas durante esses três meses, enquanto cortava bilhões de pesos em direitos que nós, estudantes e nossas famílias, conquistamos nas ruas."*

A mobilização desencadeou uma forte repressão por parte da polícia, que prendeu vários manifestantes e usou gás lacrimogêneo e canhões de água para dispersar a manifestação[17].

Petro reage frente à interferência de Trump na política da Colômbia

Na Colômbia, o presidente Gustavo Petro reagiu ao apoio do presidente dos EUA, Donald Trump, ao candidato Abelardo de la Espiriella e alertou sobre os riscos de interferência estrangeira nas eleições do país.

Em sua mensagem na Truth Social, Trump elogiou as qualidades de liderança de De la Espriella, chamando-o de líder "*inteligente, forte e firme*". Ele também destacou a dedicação do

---

15 https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-06/brasil-contesta-eua-sobre-supostas-praticas-de-trabalho-forcado

16 https://www.24horas.cl/actualidad/nacional/confech-y-colegio-de-profesores-alistan-paro-y-movilizacion-nacional

17 https://www.elciudadano.com/actualidad/estudiantes-salen-contra-kast-y-carabineros-desata-represion-con-gases-carros-lanzaaguas-y-detenciones/06/03/

candidato à sua nação e seu compromisso com os Estados Unidos, afirmando que De la Espriella manteria uma posição firme em questões transnacionais. Trump observou que De la Espriella enfrentaria um "*marxista radical de esquerda*" no segundo turno, ressaltando a divisão do cenário político na Colômbia[18].

As palavras de Trump[19] não passaram despercebidas pelo presidente Petro, que usou suas redes sociais para enviar uma mensagem que rapidamente viralizou. Sem mencionar inicialmente todos os detalhes do apoio, o presidente colombiano alertou sobre os riscos que, em sua opinião, a intervenção estrangeira em decisões internas acarreta. "*Quando um país interfere nas decisões de outro país, a liberdade morre*", escreveu Petro.

Petro também fez referência à história da Colômbia e aos movimentos de independência liderados por figuras como Simón Bolívar e Antonio Nariño. Nesse contexto, ele afirmou que a defesa da liberdade e da soberania continua sendo fundamental para o futuro do país[20].

Da mesma forma, o senador e candidato de esquerda Iván Cepeda, durante uma sessão plenária do Senado, rejeitou as declarações de Trump em apoio a Abelardo de la Espriella, e afirmou:

> *Defendemos o respeito à soberania do povo colombiano em sua decisão de 21 de junho. Qualquer presidente do mundo e do nosso hemisfério pode ter preferências por uma opção política ou outra em nosso país. O que não pode acontecer é que o Sr. De la Espriella tome atitudes antipatrióticas para tentar forçar governos estrangeiros a decidirem nossa disputa eleitoral" [...] "Alertamos que isso representa um risco para a democracia e agora para a soberania do povo colombiano*.

Equador elimina a tarifa de 100% sobre produtos colombianos[21]

O Serviço Nacional de Alfândega do Equador (Senae) emitiu uma resolução no domingo, 31 de maio, eliminando a taxa de segurança de 100% para o controle aduaneiro de importações

---

[18] https://www.pulzo.com/elecciones-colombia-2026/cuales-fueron-palabras-trump-resultados-elecciones-colombia-PP5201531

[19] Trump publicou uma longa mensagem na terça-feira, 2 de junho, destacando o desempenho eleitoral do candidato colombiano e expressando seu apoio antes do segundo turno das eleições presidenciais, marcado para 21 de junho. Em sua declaração, o presidente americano começou parabenizando o candidato pela vitória. "*Parabéns ao candidato presidencial colombiano 'El Tigre', Abelardo de la Espriella, um líder inteligente, forte e tenaz, por sua retumbante vitória no primeiro turno das eleições presidenciais colombianas!*", exclamou. Ao longo de sua mensagem, o presidente americano se referiu ao que acredita serem as prioridades de um possível governo liderado pelo candidato que avançou para o segundo turno. Ele afirmou: "*Como presidente, Abelardo seria um sucesso retumbante em liderar a Colômbia para impulsionar a economia, criar empregos, promover o comércio, deter a imigração ilegal, combater o crime e as drogas e restaurar a lei e a ordem!".* O presidente americano também afirmou em sua mensagem que a eleição terá repercussões para as relações bilaterais entre os dois países. "*Os resultados destas eleições são cruciais para o futuro da Colômbia e seu relacionamento com os Estados Unidos*." https://www.eltiempo.com/politica/elecciones-colombia-2026/ivan-cepeda-cuestiona-apoyo-de-donald-trump-a-abelardo-de-la-espriella-es-una-actitud-que-burla-nuestra-soberania-y-la-destruye-3561840

[20] https://www.cronista.com/colombia/actualidad-co/gustavo-petro-reacciono-al-respaldo-de-donald-trump-a-abelardo-de-la-espriella-muere-la-libertad/

[21] https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/ecuador-elimina-aranceles-colombia/

provenientes da Colômbia ou com origem no país[22]. O regime de Gustavo Petro respondeu com a mesma medida.

A medida representa uma redução nas tensões entre os governos de Daniel Noboa e Gustavo Petro, que estavam envolvidos em uma "guerra comercial" com tarifas recíprocas que chegaram a 100%, afetando o comércio e as relações políticas bilaterais. A eliminação dessas medidas significa uma vontade política de retornar ao diálogo e à cooperação.

A decisão representa também o reconhecimento da autoridade da Comunidade Andina[23], que havia declarado as medidas adotadas por ambos os países incompatíveis com as regras do livre comércio e ordenado sua revogação.

Quito e Bogotá compreendiam que o confronto estava prejudicando exportadores, transportadores e empresas de ambos os lados da fronteira. A crise havia inclusive começado a colocar em xeque o futuro do sistema de integração andina.

Sheinbaum declarou que são os setores de extrema-direita nos EUA, e não Trump, que estão promovendo a interferência no México

Reafirmando sua opinião de que setores da extrema direita nos Estados Unidos estão envolvidos em uma campanha intervencionista contra o México, a presidente Claudia Sheinbaum disse acreditar pessoalmente que o chefe da Casa Branca, Donald Trump, não estava por trás desse ataque.

"Há muito diálogo com os Estados Unidos. Não acredito que o presidente Trump esteja por trás da campanha" [...] "Queremos um bom relacionamento com os Estados Unidos em todas as áreas do governo." A presidente mexicana observou que há um diálogo fluido em vários níveis de governo, destacando áreas como segurança, onde existe comunicação regular entre o Gabinete de Segurança, o Comando Norte e outras agências americanas.

"São setores da extrema-direita nos Estados Unidos que desejam uma relação ruim entre o México e os Estados Unidos, que discordam do nosso governo por razões ideológicas. Eles unem forças com a extrema-direita no México. Antes, queriam se passar por centristas, depois por direitistas e agora por extremistas de direita."

Referindo-se a esses setores: *"Eles são muito autoritários. Discordam das nossas políticas, dos nossos programas de bem-estar social, do investimento público. É uma visão muito autoritária. Esses setores estão ligados à direita global. Eles buscam impedir uma boa relação entre os nossos países."*

Por meio de suas redes sociais, o ex-presidente Andrés Manuel López Obrador publicou uma carta intitulada "*Para o bem de todos, que o outro Trump retorne*", na qual denuncia a postura intervencionista do governo dos EUA, atribuindo "*a surpreendente mudança de postura de Trump a seus falsos amigos e conselheiros, tanto nacionais quanto estrangeiros, que o têm levado a aventuras vis e sinistras*". Ele também afirmou que "*alguns funcionários dos EUA estão*

[22] Inicialmente, o Equador justificou a taxa alfandegária alegando cooperação insuficiente da Colômbia no combate ao narcotráfico e ao crime transnacional na fronteira. Ao retirá-la, o governo equatoriano parece reconhecer que esses problemas devem ser resolvidos por meio da cooperação bilateral, e não por meio de sanções comerciais.

[23] https://caracol.com.co/2026/05/21/ecuador-responde-a-la-comunidad-andina-y-mantiene-aranceles-sobre-colombia/

conspirando para enfraquecer o Morena e fortalecer a oposição de direita no México com o objetivo de ter novamente um governo subserviente, corrupto, mafioso e cruel".

Segundo o ex-presidente mexicano, Trump cercou-se de pessoas "*inexperientes, ressentidas e fanáticas*" que o levaram a "*aventuras vis e sinistras*", distanciando-o do estilo de governo que manteve durante seu primeiro mandato. Portanto, ele expressou a esperança de que o presidente americano corrija o rumo e retome o controle pessoal das decisões fundamentais de seu governo[24].

Polarização dos votos no segundo turno das eleições peruanas.

Com mais de 91% dos votos apurados pelo Escritório Nacional de Processos Eleitorais (ONPE) do Peru, a diferença entre Roberto Sánchez e Keiko Fujimori permanece mínima, refletindo a profunda polarização do eleitorado e mantendo a atenção do país voltada para o andamento da contagem oficial.

A contagem de votos continua com resultados incertos e uma margem muito estreita. Fujimori aparentemente obteve 50,2% dos votos, contra 49,8% de Sánchez. O tribunal eleitoral indicou que o vencedor oficial só será conhecido em meados de julho.

Diversas empresas de consultoria de opinião pública[25] que realizaram pesquisas de boca de urna com cidadãos peruanos na saída das seções eleitorais apontaram a vitória de Roberto Sánchez com 50,3% dos votos, contra 49,7% para Keiko Fujimori.

Sánchez fez um discurso triunfal, dizendo aos seus apoiadores que "*retomaremos o governo para o povo*". Mas Fujimori respondeu imediatamente que "*ninguém venceu no Peru*", afirmando que 100% dos votos devem ser contados e alertando que "*seria irresponsável*" presumir uma vitória com base na contagem rápida[26].

A lei eleitoral do Peru (Ley Orgánica de Elecciones- Ley N.° 26859) não reconhece o conceito de "empate técnico" nas eleições presidenciais. Portanto, o candidato que obtiver um voto a mais do que seu oponente vence a eleição presidencial. Contudo, quando a margem é tão estreita quanto na eleição atual, o processo de recontagem de votos pode se estender por dias ou semanas, pois cada apuração revisada pode potencialmente alterar os resultados[27].

A história recente das eleições presidenciais no Peru tem sido marcada por uma forte fragmentação política. Keiko Fujimori tem sido uma das figuras centrais das últimas três décadas, chegando repetidamente ao segundo turno, mas sem alcançar uma vitória decisiva.

Venezuela fortalece relações diplomáticas e de cooperação com a Índia.

---

[24] https://www.jornada.com.mx/noticia/2026/06/03/politica/por-el-bien-de-todos-que-regrese-el-otro-trump-amlo-publica-carta-de-respaldo-a-sheinbaum

[25] A Ipsos, a pedido da Associação Civil Transparência, atribuiu a Sánchez 50,3% dos votos válidos, contra 49,7% de Fujimori. Já o Datum Internacional estimou um resultado de 50,14% para o candidato do Juntos pelo Peru e 49,86% para o líder da Força Popular. https://gestion.pe/mix/respuestas/quien-gano-las-elecciones-generales-2026-en-peru-en-vivo-keiko-fujimori-o-roberto-sanchez-resultados-de-la-onpe-en-directo-segunda-vuelta-nnda-nnrt-noticia/

[26] https://www.clarin.com/mundo/pelea-voto-voto-peru-90-votos-escrutados-fujimori-sanchez-siguen-empatados_0_9BayyR3QR7.html

[27] https://www.infobae.com/peru/2026/06/06/que-pasa-si-la-diferencia-de-votos-es-minima-entre-keiko-fujimori-y-roberto-sanchez-esto-dice-la-ley-organica-de-elecciones/

A presidente Delcy Rodríguez visitou a Índia para fortalecer ainda mais os laços bilaterais de diplomacia, comércio e cooperação. A presidente interina foi recebida pelo Dr. Aman Puri, Secretário Adjunto e Chefe da Divisão para a América do Sul do Ministério das Relações Exteriores da República da Índia[28].

A presidente interina venezuelana estava acompanhada pelo Ministro das Relações Exteriores, Yván Gil; pela Vice-Presidente da Saúde, Ciência e Tecnologia, Isabel Iturria; pela Ministra dos Transportes, Jacqueline Faría; e pela Ministra da Ciência e Tecnologia e Diretora do Centro Nacional de Segurança Cibernética e Defesa, Gabriela Jiménez.

A visita coincide com um aumento acentuado nas importações indianas de petróleo bruto venezuelano. Em maio, a Índia tornou-se o segundo maior comprador de petróleo da Venezuela, adquirindo aproximadamente 427.000 barris por dia, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. A Reliance Industries, o maior conglomerado privado da Índia, também está entre os principais compradores de petróleo bruto venezuelano.

Essa reaproximação é, em parte, uma resposta às renovadas pressões sobre o mercado global de energia. A Índia importa quase 90% do seu petróleo e busca diversificar suas fontes de abastecimento em meio às persistentes incertezas quanto ao fornecimento do Oriente Médio e às rotas de navegação pelo Estreito de Ormuz[29].

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre recursos humanos em saúde e câncer infantil [30][31].

O ORAS-Conhu participou da "Reunião Regional sobre Monitoramento da Política sobre Pessoal de Saúde 2030 e Fortalecimento de Políticas Nacionais de Recursos Humanos para a Saúde" que foi organizada pela OPAS com o objetivo de validar indicadores de monitoramento técnico e compartilhar experiências de cooperação Sul-Sul.

A participação do Organismo foi liderada pela coordenadora do Comitê Andino de Recursos Humanos em Saúde, Yadira Salas, que apresentou a experiência andina através da Política Andina de Recursos Humanos em Saúde 2030 e ressaltou os bons resultados alcançados a nível regional a partir de uma articulação entre o Comitê Andino e o apoio técnico da OPAS.

Também estiveram presentes altas autoridades de saúde dos países membros, como o viceministro de governança do Ministério de Saúde Pública do Equador e, Sonia Quezada, representante da OPAS no Equador.

No México, o ORAS-Conhu participou da Reunião Regional da Iniciativa Mundial do Câncer Infantil e da Plataforma Global de Acesso a Medicamentos contra o Câncer Infantil (CureAll Américas 2026), que aconteceram de forma paralela ao Congresso Mundial da Sociedade de Radioterapia Oncológica Pediátrica e foram coordenadas pela OPAS, St. Jude Children's Research Hospital e OIEA. No evento, o Organismo reafirmou seu compromisso com

[28] https://radiomundial.com.ve/presidenta-e-delcy-rodriguez-inicia-visita-de-trabajo-en-india/

[29] https://www.rfi.fr/es/am%C3%A9ricas/20260603-venezuela-delcy-rodr%C3%ADguez-llega-a-india-para-impulsar-la-cooperaci%C3%B3n-en-materia-petrolera

[30] https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-presente-en-reunion-de-recursos-humanos-en-salud-en-la-region-de-las-americas

[31] https://www.orasconhu.org/es/el-oras-conhu-impulsa-la-cooperacion-sur-sur-para-combatir-el-cancer-infantil-en-la-reunion

a redução da morbimortalidade por câncer pediátrico através da integração e do trabalho conjunto dos países membros.

Em sua intervenção, o secretário executivo do ORAS-Conh, Fernando Dattoli, apresentou as iniciativas estratégicas lideradas pela subregião andina e enfatizou que a cooperação Sul-Sul é uma ferramenta fundamental e um mecanismo horizontal idóneo para o intercâmbio técnico e o fortalecimento dos sistemas sanitários regionais. Como exemplo de cooperação, Araos citou projetos conjuntos com a colaboração da OPAS que ajudaram a capacitar profissionais de saúde para a detecção precoce do câncer infantil no território andino e o desenvolvimento jornadas binacionais de boas práticas.

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou em eventos sobre Mecanismo Regional para Avaliação Conjunta de Medicamentos e Vacinas e colaboração com a Espanha.[32][33]

Em maio, o Sistema de Integração Centroamericana (SICA) comemorou o 25º aniversário da sua aliança estratégica com a Espanha. O Memorando de Entendimento assinado em 2001 foi importante para fortalecer a geração de bens públicos regionais, marcos normativos comuns e capacidades técnicas compartilhadas.

No encontro comemorativo, as autoridades da SICA reforçaram a importância da aliança e o papel da cooperação espanhola, através do Fundo Espanha-SICA, como aliado principalmente na área de desenvolvimento sustentável e bem-estar da população centro-americana. A secretaria executiva do COMISCA ressaltou a importância do mecanismo da negociação conjunta COMISCA. A iniciativa fortaleceu a capacidade de negociações dos países, otimizou de maneira eficiente o uso dos recursos públicos e ampliou o acesso a medicamentos essenciais para a população da região.

Em Santo Domingo, foi realizada a Oficina Regional de Intercâmbio de Experiências sobre o Uso da Guia de Avaliação Técnica de Medicamentos Biotecnológicos e Biosimilares. Esse evento foi coordenado pela secretaria executiva do Comisca e contou com apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), da Fundação Estatal de Saúde, Infância e Bem-estar Social e do Fundo Espanha/SICA.

O presidente pro tempore do Comisca, Victor Atallah, destacou a importância da cooperação regional para fortalecer os sistemas regulatórios e garantir um acesso mais oportuno a tecnologias sanitárias seguras, eficazes e de qualidade para a população. E completou dizendo que os biosimilares são ferramenta fundamental para ampliar o acesso a tratamento de alta qualidade e salvar mais vidas.

Por sua vez, o secretário executivo do COMISCA, José Renan De Leon, reafirmou o compromisso dos países da região com a consolidação de um mecanismo de avaliação conjunta de medicamentos, considerado um componente fundamental para fortalecer a regulação sanitária regional e avançar para a criação da Agência Centroamericana de Regulação Sanitária.

> *"Este modelo colaborativo facilita a troca de conhecimento especializado, reduz a duplicação de esforços, otimiza recursos públicos e acelera os processos de avaliação*

[32]https://www.sica.int/noticias/se-comisca-destaca-el-impacto-en-salud-regional-en-la-conmemoracion-de-los-25-anos-de-cooperacion-espana-sica_1_139037.html

[33] https://www.sica.int/noticias/region-sica-intercambio-experiencias-para-fortalecer-la-evaluacion-de-medicamentos-biotecnologicos-y-biosimilares_1_139025.html

> *sem comprometer o rigor científico necessário para a proteção da saúde pública. A harmonização regulatória promove um acesso mais oportuno a medicamentos biotecnológicos e biossimilares, essenciais para o tratamento de doenças complexas com alto impacto na saúde",* afirmou.

O Diretor-Geral de Medicamentos, Alimentos e Produtos Sanitários, Marcos Balaguer Jerez, destacou que a Redcam constitui uma plataforma-chave para promover a coordenação regional e o intercâmbio de informação entre os países membros. A oficina permitiu às autoridades reguladoras nacionais de medicamentos que integram a REDCAM compartilhar boas práticas e lições aprendidas na aplicação da guia e da ferramenta de avaliação técnica de medicamentos biotecnológicos e biosimilares.

> *"Estamos num momento particularmente relevante para a saúde pública regional, e este workshop representa muito mais do que um exercício técnico. Constitui um passo concreto para consolidar uma visão regional para a regulação da saúde baseada na confiança, na cooperação e no reconhecimento das capacidades partilhadas",* afirmou Marcos Balaguer.

Além disso, reuniu responsáveis de registro sanitário e especialistas em avaliação técnica de medicamentos biotecnológicos das autoridades reguladoras da região, que trabalharam na identificação de necessidades de formação e na definição de ações orientadas ao fortalecimento entre os países participantes.

A ideia de harmonização regulatória de medicamentos é antiga na região da América Latina e do Caribe. O MERCOSUL promove reuniões do Subgrupo de Trabalho nº 11 - Saúde há mais de 35 anos, mas poucos progressos foram alcançados.

Além disso, na Cúpula UE-CELAC de 2023, em Bruxelas, a cooperação em saúde focou na criação de uma Agência Regional de Regulamentação de Medicamentos, nos moldes da Agência Europeia de Medicamentos (EMA). As autoridades regulatórias da Argentina e do Brasil não se mostraram muito convencidas de avançar nessa direção, apontando as diferenças e heterogeneidades nas capacidades regulatórias dos países da região, destacando que tanto a ANMAT quanto a ANVISA possuem o maior nível de maturidade regulatória na região. Naquela ocasião, a COFEPRIS, autoridade regulatória do México, comprometeu-se a criar uma organização para fortalecer as capacidades regulatórias por meio de treinamentos.

A ideia de avaliações regionais de tecnologias em saúde é outro conceito promovido pelo MERCOSUL. Países como Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai poderiam se beneficiar muito da experiência do CONITEC e da experiência de Brasil na avaliação de tecnologias em saúde.

Vale ressaltar que, há mais de 10 anos, na Argentina, se discute a criação de uma Agência de Avaliação de Tecnologias em Saúde, e os diversos interesses de atores setoriais e da indústria têm impedido o progresso nesse sentido[34].

[34] LIFSCHITZ, E. (Coord.) and co-authored with CATALANO, H; HAMILTON, G.; IZCOVICH, A.; MARTICH, E.; TOBAR, F. ; TOBAR, S.; VILOSIO, J.; WATMAN, R. (2018) "*Agencia de Evaluación de Tecnologías Sanitarias en Argentina ¿Por Qué, Para Qué, Cómo?*". Published by Ediciones FSG. ISBN: 978-987-46571-1-4. - 1a ed.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) promoveu eventos para discutir povos indígenas e o El Niño[353637]

A OTCA, o governo da Colômbia e a Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC) realizaram o Encontro Nacional da Colômbia: Intercâmbio de experiências sobre o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas da OTCA, com ênfase nos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (PIACI).

Um dos principais temas do encontro é o reforço da Mesa Temática sobre Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (PIACI). O encontro contou com espaços de diálogo e intercâmbio sobre diretrizes e prioridades relacionadas ao Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI), bem como temas ligados à biodiversidade, alterações climáticas, sistemas de conhecimento e direitos dos povos indígenas.

Participaram representantes dos governos e dos povos indígenas da Amazônia colombiana, além de vários ministérios colombianos.

Um dos principais resultados do encontro foi a elaboração de propostas para o plano de trabalho integral da Mesa "Segurança territorial e jurídica para os PIACI e a proteção dos seus direitos. Mas também foram discutidas formas de reforçar os mecanismos de financiamento, cooperação e coordenação regional para promover ações relacionadas com a proteção dos PIACI e reforço do MAPI.

Na Alemanha, o governo da Colômbia em parceria com a OTCA realizou o evento "Fronteiras do Fogo: Cooperação regional para proteger a Amazônia diante de um novo ciclo de risco climático – El Niño 2026-2027", um espaço de diálogo diplomático, técnico e científico voltado ao fortalecimento da cooperação regional frente aos riscos das mudanças climáticas. O principal tema de discussão do evento foi a situação de incêndios na Amazônia e a necessidade de resposta a partir de uma cooperação diplomática, monitoramento integrado, prevenção, fortalecimento das capacidades locais, financiamento contínuo e reconhecimento dos conhecimentos tradicionais indígenas e das comunidades amazônicas.

Estiveram presentes autoridades da Colômbia, do Brasil, do Peru, da Costa Rica, da Venezuela e da Alemanha.

---

adaptada. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Fundación Sanatorio Güemes, 2018. Disponível em: fsg.org.ar/wpfsg/wp-content/uploads/2022/01/agenciaETS.pdf

35 https://otca.org/pt/a-otca-o-governo-da-colombia-e-a-opiac-promovem-um-dialogo-regional-sobre-os-povos-indigenas-da-amazonia-e-a-piaci/

36 https://otca.org/pt/encontro-nacional-da-colombia-sobre-o-mapi-conclui-com-propostas-para-reforcar-a-seguranca-territorial-e-juridica-dos-piaci/

37 https://otca.org/pt/aquiferos-amazonicos-ganham-projeto-regional-para-fortalecer-conhecimento-e-protecao-das-aguas-subterraneas/

África entre Emergências sanitárias, integração regional e desafios geopolíticos

Africa Between Health Emergencies, Regional Integration, and Geopolitical Challenges

África entre Emergencias Sanitarias Integración Regional y Desafíos Geopolíticos

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg

Resumo: O informe analisa acontecimentos recentes relacionados à saúde pública, integração regional e desenvolvimento econômico no continente africano. O principal destaque é o avanço do surto de Ebola causado pela variante Bundibugyo na República Democrática do Congo e em Uganda. Diante da rápida disseminação da doença, o CDC África e a Organização Mundial da Saúde lançaram um Plano Conjunto Continental de Preparação e Resposta para o período de junho a novembro de 2026. O plano busca mobilizar centenas de milhões de dólares para fortalecer ações de vigilância epidemiológica, diagnóstico laboratorial, controle de infecções, cuidados clínicos, logística e participação comunitária. As autoridades alertam que a ausência de vacinas e tratamentos específicos para essa variante aumenta os riscos de expansão regional. O documento destaca ainda a mobilização política e financeira de governos africanos, organismos multilaterais e parceiros internacionais para evitar uma crise sanitária de maiores proporções. O Fundo Pandêmico anunciou apoio financeiro superior a duzentos milhões de dólares para ampliar a capacidade de resposta e reforçar sistemas de saúde em países prioritários da África Central e Oriental. Outro tema relevante é a celebração dos cinquenta e um anos da CEDEAO. A organização reafirma seu compromisso com a integração regional, a livre circulação de pessoas, o fortalecimento democrático, a segurança coletiva e o desenvolvimento econômico. A mensagem institucional enfatiza os desafios atuais relacionados ao terrorismo, mudanças climáticas, pobreza e insegurança alimentar, defendendo maior cooperação entre os Estados membros. O informe também apresenta iniciativas voltadas para a autossuficiência regional na produção de arroz até 2035. Em encontro promovido pela CEDEAO e parceiros financeiros internacionais, governos e investidores discutiram estratégias para ampliar infraestrutura agrícola, irrigação, mecanização e financiamento rural. O objetivo é reduzir a dependência das importações e fortalecer a segurança alimentar da África Ocidental. Por fim, o texto aborda a política migratória dos Estados Unidos para o continente africano, destacando a possível redução de embaixadas e consulados autorizados a emitir vistos, medida associada ao endurecimento das restrições migratórias norte americanas

Palavras-chave: Ebola; Saúde Pública; Integração Regional; CEDEAO; Segurança Alimentar.

Resumen: *El informe analiza acontecimientos recientes relacionados con la salud pública la integración regional y el desarrollo económico en el continente africano. El principal destaque es el avance del brote de Ébola causado por la variante Bundibugyo en la República Democrática del Congo y Uganda. Frente a la rápida propagación de la enfermedad el CDC África y la Organización Mundial de la Salud lanzaron un Plan Conjunto Continental de Preparación y*

Respuesta para el período de junio a noviembre de 2026. El plan busca movilizar cientos de millones de dólares para fortalecer acciones de vigilancia epidemiológica diagnóstico de laboratorio control de infecciones atención clínica logística y participación comunitaria. Las autoridades alertan que la ausencia de vacunas y tratamientos específicos para esta variante incrementa el riesgo de expansión regional. El documento también destaca la movilización política y financiera de gobiernos africanos organismos multilaterales y socios internacionales para evitar una crisis sanitaria de mayor magnitud. El Fondo Pandémico anunció un apoyo financiero superior a doscientos millones de dólares destinado a ampliar la capacidad de respuesta y fortalecer los sistemas de salud en países prioritarios de África Central y Oriental. Otro tema relevante es la celebración del aniversario número cincuenta y uno de la CEDEAO. La organización reafirma su compromiso con la integración regional la libre circulación de personas el fortalecimiento democrático la seguridad colectiva y el desarrollo económico. El mensaje institucional enfatiza los desafíos actuales relacionados con el terrorismo el cambio climático la pobreza y la inseguridad alimentaria defendiendo una cooperación más estrecha entre los Estados miembros. El informe también presenta iniciativas dirigidas a alcanzar la autosuficiencia regional en la producción de arroz hasta 2035. En una reunión promovida por la CEDEAO y socios financieros internacionales gobiernos e inversionistas discutieron estrategias para ampliar la infraestructura agrícola el riego la mecanización y el financiamiento rural. El objetivo es reducir la dependencia de las importaciones y fortalecer la seguridad alimentaria de África Occidental. Finalmente el texto aborda la política migratoria de Estados Unidos hacia África destacando la posible reducción de embajadas y consulados autorizados para emitir visas medida vinculada al endurecimiento de las restricciones migratorias estadounidenses.

Palabras clave: *Ébola; Salud Pública; Integración Regional; CEDEAO; Seguridad Alimentaria.*

Abstract: *The report examines recent developments related to public health regional integration and economic development across the African continent. The focus is the spread of the Ebola outbreak caused by the Bundibugyo strain in the Democratic Republic of the Congo and Uganda. In response to the rapid transmission of the disease Africa CDC and the World Health Organization launched a Joint Continental Preparedness and Response Plan covering the period from June to November 2026. The initiative seeks to mobilize hundreds of millions of dollars to strengthen epidemiological surveillance laboratory testing infection prevention clinical care logistics and community engagement. Authorities warn that the absence of approved vaccines and treatments for this specific strain increases the risk of broader regional transmission. The document also highlights the political and financial mobilization of African governments multilateral organizations and international partners aimed at preventing a larger health crisis. The Pandemic Fund announced financial support exceeding two hundred million dollars to improve response capacity and reinforce healthcare systems in priority countries across Central and Eastern Africa. Another important topic is the celebration of the fifty first anniversary of ECOWAS. The organization reaffirmed its commitment to regional integration free movement of people democratic governance collective security and economic development. The institutional message emphasizes current challenges linked to terrorism, climate change poverty and food insecurity while calling for stronger cooperation among member states. The report further discusses initiatives designed to achieve regional rice self-sufficiency by 2035. During a high-level roundtable organized by ECOWAS and international financial partners governments and investors debated strategies to expand agricultural infrastructure irrigation mechanization and rural financing. The initiative aims to reduce dependency on imports and strengthen food security across West Africa. Finally the document addresses United States migration policy toward Africa highlighting a possible reduction in the number of embassies and consulates authorized to issue*

visas. The measure is associated with stricter American immigration policies intended to limit migration flows and discourage overstays by visa holders.

Keywords: *Ebola; Public Health; Regional Integration; ECOWAS; Food Security.*

Ebola – Atualizações

O CDC África e a OMS lançam Plano Conjunto Continental de Resposta

O CDC África) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançaram no dia 5 de junho um Plano Conjunto Continental de Preparação e Resposta ao atual surto de Ébola causado pelo vírus Bundibugyo. O Plano visa angariar 518 milhões de dólares norte-americanos para apoiar os países africanos, em conjunto com os parceiros, na preparação, deteção rápida e resposta ao surto.

O Plano de seis meses, que abrange o período de junho a novembro de 2026, reúne governos, parceiros e comunidades numa abordagem unificada de "Uma Só Resposta", com o objetivo de reforçar as medidas de resposta ao surto, incluindo coordenação de emergência, vigilância epidemiológica, testes laboratoriais, prevenção e controlo de infeções, cuidados clínicos, envolvimento comunitário, pesquisa, logística e apoio aos serviços de saúde essenciais.

O Plano complementa os planos nacionais de resposta lançados pelos Governos da República Democrática do Congo e do Uganda.

"O vírus de Ébola propaga-se rapidamente. África tem de agir ainda mais depressa. Este plano conjunto dá ao continente um caminho claro para atuar com rapidez e unidade: salvar vidas, apoiar os países afetados e proteger as comunidades vizinhas", afirmou o Diretor-Geral do CDC África, Jean Kaseya. "Com os Estados-Membros, a OMS e os parceiros, o CDC África está a transformar compromisso em ação e recursos em resposta para as comunidades em risco."

O Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou: "A única forma de vencer este surto é através de uma parceria estreita, trabalhando em conjunto sob a liderança dos países afetados, num esforço coordenado guiado por um princípio simples: um plano, um orçamento, uma equipa."

Acrescentou ainda: "Conter o Ébola depende de compromisso político, financiamento sustentado e da confiança e envolvimento das comunidades. Este plano coloca as comunidades no centro, porque sem a sua participação, o rastreio de contatos falha, os cuidados seguros atrasam-se e a transmissão continua."

O Plano centra-se também na proteção das populações vulneráveis, no reforço da colaboração transfronteiriça e no apoio aos países para responderem rapidamente a novos casos. Numa altura em que não existem vacinas ou tratamentos licenciados especificamente aprovados para a espécie Bundibugyo de Ébola, o Plano procura reforçar os sistemas de saúde para garantir resiliência, mesmo enquanto os países respondem a emergências sanitárias agudas.

A implementação das atividades de preparação e resposta já está em curso nos países afetados e nos países em risco. Além disso, em 10 países prioritários, estão a ser reforçadas medidas críticas para melhorar a preparação para emergências de saúde pública e assegurar a deteção precoce e uma resposta rápida.

O Plano sublinha a necessidade de manter o apoio a outras emergências sanitárias em curso, incluindo Mpox, cólera e sarampo, de modo a evitar interrupções nos esforços de resposta essenciais e salvaguardar os progressos rumo a sistemas de saúde mais fortes e resilientes.

Este esforço coordenado surge numa altura em que as operações de resposta se intensificam na República Democrática do Congo, onde as autoridades, com o apoio do CDC África, da OMS e de parceiros, estão a reforçar os esforços para travar a propagação do vírus e pôr fim ao surto.

O CDC África e a OMS apelam aos Estados-Membros para reforçarem o rastreio e as medidas de saúde pública nos pontos de entrada, bem como a coordenação transfronteiriça e a solidariedade, de forma a apoiar uma resposta atempada, eficaz e baseada em evidências ao surto.

Através do Plano Conjunto de Preparação e Resposta, o continente está a mobilizar os seus conhecimentos especializados e recursos coletivos para reforçar as medidas de resposta, atuando de forma unida para controlar o surto e proteger as comunidades em toda a região. A sua implementação bem-sucedida exigirá um forte compromisso político, investimento sustentado e estreita colaboração entre governos, profissionais de saúde, comunidades e parceiros.

Com base nas lições retiradas de anteriores surtos de Ébola e de recentes emergências de saúde pública, o Plano oferece também uma via para reforçar de forma abrangente a capacidade de África para prevenir, detectar e responder a futuras ameaças sanitárias, protegendo simultaneamente vidas e meios de subsistência.

Sumário Executivo do Plano

Um surto da Doença pelo Vírus Bundibugyo (DVB), causada pelo vírus Bundibugyo (BVD) — uma espécie do gênero Orthoebolavirus —, foi notificado na Província de Ituri, no leste da República Democrática do Congo (RDC). Investigações epidemiológicas indicam que o surto provavelmente se originou na Zona de Saúde de Mongbwalu, uma área de intensa atividade mineira, e posteriormente se expandiu por Ituri, Kivu do Norte e Kivu do Sul, com transmissão transfronteiriça confirmada para Uganda.

O contexto epidemiológico é altamente preocupante porque as áreas afetadas são caracterizadas por uma intensa mobilidade populacional, mineração artesanal informal, assentamentos superlotados, infraestrutura de saúde precária, insegurança ligada à atividade de grupos armados e extensas interações transfronteiriças com Uganda e Sudão do Sul. Além disso, Bunia funciona como um importante centro comercial e de transporte regional que interliga o leste da RDC aos países vizinhos, aumentando significativamente o risco de disseminação regional.

Até 27 de maio de 2026, um total de 129 casos confirmados, 1.077 casos suspeitos e 246 mortes suspeitas decorrentes do surto foram notificados na República Democrática do Congo (RDC) e em Uganda. Esses casos foram registrados em 15 zonas de saúde: RDC (14 zonas de saúde) e Uganda. O surto expandiu-se muito além do epicentro inicial em Ituri: até 27 de maio de 2026, 15 zonas de saúde em Ituri (Bambu, Bunia, Mongbwalu, Nizi, Lita, Nyankunde, Rwampara, Aru e outras), Kivu do Norte (Butembo, Katwa, Goma) e Kivu do Sul (Miti-Murhesa)

foram afetadas. Quatro profissionais de saúde da linha de frente morreram e pelo menos outras oito infecções entre trabalhadores da saúde foram notificadas. Uganda registrou 7 casos confirmados em laboratório em Kampala, com uma morte confirmada, associados ao movimento transfronteiriço de pessoas vindas de Bunia. Uganda ativou sua Força-Tarefa Nacional em 16 de maio de 2026 e está incluída como um país de resposta de Prioridade 1A, juntamente com a RDC.

As evidências sugerem várias semanas de circulação viral não detectada entre as semanas epidemiológicas 15 e 19 (do início de abril a meados de maio). No entanto, é provável que a real escala do surto esteja substancialmente subestimada devido ao atraso na detecção, subnotificação, insegurança, vigilância comunitária frágil, capacidade diagnóstica limitada e acesso restrito às comunidades afetadas. (...)

O vídeo da conferência de imprensa conjunta aqui.

Líderes Africanos mobilizam financiamento e resposta regional

Os atrasos na mobilização de recursos e no reforço da resposta ao atual surto de Ébola Bundibugyo poderão conduzir a uma transmissão regional mais alargada e a uma maior perda de vidas humanas, alertaram na terça-feira líderes africanos e parceiros globais da área da saúde.

O aviso surge numa altura em que há indícios de que o surto, que afeta a República Democrática do Congo (RDC) e o Uganda, poderá tornar-se o segundo maior surto de Ébola, depois da epidemia de África Ocidental de 2014, que atingiu vários países.

Durante uma reunião ministerial virtual de alto nível convocada pelo CDC África e pela União Africana, os líderes apoiaram um plano continental de preparação e resposta que necessita de, pelo menos, 319 milhões de dólares norte-americanos entre junho e novembro de 2026, para reforçar o controlo do surto nos países afetados e a preparação em pelo menos 11 Estados-Membros considerados de alto risco.

Foi também revelado que quase 500 milhões de dólares norte-americanos já tinham sido comprometidos ou prometidos por governos, agências multilaterais e parceiros humanitários. O Diretor-Geral do CDC África, Dr. Jean Kaseya, saudou calorosamente esta forte demonstração de apoio, descrevendo-a como uma importante manifestação de solidariedade global e de compromisso para enfrentar este desafio crítico.

Segundo afirmou, o próximo passo no âmbito da Equipa Conjunta de Apoio à Gestão de Incidentes (IMST, *Incident Management Support Team*) será trabalhar com os parceiros para validar os compromissos assumidos, clarificar o equilíbrio entre novo financiamento, recursos redirecionados, contribuições em espécie e dotações ao nível dos países, e garantir que os recursos são direcionados para as ações prioritárias identificadas no plano conjunto de resposta.

O Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, afirmou que os países africanos já prometeram parte do financiamento necessário, demonstrando que o continente está a assumir a liderança da resposta. “Os próprios países africanos já comprometeram contribuições internas iniciais que representam aproximadamente 10% do financiamento necessário. África já não espera passivamente que outros atuem”, declarou o Presidente Ramaphosa, que é também Campeão da União Africana para a Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias.

Anunciou ainda que a África do Sul duplicou o seu compromisso anterior para 5 milhões de dólares norte-americanos destinados à resposta continental ao Ébola coordenada pelo CDC África. A Fundação Gates comprometeu igualmente 5 milhões de dólares para o CDC África e 10 milhões de dólares para a Organização Mundial da Saúde.

O Presidente da Comissão da União Africana, Mahmoud Ali Youssouf, afirmou que o surto evidencia a necessidade de investimentos mais robustos em sistemas de vigilância, centros de operações de emergência, genômica, agentes comunitários de saúde e capacidade local de produção. “Os problemas africanos exigem liderança africana e responsabilidade africana”, declarou.

O Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, advertiu que as autoridades de saúde estão “a tentar recuperar o atraso face a uma epidemia que evolui muito rapidamente”, após a detecção tardia no leste da RDC. A OMS já disponibilizou 3,9 milhões de dólares do seu Fundo de Contingência para Emergências para apoiar as operações no terreno. “Estamos perante um surto extremamente grave e difícil. Vai piorar antes de melhorar. Mas conhecemos este vírus e sabemos como o travar”, afirmou o Dr. Tedros.

A insegurança, os deslocamentos populacionais e a resistência das comunidades estão a dificultar a vigilância, o rastreio de contatos e o acesso às comunidades vulneráveis, incluindo devido a ataques reportados contra uma unidade de tratamento de Ébola no leste da RDC. A ausência de vacinas e tratamentos aprovados para a estirpe Bundibugyo, juntamente com a limitada capacidade laboratorial para confirmar rapidamente casos suspeitos, está a complicar ainda mais os esforços de contenção.

A Diretora-Executiva da Gavi, Sania Nishtar, afirmou que estão em curso esforços para acelerar a pesquisa de vacinas e a preparação relativamente à estirpe Bundibugyo, sublinhando simultaneamente a importância de um acesso equitativo a vacinas e tratamentos assim que estes estejam disponíveis.

O Ministro da Saúde da RDC, Roger Kamba, apelou a uma coordenação regional mais forte e a um apoio sustentado aos profissionais da linha da frente, alertando que o surto está a desenvolver-se num contexto de segurança extremamente difícil, incluindo no leste da RDC, onde a insegurança e os ataques às infraestruturas de saúde continuam a complicar as operações de resposta.

A Somália, a Nigéria, o Egipto e o Burundi destacaram igualmente a importância da preparação, do reforço dos sistemas laboratoriais, da coordenação transfronteiriça, da vigilância e da partilha de informação, perante a elevada mobilidade regional e o risco de propagação mais ampla.

220 milhões de dólares do Fundo Pandémico para resposta ao surto do vírus Bundibugyo

Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças da África (CDC África) acolheram com satisfação um pacote de financiamento de emergência de US$ 220,6 milhões do Fundo Pandêmico para apoiar os esforços de contenção do surto de Ebola Bundibugyo e proteger países em risco em toda a África Central e Oriental.

O financiamento facilitará a implementação do Plano Continental Estratégico de Preparação e Resposta conjunto do CDC África e da Organização Mundial da Saúde (OMS),

lançado para coordenar os esforços de contenção do surto na República Democrática do Congo (RDC) e em Uganda, e para evitar uma maior disseminação regional.

A decisão do Fundo Pandêmico segue-se às declarações do CDC África e da OMS em maio deste ano de que o surto constituía uma grande emergência de saúde pública, exigindo uma ação urgente e coordenada. O surto, causado pela cepa do vírus Bundibugyo, já levou à transmissão transfronteiriça, ressaltando a necessidade de uma resposta regional robusta.

> Este financiamento é um grande impulso para os esforços contínuos dos países afetados e parceiros para controlar o surto, ao mesmo tempo em que fortalece a preparação em toda a região", disse o Diretor-Geral do CDC África, Dr. Jean Kaseya. "Isso demonstra o profundo reconhecimento do Fundo Pandêmico sobre a importância de agir cedo, agir coletivamente e investir nas capacidades nacionais e regionais para proteger as comunidades contra ameaças à saúde atuais e futuras.

O financiamento do Fundo Pandêmico complementa o Plano Continental Estratégico de Preparação e Resposta do CDC África–OMS de US$ 465 milhões, que já está sendo implementado nos países afetados e em risco. O plano de seis meses concentra-se na coordenação de emergência, vigilância, testes laboratoriais, prevenção e controle de infecções, cuidados clínicos, engajamento comunitário, logística, pesquisa e apoio a serviços essenciais de saúde.

De acordo com o Fundo Pandêmico, até US$ 175,7 milhões serão mobilizados por meio da reprogramação de projetos existentes para apoiar esforços de resposta imediata em países afetados e de alto risco, incluindo RDC, Sudão do Sul, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Zâmbia, Angola, Quênia e Etiópia. Outros US$ 44,9 milhões serão disponibilizados por meio de processos de financiamento acelerados para apoiar os esforços de preparação e resposta em Uganda, na República Centro-Africana e na República do Congo.

O financiamento apoiará ações prioritárias identificadas no Plano de Resposta do CDC África–OMS, incluindo o fortalecimento da vigilância de doenças, sistemas laboratoriais, capacidade da força de trabalho de saúde e coordenação transfronteiriça. Os países e as instituições regionais determinarão as prioridades de implementação com base nas necessidades e lacunas identificadas.

O CDC África afirmou que o financiamento reflete a crescente confiança global em uma resposta coordenada e liderada pelos próprios países, ancorada no princípio de um Plano, um Orçamento e uma Equipe. A instituição insta os Estados-Membros, parceiros e doadores a manterem o ímpeto em prol do esforço continental de resposta e preparação, continuando a apoiar medidas baseadas em evidências que facilitem viagens e comércio seguros, fortaleçam os sistemas de saúde nas fronteiras e aprimorem a cooperação regional.

CEDEAO – 51 anos

Mensagem do Presidente da Comissão[1]

[1] Omar Alieu Touray

Ao comemorarmos o 51.º aniversário da nossa Comunidade, dirijo-me a vós com um profundo sentimento de orgulho, responsabilidade e renovada determinação. Há já 51 anos que a CEDEAO se afirma como um símbolo de unidade, cooperação e aspiração partilhada por uma África Ocidental pacífica, próspera e integrada.

*O tema deste ano, "**Construir hoje a CEDEAO do futuro**", é simultaneamente um forte apelo à ação e uma declaração de intenção. Recorda-nos que o futuro que imaginamos para a nossa região não surgirá por acaso. Deve ser construído de forma consciente e coletiva através das decisões positivas que tomamos e dos compromissos que assumimos hoje.*

*Ao longo destes 51 anos, a nossa Comunidade alcançou progressos notáveis: facilitámos a **livre circulação** através das fronteiras, permitindo que os nossos povos viajem, comerciem e se relacionem sem barreiras. Promovemos o comércio intrarregional, implementámos uma **Tarifa Externa Comum** e desenvolvemos infraestruturas regionais essenciais, ligando as nossas capitais e mercados. Lançámos as bases para uma **moeda única**, criámos um mercado regional de eletricidade e alargámos a conectividade digital além-fronteiras. Mantivemo-nos unidos perante **epidemias**, **insegurança** e **catástrofes** naturais, prestando apoio humanitário e reforçando os **sistemas de saúde** e de **alimentação**. Investimos no nosso recurso mais valioso — o nosso povo — promovendo a igualdade de género, o empoderamento dos jovens e o desenvolvimento do capital humano. Defendemos a **democracia**, enviámos missões de observação eleitoral e mobilizámos a nossa Força de Reserva em **defesa da paz**, da **democracia** e da **estabilidade** regionais.*

*Estas conquistas, embora significativas, não representam capítulos **concluídos** da nossa história. São apenas os alicerces de um futuro que devemos continuar a construir em conjunto. Os **desafios** que hoje enfrentamos — o **terrorismo**, as **alterações climáticas**, as **mudanças inconstitucionais** de governo, a **pobreza** e as **desigualdades** económicas — são enormes. Mas igualmente forte é a nossa vontade coletiva de os ultrapassar.*

*Como tenho afirmado frequentemente, a CEDEAO é melhor e mais forte quando permanece unida enquanto Comunidade. A nossa força reside na nossa **união**, na nossa **identidade** partilhada e no espírito de **solidariedade** que define a nossa União.*

*Aos nossos Estados-Membros, saúdo a vossa resiliência e contínua dedicação aos **ideais** da **integração regional**. Perante desafios políticos, económicos e de segurança em constante evolução, a vossa liderança continua a ser fundamental. A tarefa que temos agora diante de nós é aprofundar a solidariedade, reforçar a governação democrática e acelerar a implementação de políticas regionais que tragam benefícios concretos aos nossos cidadãos.*

Ao povo da CEDEAO, sois o verdadeiro coração desta Comunidade. A nossa visão de integração visa, acima de tudo, melhorar a vossa vida quotidiana, criar oportunidades para os jovens, capacitar as mulheres, facilitar o comércio e garantir a paz e a segurança além-fronteiras. Ao olharmos para o futuro, devemos colocar-vos no centro de todas as nossas ações, assegurando que a CEDEAO continua a ser uma Comunidade orientada para os cidadãos, que escuta, responde e concretiza as promessas e aspirações dos nossos pais fundadores.

Ao pessoal da CEDEAO, das suas instituições e agências, expresso o meu sincero agradecimento pelo vosso compromisso inabalável e profissionalismo. O vosso trabalho continua a dar vida ao nosso mandato e credibilidade à nossa missão. Construir a CEDEAO do futuro exigirá ainda maior inovação, eficiência e colaboração entre as nossas instituições.

*Ao iniciarmos este novo capítulo, devemos enfrentar a realidade com clareza e coragem. As **ameaças** da **insegurança**, da **desinformação**, da **vulnerabilidade económica** e das **alterações climáticas** exigem respostas ousadas, coordenadas e orientadas para o futuro. Ao mesmo tempo, a nossa população jovem, os nossos abundantes recursos e o crescimento do mercado regional representam oportunidades com um enorme potencial de transformação.*

> *Construir hoje a CEDEAO do futuro significa investir na paz e na segurança, reforçar a integração económica regional, avançar na transformação digital e promover uma cultura de responsabilização e boa governação. Significa reforçar a confiança entre as instituições e os cidadãos e assegurar que a nossa Comunidade é relevante, responsiva e resiliente.*
>
> *Renovemos, pois, o nosso compromisso coletivo com os ideais fundadores da CEDEAO. Atuemos com unidade de propósito e clareza de visão. E trabalhemos juntos — governos, cidadãos e instituições — para construir uma Comunidade que as gerações futuras terão orgulho em herdar.*

CEDEAO

Mesa – Redonda mobiliza investimentos para autossuficiência em arroz até 2035

Coorganizado pela Comissão Regional da CEDEAO, pelo governo ganês e pelo Grupo do Banco Mundial (WBG), esta Mesa-Redonda inédita de alto nível pretende passar a uma fase superior após a atualização das ambições para o arroz da África Ocidental. Em dezembro de 2024, os Chefes de Estado da CEDEAO aprovaram, em Abuja, na Nigéria, o Roteiro Regional para o Arroz para o período 2025–2035, que visa alcançar 34 milhões de toneladas de arroz branqueado produzido, um nível que permitiria à região atingir a autossuficiência.

Além disso, 13 Estados-Membros deram um passo importante ao elaborarem e validarem um Plano de Ação Nacional de Investimento no Arroz (PANIR[2]), que identifica carteiras de investimentos financiáveis, bem como bacias de produção prioritárias. Ao mesmo tempo, estes esforços regionais foram apoiados pela iniciativa "*AgriConnect*", lançada pelo Banco Mundial em outubro de 2025.

Com o objetivo de transformar a agroindústria e melhorar os meios de subsistência de 250 milhões de pequenos agricultores em todo o mundo até 2030, este programa identificou o arroz como uma cadeia de valor estratégica na África Ocidental, capaz de estimular a criação de emprego, reforçar a segurança alimentar e atrair investimentos privados.

Tendo sido definido um quadro global desta natureza, a Mesa Redonda reuniu, ao longo de dois dias, instituições financeiras internacionais, bancos comerciais e investidores privados, com o objetivo de os incentivar a mobilizarem financiamento. E por uma boa razão: poderá ser necessário um montante máximo de 24 bilhões de dólares norte-americanos para implementar o roteiro regional ao longo dos próximos 10 anos. Este valor inclui 19 bilhões de dólares em despesas de investimento, com forte incidência em áreas de impacto como o armazenamento, a transformação e a mecanização, bem como 5 bilhões destinados a despesas operacionais para melhorar o acesso ao financiamento e aos sistemas de fatores de produção.

Embora este envelope financeiro seja de grande dimensão, o tempo urge para a sub-região, cuja procura de arroz cresce 4 % ao ano, enquanto a produção aumenta apenas 3 %, segundo dados da CEDEAO.

Com uma taxa de autossuficiência de cerca de 60 %, o setor regional deve não só preparar-se para responder à procura atual, mas também à futura, a fim de limitar as importações, que já atingem anualmente os 3,5 bilhões de dólares.

"A África Ocidental deve considerar o arroz como um ativo económico estratégico. Trata-se de empregos para a nossa juventude, de rendimentos para os agricultores e do reforço

[2] Plan d'Action National d'Investissement Rizicole

da resiliência das nossas economias face aos futuros choques globais. Libertar o potencial orizícola da África Ocidental exigirá capitais transformadores, pacientes e competitivos, orientados para as infraestruturas e capazes de reforçar o conjunto dos sistemas agrícolas», explicou Jane Naana Opoku-Agyemang, Vice-Presidente do Gana, no seu discurso de abertura da cerimónia.

"A África Ocidental não precisa de novas declarações de intenção: é necessário criar carteiras de projetos financiáveis, capazes de atrair capitais de longo prazo em grande escala. Em suma, já não é tempo de discursos sobre o potencial orizícola da região." Foi com estas palavras que o Vice-Ministro das Finanças do Gana, Thomas Nyarko Ampem, deu o tom no lançamento desta Mesa-Redonda.

"A cadeia de valor do arroz oferece importantes oportunidades nos domínios da irrigação, da mecanização, da transformação, da logística, da agricultura digital e do empreendedorismo agrícola. Tirar partido deste potencial é essencial para transformar o crescimento demográfico de África num dividendo económico", afirmou Richard Ofori-Mante, Diretor de Financiamento Agrícola e Desenvolvimento Rural do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no decorrer das trocas de ideias.

Para atrair financiamento, os organizadores destacaram oportunidades de investimento prontas a implementar os 13 Planos de Ação Nacionais, insistindo em intervenções de elevado rendimento, escaláveis e comercialmente viáveis. Segundo os organizadores, a implementação de 3 500 sistemas comunitários de irrigação solar poderia aumentar os rendimentos entre 2 e 3 toneladas por hectare e gerar um retorno do investimento entre 20 % e 30 %, beneficiando 50 000 agricultores, por um custo de 43 milhões de dólares.

Ao mesmo tempo, a formação de 7 000 empresários do setor das sementes em 300 000 hectares poderia gerar mais 0,6 milhões de toneladas de arroz em casca, por um custo estimado de 14 milhões de dólares.

No final deste encontro de dois dias, esperam-se vários avanços importantes da Mesa-Redonda:

- o primeiro é a mobilização de compromissos financeiros imediatos, sob a forma de promessas de investimento, linhas de crédito, garantias ou parcerias público-privadas;
- o segundo é a adoção de um Pacto Regional de Investimento no Arroz, que deverá formalizar os compromissos, as responsabilidades e as próximas etapas. Este pacto proporcionará uma base comum aos países da região para acompanhar os progressos e coordenar as intervenções.
- O terceiro diz respeito ao reforço da coordenação institucional. A CEDEAO pretende revitalizar o Observatório do Arroz, que deverá desempenhar um papel central no acompanhamento dos compromissos, na avaliação dos resultados e na capitalização das boas práticas.

"A África Ocidental não precisa de novas declarações de intenção: é necessário criar carteiras de projetos financiáveis, capazes de atrair capitais de longo prazo em grande escala. Em suma, já não é tempo de discursos sobre o potencial orizícola da região." Foi com estas palavras que o Vice-Ministro das Finanças do Gana, Thomas Nyarko Ampem, deu o tom no lançamento desta Mesa-Redonda.

"A cadeia de valor do arroz oferece importantes oportunidades nos domínios da irrigação, da mecanização, da transformação, da logística, da agricultura digital e do empreendedorismo agrícola. Tirar partido deste potencial é essencial para transformar o crescimento demográfico de África num dividendo económico", afirmou Richard Ofori-Mante, Diretor de Financiamento Agrícola e Desenvolvimento Rural do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no decorrer das trocas de ideias.

Para o Togo, esta agenda regional vem dar resposta a uma estratégia em curso há vários anos. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Rizicultura visa, nomeadamente, reforçar a produção local para reduzir as importações, historicamente onerosas para o país. As autoridades consideram o arroz um setor prioritário para a segurança alimentar e para a melhoria da balança comercial.

Vários programas públicos já apoiaram o setor através da criação de zonas agrícolas em terrenos baixos, da distribuição de fatores de produção, da aquisição de equipamentos de transformação e do apoio às cooperativas. Estas intervenções foram impulsionadas, em particular, pelos projetos PASA[3], PADAT[4], PPAAO[5] e, mais recentemente, pelo Programa de Resiliência do Sistema Alimentar na África Ocidental (FSRP[6]).

Segundo o Ministério da Agricultura do Togo, o FSRP, apoiado pelo Banco Mundial, permitiu em 2025 distribuir mais de 342 toneladas de sementes certificadas e mais de 2500 toneladas de fertilizantes a mais de 34 000 produtores de arroz. Os primeiros resultados apontam para um aumento dos rendimentos e dos rendimentos agrícolas.

Perante uma procura crescente de arroz e a necessidade de reforçar a soberania alimentar dos Estados-Membros, a CEDEAO pretende fazer desta plataforma um quadro estratégico de diálogo entre investidores e decisores. O objetivo é promover investimentos estruturantes na produção, transformação, armazenamento, comercialização e infraestruturas conexas, de modo a aumentar a competitividade do setor orizícola regional.

Esta iniciativa insere-se na visão da CEDEAO de reduzir a dependência da África Ocidental das importações de arroz, criando simultaneamente mais oportunidades económicas para os produtores, as empresas agroalimentares e os jovens empreendedores agrícolas.

Segundo os organizadores, esta mesa-redonda permitirá igualmente apresentar as oportunidades de investimento existentes nos diferentes países da região, identificar os principais constrangimentos ao desenvolvimento do setor e promover parcerias inovadoras entre os setores público e privado.

Através desta Mesa-Redonda, a CEDEAO reafirma a sua vontade de fazer do setor do arroz um motor essencial de crescimento económico, de segurança alimentar e de desenvolvimento rural para toda a África Ocidental.

[3] Projet d'Appui au Secteur Agricole (Togo)
[4] Projet d'Appui au Développement Agricole au Togo
[5] Programme de Productivité Agricole en Afrique de l'Ouest
[6] Food System Resilience Program

ÁFRICA – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Redução de representações diplomáticas emissoras de vistos

Enquanto atualmente cerca de 50 Embaixadas e Consulados norte-americanos estão teoricamente habilitados a emitir os vistos no continente, a administração Trump pondera reduzir esse número para apenas cerca de 20, segundo uma nota interna revelada pela agência AP.

O objetivo declarado é claro: reduzir a imigração para os Estados Unidos, dificultando ainda mais o acesso dos requerentes de vistos aos serviços consulares norte-americanos.

A ofensiva anti-imigração da administração Trump prossegue, desta vez com uma nova medida que afeta diretamente África. Numa nota interna revelada pela agência AP, Marco Rubio, Secretário de Estado norte-americano, informa que o governo vai reduzir a emissão de vistos no continente africano.

Em termos práticos: até ao final do mês de junho, deixará de ser possível realizar o procedimento senão em cerca de 20 Embaixadas e Consulados, entre os quais os de Abidjan, Dakar, Djibuti, Kigali, Kinshasa, Lomé, Nairobi, Port-Louis e Yaoundé.

Objetivo declarado: dificultar o acesso dos requerentes aos serviços consulares norte-americanos. Para os cidadãos de certos países, como Madagáscar, Benim ou Gabão, esta nova diretiva traduzir-se-á, assim, na obrigação de atravessar uma fronteira ou apanhar um voo internacional para obter o precioso visto, quando atualmente cerca de 50 representações diplomáticas norte-americanas presentes em África estão, em teoria, autorizadas a emitir o documento.

Em Washington, a administração Trump não o esconde: com esta medida, o objetivo é, mais uma vez, reduzir a imigração para os Estados Unidos, não só dificultando cada vez mais o acesso dos requerentes aos serviços consulares norte-americanos, mas também desencorajando os viajantes que possam ser tentados a permanecer em território norte-americano após a expiração do visto.

Europa entre Fronteiras e Poder: Migração, Expansão e Estratégia em Tempos de Incerteza

Europe between borders and power: migration, enlargement and strategy in times of uncertainty

Europa entre fronteras y poder: migración, ampliación y estratégia em tempos de incertidumbre

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo. A questão migratória foi o tema de destaque da quinzena europeia, com a finalização das discussões e obrigatoriedade de implementação do Novo Pacto de Migração e Asilo. O acordo entre Conselho e Parlamento Europeu cria novas regras para deportação de migrantes irregulares, incluindo centros de retorno fora da UE, maior poder de detenção e deportação, buscas em residências e restrições de benefícios sociais para quem não cumprir ordens de saída. Organizações de direitos humanos criticam as medidas por ampliarem a criminalização da imigração. Em contraste com esse endurecimento, a Espanha avança na regularização e Portugal registrou aumento da natalidade impulsionado por mães imigrantes, destacando o papel da imigração diante do envelhecimento populacional europeu. Outro destaque foi a cúpula em Montenegro sobre ampliação da União Europeia, onde líderes defenderam acelerar a integração dos Bálcãs Ocidentais e manter abertas as perspectivas de adesão para Ucrânia e Moldávia, argumentando que a expansão é estratégica para a segurança europeia. A guerra na Ucrânia continua dominando a agenda de segurança. A UE discute um novo pacote de sanções à Rússia, incluindo o adiamento da revisão do teto do preço do petróleo russo após a alta provocada pelo fechamento do Estreito de Ormuz. Por fim, a Comissão Europeia lançou o OceanEye, um plano de 92 milhões de euros para criar uma rede global de observação oceânica com satélites, sensores submarinos, drones e inteligência artificial. A iniciativa combina objetivos científicos, climáticos e de segurança marítima, posicionando a EU como principal potência em monitoramento, coleta de dados e inteligência sobre os oceanos até 2035.

Palavras-chave: União Europeia; guerra na Ucrânia; Migrações; Plano Europeu de Observação Oceânica.

***Resumen**. La cuestión migratoria fue el tema central de la quincena europea, marcada por la conclusión de las negociaciones y la obligatoriedad de implementar el Nuevo Pacto sobre Migración y Asilo. El acuerdo entre el Consejo y el Parlamento Europeo establece nuevas normas para la deportación de migrantes en situación irregular, incluyendo la creación de centros de retorno fuera de la UE, mayores facultades de detención y expulsión, registros domiciliarios y restricciones a las prestaciones sociales para quienes no cumplan las órdenes de salida. Organizaciones de derechos humanos han criticado estas medidas por ampliar la criminalización de la inmigración. En contraste con este endurecimiento, España avanza en la regularización de migrantes y Portugal registró un aumento de la natalidad impulsado por madres inmigrantes, poniendo de relieve el papel de la inmigración frente al envejecimiento demográfico europeo.*

Otro hecho destacado fue la cumbre celebrada en Montenegro sobre la ampliación de la Unión Europea, donde los líderes defendieron la aceleración de la integración de los Balcanes Occidentales y el mantenimiento de las perspectivas de adhesión para Ucrania y Moldavia, argumentando que la ampliación constituye una inversión estratégica para la seguridad europea. La guerra en Ucrania continúa dominando la agenda de seguridad. La UE debate un nuevo paquete de sanciones contra Rusia, que incluye el aplazamiento de la revisión del límite máximo al precio del petróleo ruso tras el aumento provocado por el cierre del Estrecho de Ormuz. Por último, la Comisión Europea lanzó OceanEye, un plan de 92 millones de euros destinado a crear una red mundial de observación oceánica mediante satélites, sensores submarinos, drones e inteligencia artificial. La iniciativa combina objetivos científicos, climáticos y de seguridad marítima, posicionando a la UE como la principal potencia mundial en monitoreo, recopilación de datos e inteligencia oceánica para 2035.

Palabras clave: *Unión Europea; guerra en Ucrania; migraciones; Plan Europeo de Observación Oceánica.*

Abstract: *Migration was the defining issue of the past fortnight in Europe, marked by the conclusion of discussions and the mandatory implementation of the New Pact on Migration and Asylum. The agreement between the Council and the European Parliament introduces new rules for the deportation of irregular migrants, including the establishment of return centers outside the EU, expanded powers for detention and deportation, home searches, and restrictions on social benefits for those who fail to comply with return orders. Human rights organizations have criticized these measures for further criminalizing migration. In contrast to this tightening of migration policies, Spain is moving forward with the regularization of migrants, while Portugal has recorded an increase in birth rates driven by immigrant mothers, highlighting the importance of immigration in addressing Europe's aging population. Another major development was the summit in Montenegro on European Union enlargement, where leaders advocated accelerating the integration of the Western Balkans and keeping open the prospects of accession for Ukraine and Moldova, arguing that enlargement is a strategic investment in European security. The war in Ukraine continues to dominate the European security agenda. The EU is discussing a new package of sanctions against Russia, including postponing the review of the price cap on Russian oil following the surge in energy prices triggered by the closure of the Strait of Hormuz. Finally, the European Commission launched OceanEye, a €92 million initiative to create a global ocean observation network using satellites, underwater sensors, drones, and artificial intelligence. The project combines scientific, climate, and maritime security objectives, positioning the EU as a leading global power in ocean monitoring, data collection, and maritime intelligence by 2035.*

Keywords: *European Union; war in Ukraine; migration; European Ocean Observation Plan.*

Na última quinzena, os acontecimentos mais relevantes na Europa se concentraram na temática da migração. O principal fato político europeu foi a continuidade das discussões acerca da implementação do acordo para reformar o sistema de deportação de migrantes irregulares: o Novo Pacto de Migração e Asilo, que será implementado a partir de 12 de junho. O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo sobre o Regulamento de Regresso, que simplifica os procedimentos de retorno e cria os chamados "centros de regresso" fora das fronteiras da EU, para acolher migrantes sem direito de permanência no bloco. O Pacto europeu entrou em vigor em 2024, dando início a uma fase de transição de 2 anos, sendo de implementação obrigatória pelos governos nacionais a partir do dia 12.

As novas regras ampliam os poderes dos governos para deter e deportar pessoas sem autorização de residência, além de prever a criação de centros de retorno fora do território europeu. A medida tem gerado forte controvérsia e críticas de organizações de direitos humanos. Entre as principais mudanças, autoridades poderão realizar buscas em residências e outros locais para garantir o cumprimento das ordens de deportação. Migrantes considerados pouco cooperativos ou com risco de fuga poderão ser detidos por até dois anos e meio, período superior ao limite atual de 18 meses. Também poderão perder benefícios e auxílios sociais caso se recusem a cumprir a ordem de saída. Além disso, pessoas consideradas uma ameaça à segurança, poderão receber proibição vitalícia de entrada na União Europeia[1].

A União Europeia enfrenta um desafio estrutural crescente na gestão da imigração: anualmente milhões de migrantes entram legalmente no bloco e centenas de milhares solicitam asilo, paralelamente às entradas irregulares. Um dos principais problemas apontado é a baixa eficácia das deportações: as ordens de saída são emitidas, mas não são efetivamente cumpridas em sua totalidade, resultando numa taxa de repatriamento inferior a 30%. O sistema atual também sofre com desequilíbrios geográficos, tendo em vista que a responsabilidade recai sobre os países de primeira entrada, como Itália, Grécia, Espanha e Malta, sobrecarregando suas capacidades de acolhimento. Tentativas anteriores de reduzir os fluxos migratórios, como o acordo entre a UE e a Turquia em 2016, diminuíram as chegadas, mas aumentaram a dependência europeia de governos externos. A pressão sobre o sistema de asilo gera superlotação em centros de recepção, atrasos nos processos administrativos e judiciais e forte demanda por serviços públicos. Ao mesmo tempo, países do norte e centro da Europa, como Alemanha, França, Países Baixos e Bélgica, enfrentam dificuldades para acomodar novos requerentes de asilo devido à escassez de habitação e à pressão sobre os sistemas de saúde, educação e proteção social. Está é a justificativa resumida para a implementação destas reformas migratórias[2].

Na contramão deste movimento de criminalização dos imigrantes, está a Espanha, em processo de legalização da situação de cerca de 500.000 migrantes, conforme abordado na última edição desse Informe Europa. Neste mesmo sentido está a notícia de que Portugal teria atingido recorde de natalidade em 2025, impulsionado pelo aumento de mães imigrantes, com destaque para as mulheres de nacionalidade brasileira[3]. A notícia torna-se especialmente relevante ao se colocar em perspectiva a mudança no perfil demográfico dos países europeus, que envelhecem rapidamente e constantemente, registram queda em suas taxas de natalidade.

Apesar da falta de consenso sobre a adesão da Ucrânia à União Europeia, uma cúpula realizada em Montenegro recolocou no centro da agenda a entrada de novos membros na UE. Líderes europeus defenderam acelerar a integração dos países dos Bálcãs Ocidentais, além de manter abertas as perspectivas de adesão para a Ucrânia e a Moldávia. O argumento central é geopolítico: diante da guerra na Ucrânia e da competição global entre grandes potências, Bruxelas considera a ampliação um investimento estratégico em estabilidade e segurança. A guerra na Ucrânia continua moldando as prioridades europeias e no debate, foram reforçados compromissos de cooperação em defesa, combate ao crime organizado e alinhamento com

[1] https://www.theguardian.com/world/2026/jun/02/eu-accused-creating-ice-style-immigration-enforcement-system?. Acesso em 08/06/2026.
[2] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/09/pacto-migratorio-da-ue-entra-plenamente-em-vigor-estarao-os-paises-preparados-para-cumprir. Acesso em 09/06/2026
[3] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/08/portugal-atinge-recorde-de-natalidade-em-2025-impulsionado-pelo-aumento-de-maes-imigrantes. Acesso em09/06/2026

sanções internacionais[4]. Antes da cúpula, o presidente do Conselho Europeu, Antônio Costa, defendeu a simplificação das regras de adesão à EU, o fim da unanimidade como processo decisório para tal e o reforço do papel dos Balcãs na estabilidade europeia[5].

Embora não tenha ocorrido uma grande virada militar na quinzena, a guerra na Ucrânia continua sendo o principal tema de segurança europeia. Os governos europeus mantêm apoio político, econômico e militar ao país, enquanto discutem novo pacote de sanções à Rússia. Ao mesmo tempo, a escalada do conflito entre Irã, Estados Unidos e Israel aumentou preocupações na Europa sobre energia, segurança e estabilidade econômica. A propósito, este novo pacote de sanções visa adiar a revisão agendada do teto ao preço do petróleo russo, que disparou após o fechamento do Estreito de Ormuz. O limite de preço pago pelo petróleo russo é aplicado em conjunto com o G7 e a Austrália e estava fixado em 15% abaixo do preço médio. No entanto, a escalada no preço desencadeada pelo fechamento de Ormuz, fez o preço do petróleo russo subir. A proposta da Comissão é manter o preço como está agora e só revisá-lo em janeiro de 2027, preservando a pressão sobre as receitas da Rússia. O foco no limite de preços dá sinais de que a proibição de importação de petróleo russo pela Europa ainda está distante de acontecer. Uma cúpula do G7 está prevista para os próximos dias e o assunto estará em pauta para discussão. Internamente à EU, a aprovação das sanções exige unanimidade dos 27 Estados-membros. Será o 21º pacote de sanções contra a Rússia desde fevereiro de 2022[6].

A comissão europeia anunciou uma grande iniciativa marítima de 92 milhões de euros para criação de uma rede global de vigilância dos oceanos no âmbito do Plano Europeu de Observação Oceânica. O programa pretende extrapolar os limites da pesquisa científica para um quadro de policiamento dos mares, com objetivo de projetar o poder ocidental e proteger infraestruturas críticas, por intermédio de patrulhamento e inteligência oceânica[7]. O OceanEye é uma iniciativa estratégica para transformar a União Europeia na principal potência mundial em monitoramento, coleta de dados e inteligência sobre os oceanos até 2035[8]. Para tal, a UE fará uso de satélites, boias oceanográficas, sensores submarinos, drones marítimos, cabos submarinos equipados com instrumentos científicos, inteligência artificial. O plano é unificar dados marítimos fragmentados por meio de um sistema centralizado que levará a uma simulação virtual do mar, fazendo uso de inteligência artificial e monitoramento autônomo para previsões de padrões meteorológicos à riscos geopolíticos para o transporte marítimo. A medida passa por estratégias de segurança e defesa marítima, para proteger sistemas de energia e dados submarinos. Cabos submarinos são responsáveis pela imensa maioria do tráfego internacional de internet e, consequentemente, transações econômicas, que estão sob constante ameaça de sabotagem.

Como parte da iniciativa, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou a criação de uma Aliança Internacional para o Sistema Global de Observação dos Oceanos, em parceria com a Uncesco. O Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS, na

[4] https://www.eeas.europa.eu/eeas/security-cooperation-heart-european-defence-during-eu-western-balkans-summit_en?. Acesso em 08/06/2026
[5] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/05/antonio-costa-defende-regras-de-adesao-a-ue-mais-simples-antes-de-cimeira-dos-balcas-ocide. Acesso em 09/06/2026
[6] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/09/uniao-europeia-propoe-novo-pacote-de-sancoes-a-russia. Acesso em 09/06/2026.
[7] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/04/uniao-europeia-lanca-plano-de-92-milhoes-para-rede-global-de-vigilancia-dos-oceanos. Acesso em 09/06/2026
[8] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/04/uniao-europeia-lanca-plano-de-92-milhoes-para-rede-global-de-vigilancia-dos-oceanos. Acesso em 06/06/2026

sigla em inglês) é coordenado pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Unesco e provê a infraestrutura global para observação dos oceanos, entregando acesso aberto e gratuito às informações. Apesar de sua importância, o Sistema está subfinanciado. A Aliança reunirá os países da EU e parceiros internacionais para reforçar a observação oceânica global, garantir financiamento e colaborar mais intensamente. Está previsto para setembro de 2026, um evento para mobilizar contribuições para o GOOS[9].

Considerações Finais

Os acontecimentos da última quinzena evidenciam uma União Europeia cada vez mais orientada por preocupações de segurança, controle de fronteiras e projeção estratégica de poder. A implementação do Novo Pacto de Migração e Asilo marca uma inflexão importante na política migratória europeia, reforçando mecanismos de deportação e contenção de fluxos migratórios em resposta às dificuldades enfrentadas pelos Estados-membros na gestão do asilo e da imigração irregular. Ao mesmo tempo, experiências como as da Espanha e de Portugal demonstram as contradições inerentes ao debate migratório europeu, uma vez que a imigração continua desempenhando papel relevante para a sustentabilidade demográfica e econômica de sociedades em acelerado processo de envelhecimento. Isto sem falar na crise da força de trabalho na saúde, por exemplo, que leva países europeus a importarem profissionais de saúde de diversas partes do mundo.

No plano geopolítico, a guerra na Ucrânia permanece como elemento estruturante das prioridades europeias, influenciando tanto o debate sobre sanções à Rússia quanto a retomada das discussões sobre a ampliação da União Europeia. A integração dos Bálcãs Ocidentais, bem como as perspectivas de adesão da Ucrânia e da Moldávia, são cada vez mais tratadas por Bruxelas como instrumentos de estabilidade regional e fortalecimento da posição europeia em um cenário internacional marcado pela crescente competição entre grandes potências.

Por fim, o lançamento do OceanEye revela que a estratégia europeia ultrapassa as dimensões continental e terrestre, incorporando os oceanos como espaço central de disputa tecnológica, econômica e de segurança. Ao investir em capacidades de monitoramento marítimo, inteligência de dados e proteção de infraestruturas críticas, a União Europeia busca ampliar sua autonomia estratégica e consolidar sua influência em áreas consideradas essenciais para o funcionamento da economia global e para a segurança internacional.

Em conjunto, os temas analisados apontam para uma Europa que procura responder simultaneamente a desafios internos de governança, demografia e coesão social, enquanto fortalece sua posição geopolítica em um contexto internacional cada vez mais instável e competitivo.

[9] https://commission.europa.eu/topics/fisheries-and-ocean/reinforcing-global-ocean-observation_en. Acesso em 09/06/2026.

Desenvolvendo amizades

Forjando amistades

Developing friendships

André Costa Lobato, Anabela Santiago, Alexandra Rodrigues Sanches, Giovana Guiciard, Rafael Aguilar-Zamudio e Thiago Monteiro

Resumo. Chanceleres se reúnem no 5º Diálogo Estratégico Global entre Brasil e China, Vieira diz que relação é baseada na defesa da independência, da solidariedade e da cooperação internacional; Wang, que a China valoriza a longa adesão histórica do Brasil ao princípio de Uma Só China e apoia os esforços brasileiros na defesa de sua soberania nacional. Em maio, o chinês presidiu a reunião do Grupo de Amigos da Governança Global, na sede das Nações Unidas, em Nova York, sob o tema "Reformar e Aprimorar a Governança Global, Trabalhando Juntos para Enfrentar os Desafios Globais". Na África, a cooperação no combate ao Ébola mostra a relevância da solidariedade sanitária internacional. Já no espaço sideral, uma mulher nascida em Hong Kong integrou a missão Shenzhou 23. Um homem da Região Administrativa de Macau e outro da República Islâmica do Paquistão estão em treinamento do programa espacial. O Brasil lançou uma campanha para atrair turistas chineses.

Palavras-chave: Diálogo estratégico, patógenos emergentes, governança global

Resumen. *Los ministros de Asuntos Exteriores se reúnen en el V Diálogo Estratégico Global entre Brasil y China; Vieira afirma que la relación se basa en la defensa de la independencia, la solidaridad y la cooperación internacional; Wang, que China valora la larga adhesión histórica de Brasil al principio de «Una sola China» y apoya los esfuerzos brasileños en la defensa de su soberanía nacional. En mayo, el chino presidió la reunión del Grupo de Amigos de la Gobernanza Global, en la sede de las Naciones Unidas, en Nueva York, bajo el lema «Reformar y mejorar la gobernanza global, trabajando juntos para afrontar los retos globales». En África, la cooperación en la lucha contra el ébola pone de manifiesto la importancia de la solidaridad sanitaria internacional. En el espacio sideral, una mujer nacida en Hong Kong formó parte de la misión Shenzhou 23. Un hombre de la Región Administrativa de Macao y otro de la República Islámica de Pakistán están recibiendo formación para el programa espacial. Brasil ha lanzado una campaña para atraer a turistas chinos.*

Palabras clave: *Diálogo estratégico, patógenos emergentes, gobernanza global*

Abstract. Foreign ministers met at the 5th Global Strategic Dialogue between Brazil and China. Vieira stated that the relationship is based on the defense of independence, solidarity, and international cooperation; Wang said that China values Brazil's long historical adherence to the One China principle and supports Brazilian efforts in defending its national sovereignty. In May, the Chinese minister chaired the meeting of the Group of Friends of Global Governance at the United Nations headquarters in New York, under the theme "Reforming and Enhancing Global

Governance, Working Together to Address Global Challenges." In Africa, cooperation in the fight against Ebola demonstrates the relevance of international health solidarity. In outer space, a woman born in Hong Kong joined the Shenzhou 23 mission. A man from the Macau Special Administrative Region and another from the Islamic Republic of Pakistan are in space program training. Brazil launched a campaign to attract Chinese tourists.

Keywords: *Strategic Dialogue, Emerging Pathogens, Global Governance*

DIPLOMACIA

5º Diálogo Estratégico Global: Amizade de Brasil e China como "referência aos países em desenvolvimento"

No início de junho de 2026, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, viajou à Pequim para participar da quinta edição do Diálogo Estratégico Global (DEG) entre Brasil e China. Na programação do Itamaraty, estavam incluídas reuniões com o Chanceler chinês Wang Yi, o vice-presidente Han Zheng e o ministro do comércio, Wang Wentao[1].

Instituído em abril de 2007, o Diálogo Estratégico Global funciona como um mecanismo de cooperação e coordenação estratégica, política e diplomática entre as chancelarias de Brasil e China. Sua atuação busca fortalecer a construção conjunta da agenda bilateral por meio do intercâmbio de perspectivas sobre temas de interesse comum, iniciativas de colaboração mútua e questões ligadas à conjuntura internacional[2].

Imagem 1 – *R*eunião do V Diálogo Estratégico Global (DEG) Brasil-China



Fonte: MRE - Brasil

[1] Ministério das Relações Exteriores (2026, April 31). Visita do Ministro das Relações Exteriores a Pequim para realizar a reunião do V Diálogo Estratégico Global (DEG) Brasil-China – 1° e 2 de junho. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-a-pequim-para-realizar-a-reuniao-do-v-dialogo-estrategico-global-deg-brasil-china-2013-1deg-e-2-de-junho

[2] Ibrachina (2024, March 19). Diálogo Estratégico Brasil-China aprimorou as relações diplomáticas entre os dois países. https://ibrachina.com.br/dialogo-estrategico-brasil-china-aprimorou-as-relacoes-diplomaticas-entre-os-dois-paises/

Na quinta edição, Mauro Vieira afirmou que a relação entre Brasil e China pode ser uma referência para os países em desenvolvimento na defesa da independência, da solidariedade e da cooperação internacional. O ministro também salientou a relevância das visitas mútuas entre os chefes de Estado para o fortalecimento da amizade e da confiança política entre ambas as nações[3].

Por sua vez, Wang Yi ressaltou que a China valoriza a longa adesão histórica do Brasil ao princípio de *Uma Só China* e apoia os esforços brasileiros na defesa de sua soberania nacional. O chanceler chinês também afirmou que, sob a liderança do presidente Xi Jinping e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as relações sino-brasileiras alcançaram um novo patamar histórico, evoluindo de uma parceria estratégica abrangente para uma comunidade China-Brasil com futuro compartilhado.

DIPLOMACIA

Diálogo de Shangri-la

O Shangri-La Dialogue (SLD) é um fórum multilateral de segurança realizado anualmente em Singapura, organizado pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), que reúne chefes de Estado, ministros de defesa, altos oficiais militares e especialistas para debater segurança e estratégia na região Ásia-Pacífico. O 23º SLD, realizado entre os dias 29 e 31 de maio, marcou uma mudança perceptível no tom das discussões, com destaque para o papel crescente da China nas negociações diplomáticas globais. Durante o encontro em Singapura, o secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, afirmou que a reunião, duas semanas antes, entre Trump e Xi, em Pequim foi, “histórica". Ele disse que as relações bilaterais estão "melhores do que estiveram em muitos anos"[4]. A delegação chinesa, liderada pelo Major-General Meng Xiangqing da Universidade de Defesa Nacional do Exército de Libertação do Povo (ELP), defendeu que China e EUA devem ir ao encontro um do outro, transformar consenso em ação e guiar os laços militares em direção a um desenvolvimento saudável, estável e sustentável.

Imagem 2 -Evento Shanri-La DIalogue



Fonte: Reprodução

Segundo a mídia chinesa, a Iniciativa de Segurança Global (ISG), que propõe um marco de segurança comum, abrangente, cooperativo e sustentável, ganhou atenção crescente de especialistas e observadores regionais como alternativa aos arranjos de segurança baseados em

[3] Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China (2026, June 1). Wang Yi and Brazilian Foreign Minister Mauro Vieira Hold the China-Brazil Foreign Ministerial-Level Comprehensive Strategic Dialogue. https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbzhd/202606/t20260604_11937201.html

[4] Global Times/People's Daily. Why the tone of this year's Shangri-La Dialogue has clearly shifted. 01 jun. 2026. Disponível em: https://en.people.cn/n3/2026/0601/c90000-20462495.html

blocos. Segundo a Xinhua, Meng Xiangqing defendeu que a ISG e a Iniciativa de Governança Global oferecem sabedoria e soluções chinesas para a comunidade internacional no enfrentamento dos desafios globais[5]. Analistas de países como Malásia e Indonésia destacaram que a ISG não exige que os países escolham lados ou abram mão de sua independência, sendo especialmente atraente para nações do Sul Global. Em paralelo, a delegação chinesa criticou o expansionismo militar japonês, questionando se os países asiáticos confiarão em um Japão remilitarizado à luz de suas ações na Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que rebateu as acusações filipinas sobre o Mar do Sul da China, argumentando que Manila conta com o respaldo dos EUA e do Japão para sustentar suas provocações[6].

Amigos da Governança Global

O Grupo de Amigos da Governança Global é um mecanismo multilateral criado a partir da Iniciativa de Governança Global (IGG), proposta pelo presidente chinês Xi Jinping em setembro de 2025, à margem da Reunião de Cúpula da Organização de Cooperação de Xangai. A iniciativa fundamenta-se em cinco conceitos centrais (igualdade soberana, estado de direito internacional, multilateralismo, abordagem centrada nas pessoas e ações concretas) e foi concebida como resposta chinesa aos chamados déficits de paz, desenvolvimento, segurança e governança que marcam a ordem internacional contemporânea.[7] Em menos de um ano, a IGG recebeu adesão de quase 160 países e organizações internacionais, e o Grupo de Amigos foi sucessivamente estabelecido em Nova York, Genebra e Viena, reunindo mais de 60 países membros.

Imagem 3 – Reunião do Grupo de Amigos da Governança Global



Fonte: Reprodução

[5] Xinhua. World Insights: China's security vision resonates at Shangri-La Dialogue. 01 jun. 2026. Disponível em: https://english.news.cn/20260601/1293fe032dd048bc8e99454eb20dc655/c.html

[6] CNBC. Defense spending, China in Asia and lessons from Ukraine: Takeaways from the 2026 IISS Shangri-La Dialogue. 31 mai. 2026. Disponível em: https://www.cnbc.com/2026/05/31/takeways-from-the-2026-shangri-la-dialogue-.html

[7] Hu Wenli. The Global Governance Initiative: A Chinese Response to Questions of the Times. UN Association of China. [acesso em 06 jun 2026]. Disponível em: https://www.unachina.org/en/article/1151.

No último mês, em 28 de maio, o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, discursou na reunião do Grupo de Amigos da Governança Global, na sede das Nações Unidas, em Nova York, sob o tema "Reformar e Aprimorar a Governança Global, Trabalhando Juntos para Enfrentar os Desafios Globais"[8]. O evento contou com a presença de ministros e representantes de mais de 60 países, incluindo a vice-secretária-geral da ONU, Amina J. Mohammed. Wang Yi destacou que os membros do grupo já haviam alcançado consenso em cinco pontos: a democratização das relações internacionais; a defesa dos propósitos e princípios da Carta da ONU; a salvaguarda do papel central das Nações Unidas; a redução da desigualdade entre Norte-Sul; e o enfrentamento dos desafios mais urgentes da comunidade internacional por meio de ações concretas.

No discurso, Wang Yi apresentou nove direções de reforma para o aprimoramento da governança global. Entre elas, destacou a necessidade de reformar a ONU para maior eficiência, reforçando que o objetivo da reforma é fortalecer a organização, ampliar a autoridade do Conselho de Segurança, apoiar os países menos desenvolvidos, especialmente os da África, e adaptar as operações de manutenção da paz em coordenação com organizações regionais como a União Africana e a Liga dos Estados Árabes[9]. Propôs ainda o aprofundamento da reforma do sistema econômico e financeiro, com ajuste das cotas do FMI e do Banco Mundial, a restauração do mecanismo de solução de controvérsias da OMC e o fortalecimento do diálogo com instituições emergentes como o Novo Banco de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura.

Na área de direitos humanos, Wang Yi defendeu o que chamou de reorientação da governança global do tema, rejeitando a abordagem que coloca direitos humanos acima da soberania nacional e argumentando que cabe ao povo de cada país avaliar e aprimorar sua própria situação, defendeu os princípios de objetividade, não seletividade e não politização, opondo-se explicitamente ao uso dos direitos humanos como ferramenta de pressão ou coerção entre Estados. Essa posição reflete a visão chinesa de que o uso seletivo do tema por determinadas potências serve a interesses geopolíticos, funcionando como pretexto para interferência nos assuntos internos de outros países, em contradição com os princípios da Carta da ONU.

Para os domínios emergentes, Wang Yi defendeu uma governança da inteligência artificial centrada nas pessoas, com a ONU como canal principal, e anunciou que a China sediará, em julho de 2026, a Conferência Mundial de IA e a Reunião de Alto Nível sobre Governança Global de IA em Xangai, além de ter proposto a criação de uma Organização Mundial de Cooperação em IA. No ciberespaço e no espaço exterior, defendeu o respeito à soberania cibernética e a oposição a qualquer corrida armamentista ou militarização do espaço. Por fim, propôs a expansão do diálogo entre civilizações como plataforma que transcenda jogos geopolíticos e preconceitos ideológicos, e anunciou que a China sediará, no outono de 2026, o Fórum Global de Governança de Xiong'an. O comunicado conjunto emitido ao final da reunião reafirmou o apoio dos membros à IGG, reconheceu as contribuições da ONU ao longo de mais

[8] Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. Joint Communiqué of the Meeting of the Group of Friends of Global Governance. 2026 Mai 28-29 [acesso em 06 jun 2026]. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbzhd/202606/t20260602_11923288.html

[9] Permanent Mission of the People's Republic of China to the UN. Wang Yi Attends the Meeting of the Group of Friends of Global Governance. 2026 Mai 29 [acesso em 06 jul 2026]. Disponível em: https://un.china-mission.gov.cn/eng/zgyw/202605/t20260530_11921759.htm

de 80 anos e ressaltou que as nove direções propostas pela China convergem com a iniciativa de reforma para o 80º aniversário da organização.

China defende não-interferência em caso de designação de facções brasileiras como terroristas.[10]

Os Estados Unidos anunciaram em 28 de maio a decisão de classificar as facções Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas, oficializando a designação através da publicação no Diário Oficial da Casa Branca, realizada no dia 5 de junho e constando no documento a assinatura do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio.

Questionada pela Folha de S. Paulo, Mao Ning, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, disse, já no dia 29 de maio, que a China prega pela não-interferência em assuntos internos de outros países. Foi confirmada ainda, por parte da China e neste clima de tensão entre as relações Brasil-Estados Unidos, uma visita oficial à China por parte de Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Brasil lança campanha para atrair turistas chineses

O Brasil lançou em Shanghai, no dia 26 de maio, uma campanha para promover o turismo chinês no Brasil, durante a ITB China 2026, uma feira internacional de turismo de grande destaque. (Xinhua News, 2026). Além disso, a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), estreou nas plataformas digitais chinesas com o lançamento de um site próprio, encontrado ao pesquisar “visitbrasil.com.cn”, bem como suas contas, em uma edição chinesa, adequado para as redes sociais locais. .

Segundo o Presidente da Embratur, Bruno Reis, o interesse do turismo chinês pelo Brasil cresce de forma contínua, chegando a ter um aumento de 33,65% no primeiro quadrimestre de 2026. Esse aumento demonstra a relevância para o Brasil de intensificar sua presença no mercado chinês, por este ser de extrema importância para o turismo mundial. Vale ressaltar que, segundo Bruno Reis, a isenção de visto aos cidadãos chineses, que acompanhou a isenção de vistos, por parte da China, aos brasileiros, tornou o Brasil mais acessível.

SANITÁRIO

Surto de doença por vírus Ébola Bundibugyo na África Central

O surto de doença por vírus Ébola confirmado em maio de 2026 na República Democrática do Congo (RDC), com casos também reportados no Uganda, voltou a colocar a África Central no centro da vigilância sanitária internacional. O elemento mais importante deste

[10] Em resposta à designação estadunidense do PCC e CV como terroristas, Pequim invoca não interferência. Brasil de Fato.2026.https://www.brasildefato.com.br/2026/05/29/em-resposta-a-designacao-estadunidense-do-pcc-e-cv-como-terroristas-pequim-invoca-nao-interferencia/ (accessed 8 June2026).

[11] BBC. EUA oficializam classificação do PCC e CV como terroristas: a linha do tempo da decisão. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/06/05/eua-oficializam-classificacao-do-pcc-e-cv-como-terroristas-a-linha-do-tempo-da-decisao.ghtml. Acesso em 07 de junho de 2026.

[12] GANDOLPHI. G1. China defende ‘não interferência’ após EUA classificarem PCC e CV como terroristas. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/05/29/china-defende-nao-interferencia-apos-eua-classificarem-pcc-e-cv-como-terroristas.ghtml. Acesso em 07 de junho de 2026.

episódio é o agente envolvido: o vírus Ébola Bundibugyo. Trata-se de uma espécie menos frequente do que o vírus Ébola Zaire, responsável pelos surtos mais conhecidos e pelas maiores epidemias, mas suficientemente grave para provocar cadeias de transmissão rápidas quando há atraso no diagnóstico, dificuldades de isolamento, insegurança local e mobilidade transfronteiriça[11].

A Organização Mundial da Saúde declarou o evento como emergência de saúde pública de importância internacional, mas sublinhou que não se tratava de uma emergência pandémica.

Imagem 4 – Emergência de saúde pública de importância internacional – Ébola Bundibugyo



Esta distinção é relevante. A doença por vírus Ébola não se transmite pelo ar como a gripe ou a covid-19; a transmissão ocorre sobretudo por contacto direto com sangue, secreções, fluidos corporais, cadáveres ou superfícies contaminadas. Ainda assim, em contextos de conflito, deslocação populacional, assistência médica insuficiente e práticas funerárias de risco, a doença pode espalhar-se com grande rapidez[12].

O foco inicial foi identificado na província de Ituri, no nordeste da RDC, uma região marcada por instabilidade, circulação populacional intensa e pressão sobre os serviços de saúde. A ligação com o Uganda reforçou a preocupação regional, porque a fronteira entre os dois países é porosa e economicamente ativa. No fim de maio e início de junho, as autoridades nacionais, a OMS, o Africa CDC e parceiros internacionais atualizavam diariamente os números de casos confirmados, suspeitos e mortes. Parte da aparente variação dos dados resultava da acumulação de amostras laboratoriais, da eliminação de suspeitas após teste negativo e da reclassificação de óbitos.

A resposta ao surto enfrenta três desafios principais. O primeiro é clínico e científico: não existe vacina licenciada nem tratamento específico aprovado para o vírus Bundibugyo. As vacinas e terapêuticas que mudaram a resposta ao vírus Ébola Zaire não podem ser simplesmente assumidas como eficazes para esta espécie. Por isso, a resposta imediata depende de medidas clássicas de saúde pública: deteção precoce, isolamento seguro, proteção dos profissionais de saúde, rastreio de contactos, vigilância comunitária, enterros dignos e seguros, comunicação de risco e cuidados de suporte, como hidratação, controlo de sintomas e tratamento de infecções secundárias.

O segundo desafio é operacional. A resposta exige laboratórios capazes de identificar corretamente a espécie viral, equipes treinadas, equipamento de proteção individual, transporte seguro de doentes, unidades de tratamento preparadas e capacidade de seguir contactos durante 21 dias. Quando a vigilância não atinge uma proporção elevada dos

[11] Xinhua News. Multimídia. Brasil lança campanha de promoção turística no mercado chinês. Disponível em: https://portuguese.news.cn/20260527/4f7dbf8ff8cc4534b3d486f7ecf21078/c.html. Acesso em 07 de junho de 2026.

[12] Organização Mundial de Saúde. (2026). Ebola: The Democratic Republic of the Congo, 2026 https://www.who.int/emergencies/situations/ebola-outbreak---drc-2026

[12] Organização Mundial de Saúde. (2026). Ebola: The Democratic Republic of the Congo, 2026 https://www.who.int/emergencies/situations/ebola-outbreak---drc-2026

contactos, o surto pode continuar a alimentar cadeias invisíveis de transmissão. O terceiro desafio é político e social: em regiões afetadas por violência, deslocação e desconfiança, a resposta sanitária só funciona quando é entendida pelas comunidades como legítima, transparente e útil.

A OMS e o Africa CDC lançaram um plano continental de preparação e resposta para o período de junho a novembro de 2026, com financiamento estimado em centenas de milhões de dólares. A estratégia assenta numa lógica de "uma só resposta", procurando alinhar governos africanos e evitar duplicações, OMS, África CDC, doadores, organizações humanitárias e parceiros técnicos. As áreas prioritárias incluem coordenação de emergência, vigilância, testagem laboratorial, prevenção e controlo de infeções, cuidados clínicos, investigação, logística, comunicação comunitária e reforço de países vizinhos considerados de maior risco[13].

É neste quadro que se insere a ajuda da China. Fontes oficiais chinesas anunciaram o envio de uma equipa médica especializada para apoiar a RDC durante uma missão de três meses. A equipa chegou a Kinshasa no início de junho de 2026 com o objetivo de reforçar a capacidade local de prevenção, controlo e tratamento, trabalhando em articulação com equipas médicas chinesas já presentes no país. A comunicação chinesa enfatizou a experiência acumulada em resposta a epidemias, a adaptação das medidas à realidade local e a cooperação com instituições congolesas. Esta ajuda pode ser particularmente útil em áreas como formação de pessoal, apoio clínico, avaliação epidemiológica no terreno, organização de fluxos de doentes, biossegurança e logística[14].

Contudo, a eficácia da ajuda chinesa, como a de qualquer parceiro externo, depende menos do anúncio diplomático e mais da integração operacional. Em surtos de Ébola, a resposta fragmentada pode gerar confusão, competir por recursos locais e enfraquecer a confiança das comunidades. Por isso, o apoio internacional deve respeitar a liderança dos países afetados, alinhar-se com os planos da OMS e do África CDC, partilhar dados em tempo oportuno e priorizar necessidades práticas: equipamentos, formação, laboratórios, proteção dos profissionais de saúde e capacidade de assistência clínica. A China tem capacidade técnica e logística para contribuir, mas o impacto real mede-se pela redução de cadeias de transmissão, pela melhoria da sobrevivência dos doentes e pelo reforço duradouro dos sistemas de saúde locais[15].

A cobertura de fontes brasileiras, como a Agência Brasil e o Ministério da Saúde, tem salientado dois aspetos complementares. Primeiro, a gravidade regional do surto africano e o risco para países vizinhos com circulação intensa de pessoas e mercadorias. Segundo, a preparação interna do Brasil perante uma eventual identificação de caso importado. O Ministério da Saúde brasileiro ativou instrumentos de contingência para febres hemorrágicas virais, com orientações para notificação imediata, isolamento de casos suspeitos, manejo em pontos de entrada, uso de equipamento de proteção individual, investigação laboratorial e

[13] Organização Mundial da Saúde. (2026). Africa CDC and WHO launch joint continental Ebola response plan. https://www.who.int/news/item/05-06-2026-africa-cdc-and-who-launch-joint-continental-ebola-response-plan

[14] National Health Commission of the PRC. (2026). China Medical Expert Team arrives in DR Congo to aid battle against Ebola, leveraging expertise and China's experience in epidemic control: team members. https://en.nhc.gov.cn/2026-06/03/c_86613.htm

[15] National Health Commission of the PRC. (2026). China Medical Expert Team arrives in DR Congo to aid battle against Ebola, leveraging expertise and China's experience in epidemic control: team members. https://en.nhc.gov.cn/2026-06/03/c_86613.htm

seguimento de contatos por 21 dias. Esta abordagem é prudente: o risco de transmissão sustentada fora da região afetada é baixo quando há vigilância forte, mas um caso importado exige resposta rápida e coordenada[16].

A comparação com surtos anteriores ajuda a compreender a especificidade de 2026. O surto de Bundibugyo no Uganda em 2007 foi o primeiro a identificar esta espécie viral. Estudos científicos mostram que a letalidade observada foi menor do que a geralmente associada ao vírus Zaire, mas ainda assim elevada. Os sintomas iniciais eram pouco específicos, o que dificultava a detecção precoce. Esta característica repete-se em 2026: febre, fraqueza, dores musculares, vómitos ou diarreia podem confundir-se com malária, febre tifoide ou outras infeções comuns na região, atrasando o isolamento[17].

A epidemia da África Ocidental de 2014-2016 continua a ser o principal termo de comparação. Causada pelo vírus Ébola Zaire, atingiu a Guiné, a Libéria e a Serra Leoa, infectou mais de 28 mil pessoas e provocou mais de 11 mil mortes. A sua expansão foi favorecida por sistemas de saúde frágeis, vigilância insuficiente, atraso na resposta internacional, transmissão urbana, circulação entre fronteiras e medo das equipas sanitárias. Ao mesmo tempo, essa tragédia gerou avanços decisivos: protocolos de resposta mais robustos, melhor coordenação internacional, valorização do envolvimento comunitário e evidência científica para a vacinação em anel contra o vírus Zaire[18].

O surto da RDC de 2018-2020, no leste do país, também oferece lições importantes. Embora tenha ocorrido num contexto de conflito e desconfiança comunitária semelhante ao atual, beneficiou de ferramentas que não existem para Bundibugyo: vacinas e terapêuticas dirigidas ao vírus Zaire. Ainda assim, o controle foi difícil e prolongado, com milhares de casos e mortes. A lição é clara: mesmo quando há vacina, o Ébola continua difícil de controlar em contextos de insegurança; quando não há vacina específica, como em 2026, a resposta de saúde pública torna-se ainda mais crítica[19].

Em conclusão, o surto de Ébola Bundibugyo de maio de 2026 combina elementos antigos e novos. Antigos, porque a resposta essencial continua a depender de vigilância, isolamento, biossegurança, cuidados de suporte, rastreio e confiança comunitária. Novos, porque ocorre num cenário internacional mais preparado do que em 2014, mas perante uma espécie viral para a qual ainda não há vacina ou tratamento específico aprovado. A ajuda da China acrescenta capacidade técnica e diplomática à resposta, sobretudo se estiver integrada com as autoridades africanas, a OMS e o Africa CDC. O Brasil, por seu lado, surge como observador atento e país que reforça protocolos de vigilância para evitar vulnerabilidades em

---

[16] Agência Brasil (2026). Ebola:dez paises africanos estão sob alto risco, diz agência. https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2026-05/ebola-dez-paises-africanos-estao-sob-alto-risco-diz-agencia

[17] ISPUP. (2026). Doença Ebola por vírus Bundibugyo: o que precisamos de saber sobre a nova emergência de saúde pública? https://ispup.up.pt/doenca-ebola-por-virus-bundibugyo-o-que-precisamos-de-saber-sobre-a-nova-emergencia-de-saude-publica/

[18] Bell BP, Damon IK, Jernigan DB, et al. (2016). Overview, Control Strategies, and Lessons Learned in the CDC Response to the 2014–2016 Ebola Epidemic. DOI: http://dx.doi.org/10.15585/mmwr.su6503a2.

[19] EuroNews (2026). Comité Internacional de Resgate alerta: surto de Ébola pode tornar-se o mais mortífero de sempre. https://pt.euronews.com/saude/2026/05/27/comite-internacional-de-resgate-alerta-surto-de-ebola-pode-tornar-se-o-mais-mortifero-de-s

caso de importação. Em suma, é um caso onde as determinações sociais da saúde expõem as limitações da aplicação pura das técnicas epidemiológicas.

Navio-hospital chinês "Silk Road Ark" parte para missão no Mar do Sul da China

O navio-hospital da Marinha do Exército Popular de Libertação da China (EPL), denominado "Silk Road Ark" (Arca da Rota da Seda) , partiu no domingo, 31 de maio de 2026, de um porto militar em Zhanjiang, na província de Guangdong, no sul da China[20]. A embarcação tem como destino uma missão de serviço médico nas ilhas do Mar do Sul da China e ao longo das costas meridionais do país, demonstrando a capacidade logística e humanitária da Marinha chinesa na região[21].

Durante a missão, o "Silk Road Ark" oferecerá consultas médicas, exames físicos, fisioterapia com medicina tradicional chinesa, cirurgias e educação em saúde aos oficiais, soldados e seus familiares estacionados nas ilhas. O navio também realizará exercícios de tratamento de baixas e manutenção de equipamentos médicos ao longo da operação, garantindo a prontidão das forças destacadas nos recifes e ilhas do Sul da China, segundo informação do Ministério da Defesa da China[22].

Colocado em serviço em 2024, o "Silk Road Ark" é o segundo navio-hospital oceânico da classe de 10.000 toneladas projetado e construído domesticamente pela China. A embarcação concluiu em abril passado uma viagem médica internacional de 234 dias, a missão humanitária "Harmonia-2025"[23]. Os membros da tripulação realizaram intercâmbios médicos durante suas estadias no Brasil e no Chile, e participaram de exercícios marítimos conjuntos com as marinhas de Fiji, Tonga e Brasil. A equipe médica a bordo realizou 26.324 consultas ambulatoriais e efetuou 2.724 intervenções cirúrgicas[24], evidenciando o papel crescente da China na prestação de serviços de saúde globais e na cooperação humanitária internacional.

SOCIOECONÔMICO

Novos taikonautas de Hong Kong, Macao e Paquistão

A China continua a expandir os horizontes do seu programa espacial tripulado. No dia 24 de maio de 2026, a missão Shenzhou-23 decolou do Centro de Lançamento de Satélites de Jiuquan com um feito histórico a bordo: pela primeira vez, uma taikonauta originária da Região Administrativa Especial de Hong Kong, Lai Ka-ying (também conhecida como Li Jiaying), viajou

[20] “Chinese Naval Hospital Ship Sets Sail for Mission in South China Sea”. Acesso em 1 de junho de 2026. https://english.news.cn/20260531/196dc32163cd4283a9da2c4900fea63c/c.html.
[21] “Navio-Hospital Da Marinha Chinesa Parte Para Missão No Mar Do Sul Da China”. Acesso em 2 de junho de 2026. https://portuguese.news.cn/20260601/c691f27d1d4247de94dbdac9442cd4a1/c.html.
[22] “Chinese Naval Hospital Ship Silk Road Ark Sets Sail for Medical Service Mission in South China Sea - Ministry of National Defense”. Acesso em 1 de junho de 2026. http://eng.mod.gov.cn/2025xb/N/H_251594/16465807.html.
[23] “China Focus: Chinese navy hospital ship treats over 26,000 in longest overseas medical mission - Xinhua Silk Road”. Acesso em 4 de junho de 2026. https://en.imsilkroad.com/p/350327.html.
[24] Idem.

para a estação espacial Tiangong[25][26]. A bordo do foguete Longa Marcha-2F, a equipe, que inclui o comandante Zhu Yangzhu e o engenheiro de voo Zhang Zhiyuan, representa a nova geração de especialistas em carga útil, demonstrando a integração das regiões administrativas especiais no ambicioso projeto aeroespacial da nação[27]. Além de Lai, o programa espacial chinês já treina um cidadão da República Islâmica do Paquistão e outro da Região Administrativa Especial de Macau.

I**magem 1** – Lai Ka-ying participa de um teste integrado de nave espacial e tripulação em Jiuquan, no noroeste da China, em 20 de dezembro de 2025



[Foto/Xinhua]

A chegada de Lai Ka-ying à Tiangong não é apenas um marco simbólico, mas também um reflexo do amadurecimento da quarta geração de taikonautas chineses. De acordo com a Agência Espacial Tripulada da China (CMSA), Lai e o seu homólogo de Macau foram selecionados num processo rigoroso que começou em 2022, tendo concluído fases intensivas de treino que incluíram sobrevivência no deserto e simulações de emergência[28][29]. A missão Shenzhou-23, que substituiu a tripulação da Shenzhou-21, tem como objetivo realizar mais de cem experiências

[25] 郑成琼. “Local Pride Surges as Hong Kong Astronaut Undertakes Maiden National Space Mission”. Acesso em 30 de maio de 2026. http://english.scio.gov.cn/chinavoices/2026-05/25/content_118513179.html.

[26] “China apresenta missão espacial tripulada com 1.ª astronauta de Hong Kong A China apresentou hoje a missão tripulada Shenzhou-23, que vai enviar pela”. Acesso em 2 de junho de 2026. https://www.egltours.com/promotion/fit_banner/actualLive.html?live-news-8677709-2026-05-23-china-apresenta-missao-espacial-tripulada-com-1-astronauta-de-hong-kong-a-china-.

[27] Idem.

[28] “HK, Macao astronauts complete training for debut spaceflight”. Acesso em 5 de junho de 2026. https://ex.chinadaily.com.cn/exchange/partners/70/rss/channel/www/columns/y38633/stories/WS6903020ca310f735438b7d0b.html.

[29] Lifestyle Asia Hong Kong. “Hong Kong’s First Astronaut Set for Launch as Early as 2026”. 23 de abril de 2025. https://www.lifestyleasia.com/hk/whats-on/hong-kong-macau-astronauts-first-space-mission-2026-news-info/.

científicas, incluindo investigações em biologia e novos materiais, consolidando o papel da Tiangong como um laboratório orbital de vanguarda[30].

Além do valor científico, a missão simboliza um novo capítulo na relação entre o continente e Hong Kong. Antes de se tornar taikonauta, Lai Ka-ying trabalhou como superintendente da polícia de Hong Kong, e a sua transição para o corpo espacial inspirou uma vaga de orgulho na região. O Chefe do Executivo de Hong Kong, John Lee, sublinhou que o território está pronto para passar de apoiante a participante ativo na missão de Pequim de se tornar uma potência espacial[31]. Equipamentos desenvolvidos pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong (HKUST) também estão a bordo da estação, demonstrando como a região está a contribuir ativamente para o avanço tecnológico do país[32].

O sucesso da missão Shenzhou-23 e a inclusão de uma taikonauta de Hong Kong simbolizam um novo capítulo na relação entre o continente e a região. John Lee expressou o seu sincero agradecimento ao país pela confiança em Hong Kong e pelo reconhecimento e apoio à comunidade de inovação e tecnologia da cidade. Nas suas palavras: "Desejo todo o sucesso à missão Shenzhou-23, enquanto continua a escrever um novo capítulo nas conquistas espaciais da China"[33].

[30] "China apresenta missão espacial tripulada com 1.ª astronauta de Hong Kong A China apresentou hoje a missão tripulada Shenzhou-23, que vai enviar pela". Acesso em 2 de junho de 2026. https://www.egltours.com/promotion/fit_banner/actualLive.html?live-news-8677709-2026-05-23-china-apresenta-missao-espacial-tripulada-com-1-astronauta-de-hong-kong-a-china-.

[31] NHK WORLD. "China's Shenzhou-23 Carries Hong Kong Astronaut to Space | NHK WORLD-JAPAN News". Acesso em 28 de maio de 2026. https://www3.nhk.or.jp/nhkworld/en/news/20260526_01/.

[32] Suyue. "China launches Shenzhou-23 spaceship, for new in-orbit stay record, cutting-edge space science". Acesso em 30 de maio de 2026. https://english.cctv.com/2026/05/25/ARTIeZ20Sbx5qjL17jKrWntk260525.shtml.

[33] "Shenzhou-23 Crew Ready for Space: Li Jiaying Becomes First Taikonaut from China's Hong Kong Special Administrative Region". Acesso em 1 de junho de 2026. https://news.cgtn.com/news/2026-05-24/VHJhbnNjcmlwdDkwNzg4/index.html.

O Valor para a Saúde, Equidade, Paz e Saúde Planetária do "Desligar-se"

A Desregulação do Cortisol como um "Indicador Biológico de Conexão" de Imersão em Sistemas Extrativos

El valor de "desconectarse" para la salud, la equidad, la paz y la salud planetaria

The Value of "Switching Off" for Health, Equity, Peace, and Planetary Health

Juan Garay

> *Sugiro que somos ladrões de certa forma. Se eu pegar qualquer coisa de que não necessite para meu uso imediato e a guardar, estou roubando-a de outra pessoa… A natureza produz o suficiente para nossas necessidades diárias, e se cada um tomasse apenas o suficiente para si e nada mais, não haveria pobreza neste mundo, não haveria ninguém morrendo de fome neste mundo. Mas enquanto existir essa desigualdade, estaremos roubando.*
> ***Mahatma Gandhi***

Sumário. O texto propõe que a hiperconectividade moderna gera estresse crônico e desregulação do cortisol. Sugere que "desligar-se" pode melhorar a saúde física, mental e social. Estilos de vida simples e comunitários estão associados a maior bem-estar e resiliência. Critica sistemas econômicos extrativos, desigualdade e militarização global. A vida regenerativa é apresentada como alternativa baseada em ecologia, comunidade e sustentabilidade.

Resumen. *El texto propone que la hiperconectividad moderna genera estrés crónico y desregulación del cortisol. Sugiere que "desconectarse" puede mejorar la salud física, mental y social. Relaciona los estilos de vida simples y comunitarios con mayor bienestar y resiliencia. Critica los sistemas económicos extractivos, la desigualdad y la militarización global. Plantea la vida regenerativa como alternativa basada en ecología, comunidad y sostenibilidad.*

Summary. *The text argues that modern hyperconnectivity contributes to chronic stress and cortisol dysregulation. It suggests that "unplugging" can improve physical, mental, and social health. Simple and community-based lifestyles are linked to greater well-being and resilience. It critiques extractive economic systems, inequality, and global militarization. Regenerative living is proposed as an alternative based on ecology, community, and sustainability.*

Introdução

As sociedades modernas estão cada vez mais organizadas em torno de sistemas de hiperconectividade, vigilância algorítmica, concentração financeira, extração ecológica,

militarização e estímulo permanente ao consumo. Esses sistemas influenciam não apenas as economias e as instituições políticas, mas também a biologia humana, o bem-estar psicológico, a coesão social e a estabilidade planetária. Dentro da estrutura proposta pelo SHEM, a saúde é entendida não simplesmente como a ausência de doença, mas como o resultado de condições sociais, ecológicas, econômicas e políticas que determinam se os seres humanos e os ecossistemas podem prosperar.

Sob essa perspectiva, "desligar-se" não implica abandonar a tecnologia ou retirar-se completamente da sociedade. Em vez disso, refere-se à redução consciente da dependência de sistemas que intensificam o estresse crônico, o consumo compulsivo, a fragmentação social, a destruição ecológica e a violência estrutural. Simultaneamente, desligar-se envolve fortalecer a autonomia, a integração ecológica, a solidariedade, a resiliência local, o trabalho significativo e a vida comunitária.

Importante destacar que desligar-se também pode enfraquecer as infraestruturas econômicas e tecnológicas que sustentam a militarização e as economias de guerra contemporâneas. Artigos recentes da PEAH destacaram como corporações como a Palantir Technologies e atores financeiros como a BlackRock ilustram a crescente convergência entre governança algorítmica, capitalismo de vigilância, sistemas militar-industriais, concentração financeira e desigualdade global.

Estresse Crônico como Assinatura Biológica do Capitalismo Hiperconectado

O cortisol é um hormônio glicocorticoide produzido pela ativação do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HPA). Em condições saudáveis, o cortisol segue um ritmo circadiano que regula o metabolismo, a cognição, a função imunológica e as respostas adaptativas ao estresse. Elevações agudas de cortisol são protetoras e necessárias para a sobrevivência. Contudo, a ativação crônica das vias de estresse contribui para aquilo que Bruce McEwen denominou "carga alostática", o peso fisiológico cumulativo gerado pela adaptação repetida a ambientes adversos.

Os sistemas econômicos contemporâneos expõem cada vez mais os indivíduos a estressores psicossociais persistentes. Notificações permanentes, atenção fragmentada, insegurança econômica, comparação social por meio de plataformas digitais, sobrecarga informacional, dependência de dívidas e redução do tempo restaurador contribuem para a ativação sustentada da fisiologia do estresse. Evidências científicas sugerem cada vez mais que a hiperconectividade contribui para desregulação endócrina, ansiedade, depressão e distúrbios do sono.

Desregulação do Cortisol como "Indicador de Conexão"

A estrutura proposta do "indicador de conexão" interpreta a desregulação crônica do cortisol como um sinal biológico de imersão excessiva em sistemas extrativos e hiperestimulantes. Altos níveis de "conexão" correspondem a estilos de vida caracterizados por exposição digital crônica, insegurança econômica, consumo compulsivo, atenção fragmentada, isolamento social, dependência de dívidas, sono inadequado e desconexão da vida ecológica e comunitária.

Por outro lado, níveis mais baixos de "conexão" correspondem a estilos de vida caracterizados por integração ecológica, ritmos mais lentos, pertencimento social mais forte, trabalho significativo, atividade física, menor sobrecarga informacional e maior autonomia.

Essas condições estão associadas a uma variabilidade mais saudável do cortisol, melhor regulação parassimpática e maior resiliência ao estresse.

Vida Simples e Saúde Humana

A filosofia da vida simples há muito propõe que o bem-estar humano depende menos da acumulação material e mais de relações significativas, autonomia, moderação e harmonia com a natureza. Estilos de vida orientados pelo consumismo frequentemente estão associados à ansiedade, estresse, comparação compulsiva, dependência de dívidas e menor satisfação com a vida.

Em contraste, práticas de simplicidade voluntária — incluindo consumo reduzido, produção local de alimentos, ritmos mais lentos, cultura do reparo, participação comunitária e menor dependência material — estão associadas a maior bem-estar psicológico, resiliência e sustentabilidade ambiental.

Blue Zones e Estilos de Vida de Longevidade

Algumas das evidências mais fortes em apoio a estilos de vida "desconectados" ou de baixa conexão vêm das chamadas "Blue Zones", regiões identificadas por pesquisadores como Dan Buettner onde populações apresentam longevidade excepcional e menores taxas de doenças crônicas. Essas regiões — incluindo Okinawa, Sardinia, Ikaria, Nicoya Peninsula e Loma Linda — compartilham características comuns como forte coesão social, atividade física diária, dietas predominantemente vegetais, menor consumismo, fortes relações intergeracionais, participação comunitária significativa, menor estresse crônico e contato regular com a natureza.

Exposição à Natureza, Comunidade e Redução do Estresse

Numerosos estudos demonstram que o contato regular com ambientes naturais reduz os níveis de cortisol, diminui a ativação do sistema nervoso simpático e melhora a regulação emocional. Exposição a florestas, espaços verdes, jardinagem e participação ecológica foram associados à redução do estresse e dos sintomas depressivos.

Da mesma forma, pesquisas lideradas por Julianne Holt-Lunstad demonstraram que a solidão e o isolamento social aumentam significativamente o risco de mortalidade, com efeitos comparáveis ao tabagismo e à obesidade. Relações cooperativas, ajuda mútua, refeições compartilhadas, trabalho coletivo e aprendizagem intergeracional ajudam a regular a fisiologia do estresse e a melhorar a resiliência.

Desigualdade Econômica, Militarização e Economia de Guerra

O SHEM enfatiza que as desigualdades em saúde são produzidas estruturalmente por sistemas de exploração econômica, militarização, destruição ecológica e exclusão política. Pesquisas de Richard Wilkinson e Kate Pickett demonstraram que sociedades mais desiguais apresentam consistentemente piores resultados em doenças mentais, violência, obesidade, confiança social e expectativa de vida.

Os artigos da PEAH destacaram como corporações como a Palantir Technologies desenvolvem tecnologias capazes de integrar análise preditiva, inteligência militar, vigilância biométrica e análise comportamental em larga escala. Atores financeiros como a BlackRock participam de sistemas de investimento profundamente interligados às indústrias armamentistas, fluxos de capital especulativo e influência geopolítica.

A destruição ocorrendo em Gaza Strip ilustra como tecnologias de vigilância, guerra algorítmica, concentração financeira e poder geopolítico se cruzam cada vez mais com catástrofes humanitárias. Nesse contexto, comportamento do consumidor, sistemas de investimento, extração de dados e dependência tecnológica não estão desconectados das economias de guerra.

O movimento Boycott, Divestment and Sanctions propõe formas de não cooperação ética por meio de boicotes de consumo, desinvestimento institucional e campanhas de sanções direcionadas a estruturas ligadas à ocupação, apartheid, militarização e violações de direitos humanos.

Ecovilas e Modelos Comunitários Regenerativos

As ecovilas representam experimentos práticos de vida regenerativa e de baixa conexão. Essas comunidades geralmente procuram integrar sustentabilidade ecológica, governança cooperativa, sistemas alimentares locais, recursos compartilhados e solidariedade social.

Projetos como Valyter propõem modelos baseados em agroecologia, simplicidade voluntária, aprendizagem coletiva, resiliência local, relações restaurativas com a natureza e redução da dependência de sistemas econômicos extrativos.

Saúde Planetária e Regeneração Ecológica

A saúde humana é inseparável da saúde planetária. A desestabilização climática, o colapso da biodiversidade, a poluição, a escassez de água doce e a degradação do solo afetam cada vez mais a nutrição, os padrões de doenças infecciosas, doenças respiratórias, migração, mortalidade por calor e saúde mental.

Muitas práticas de desligamento reduzem diretamente as pressões ecológicas enquanto simultaneamente melhoram o bem-estar humano. A redução do consumo diminui emissões, poluição e extração de materiais. Sistemas alimentares locais apoiam a biodiversidade, solos mais saudáveis e melhor nutrição.

Conclusão

Dentro da estrutura proposta pelo SHEM, a desregulação crônica do cortisol pode servir como uma assinatura biológica mensurável de imersão excessiva em sistemas extrativos e hiperconectados. Desligar-se, portanto, torna-se mais do que uma preferência de estilo de vida. Pode representar uma estratégia preventiva de saúde, uma contribuição para a equidade global em saúde, um caminho para a regeneração ecológica e uma forma pacífica de resistência contra sistemas de vigilância, militarização e violência estrutural.

Sociedades mais saudáveis podem surgir não do aumento da aceleração, do controle preditivo e do consumo, mas da reconstrução de condições que apoiem a regulação biológica, a solidariedade, a integração ecológica, a participação democrática, a paz e uma autonomia humana significativa.

Table 1. Conceptual Cortisol "Plug-Indicator" Model

Plugging Level	Dominant Lifestyle Characteristics	Expected Cortisol Pattern	Likely Health Effects
Extreme Plugging	Hyperconnectivity, chronic digital exposure, debt dependence, social media addiction, sedentary lifestyle	Elevated baseline cortisol and flattened circadian rhythm	Burnout, anxiety, hypertension, metabolic disease
High Plugging	Urban overstimulation, fragmented attention, economic insecurity	Frequent cortisol spikes with impaired recovery	Chronic fatigue, depressive symptoms, immune dysregulation
Moderate Plugging	Mixed dependence with partial protective behaviors	Partially preserved cortisol rhythm	Moderate resilience with episodic stress
Low Plugging	Nature exposure, stronger social ties, slower living	Healthy cortisol variability	Improved emotional regulation and immune balance
Regenerative Living	Ecological integration, autonomy, cooperative structures, meaningful community participation, agroecology, voluntary simplicity	Stable cortisol rhythms and adaptive stress recovery	Greater resilience, lower allostatic load, improved mental and physical wellbeing

Conceptual grid model proposing chronic cortisol dysregulation as a biological "plug-indicator" reflecting the degree of immersion within extractive, hyperstimulating, and consumer-driven systems.

Guia Resumido para Consciência Comunitária e Desligamento Pessoal

Desligar-se começa com consciência. Indivíduos e comunidades podem começar reconhecendo como a hiperconectividade, o consumo compulsivo, a insegurança econômica e a dependência digital afetam a saúde mental, a fisiologia do estresse, os relacionamentos e os sistemas ecológicos.

No nível pessoal, desligar-se pode começar por meio de mudanças graduais na vida cotidiana. Reduzir a exposição às telas, limitar o uso das redes sociais, melhorar as rotinas de sono, passar mais tempo ao ar livre, caminhar regularmente, cultivar jardins, preparar alimentos localmente e participar de relações presenciais pode ajudar a restaurar ritmos mais saudáveis de cortisol e reduzir o estresse crônico.

No nível comunitário, desligar-se pode envolver o fortalecimento de redes locais de solidariedade, projetos cooperativos, agricultura apoiada pela comunidade, cultura do reparo, educação ecológica e espaços compartilhados para atividades coletivas. Iniciativas de ecovilas como Valyter oferecem exemplos de como comunidades podem experimentar formas de vida de menor consumo e mais regenerativas, baseadas em agroecologia, ajuda mútua, aprendizagem compartilhada e restauração ecológica.

Referências

Gandhi M. Trusteeship. Ahmedabad: Navjivan Trust; 1960.

Série de webinars e publicações do SHEM sobre equidade sustentável em saúde.

Garay J. The Progressive Power of Data and Algorithms and Their Effect on Human Life Loss Due to Geopolitical Tensions, Military Spending and Global Injustice. PEAH; 2026.

Garay J. Surveillance Capitalism, Financial Concentration, and Global Health Inequity. PEAH; 2026.

McEwen BS, Stellar E. Stress and the individual: Mechanisms leading to disease. Archives of Internal Medicine. 1993.

Sapolsky RM. Why Zebras Don’t Get Ulcers. Holt Paperbacks; 2004.

Thomée S et al. Computer use and stress, sleep disturbances, and symptoms of depression among young adults. BMC Psychiatry. 2012.

Hunt MG et al. Limiting social media decreases loneliness and depression. Journal of Social and Clinical Psychology. 2018.

Park BJ et al. The physiological effects of Shinrin-yoku. Environmental Health and Preventive Medicine. 2010.

Bratman GN et al. Nature experience reduces rumination and subgenual prefrontal cortex activation. PNAS. 2015.

Holt-Lunstad J et al. Loneliness and social isolation as risk factors for mortality. Perspectives on Psychological Science. 2015.

Wilkinson R, Pickett K. The Spirit Level. Penguin Books; 2009.

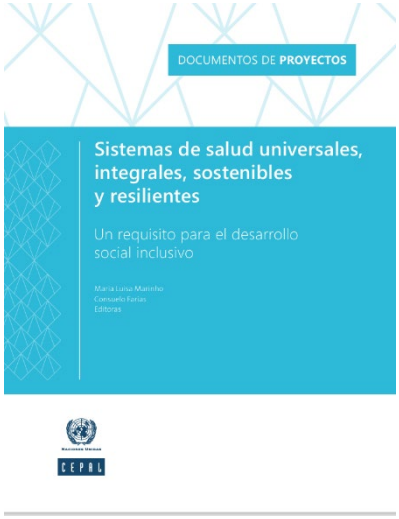
Alexander S, Ussher S. The voluntary simplicity movement. Journal of Consumer Culture. 2012.

Buettner D. The Blue Zones. National Geographic; 2008.

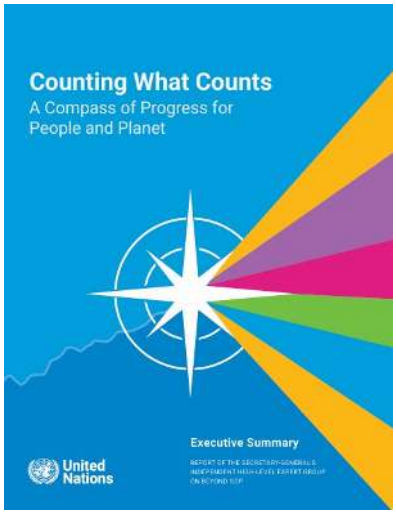
Site oficial do movimento BDS: https://bdsmovement.net/

Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno* paulo.buss@fiocruz.br



CEPAL. Sistemas de salud universales, integrales, sostenibles y resilientes: un requisito para el desarrollo social inclusivo. Para superar as três armadilhas do desenvolvimento que a América Latina e o Caribe enfrentam, é crucial consolidar sistemas de saúde universais, abrangentes, sustentáveis e resilientes. Universalidade significa garantir o acesso universal e a cobertura de serviços e medicamentos, de forma oportuna e sem restrições financeiras. Abrangência refere-se à oferta de serviços que atendam às diversas demandas e necessidades da população, a partir de uma abordagem holística da saúde e assegurando a continuidade do cuidado. Sustentabilidade envolve alcançar um equilíbrio entre a cobertura, a qualidade, a quantidade e a pontualidade dos serviços de saúde, bem como a sustentabilidade financeira para as gerações presentes e futuras. Por fim, resiliência é a capacidade de antecipar novas necessidades, absorvê-las, adaptar-se e transformar-se para respondê-las, sem interromper os serviços durante crises. Essas são quatro dimensões interdependentes que devem ser abordadas de forma coordenada para contribuir com o exercício do direito à saúde, a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade, a fim de avançar rumo a um modelo de desenvolvimento social inclusivo na região. O conteúdo da publicação inclui: Introdução; I. Sistemas Universais de Saúde; II. Sistemas Integrais de Saúde; III. Sistemas de Saúde Sustentáveis; IV. Sistemas de Saúde Resilientes; V. Sistemas de saúde universais, abrangentes, sustentáveis e resilientes para promover o desenvolvimento social inclusivo na América Latina e no Caribe. Acesso: Sistemas de salud universales, integrales, sostenibles y resilientes: un requisito para el desarrollo social inclusivo | CEPAL



Nações Unidas. Contando o Que Conta: Uma Bússola do Progresso para Pessoas e o Planeta. O relatório da ONU propõe um novo conjunto de indicadores que visa medir o progresso global além do Produto Interno Bruto (PIB). O relatório busca reposicionar as pessoas e o planeta no centro das decisões políticas. O secretário-geral da ONU, António Guterres, destacou a necessidade urgente de uma visão mais abrangente sobre o progresso, reconhecendo que o PIB ignora a desigualdade, a pobreza e a degradação ambiental. O painel de indicadores proposto inclui 31 métricas globais organizadas em quatro grandes eixos: *paz e direitos humanos, sustentabilidade ambiental, qualidade de vida e desigualdade.* O relatório é uma resposta ao mandato dos Estados-membros da ONU no âmbito do Pacto pelo Futuro,

com o objetivo de desenvolver um arcabouço de indicadores de aplicação universal que complementam e vão além do PIB. Acesso: executive_summary_-_report_of_high-level_expert_group_on_beyond_gdp.pdf



CEPAL. La sostenibilidad financiera de los sistemas de salud de América Latina y el Caribe Desafíos para avanzar hacia la cobertura sanitaria universa. A saúde é um direito humano fundamental e um pilar essencial para o desenvolvimento social inclusivo e sustentável. A Meta 3.8 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) exige a garantia da cobertura universal de saúde (CUS), assegurando o acesso a serviços essenciais de saúde com proteção financeira. No entanto, a América Latina e o Caribe enfrentam múltiplos desafios estruturais em seus sistemas de saúde, no contexto de uma crise de desenvolvimento marcada por três armadilhas do desenvolvimento que limitam seu progresso. A CEPAL destaca a necessidade de transformar os modelos de desenvolvimento da região e fortalecer os sistemas de saúde por meio de um aumento sustentado e eficiente do financiamento público. Embora os países devam investir pelo menos 6% do PIB em saúde pública, conforme recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para alcançar um impacto significativo na proteção financeira e reduzir os gastos diretos para menos de 20% do gasto total com saúde, o exercício realizado neste documento sugere investir 6,7% do PIB para esse fim. Garantir a sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde é fundamental para implementar com sucesso os investimentos necessários para reduzir as desigualdades, avançar rumo à cobertura universal de saúde e garantir o direito à saúde para todas as pessoas, sem deixar ninguém para trás. Acesso: 0



EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina (editor).

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior, Mestre em Direito Internacional, Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz (coeditora).

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG (coeditor).

Alejandro Svarch – Médico e Diretor do IMSS-Bienestar México, na Cidade do México.

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Bruno Neves – Mestrando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisador do Núcleo Economia Política das Relações Sul-Sul (BRICS Policy Center/PUC-Rio).

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Federico Tobar – PHD, assessor de Financiamento Sustentável do Fundo de População das Nações Unidas, no Quênia, Nairóbi.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Frederico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Giovana Guiciard – Mestranda em Política Internacional na Shanghai International Studies University; Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC em Política Externa Brasileira e Direitos Humanos da ONU.

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Heliton Barros – Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Publicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Laura Tavares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais, possui MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização do Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira (aposentado) MRE/Brasil; Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – Graduado em Relações Internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Os produtos do ***Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz (VPSGRI)*** e do ***Centro Colaborador da OPAS/OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz (VPSGRI)*** são:

Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, a Fiocruz vem produzindo os **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** fascículos quinzenais. Para 2026 está programada a edição de **23** fascículos. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas em:

https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, a Fiocruz vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde,** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Entre 2020 e 2025 foram realizados **140** Seminários e, em 2026, estão programados **23** Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 17 de junho – *Saúde e trabalho num mundo em transformação e a Conferência Internacional do Trabalho da OIT 2026*

Dia 1º. de julho – *Das evidências à ação: Desafios contemporâneos para a saúde de mulheres, crianças e adolescentes*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 09/2026
Período de 28 de maio a 9 de junho 2026

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, FABIANE GASPAR e SEBASTIÁN TOBAR
Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 12 de junho de 2026
254 pp; il.
Bibliografia: Inclui Bibliografias.
1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou da Presidência da Fiocruz.